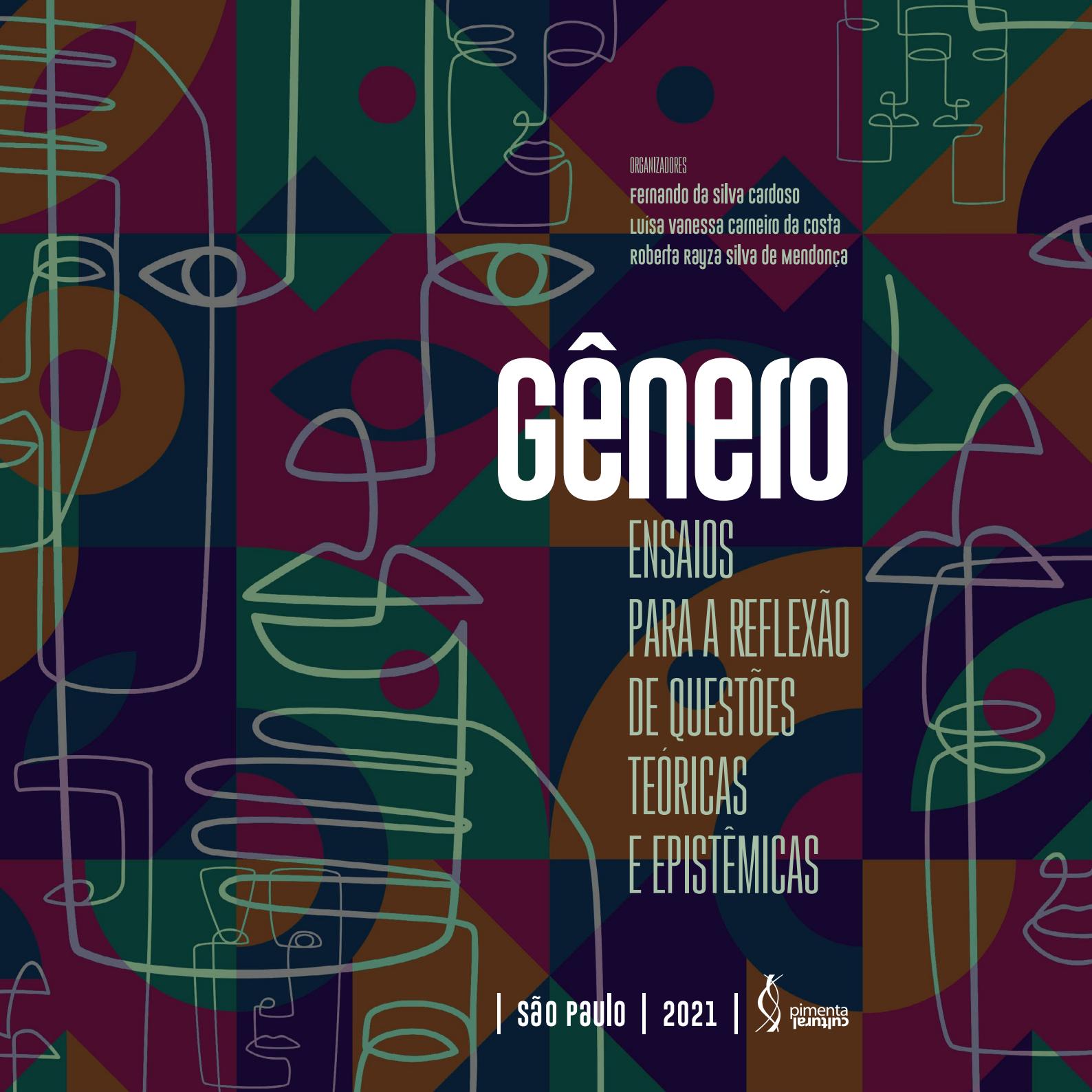


ORGANIZADORES

Fernando da silva cardoso
Lúisa vanessa carneiro da costa
Roberta Rayza silva de Mendonça

Gênero

ENSAIOS PARA A REFLEXÃO DE QUESTÕES TEÓRICAS E EPISTÊMICAS



ORGANIZADORES

Fernando da silva cardoso
Lúisa Vanessa carneiro da costa
Roberta Rayza silva de Mendonça

Gênero

ENSAIOS
PARA A REFLEXÃO
DE QUESTÕES
TEÓRICAS
E EPISTÊMICAS

| São Paulo | 2021 | 

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

- Airton Carlos Batistela
Universidade Católica do Paraná, Brasil
- Alaim Souza Neto
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
- Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Alexandre Antonio Timbane
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Alexandre Silva Santos Filho
Universidade Federal de Goiás, Brasil
- Aline Daiane Nunes Mascarenhas
Universidade Estadual da Bahia, Brasil
- Aline Pires de Moraes
Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
- Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
- Ana Carolina Machado Ferrari
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Andre Luiz Alvarenga de Souza
Emill Brunner World University, Estados Unidos
- Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil
- Arthur Vianna Ferreira
Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Beatriz Braga Bezerra
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
- Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
- Carla Wanessa Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil
- Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Caroline Chioqueta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
- Daniel Nascimento e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil
- Danielle Aparecida Nascimento dos Santos
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Delton Aparecido Felipe
Universidade Estadual de Maringá, Brasil
- Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
- Doris Roncareli
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Emanoel Cesar Pires Assis
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil
- Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

- Fauston Negreiros
Universidade Federal do Ceará, Brasil
- Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil
- Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela
- Helciclever Barros da Silva Vitoriano
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil
- Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Heloisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra
- Heloisa Junccklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil
- Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil
- Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Karlla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil
- Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
- Leonardo Pinhairo Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal
- Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
- Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
- Margareth de Souza Freitas Thomopoulos
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil
- Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Maria Isabel Imbronto
Universidade de São Paulo, Brasil
- Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
- Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil
- Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Nara Oliveira Salles
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Patrícia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Patrícia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal
Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil
Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil
Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil
Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal
Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil
Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Rosane de Fátima Antunes Obregon
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil
Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil
Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil
Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil
Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Vanessa Elisabete Raué Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil
Adriana Flavia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil
Alessandra Dale Giacomin Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

- Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
- Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
- Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil
- Aline Patricia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil
- Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
- Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil
- Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
- Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
- Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil
- Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil
- Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
- Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil
- Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
- Bianca Gabriely Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajai, Brasil
- Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil
- Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil
- Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
- Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Carolina Fragoso Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
- Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil
- Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Cíntia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
- Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
- Danielle Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil
- Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil
- Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil
- Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil
- Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
- Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
- Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil
- Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
- Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Elaine Santana de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
- Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
- Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

- Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
- Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil
- Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Fabiana Aparecida Vilaca
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Fábricio Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil
- Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
- Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
- Germano Ehlt Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
- Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Graciele Martins Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
- Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
- Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil
- Inara Antunes Vieira Willerdeing
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Jeane Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil
- João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
- João Henrques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil
- Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Júnior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil
- Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil
- Leia Mayer Eymg
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
- Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil
- Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
- Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
- Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil
- Patrícia Flávia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Rogerio Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial Patricia Biegling
Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas Marcelo Eyn
Editora executiva Patricia Biegling
Assistente editorial Landressa Schiefelbein
Diretor de criação Raul Inácio Busarello
Assistente de arte Ligia Andrade Machado
Editoração eletrônica Peter Valmorbida
Imagens da capa Plasteed, Freepik - Freepik.com
Revisão Os autores
Organizadores Fernando da Silva Cardoso
Luísa Vanessa Carneiro da Costa
Roberta Rayza Silva de Mendonça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero: ensaios para a reflexão de questões teóricas e epistêmicas. Fernando da Silva Cardoso, Luísa Vanessa Carneiro da Costa, Roberta Rayza Silva de Mendonça - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 255..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5939-104-2 (brochura)
978-65-5939-105-9 (eBook)

1. Gênero. 2. Política. 3. Ética. 4. Humanidade.
5. Identidade. I. Cardoso, Fernando da Silva. II. Costa, Luísa Vanessa Carneiro da. III. Mendonça, Roberta Rayza Silva de. IV. Título.

CDU: 316.6
CDD: 300

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.059

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com

SUMÁRIO

Apresentação..... 12

*Fernando da Silva Cardoso
Luisa Vanessa Carneiro da Costa
Roberta Rayza Silva de Mendonça*

Capítulo 1

Representações, identidades

e memória: refletindo a categoria
gênero no Sertão nordestino

18

*Kalline Flávia Silva Lira
Ricardo Vieiravles de Castro*

Capítulo 2

Gênero, subjetividades

e (outras) formas

de percepção de si..... 36

*Maria Rita Barbosa Piancó Pavão
Mario de Faria Carvalho*

Capítulo 3

As performances de aluna

e professora como um caminho

de docência para a liberdade 48

Debora Emanuelle Nascimento Lomba

Capítulo 4

A Pedagogização

do gênero na escola..... 61

Filipe Antônio Ferreira da Silva

Capítulo 5

- Gênero, agência e escrita** 78

Fernando da Silva Cardoso

Capítulo 6

- É preciso entrar na disputa pelo mundo: psicologia, gênero e abjeção** 92

Bruno Robson de Barros Carvalho

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Capítulo 7

- Notas iniciáticas sobre o chá revelação no contexto brasileiro** 108

Antoniel dos Santos Gomes Filho

Aluísio Ferreira de Lima

Capítulo 8

- Bem viver e ecofeminismo: um ensaio sobre aproximações epistemológicas** 126

Natália de Oliveira Melo

Timothy Denis Ireland

Capítulo 9

- Performatividades de gênero dos orixás sob o foco da diversidade** 142

Miguel Melo Ifadireó

José Hermógenes Moura da Costa

Capítulo 10

- Relações de gênero no Quilombo**

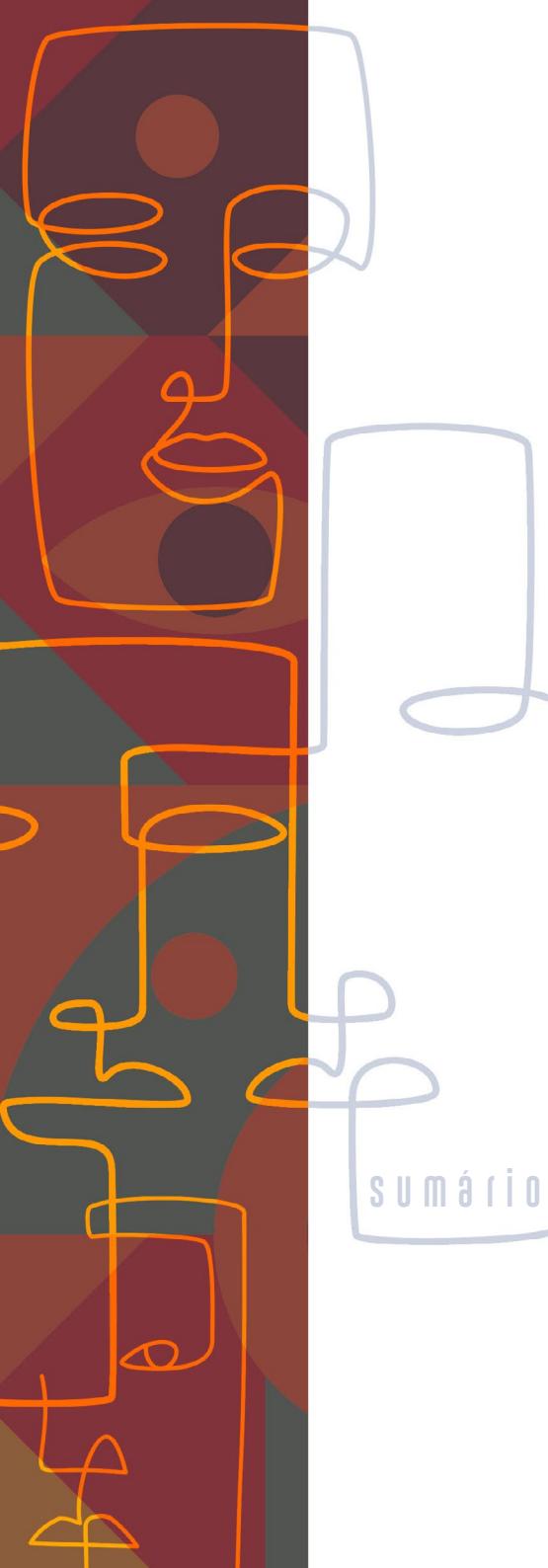
Novo Mundo: uma discussão a partir das vozes femininas da comunidade 160

Milena Almeida Veloso

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

Capítulo 11	
Mulheres, COVID 19 e a busca	
por emancipação a partir do trabalho:	
as fraturas expostas do já fragmentado	
tecido social	177
<i>Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo</i>	
<i>Giorgio Andre Lando</i>	
Capítulo 12	
Mulheres em situação de refúgio	
e os papéis de gênero.....	192
<i>Roberta Rayza Silva de Mendonça</i>	
<i>Allene Carvalho Lage</i>	
Capítulo 13	
Sensibilidades sobre	
gênero e o lugar da mulher	
numa colônia penal	208
<i>Luísa Vanessa Carneiro da Costa</i>	
Capítulo 14	
A construção da hierarquia	
de gênero e suas repercussões	
na violência doméstica e familiar	
contra a mulher.....	226
<i>Tatiana Craveiro de Souza</i>	
<i>Cynthia Colette Christiane Lucienne</i>	
Sobre os autores e as autoras	244
Índice remissivo.....	252

APRESENTAÇÃO



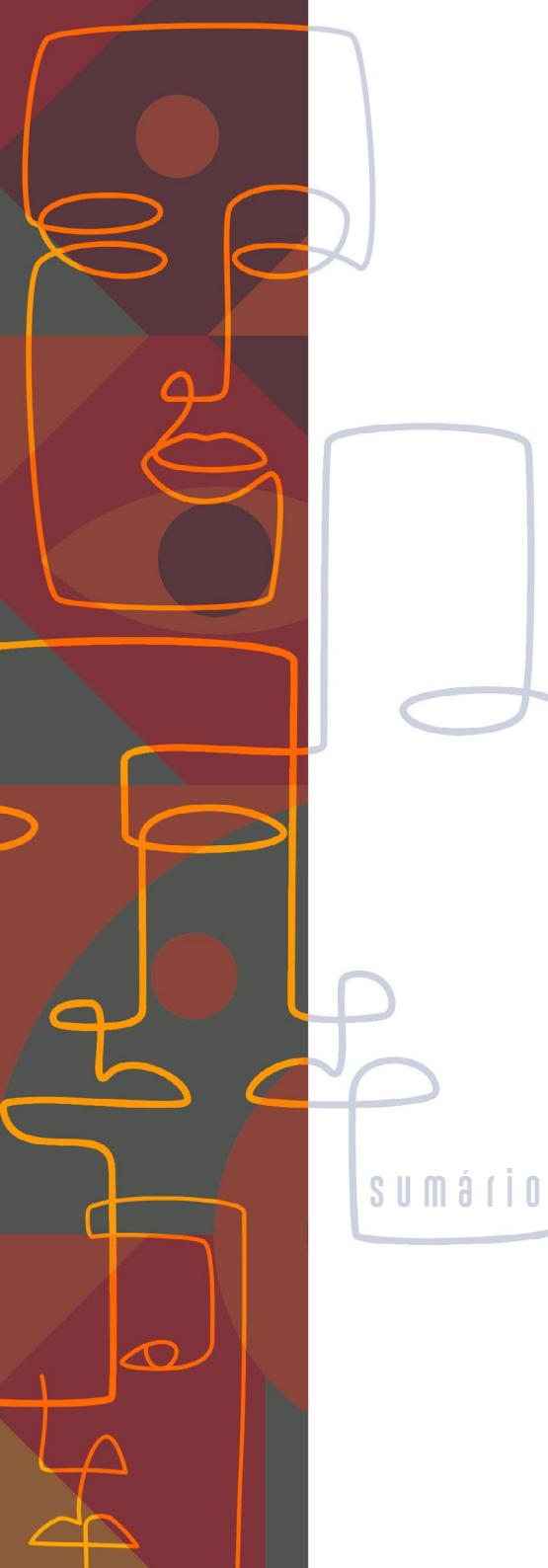
Esta obra reúne um conjunto de ensaios voltados à problematização de diferentes questões em torno da categoria gênero. São privilegiadas discussões que apresentam alguns dos contornos políticos, éticos e sensíveis à abordagem da referida chave de leitura, ao passo que também são introduzidos elementos para o campo das Humanidades. Com especial atenção para aspectos essenciais à caracterização teórica e epistêmica do debate, as autoras e os autores centram-se na construção de textos preocupados com a desconstrução de paradigmas e para a afirmação – interdisciplinar – de uma agenda investigativa em torno das questões de gênero.

O especial interesse para com distintas premissas e perspectivas teóricas e epistemológicas, neste livro, deve-se ao fato de que a investigação da categoria gênero tem sido acompanhada por julgamentos vazios de sentido e que visam deslegitimar e despolitizar as pesquisas interligadas ao tema. Assim, os esforços científicos aqui empreendidos visam somar-se a outras discussões transdisciplinares sobre o(s) gênero(s), tendo, sobretudo, a intenção de privilegiar e incentivar a reflexão em torno do caráter teórico e epistêmico que funda o processo de problematização desta categoria.

Nesse sentido, são apresentados ensaios que contribuem para a ampliação – teórica e epistêmico-analítica – desta chave de leitura com fundamento em olhares pouco convencionais, multifacetados, sensíveis e nunca neutros. A consideração das narrativas, das sensibilidades, das subjetividades e do caráter político do(s) gênero(s) acompanha os escritos e a organização da obra. São premissas (e indagações) prementes na contemporaneidade e para o fazer científico comprometido com a diversidade.



SUMÁRIO



Inaugurando a sequência de ensaios, o texto intitulado *“Representações, identidades e memória: refletindo a categoria gênero no Sertão nordestino”*, de autoria de Kalline Flávia Silva Lira e Ricardo Vieiralves de Castro, apresenta uma análise sobre a categoria gênero a partir de uma perspectiva interseccional com a categoria regionalidade como forma de pensar o coronelismo e o cangaço. A autora e o autor, utilizando-se de três conceitos teóricos – a representação, a identidade e a memória social – problematizam como as diferenças entre os gêneros estão situados no sertão nordestino.

Em *“Gênero, subjetividades e (outras) formas de percepção de si”* Maria Rita Barbosa Piancó Pavão e Mario de Faria Carvalho refletem acerca do que nomeiam enquanto dimensão sensível do ‘gênero’. Com base na potência (trans)formadora da poesia e da linguagem poética, questionam de que maneira as subjetividades se constituem e se transformam a partir das experiências cotidianas. O gênero, parte da dinâmica da vida em si, é refletido com base em uma perspectiva sensível, a poiesis inerente à vida.

A trajetória enquanto docente e discente e o encontro com seus alunos e suas alunas é o elemento central das reflexões propostas por Debora Emanuelle Nascimento Lomba em *“As performances de aluna e professora como um caminho de docência para a liberdade”*. A autora aduz a importantes notas sobre o fazer docente vivido enquanto mulher e os efeitos que este corpo produz em tal prática. Igualmente, tendo como suporte uma escrita pessoal e política, reafirma movimentos sensíveis e críticos de resistência acadêmica, social e política no fazer docente e, sobretudo, como tais práticas refletem na superação de desigualdades.

A ‘pedagogização do gênero’ é o aspecto central discutido por Filipe Antônio Ferreira da Silva em *“A Pedagogização do gênero na escola”*. No referido ensaio o autor problematiza como a pedagogização do conceito de gênero produz o confronto de descontinuidades e normalizações no cenário escolar. Para tanto,

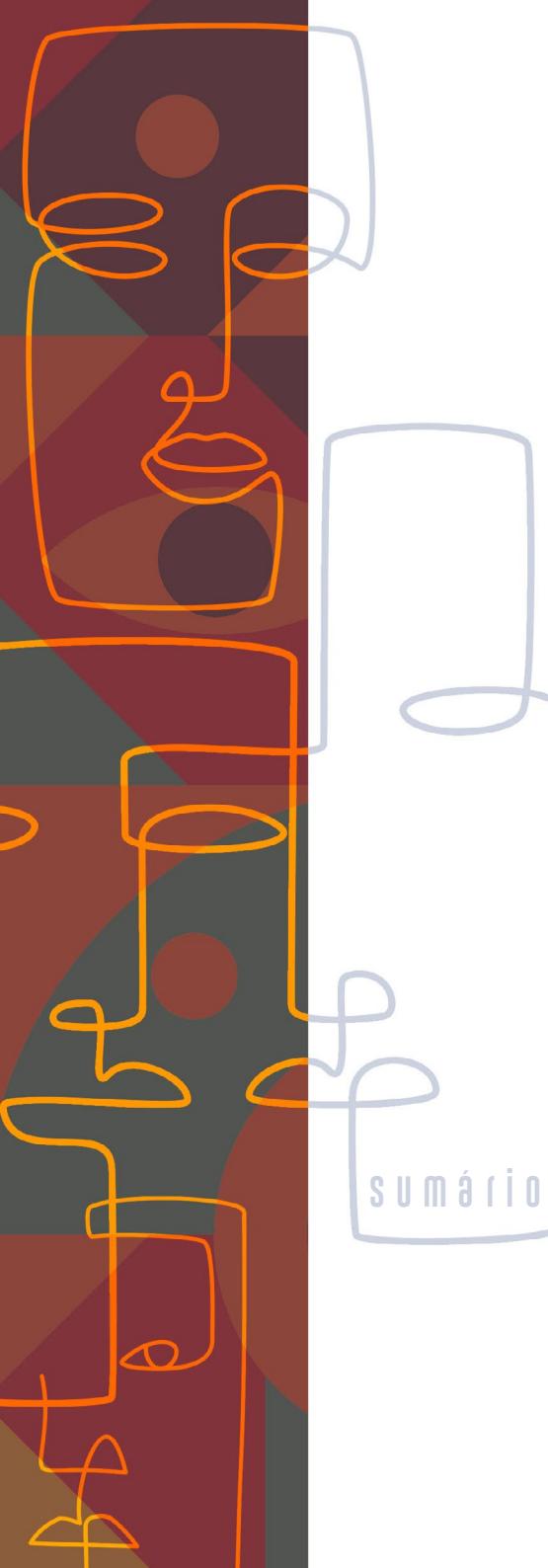
SUMÁRIO

argumenta que, historicamente, o conceito de gênero se fortalece no cenário da educação e dita, por meios dos rituais heteronormativos, como os corpos de crianças, adolescentes, jovens e professoras(es) devem se comportar e quais desejos, comportamentos e identidades devem prevalecer.

Fernando da Silva Cardoso inscreve algumas inquietações e interpelações sobre os limites da escrita científica. Em “*Gênero, agência e escrita*” o autor alude à capacidade de ser afetado pela(o) Outra(a) de se auto-afetar a partir da significação de experiências metaforizadas na palavra. O argumento proposto compõe a crítica em torno do distanciamento entre pesquisadores(as) e atores sociais, assim como no que concerne à consideração utilitária das experiências de grupos marcados por questões de gênero.

“*É preciso entrar na disputa pelo mundo: Psicologia, gênero e abjeção*”, escrito por Bruno Robson de Barros Carvalho e Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, é um ensaio que ajuda a estabelecer contornos acerca de como o projeto de modernidade, civilidade e humanidade foi construído à base da eliminação do diferente, na institucionalização de corpos que podem ser chorados e daqueles que são abjetos, passíveis de eliminação. Assim, o autor e a autora refletem sobre como a categoria gênero pode nos possibilitar, não a resolver, mas a seguir aprofundando o referido debate.

O texto intitulado “*Notas iniciáticas sobre o chá revelação no contexto brasileiro*”, de autoria de Antoniel dos Santos Gomes Filho e Aluísio Ferreira de Lima, toma como objeto de análise a ocasião social do chá revelação no Brasil. Por meio da plataforma YouTube®, analisando uma série de vídeos que apresentam a ocasião, os autores evidenciam como a categoria gênero perfaz o referido momento, enfatizando como o universo em questão é atravessado por construções psicossociais e econômicas, e quais as pistas investigativas podem ser vislumbradas.

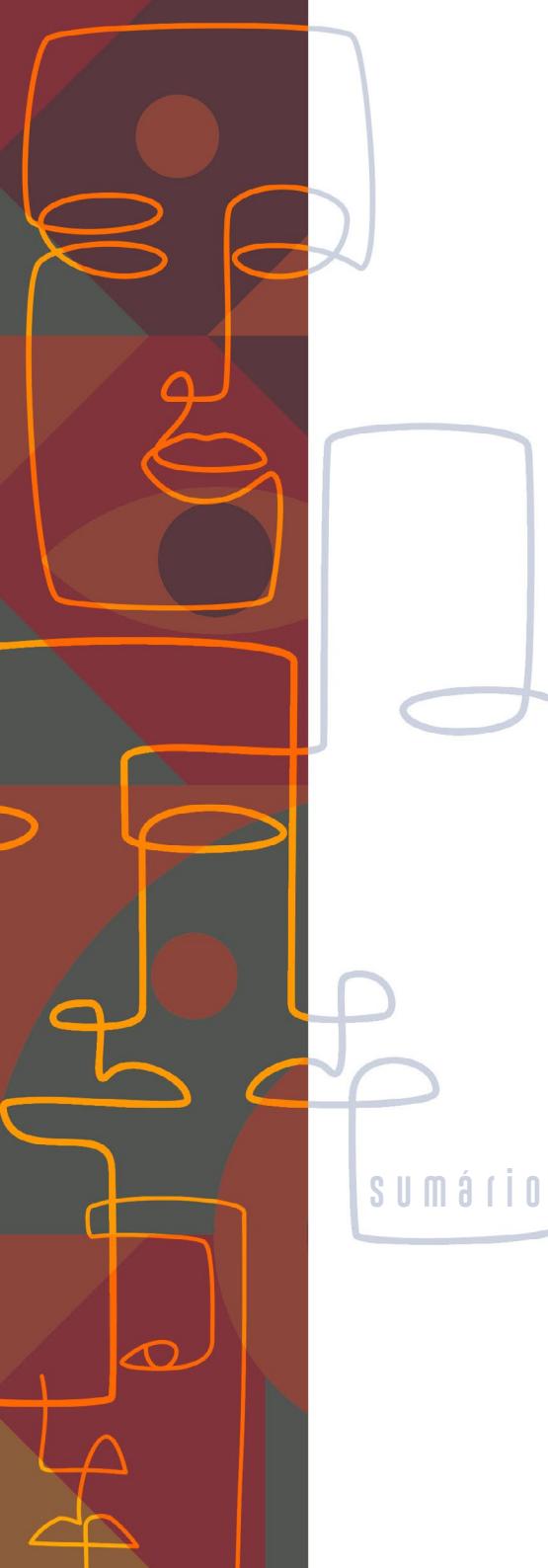


Natália de Oliveira Melo e Timothy Denis Ireland discutem em *“Bem viver e ecofeminismo: um ensaio sobre aproximações epistemológicas”* a aproximação entre os princípios do Bem Viver e do Ecofeminismo para a sistematização de um quadro epistêmico marcado pelas reflexões alcançadas a partir da categoria gênero. O texto denuncia aspectos machistas e patriarcais característicos de sociedades capitalistas e desenvolvimentistas como forma de demonstrar que a relação com a natureza pode ser vista, ao mesmo tempo, como uma premissa crítica e como um movimento epistêmico ecológico e feminista.

A categoria gênero é retomada por Miguel Melo Ifadireó e José Hermógenes Moura da Costa para pensar a sua representação nas religiões de matriz africana – Candomblé (Ketou, Angola/Kongo e Jeje), Ifá, Umbanda e Quimbanda – e nas religiões de matrizes indígenas – Jurema, Pajelança e Catimbó. O texto intitulado *“Performatividades de gênero dos orixás sob o foco da diversidade”* aduz sobre a importante visibilidade, principalmente nas últimas décadas, que a referida diáde ganhou no Brasil. Através da analítica em torno das relações e papéis de gênero atribuídos nas interações entre os Orixás, os autores apontam para importantes contornos da discussão.



Em *“Relações de gênero no Quilombo Novo Mundo: uma discussão a partir das vozes femininas da comunidade”* Milena Almeida Veloso e Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas investigam a categoria gênero em interface com o contexto cultural do Quilombo Novo Mundo, localizado em Buíque, Pernambuco. As autoras procuram compreender em que medida as relações de gênero organizam, na referida comunidade, as relações culturalmente postas para homens e mulheres. No intuito de verificar as influências que permeiam tal dinâmica, o estudo lança luz sobre a matriz cultural que gendrifica e sustenta a sociabilidade de feminina no referido quilombo.



Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo e Giurge Andre Lando, em *"Mulheres, COVID 19 e a busca por emancipação a partir do trabalho: as fraturas expostas do já fragmentado tecido social"* retomam importantes preocupações e reflexões acerca da trajetória de conquistas sociais das mulheres, quanto à contínua luta por espaços de fala e ação dentro e fora do contexto laboral e as possibilidades de sua manutenção, pausa ou perda, no cenário pós-pandêmico. Nesse sentido, o ensaio apresentado aponta para os efeitos colaterais sociais da pandemia causado pela Covid-19 sobre as mulheres, sobretudo no Brasil, ressaltando as conexões deste contexto com o patriarcalismo, o machismo e a misoginia.

Os papéis de gênero e a sua relação com a vivência de direitos por mulheres refugiadas é o cerne das reflexões propostas por Roberta Rayza Silva de Mendonça e Allene Carvalho Lage em *"Mulheres em situação de refúgio e os papéis de gênero"*. As autoras constroem importantes notas que procuram evidenciar a lógica patriarcal implícita ao refúgio e, sobretudo, quanto a como pensar tais violações de direitos humanos e acolhimento em uma perspectiva de gênero. Assim, o atual cenário de deslocamentos forçados, analisado a partir dos Relatórios *Global Trends*, é discutido como forma de perspectivar a afirmação de direitos humanos e o status de refugiada.

A partir de um estudo empírico Luísa Vanessa Carneiro da Costa investiga sobre como marcadores de gênero refletem no processo de encarceramento de mulheres mulas na Colônia Penal Feminina de Buíque, Pernambuco. O texto intitulado *"Sensibilidades sobre gênero e o lugar da mulher numa Colônia Penal"* aprofunda conexões nem sempre evidentes entre questões de gênero, cárcere e direitos humanos, com vistas a compreender a dinâmica pela qual a categoria gênero é mobilizada na (re)produção múltiplas formas de subalternidade e de punição no processo de encarceramento de mulheres mulas presas na referida Colônia Penal.

Em “A construção da hierarquia de gênero e suas repercussões na violência doméstica e familiar contra a mulher” Tatiana Craveiro de Souza e Cynthia Colette Christiane Lucienne demarcam algumas passagens históricas que, para elas, estão relacionadas com a construção da noção de menos valia da mulher. Reconhecendo as raízes da problemática, as autoras questionam as repercussões nocivas dos estereótipos de gênero, ao passo que introduzem aspectos centrais do debate sobre a desconstrução de tais preconceitos com base em legislações de reconhecimento e proteção dos direitos das mulheres vítimas de violências. Assim, a complexidade da categoria gênero e suas repercussões no fenômeno da violência contra a mulher são discutidas à luz dos possíveis avanços das legislações e equipamentos de proteção.

Fernando da Silva Cardoso

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Roberta Rayza Silva de Mendonça



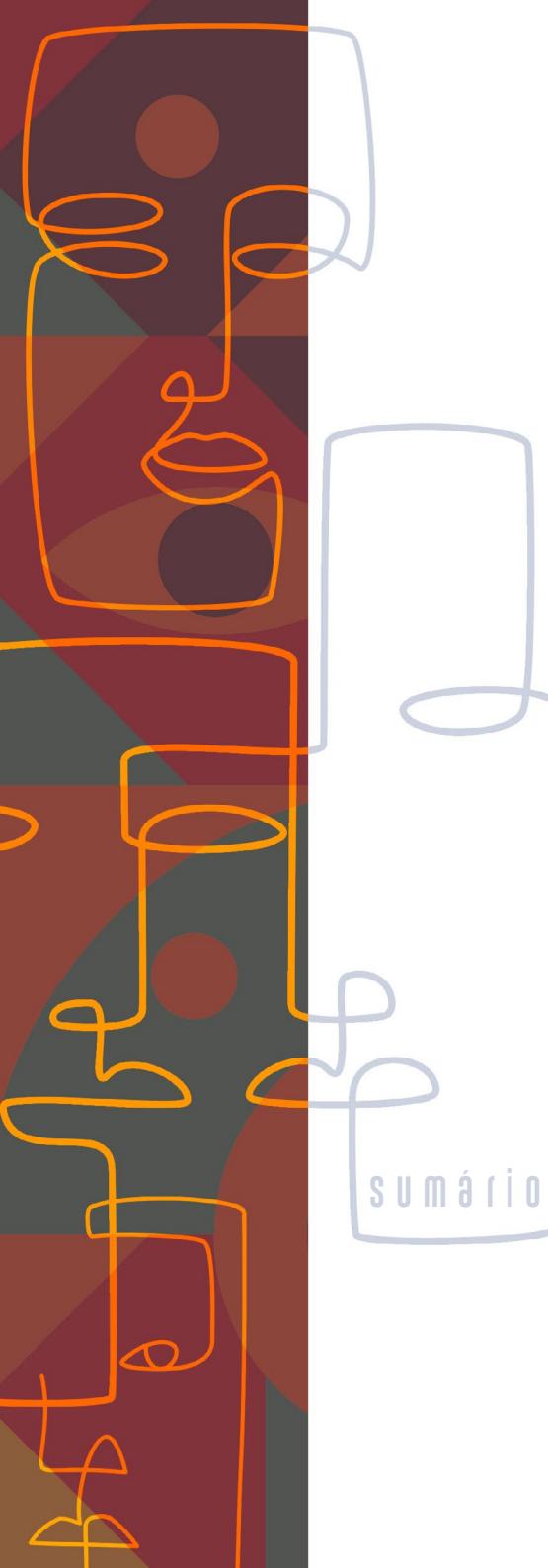
sumário



1
10

Kalline Flávia Silva Lira
Ricardo Vieiralves de Castro

REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADES E MEMÓRIA: REFLETINDO A CATEGORIA GÊNERO NO SERTÃO NORDESTINO



Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô.

Eita pau pereira

Que em princesa já roncou

Eita Paraíba

Muié macho sim sinhô.

("Paraíba", Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, 1946).

INTRODUÇÃO

A epígrafe desse texto faz menção a uma música famosa no Nordeste do Brasil, eternizada na voz de Luiz Gonzaga, conhecido como o “Rei do Baião”, que embora se refira ao estado da Paraíba, popularizou o termo “paraíbas” como expressão utilizada, principalmente no Sul e Sudeste do país, para designar as mulheres nordestinas. Com isso foi reforçada a ideia de que as mulheres do Sertão são “mulheres-machos”, ou seja, mulheres masculinizadas, com traços considerados pertencentes ao universo masculino.

Jodelet (2002) afirma que uma representação social é estabelecida através de um processo de compartilhamento, e que esse conhecimento do senso comum estrutura modos de vida e práticas no cotidiano. Segundo Halbwachs (2013), para que o sujeito lembre um evento passado, não é necessário apenas que ele seja evocado por outros; é preciso que a pessoa tenha algum “resquício” da rememoração para que os conjuntos de testemunhos se constituam em lembranças.

A diversidade de comportamentos e atitudes atribuídas às mulheres e aos homens do Sertão pontua que as imagens fixas não condizem necessariamente com o cotidiano, pois muitas vezes ao referir-se ao Nordeste/Sertão podem-se trazer à tona imagens cristalizadas associadas

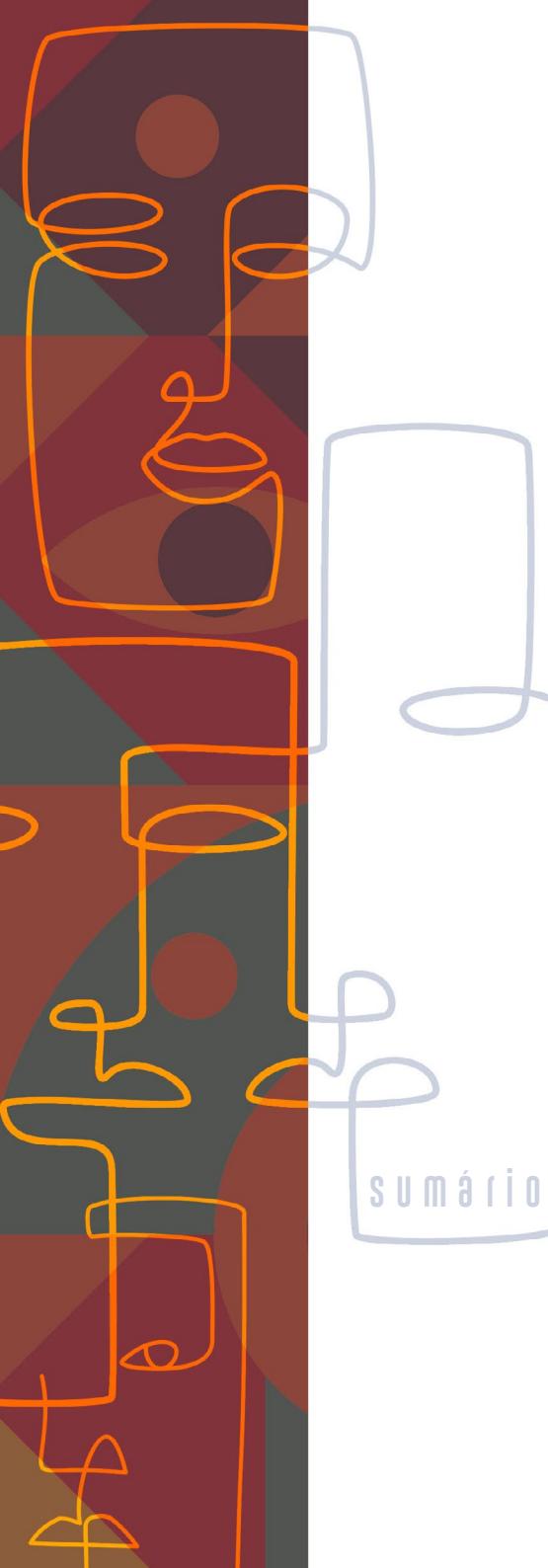
sumário

à seca, fome e calor. Por outro lado, também se podem desconstruir essas representações fazendo alusão às ações, acontecimentos e pessoas que subvertem essas imagens estereotipadas. Para Ricouer (2006), a identidade compreende a pluralidade do ser, que muda a cada etapa, e a cada nova experiência vivida. Aceitar as diferenças pode facilitar o reconhecimento do outro, mas pode também, por um lado, banalizar e, por outro, torná-los tão evidentes que o reconhecimento vem acompanhado da intolerância e da violência.

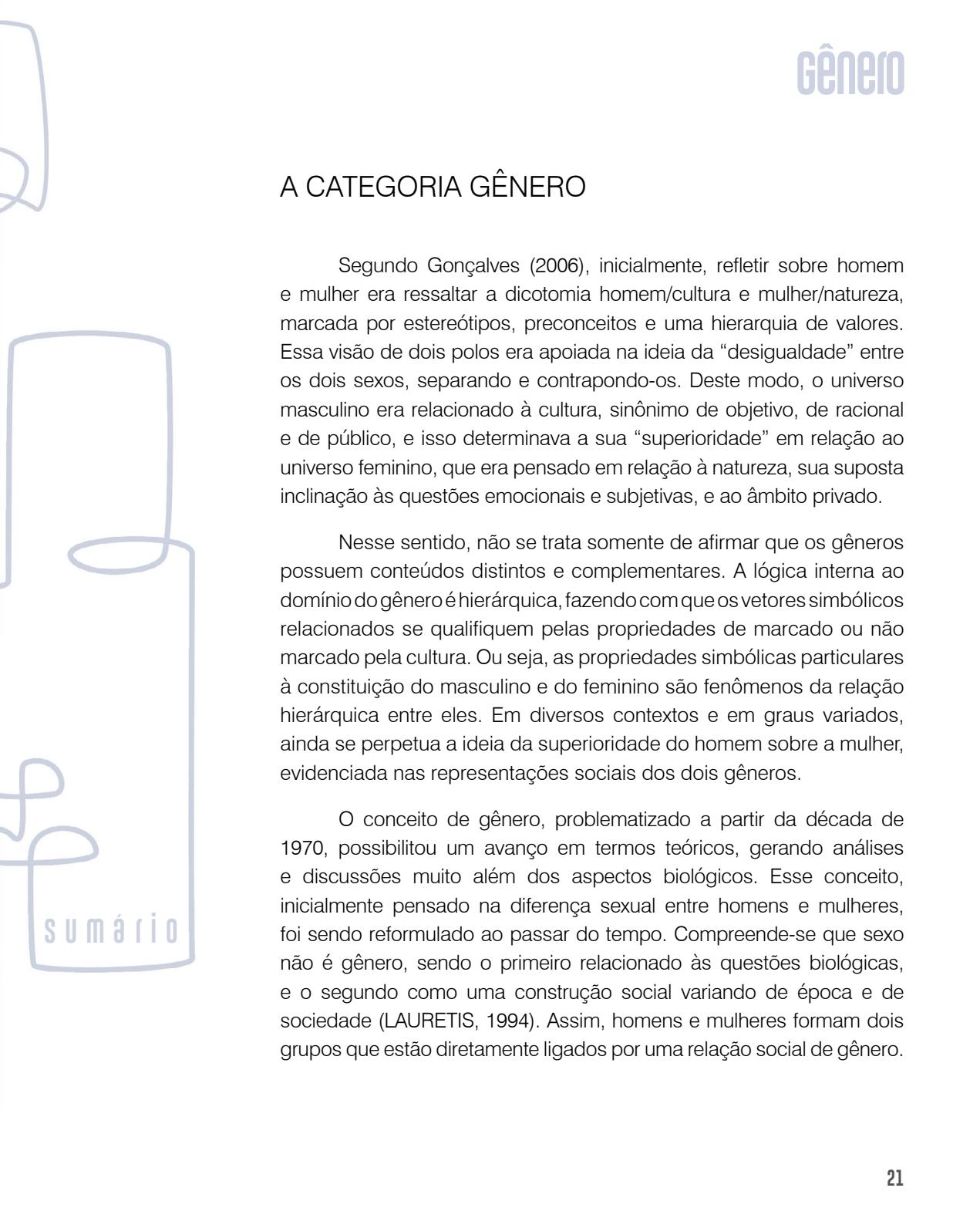
A partir de uma compreensão interseccional do gênero, Brah (2006) argumenta que as interconexões entre racismo, classe e sexualidade, ou ainda qualquer outro marcador de “diferença”, deve levar em conta a posição dos diferentes segregacionismos entre si. O conceito de diferença, “se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados” (BRAH, 2006, p. 374). Para a autora, é importante saber se a diferença resulta em desigualdade ou igualitarismo, compreendendo que nem sempre é fácil desemaranhar os diferentes movimentos do poder. No caso do gênero no Sertão, a diferença parece resultar em profundas desigualdades, posto que as experiências com o semiárido, as relações com coronéis e jagunços, produzem diferentes subjetividades e identidades.

Este estudo tem o objetivo de analisar a categoria gênero a partir de uma perspectiva interseccional com a categoria regionalidade, neste caso, com o sertão nordestino, utilizando três conceitos teóricos – a representação, a identidade e a memória social. Para analisar as diferenças entre os gêneros, destacaram-se dois fenômenos sociais locais importantes – o coronelismo e o cangaço.

A CATEGORIA GÊNERO

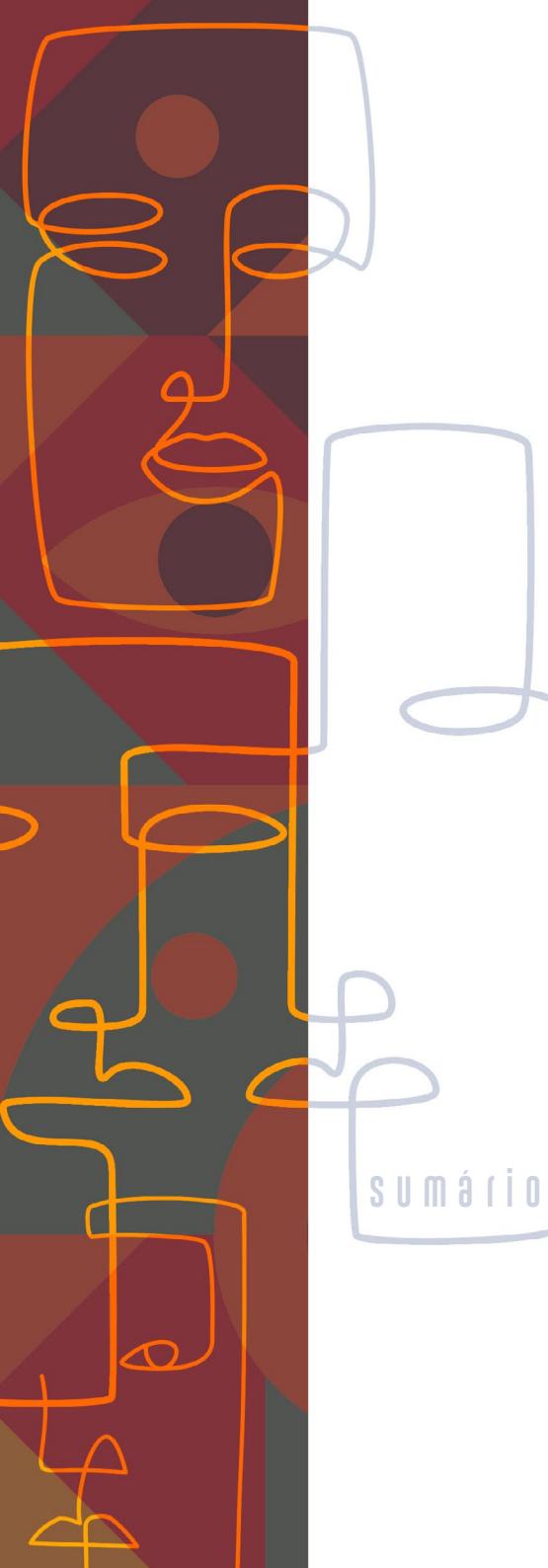


Segundo Gonçalves (2006), inicialmente, refletir sobre homem e mulher era ressaltar a dicotomia homem/cultura e mulher/natureza, marcada por estereótipos, preconceitos e uma hierarquia de valores. Essa visão de dois polos era apoiada na ideia da “desigualdade” entre os dois sexos, separando e contrapondo-os. Deste modo, o universo masculino era relacionado à cultura, sinônimo de objetivo, de racional e de público, e isso determinava a sua “superioridade” em relação ao universo feminino, que era pensado em relação à natureza, sua suposta inclinação às questões emocionais e subjetivas, e ao âmbito privado.



Nesse sentido, não se trata somente de afirmar que os gêneros possuem conteúdos distintos e complementares. A lógica interna ao domínio do gênero é hierárquica, fazendo com que os vetores simbólicos relacionados se qualifiquem pelas propriedades de marcado ou não marcado pela cultura. Ou seja, as propriedades simbólicas particulares à constituição do masculino e do feminino são fenômenos da relação hierárquica entre eles. Em diversos contextos e em graus variados, ainda se perpetua a ideia da superioridade do homem sobre a mulher, evidenciada nas representações sociais dos dois gêneros.

O conceito de gênero, problematizado a partir da década de 1970, possibilitou um avanço em termos teóricos, gerando análises e discussões muito além dos aspectos biológicos. Esse conceito, inicialmente pensado na diferença sexual entre homens e mulheres, foi sendo reformulado ao passar do tempo. Compreende-se que sexo não é gênero, sendo o primeiro relacionado às questões biológicas, e o segundo como uma construção social variando de época e de sociedade (LAURETIS, 1994). Assim, homens e mulheres formam dois grupos que estão diretamente ligados por uma relação social de gênero.



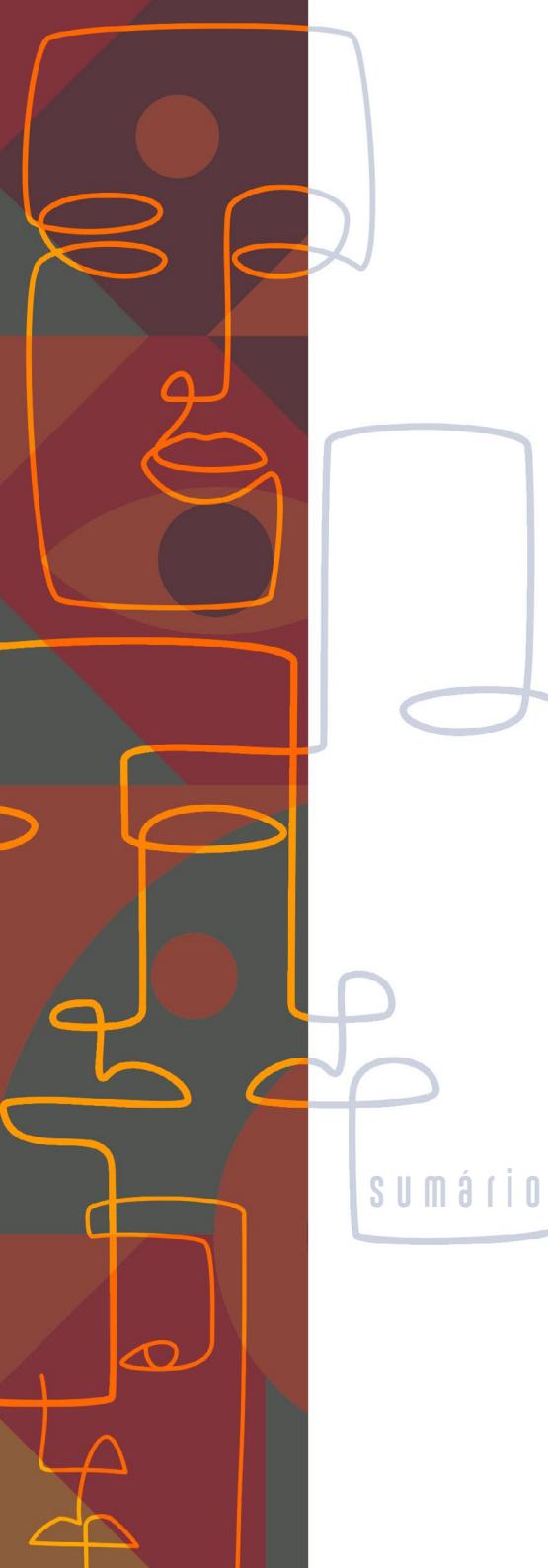
Lauretis (1994) argumenta a necessidade de separar gênero de diferença sexual, e partindo de uma visão foucaultiana, passar a conceber gênero como produto de várias tecnologias, ou seja, como um dispositivo. Para a autora, os gêneros são produzidos por uma tecnologia, uma maquinaria de produção, que criam as categorias homem e mulher para todas as pessoas, através de discursos apoiados nas instituições, como a família e a escola. A problemática colocada pela autora permite constatar de que somos sujeitos constituídos no gênero, porém não se deve considerar apenas a diferença sexual, mas também os códigos linguísticos e as representações culturais que estão imbricados nas diversas relações sociais.

Considerando as abordagens que buscam explicar o gênero, mas percebendo que cada uma tem falhas, Scott (1995, p. 86) propõe uma definição que incorpora duas posições, entendendo como: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". Dessa forma, trabalhar com o conceito de gênero é ampliá-lo além das questões sobre diferenças físicas e biológicas, sendo necessário afirmar sua dimensão social, histórica e política.



Nessa lógica, as representações são algo que o indivíduo cria a partir de seus valores, crenças e costumes, para explicar uma situação cotidiana. Por exemplo, explicam a subordinação das mulheres em relação aos homens pela crença de que as mulheres são mais emotivas, sensíveis, mais propensas ao pecado (posto que o "pecado original" foi culpa de uma mulher), sua sexualidade deve ser preservada (castidade), entre outras crenças que vão perpetuando no tempo em determinadas sociedades.

Assim, entende-se que o estudo das representações sociais é importante para compreender a sociedade e as relações de gênero nela existentes, sendo necessário conhecer o contexto em que os



indivíduos estão inseridos, bem como as práticas sociais vivenciadas por eles. Nesta perspectiva, segundo Arruda (2002), a teoria das representações sociais apresenta-se como um paradigma que pode ajudar na compreensão de temas/objetos que são ao mesmo tempo processo e produto, como as relações de gênero.

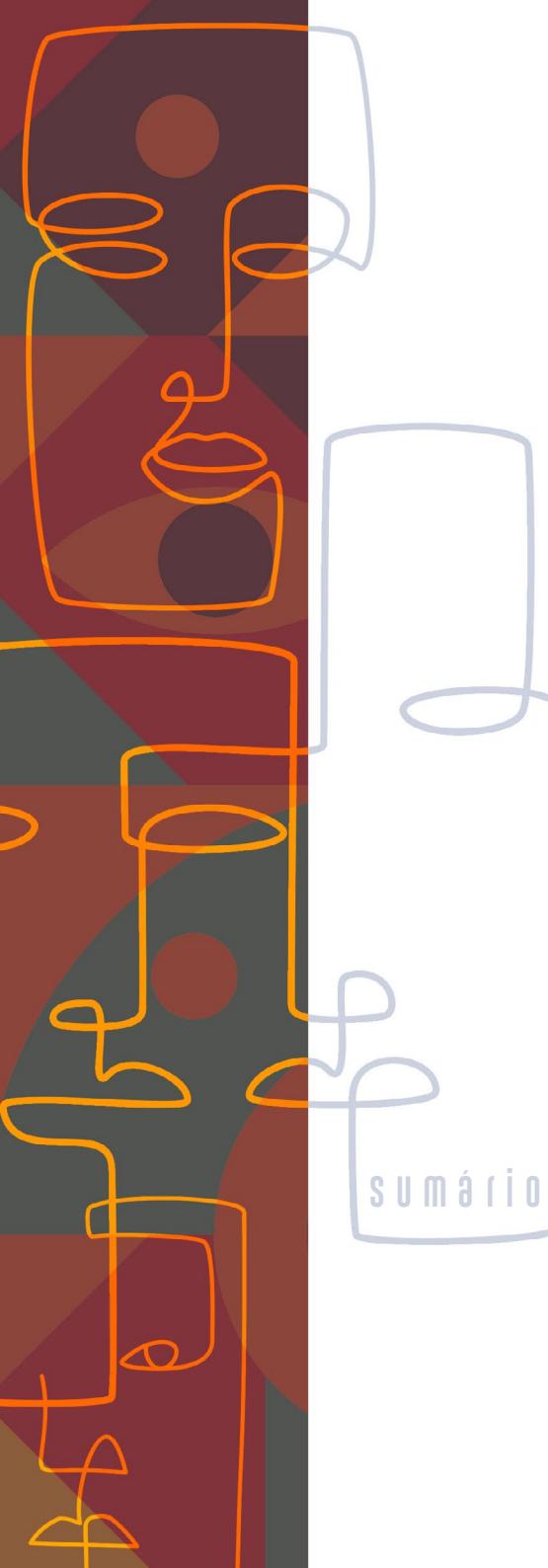
As representações sociais compartilhadas de homens e mulheres estão relacionadas aos fatores históricos e culturais associados a um determinado grupo social. Para Arruda (2002), gênero é uma categoria relacional que considera os gêneros em presença, bem como devem ser consideradas as relações de poder, da subjetividade e do saber concreto. No Sertão nordestino, demonstra-se a importância dos fenômenos locais, como o coronelismo e o cangaço. Essa representação está ligada aos estereótipos antigos e ainda existentes no senso comum, e são determinantes da percepção do homem e da mulher do Sertão.

As representações dos homens do Sertão estão ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro, e alimentam o mito do “cabra macho” que contribui para um modelo de masculinidade baseada numa relação entre homens e mulheres que vigora desde o Brasil colônia, estruturando, como pontua Jodelet (2002), os modos de vida e as práticas cotidianas. Por outro lado, muitas mulheres acabam “aceitando” que nasceram para uma vida “sofrida”, porque isso caracterizaria o “ser mulher” do Sertão.

sumário

A CATEGORIA REGIONALIDADE

Embora a categoria “Sertão” apareça nos relatos dos viajantes europeus desde o século XVI, para Amado (1995), sua abrangência espacial e seus sentidos foram sendo gradativamente redefinidos, até chegarmos ao conhecimento atual de Sertão como uma das áreas

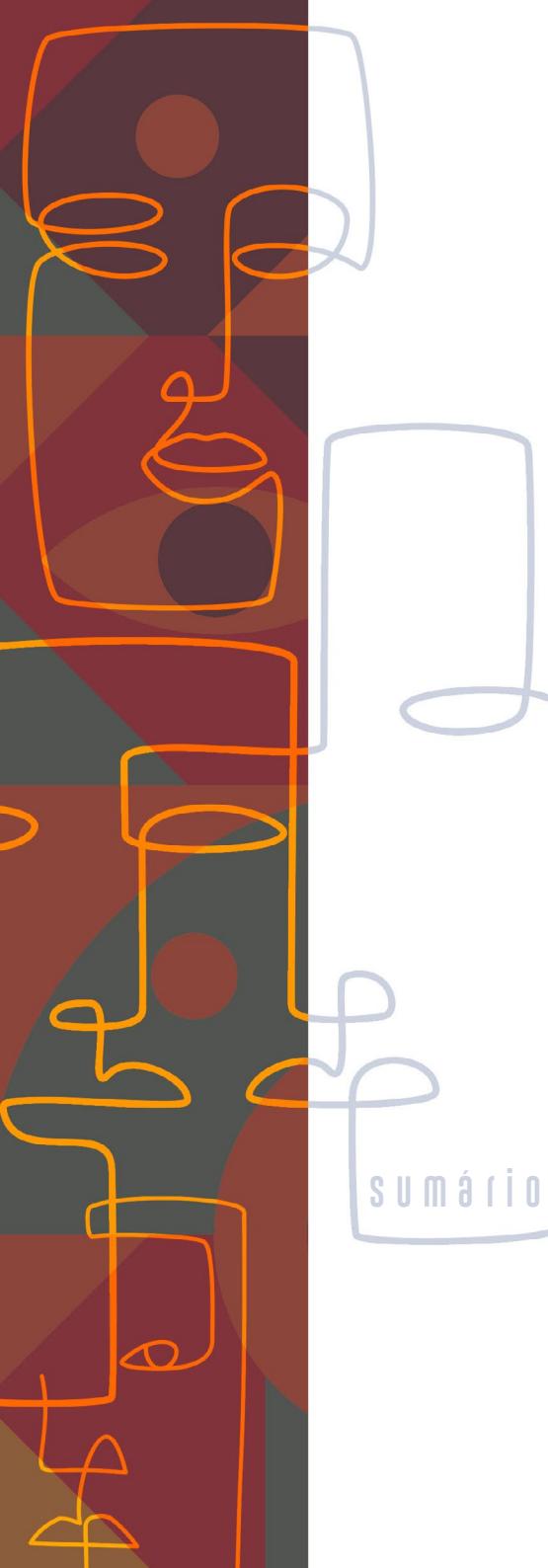


nas quais se subdivide o Nordeste brasileiro. Porém, a força do termo foi tão grande que o senso comum e o imaginário social passaram a utilizar o “Sertão” e o “Nordeste” praticamente como sinônimos. Por isso, o Sertão, “entre os nordestinos, é algo tão crucial, tão cheia de significados, que sem ele, a própria noção de ‘Nordeste’ se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais” (AMADO, 1995, p. 145).

Segundo Prado Jr., no Sertão nordestino ocorreu o maior cruzamento entre o índio e o negro: “os que trazem estampados na pele o estigma de uma raça bastarda e oprimida: os negros e seus derivados mais escuros. [...] cruzam-se em larga escala, dando este tipo, o *sertanejo*, de tão singular definição psicológica e étnica” (2011, p. 119, grifo do autor).

Assim, seja pela influência da raça, ou até mesmo por ser uma região árida, seca e pobre, há uma ideia amplamente divulgada de que a região seria povoada por uma “sub-raça”, enfatizando a superioridade do “Sul” em relação ao “Norte”. Segundo o historiador Albuquerque Jr. (2009), o Sul seria eleito naturalmente o fundamento da nação, explicando que tal situação se deve ao fato de que, tanto o Sul quanto o Norte, de formas diferentes, afirmavam o Norte enquanto espaço associado ao rural. O Sul representava de forma pejorativa, associando o lugar com o atraso, a violência e a miséria. Já o Norte tinha o rural como representação da brasiliade mais pura, distante das influências estrangeiras, lugar do homem forte do Sertão, mas também como lugar de seca, sendo este um dos fortes elementos de constituição da região.

Conforme Dumont (1997), a sociedade moderna é individualista, e a noção de valor é o operador da diferença no interior de uma relação hierárquica, ou seja, é o vetor que permite a um determinado termo ser a expressão do sentido da totalidade e, ao mesmo tempo, daquilo que torna um diferente do outro. Dessa forma, pensar a oposição entre o “Brasil de cima” (o Norte) versus o “Brasil de baixo” (o Sul), é



atribuir valores diferentes a cada região. Como pontua Dumont (1997, p. 66), “adotar um valor é hierarquizar, e um certo consenso sobre os valores, uma certa hierarquia das ideias, das coisas e das pessoas é indispensável à vida social”. Em decorrência da imputação diferenciada de valor às entidades sociais, ocorre que os lugares são postulados como diferentes, complementares e logicamente hierarquizados.

Albuquerque Jr. (2009) chama a atenção para a representação do Nordeste na mídia, principalmente nas novelas e nos programas de humor. O que aparece geralmente em cena é um lugar bem distante, com pessoas engraçadas, que falam errado, se vestem com roupas emendadas, usam maquiagem exagerada, e ao mesmo tempo violentas, dando tiros e “peixeiradas” para todo lado. Para o autor, a produção destes discursos conferiu ao Nordeste, e consequentemente aos/as nordestinos/as, determinadas características e estigmas morais, culturais, simbólicos e sexuais, frutos das relações de poder e saber, de conflitos e de acordos entre o Sul e o Norte.

GÊNERO E REGIONALIDADE: O HOMEM E A MULHER DO SERTÃO NORDESTINO

A partir da representação do Nordeste/Sertão como um lugar de atraso e de violência, emergem os discursos sobre o homem e a mulher que melhor representaria esse lugar: o/a sertanejo/a, aquele/a rude, embrutecido/a pela natureza, um/a guerreiro/a, resistente, capaz de enfrentar todo tipo de dificuldade e de sobreviver a elas.

Conforme Albuquerque Jr. (2009), o tipo nordestino vai se definindo como um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos – um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril, másculo, sem sentimentos de amor e afeto. A partir

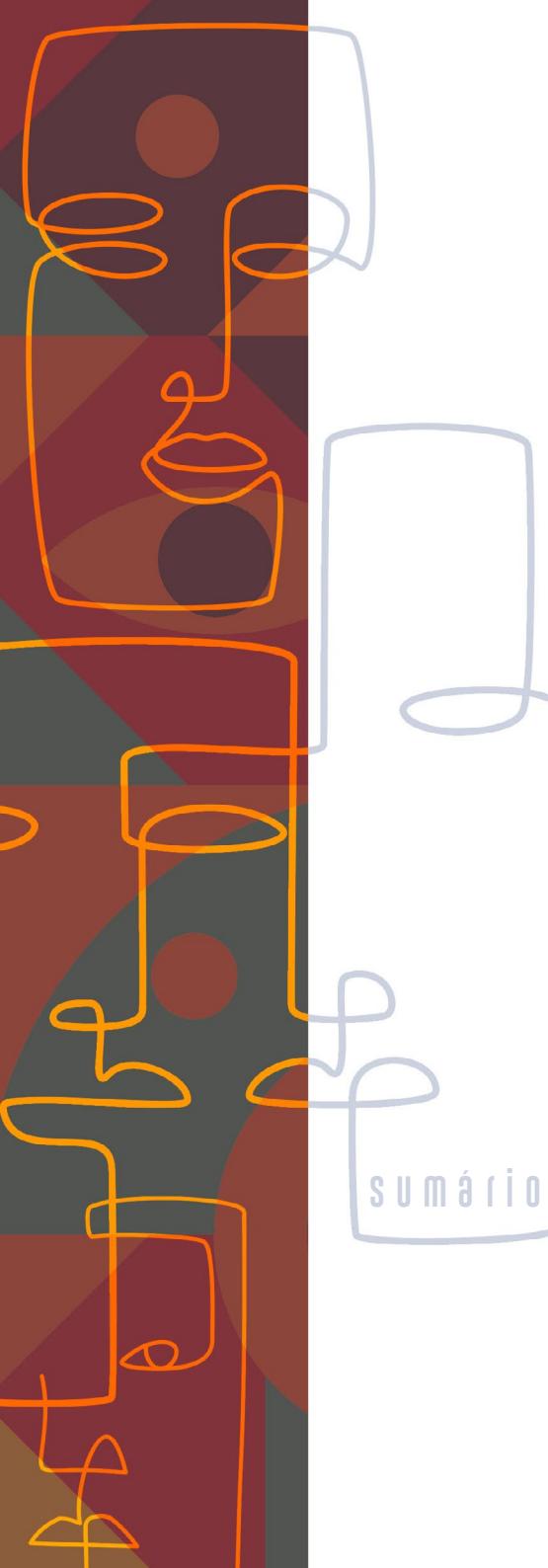
sumário

daí pode-se perceber que o processo de estereotipia do nordestino associado ao sertanejo, ao homem da roça, não é apenas uma disputa entre o Sul e Norte, mas principalmente uma forma de afirmar o povo do Sul como educado, moderno, rico e racional.

As principais representações sobre o homem sertanejo estão ligadas à sua força, bravura, virilidade. Para Albuquerque Jr. (2009), o nordestino surge como um tipo voltado para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo e dando lugar a uma sociedade “matriarcal”, efeminada. Conforme o autor, nesse discurso, está se falando do nordestino enquanto homem, um macho, não enquanto palavra que serve para se referir a toda espécie humana, pois a ideia de nordestino que está emergindo é pensada no masculino, não havendo lugar para o feminino nessa figura.

No Nordeste, segundo pontua Leal (2012), o coronelismo não foi um fenômeno simples, pois envolveu uma complexidade de características da política local. O coronelismo seria, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos, principalmente entre os senhores de terras e o poder público. O poder do coronel estava relacionado às populações rurais, e o coronel era uma figura local de grande influência, e dominavam funções de polícia e de justiça, submetendo ao seu poder, inclusive delegados, juízes e prefeitos. Nesse caso, quanto mais terra o coronel possuísse, maior era seu poder, e mais pessoais dependiam dele.

Para Janotti (1984), o estereótipo dos coronéis como pessoas rústicas, brutais e ignorantes não é o ideal, posto que todo estereótipo é restritivo e empobrecedor. Segundo a autora, o coronelismo seria uma política de compromissos, uma aliança do Estado com a oligarquia agrícola. Assim, para a autora, o coronel era um tipo social, que tinha sua autoridade reconhecida pela comunidade em função de seu papel “protetor”. Contudo, o coronel podia representar o bem ou o mal, a depender das circunstâncias e seus interesses. No coronelismo,

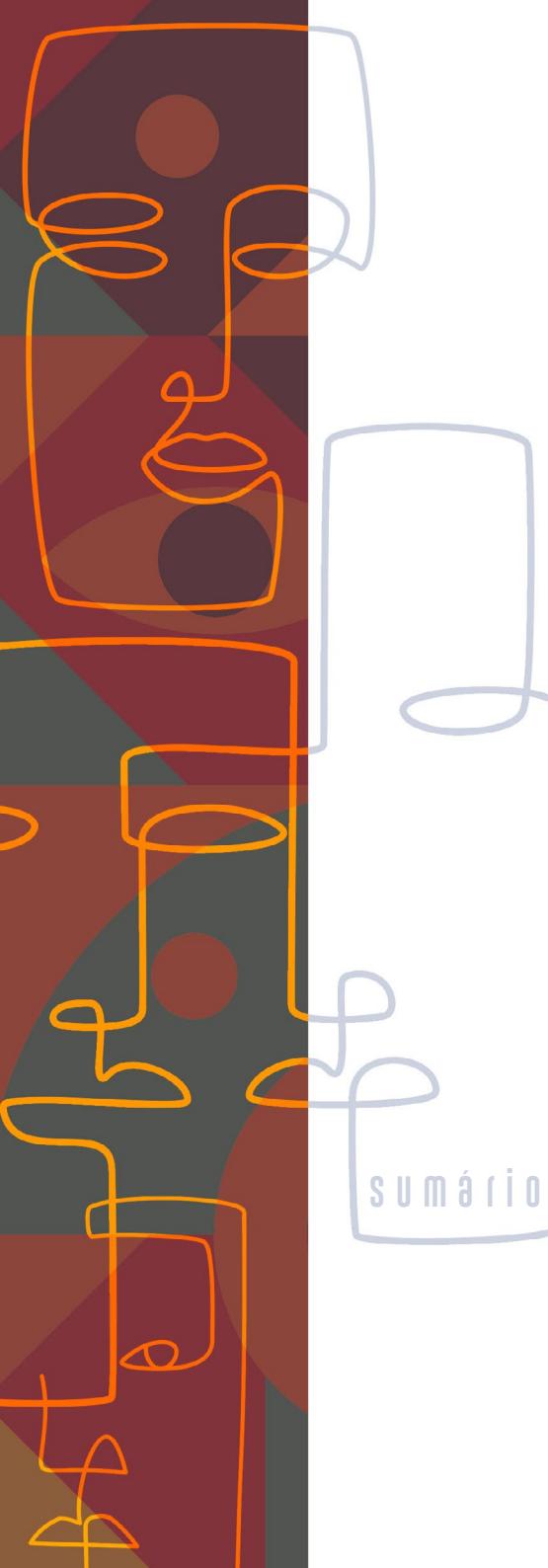


pode-se ver a mulher com dois objetivos: o da satisfação do homem, centro da sociedade coronelística, e o da reprodução. A mulher era, então, considerada frágil, indefesa, sendo aquela que precisava do homem para lhe proteger. A figura do coronel era respeitada além de sua casa, intervindo, inclusive, na vida de outras pessoas que eram manipuladas pelo seu poder.

Foi no final do século XIX até a década de 1940 que homens e mulheres do Sertão entraram para a história com o movimento do cangaço. Para Freitas (2005), o fenômeno do cangaço foi considerado uma alternativa em relação aos trabalhos rurais e aos casamentos que selavam acordos entre as famílias e não consideravam os sentimentos dos noivos, principalmente das mulheres. Ser cangaceiro (ou cangaceira) parecia ser algo subversivo a ordem social, patriarcal e clientelista existente, embora não se possa desconsiderar que as maiores vítimas das violências praticadas pelos cangaceiros eram as mulheres camponesas, que quando não entravam de forma forçada para os bandos, eram estupradas e até mesmo mortas.

Em seu estudo sobre a origem do cangaço, Facó (2009) situa historicamente o período colonial, como o período de exploração e ocupação do interior do país, em que os colonos expulsaram indígenas e os negros dos quilombos, como sendo responsável pelo surgimento dos capangas, que serviam para defender as terras dos ataques indígenas. Com o tempo, a função deixou de ser apenas defensiva e os capangas passaram a atacar as propriedades vizinhas. Como bem frisa o autor, os capangas eram comandados pelos coronéis, chefes locais.

Lins (2001) ressalta que o cangaço foi contado através de um imaginário de fome,残酷, beirando ao surrealismo. Isto não quer dizer que o autor negue as ações violentas cometidas pelos cangaceiros, mas alerta para a importância separar ficção e realidade. Ao atribuírem-lhes a ideia de violência e da violação sem medida, criou-se o mito dos cangaceiros. O nordestino, expresso no cangaceiro, é



radicalizado numa visão ambígua e perigosa, repudiado como monstro, mas amado e respeitado. Assim, como a violência normatiza a conduta dos homens pobres e livres do Sertão nordestino, tanto entre coronéis quanto entre os cangaceiros, o poder do mando, sem descartar o uso da força, é o que prevalece.

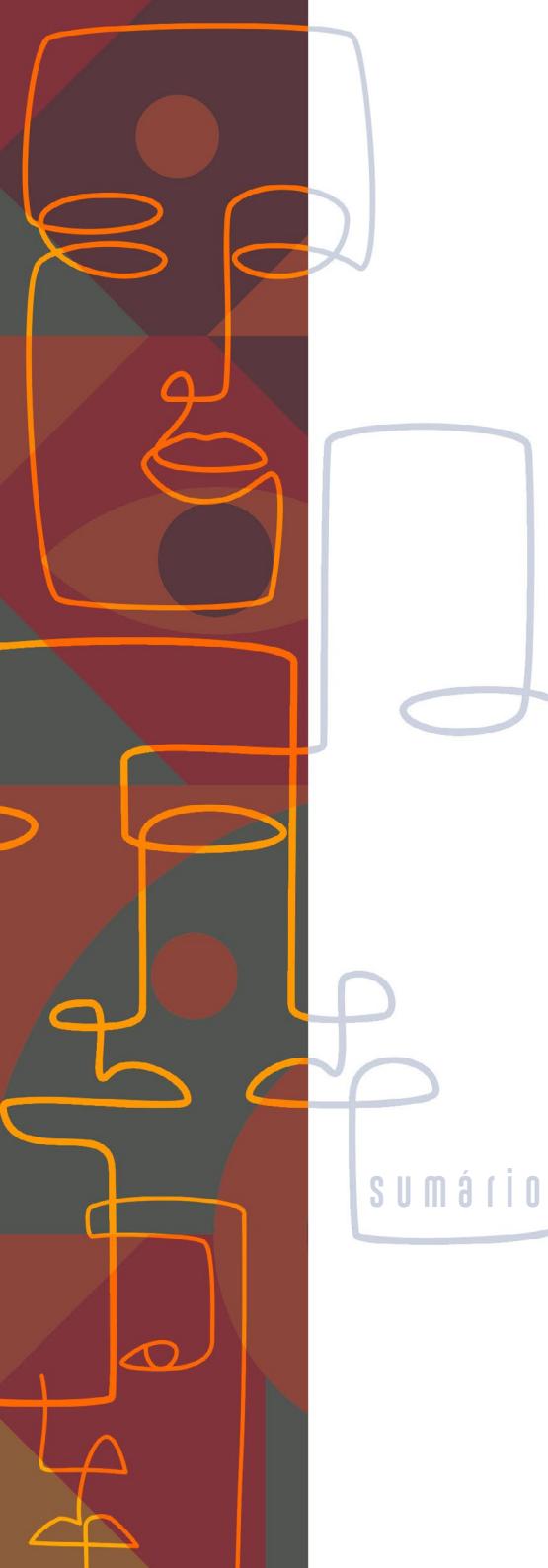
Retomando a proposição da representação social do homem nordestino como valente, viril, macho e corajoso, tem-se como consequência a imagem do “macho” do Sertão, que conforme Albuquerque Jr. (2010, p. 23) é “agressivo na vida e com as pessoas, se caracteriza pela vontade poder, de domínio, exige subordinados e subordinações, notadamente das mulheres”. Dessa forma, há uma naturalização do macho sertanejo e da violência praticada por eles, principalmente contra as mulheres.

Interesse notar que, de forma geral, as representações da mulher eram de “sexo frágil”, dócil, delicada, meiga. Porém, quando essa mulher é do Nordeste/Sertão, uma série de adjetivos opostos é trazida à tona, e quase sempre apresentam uma mulher masculinizada ou que remetem a um estereótipo: matuta, caipira, beata, cafona, e outras qualidades vinculadas à incivilização que lhe são frequentemente impostas. Os discursos preconceituosos acabam naturalizando os papéis de gênero, reafirmando a mulher do Sertão como feia, muito séria, e considerada boa para trabalhar, centradas na vida familiar, apegadas a terra e a acompanhar seus maridos.

Segundo Falcí (2017), o Sertão e seu modo de vida excêntrico, em relação à população do Sul, marcado pela pecuária e ausência do Estado, evidenciava a necessidade do uso da força, da honra e de códigos de conduta que alimentaram a ideia de que as mulheres nordestinas eram masculinizadas, pois só assim sobreviveriam aos obstáculos da região. Com isso, o “ser mulher” no Nordeste/Sertão ainda está no imaginário social muito ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. A mulher é vista como



sumário

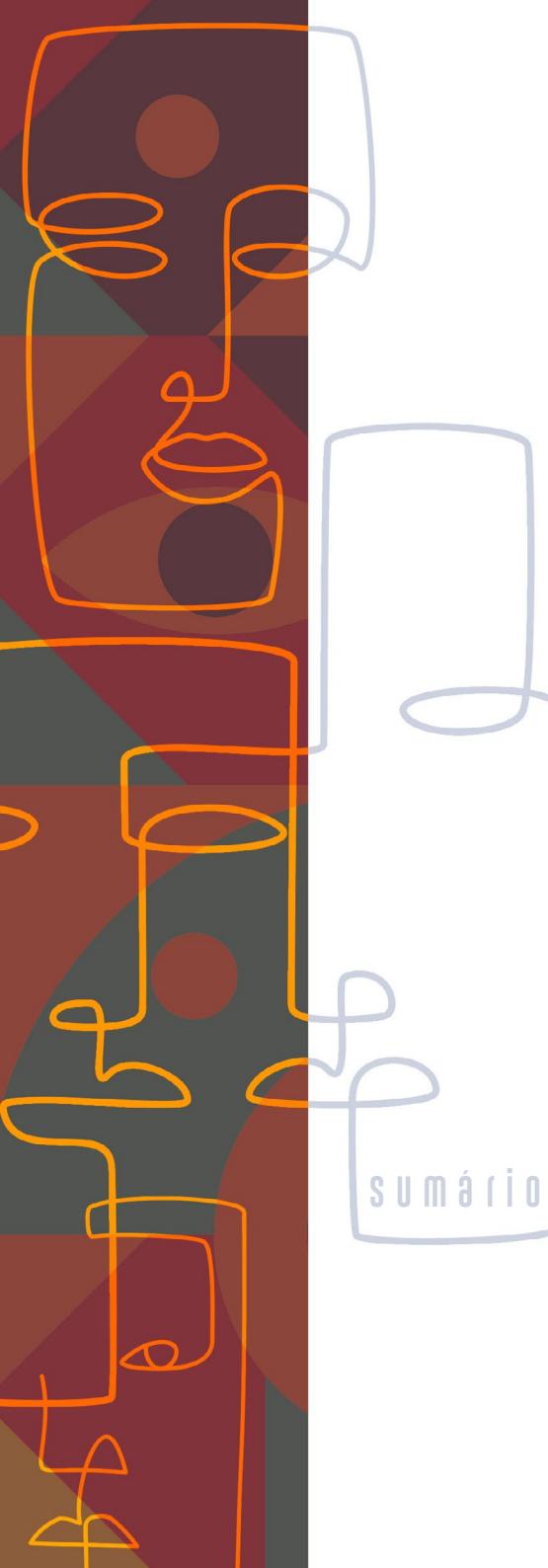


“mulher de coragem”, referindo-se às cangaceiras, trazendo arraigado esse estigma de “mulher macho”, uma categoria dicotômica de gênero, capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que seja, além de associá-la a valores morais rígidos e tradicionais.

Os diversos preconceitos constroem e estigmatizam tanto homens quanto mulheres. Esse olhar marcado por preconceitos de lugar que acarreta, por consequência, a imagem de “macho” do Sertão também acabam criando o mito da “mulher macho”. A manutenção da identidade é uma das funções das representações sociais, enquanto influência da cultura dos grupos de pertença, que oferecem possibilidades simbólicas de constituição identitária. Ricoeur (2006) comprehende a identidade como um reconhecimento, posto que além da necessidade de saber quem somos, é necessária a relação com o outro. Ou seja, já que não existimos sem o reconhecimento do outro, a alteridade é fundamental para o reconhecimento da identidade.

Ricoeur (2006) caracterizou as formas possíveis de reconhecimento que o indivíduo pode obter por parte da sociedade em que vive. Esse reconhecimento pode ser organizacional ou institucional, gerando prestígio, consideração e aceitação. Viver em sociedade exige um esforço contínuo de reconhecimento dos outros e de busca por ser reconhecido. Reconhecer que a mulher é diferente do homem, historicamente, colocou a mulher numa situação de subordinação, como se o homem tivesse direitos sobre corpo e a vida da mulher. Nessa mesma lógica, reconhecer que a mulher do Sertão é diferente das mulheres de outros locais tem perpetuado o imaginário dessa mulher como inferior, inculta, pobre, sem perspectivas de vida, sofrida com a seca.

Ricoeur (2007) aponta a relação entre memória e história, e a sua relação com a identidade. A memória seria a matriz da história, numa relação em que a memória serve a história e esta, por sua vez, consolida e perpetua uma memória determinada, ou seja, legítima determinada



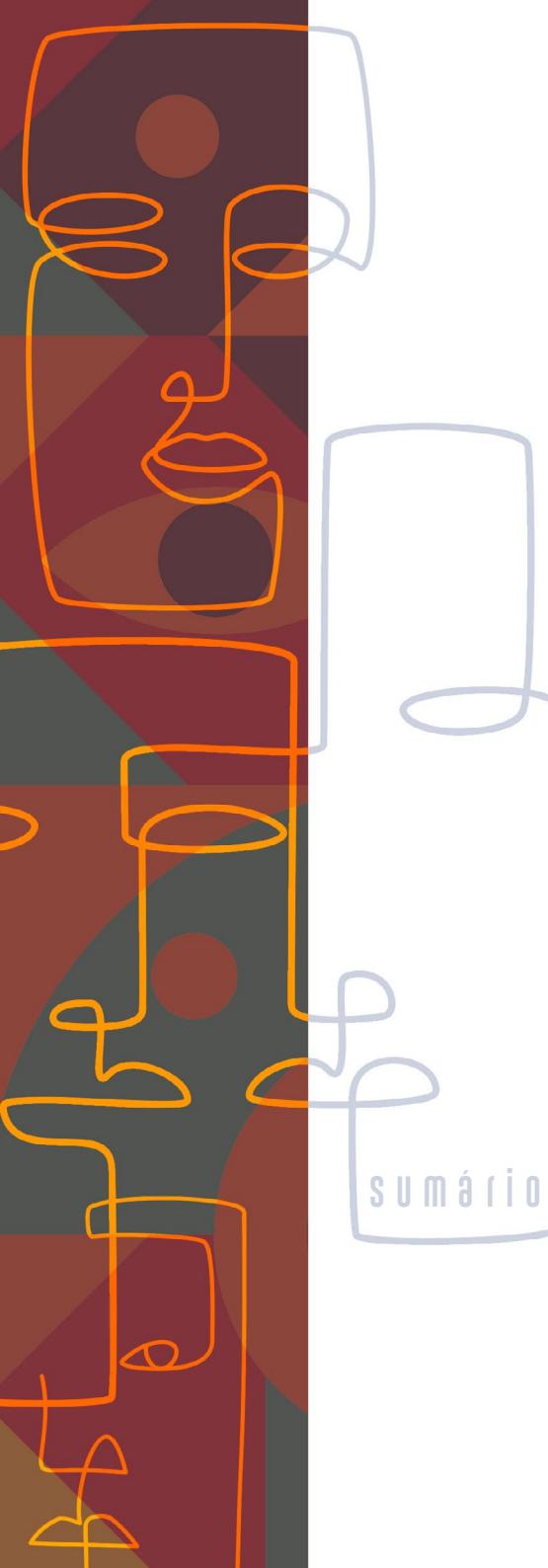
memória. A perpetuação de um ponto de vista único sobre o passado destitui a possibilidade de outras perspectivas (memórias). Assim, o passado é encerrado, fechado e não permite novas expectativas. O passado do cangaço, fenômeno social importante do Sertão nordestino, perpetuou uma memória de uma população valente, corajosa, muitas vezes violenta e sem escrúulos.

No que diz respeito às questões de gênero, esta perspectiva tem-se convertido numa espécie de “memória ensinada” que silencia ou minimiza a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da cultura e da história, como se as mulheres não tivessem participado efetivamente de grandes eventos sociais. Como não se pode mudar o passado, os estudos de gênero tentam mudar o presente, para garantir outro futuro. Se, como afirma Ricoeur (2007), a memória é fundamental para a reivindicação da identidade, é imprescindível relacionar as questões de gênero, de modo a alterar o estado das coisas atuais e permitir um futuro em que as assimetrias sejam descartadas.

Ainda sobre as questões da memória, Halbwachs (2013) postulou a categoria de “memória coletiva”, entendendo que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado, se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. Para o autor, a memória é um processo de reconstrução e deve ser analisada levando em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; e o fato de que se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais.

Outra questão importante refere-se à relação entre memória e espaço. Para Halbwachs (2013), a partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa a moldá-lo

sumário

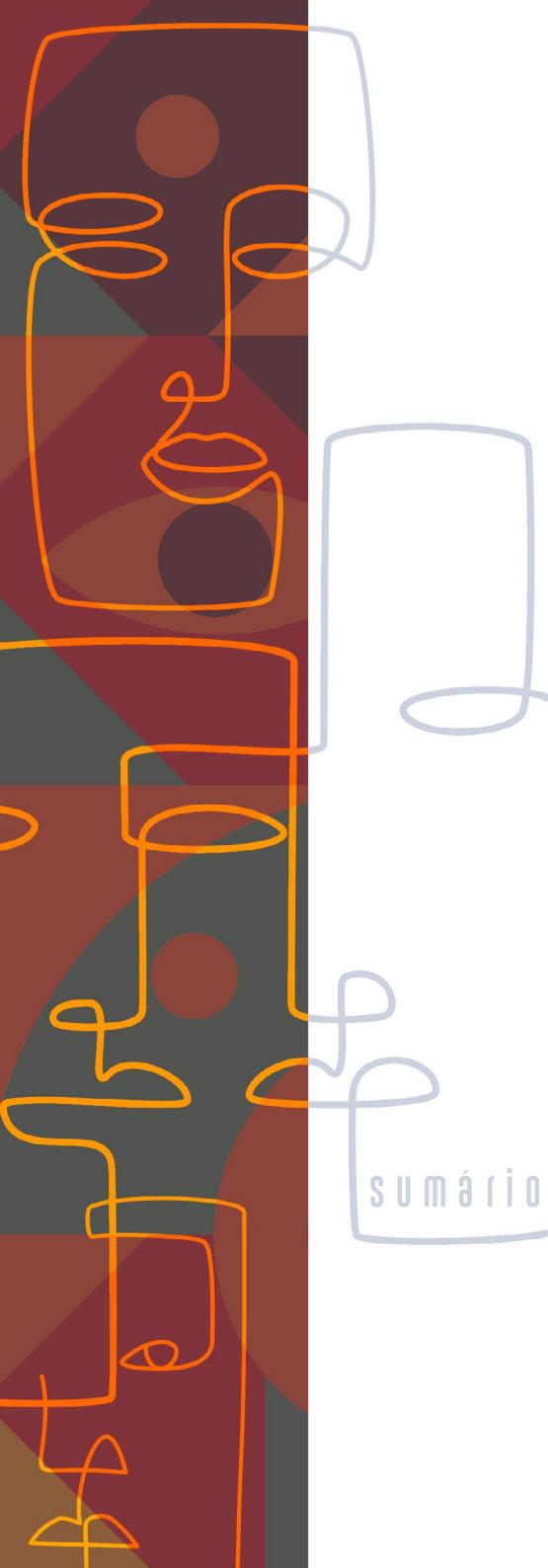


a sua imagem, suas concepções e valores. Este tipo de memória é muito importante no contexto do Sertão nordestino. Foi através da fala que muitas histórias ficaram conhecidas. Mais uma vez, o fenômeno do cangaço é um bom exemplo. Ainda hoje é difícil saber o que realmente aconteceu quando um determinado bando de cangaceiros passava numa cidade. O que importa são as memórias que continuam sendo contadas.

A memória do cangaço ainda é muito forte no Sertão nordestino, sendo sua história bem representada em filmes e documentos. No entanto, pouco há sobre as cangaceiras. Esta invisibilidade é expressa até na definição sobre o que foram. Ressalta-se que a questão do gênero não se reduz à diferenciação sexual, pois se considera, mais uma vez, que o gênero é constituído por práticas culturais e linguagens que definem o masculino e o feminino; portanto, o feminino não se resume a traços biológicos, sendo uma construção.

Freitas (2005) apresentou três motivações para a entrada das mulheres no movimento do cangaço: voluntário, rapto ou fuga. Independente do motivo, os documentários analisados pela autora apresentaram essa experiência como algo positivo. Dessa forma, apesar da pouca visibilidade das mulheres na memória do cangaço (com exceção de algumas, como Maria Bonita e Dadá), a identidade da mulher do Sertão foi sendo construída a partir desse fenômeno.

Importante ressaltar que o movimento do cangaço é contraditório. Para alguns, Lampião foi uma espécie de herói. Assim, a constituição da memória coletiva referente ao cangaço, segundo as proposições de Halbwachs (2013), não seria uma imposição, mas uma adesão afetiva ao grupo, que ele denomina de “comunidade afetiva”. Para o autor, a memória nacional seria a mais completa forma de memória coletiva. Essa memória nacional do cangaço foi registrada na literatura, no cordel, pelos memorialistas. Existia (e ainda existe) em torno do mito do cangaço uma adesão afetiva, por tudo que ele representou para o Sertão.



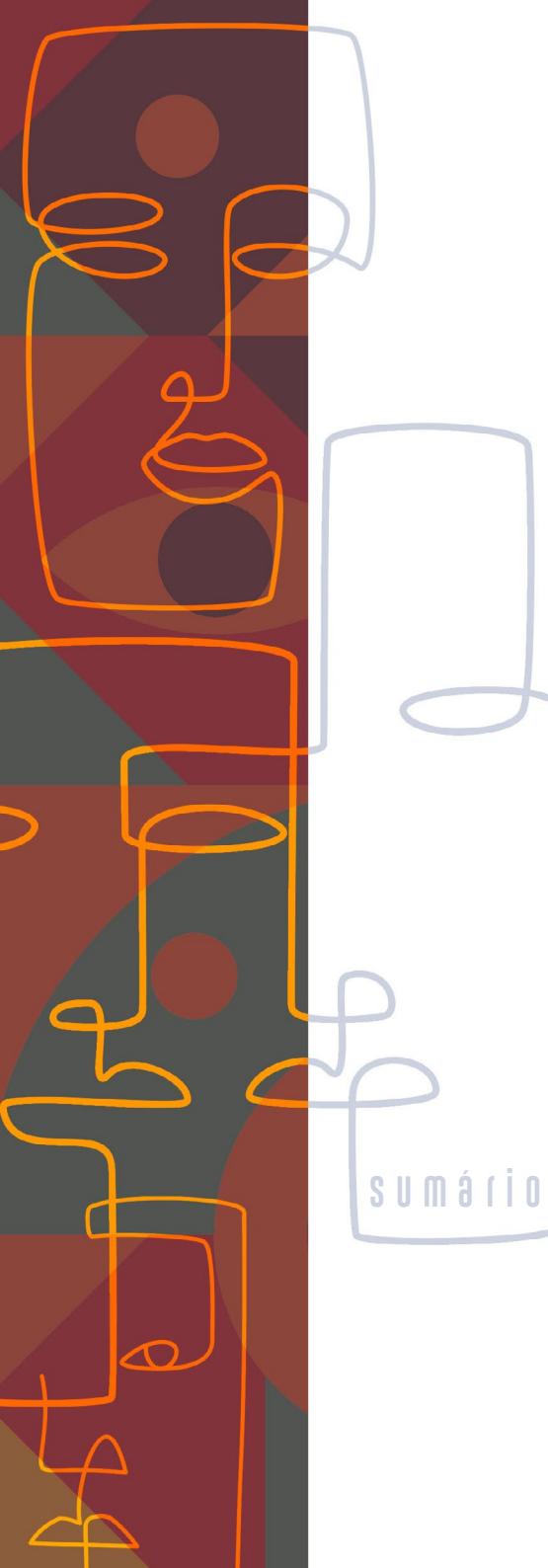
Da mesma forma, é fundamental analisar as representações sociais sobre o fenômeno do coronelismo e do cangaço e, consequentemente, da mulher e do homem do Sertão. As representações sociais evidenciam que o contexto sertanejo (embora não o único) apresenta uma ambiguidade na identidade de gênero da mulher, por exemplo, que num momento é vista como “mulher-macho” ligada ao estereótipo do cangaço, e em outro é vista como “mulher-frágil”, mãe e esposa dedicada, ligada ao coronelismo.

No entanto, tenta-se argumentar que, diferente do que está posto na memória social, as representações de gênero no Sertão são múltiplas, como são as mulheres e os homens de qualquer espaço geográfico, cultural, social e histórico. O que se vê recorrentemente é a reprodução do estereótipo da mulher e do homem do Sertão com características bem definidas, delimitando as suas possibilidades. Faz-se necessário, portanto, questionar a forma como o gênero no Sertão vem sendo representado e construído pelas produções sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a categoria gênero a partir de uma perspectiva interseccional com a categoria regionalidade, ou seja, apresentar a necessidade de pensar o gênero de forma plural, sem deixar de tensionar outros marcadores, como o espaço geográfico, neste caso, o Sertão nordestino.

Como o gênero é uma construção social, é fundamental o questionamento de representações tradicionais de gênero que contribuem para que homens e mulheres percebam determinados comportamentos e atitudes como parte da “natureza” masculina ou feminina. Pode-se pensar no entendimento das teses de Dumont (1997), em que o masculino é compreendido como valor social



englobante e, assim, a produção do masculino classifica o feminino, atrelando-o à problemática da diferença.

Conforme propôs Brah (2006), a diferença pode resultar em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. Esse olhar para a mulher do Sertão como exótico, como “outro” completamente distinto da sociedade, ainda não tem permitido esse agenciamento de maneira mais contundente. A representação única dos gêneros, seja mulher ou homem do Sertão, produz efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações socais, e como sugere Lauretis (1994), aprisionam as subjetividades, numa cadeia de produção sobre si através das tecnologias, como linguagem, imaginário, entre outras.

Evidenciou-se a hierarquia existente entre homens e mulheres do Sertão a partir da ambiguidade na identidade de gênero da mulher, ora vista como “mulher-macho”, ligada ao estereótipo do cangaço, ora vista como “mulher-frágil”, ligada ao coronelismo. De qualquer forma, o cangaço é representado por um contexto transgressor, que não segue regras nem leis, e por isso é visto como a representação da própria violência, principalmente contra as mulheres. Já o coronelismo, na figura marcante do “coronel”, representa a dominação do homem sobre as mulheres, suas esposas, consideradas apenas objetos da sexualidade do marido e instrumento de procriação.

Compreende-se que as mulheres e os homens do Sertão possuem diversidade do ponto de vista econômico, político, cultural, social, e não podem ser pensadas/os a partir de estereótipos construídos desde o século passado. O que se propõe, por fim, é que as produções sobre gênero no Sertão, e consequentemente as pesquisas realizadas e as políticas públicas implantadas, levem em consideração os tensionamentos entre os marcadores de gênero e regionalidade, além de outros que se façam necessários, como raça/cor, sexualidade, classe social, etc. E isto pode ser feito através de estudos sobre representações sociais, identidade e/ou memória social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charliton J. S.; SANTIAGO, Idalina M. F. L.; NUNES, Maria Lúcia S. (orgs.). *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 23-34.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 127-147, novembro 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, janeiro/junho 2006.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. O sistema de castas e suas implicações. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 241-277.

FREITAS, Ana Paula S. *A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930 – 1940)*. 2005. 242 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, São Paulo.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

- LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LINS, Daniel. *Lampião: o homem que amava as mulheres*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RICOEUR, Paul. *Percorso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, julho/dezembro 1995.



MARIA RITA BARBOSA PIANCÓ PAVÃO
MARIO DE FARIA CARVALHO

**GÊNERO,
SUBJETIVIDADES
E (OUTRAS) FORMAS
DE PERCEPÇÃO
DE SI**

INTRODUÇÃO¹

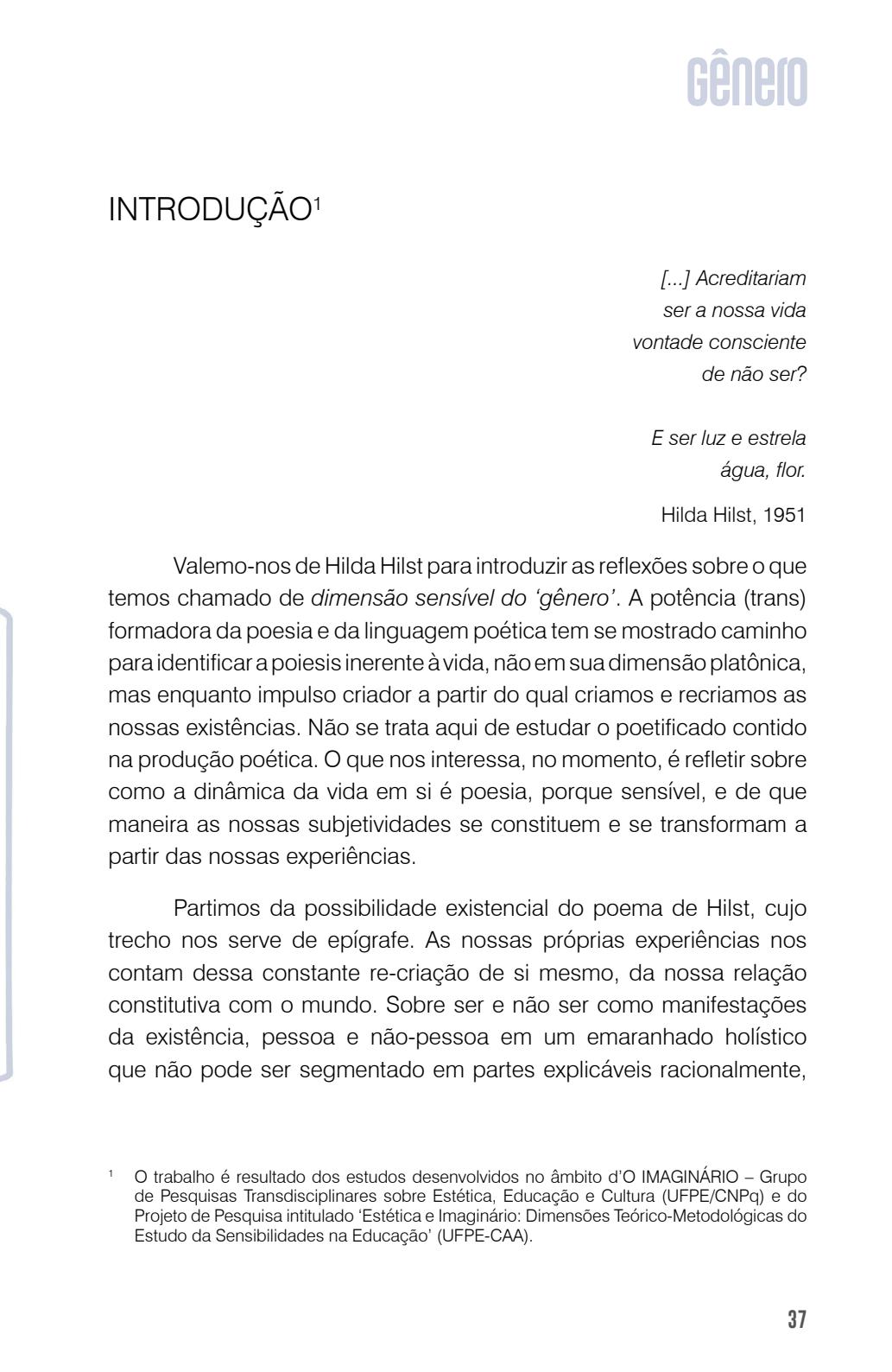
[...] Acreditariam
ser a nossa vida
vontade consciente
de não ser?

E ser luz e estrela
água, flor.

Hilda Hilst, 1951

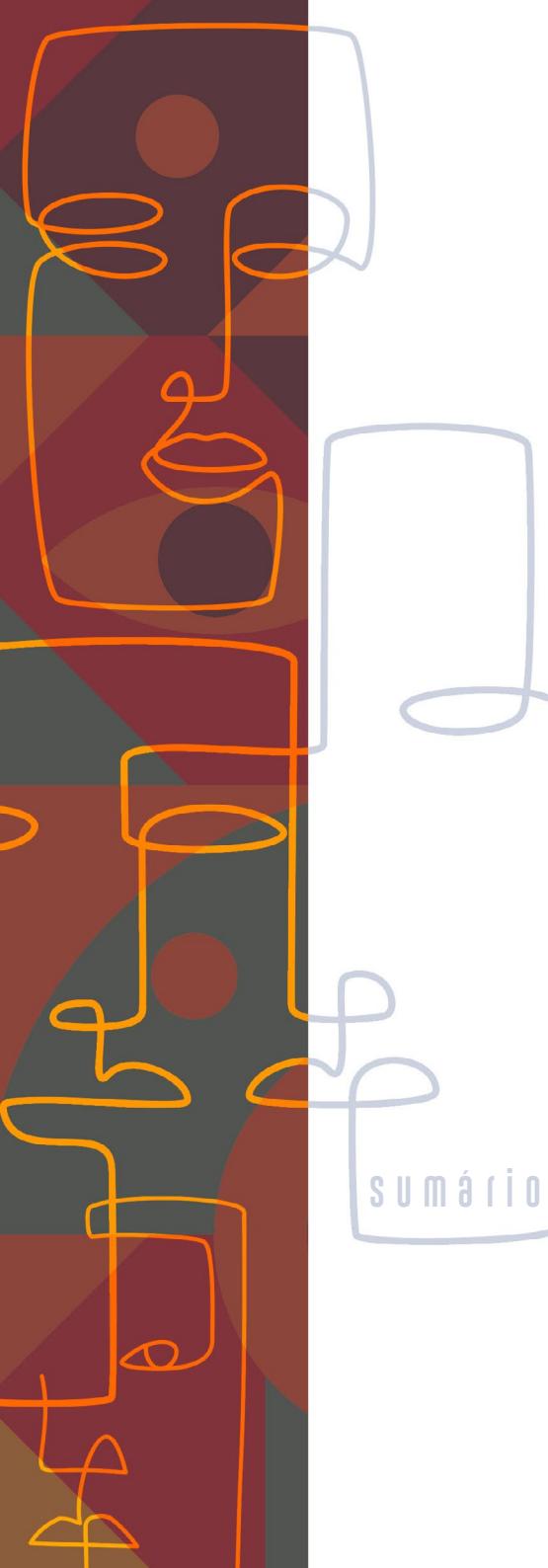
Valemo-nos de Hilda Hilst para introduzir as reflexões sobre o que temos chamado de *dimensão sensível do 'gênero'*. A potência (trans) formadora da poesia e da linguagem poética tem se mostrado caminho para identificar a poiesis inerente à vida, não em sua dimensão platônica, mas enquanto impulso criador a partir do qual criamos e recriamos as nossas existências. Não se trata aqui de estudar o poetificado contido na produção poética. O que nos interessa, no momento, é refletir sobre como a dinâmica da vida em si é poesia, porque sensível, e de que maneira as nossas subjetividades se constituem e se transformam a partir das nossas experiências.

Partimos da possibilidade existencial do poema de Hilst, cujo trecho nos serve de epígrafe. As nossas próprias experiências nos contam dessa constante re-criação de si mesmo, da nossa relação constitutiva com o mundo. Sobre ser e não ser como manifestações da existência, pessoa e não-pessoa em um emaranhado holístico que não pode ser segmentado em partes explicáveis racionalmente,



sumário

¹ O trabalho é resultado dos estudos desenvolvidos no âmbito d'O IMAGINÁRIO – Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE/CNPq) e do Projeto de Pesquisa intitulado 'Estética e Imaginário: Dimensões Teórico-Metodológicas do Estudo da Sensibilidades na Educação' (UFPE-CAA).



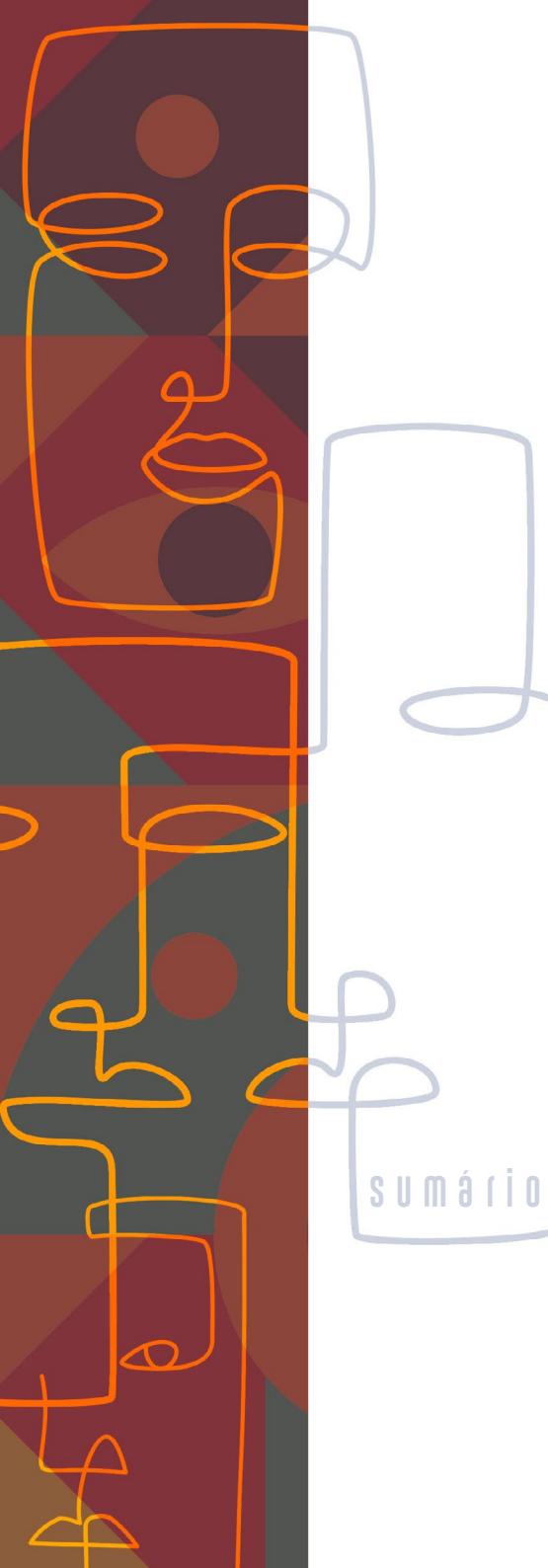
como impõe o cartesianismo científico. Faz-se necessário, então, que utilizemos as sensibilidades para perceber e apreciar tal organicidade.

Com vistas a situar a discussão à proposta do livro, buscamos as imbricações sensíveis à categoria teórica ‘gênero’, sem deixar de reconhecer a sua importância epistemológica para uma *outra* maneira de produção de conhecimentos científicos. A historiografia feminista revela a natureza masculina das ciências, porque historicamente construídas por (e para) homens, bem como questionou os metaparadigmas a partir dos saberes desconsiderados nesse processo (PERROT, 2009; RAGO, 1998). Tais contribuições nos levaram a assumir a dimensão epistemológica de experiências *outras*, das Outras, manifestadas nas corporeidades atravessadas de diferentes maneiras pelos gêneros.

Partimos da seguinte problemática: como a categoria teórica ‘gênero’ pode ser pensada a partir do ser e estar-no-mundo, em uma dimensão sensível da existência? Em outros termos, procuramos alçar as experiências cotidianas à condição de elementos dessa categoria ao articular as sensibilidades ao conhecimento científico. Para tanto, é relevante a discussão sobre as corporeidades, uma vez que as nossas subjetividades são manifestas a partir dos nossos corpos, para além de uma concepção bio-orgânica.



Objetivamos, de forma geral, refletir como a categoria teórica ‘gênero’ pode ser pensada a partir do ser e estar-no-mundo, em uma dimensão sensível da existência. Os conhecimentos construídos nesse percurso, longe de serem classificados como verdadeiros, são situados e atravessados pelos lugares ocupados por nós. Nesse sentido, antecipamos que os objetivos traçados não serão cumpridos, se os compreendemos como pontos de chegada; para nós, constituem-se enquanto princípios orientadores, valorizados por serem meio. São eles: discutir teoricamente a noção de experiência; refletir sobre saberes considerando as sensibilidades; e compreender as corporeidades a partir de uma ótica gendrificada.

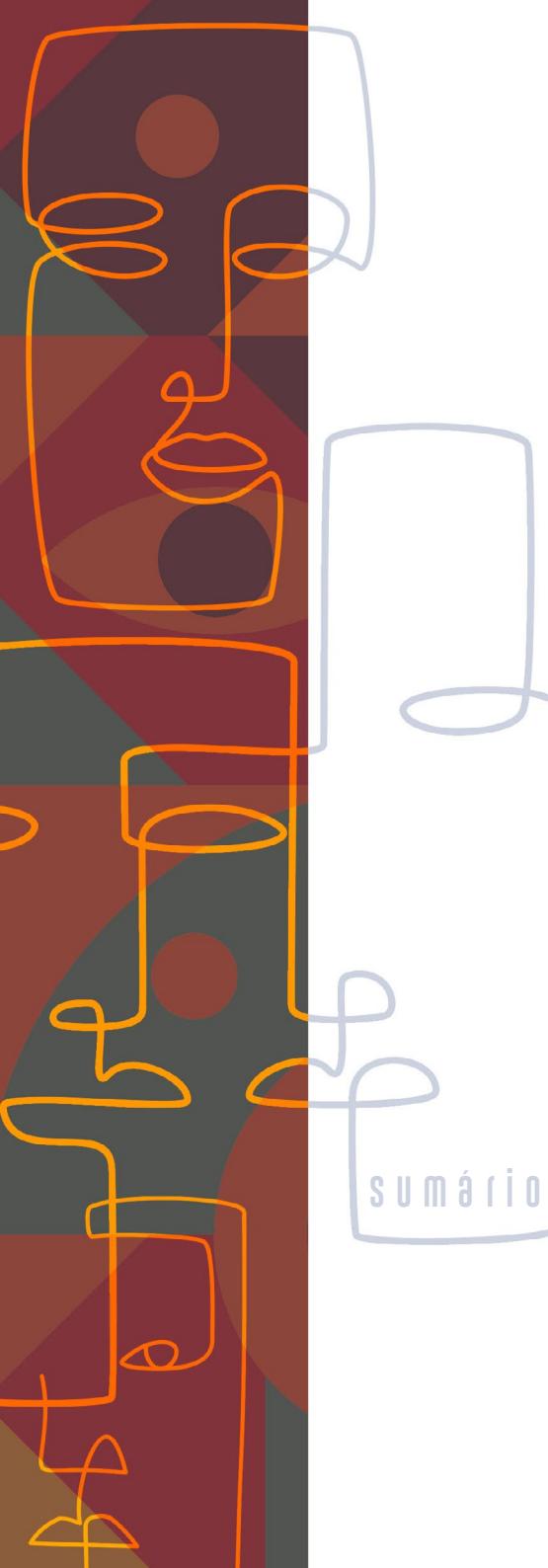


De natureza bibliográfica-exploratória, o presente estudo tem uma abordagem qualitativa, cujas reflexões não se limitam a parâmetros limitadores e fixos. Buscamos a fluidez através da fenomenologia poética e da fenomenologia da percepção. Trata-se da vida enquanto arte, da capacidade criadora presente na relação pessoa-mundo e da perspectivação, ou seja, da pluralidade de sentidos que essa relação adquire a depender dos trajetos, das experiências e das corporeidades.

UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA DAS EXPERIÊNCIAS

As subjetividades são dinamicamente (trans)formadas nas nossas experiências. Na relação do Eu com o mundo e com os outros, materializa-se uma dialética criadora cuja percepção do que nos rodeia representa uma extensão de nós, de como nos percebemos e da maneira como nos situamos e somos situados. A nossa existência se posiciona entre as questões individuais que nos perfazem, as vontades e os valores que nos constituem, e as relações sociais nas quais estamos imersas(os).

Nesta dinâmica, as instâncias anamnésicas são constantemente re-visitadas. Impregnamo-nos das nossas memórias e ancestralidades, substratos da existência e consequência das experiências que vivenciamos. Não estamos apenas no campo das lembranças, mas de recordações, de reminiscências que presentificam o passado e desvelam a presença das(os) outras(os) em nós. Walter Benjamin (2019b) nos fala da rememoração como exercício materializador do *Jetztzeit*, do Agora, espaço-tempo em que os fragmentos perdidos da história desvelam o que precisa ser reconstituído.

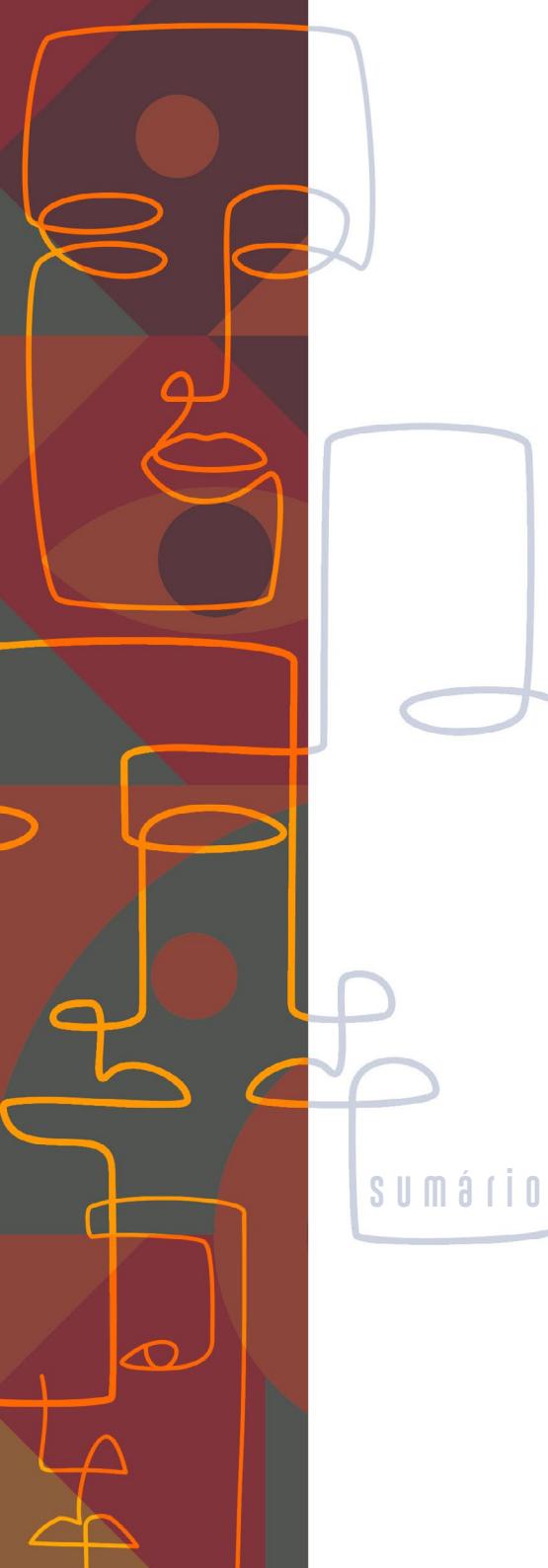


O pensamento benjaminiano nos aproxima afetuosamente dos vencidos. Reconhece e parte das subjetividades historicamente subalternizadas, descarriladas dos trilhos de um pensamento hegemônico – porque totalizante e arbitrário – que estrutura as relações modernas. Para tanto, considera a legitimação de narrativas *outras* ao entender que, por meio da narração, as experiências são compartilhadas e os saberes vividos são transmitidos pela pessoa que narra (BENJAMIN, 1987). Ao nos aproximar de tal perspectiva, consideraremos as experiências em sua capacidade de *devir*, ou seja, de se manifestarem para além da cronologia linear por meio da qual se entende, habitualmente, o tempo.

Benjamin apresenta um tempo cílico, em eterno retorno ao Agora. As narrativas faladas por nós materializam não somente as nossas existências, mas as existências de quem nos precedeu. Permanecer vivo na(o) *outra(o)*, quanta poesia esse preceito (trans) porta. “O passado traz consigo um *index* secreto que o remete para a redenção. Não passa por nós um sopro daquele ar que envolveu os que vieram antes de nós? Não é a voz a que damos ouvidos um eco de outras já silenciadas?” (BENJAMIN, 2019b, p. 10).



A positivação das epistemologias consideradas científicas afastou – e até mesmo aniquilou – experiências que, com suas dobras, não poderiam ser encerradas em limites tecnicamente impostos. O pensamento moderno foi incapaz de contemplar a fluidez das existências, propositadamente extirpando delas a validade dos saberes construídos no cotidiano. À pobreza de experiências (BENJAMIN, 2019a) que hoje domina, propomos a abertura para que os acontecimentos nos transpassem. Sermos sensibilizadas(os) pelas nossas vivências e pelas vivências das(os) Outras(os) como único caminho para acessar os saberes das experiências, eis o que nos ensina Larrosa (2002).



Viver plenamente o que nos acontece representa a (re)criação da própria vida. É preciso que sejamos *homo estheticus* (MAFFESOLI, 1944), que tomemos os elementos mais banais da existência enquanto elementos estéticos indispensáveis às teatralizações com as nossas máscaras, às nossas *personae*².

Nietzsche (2006), a partir do impulso dionisíaco, nos fala da transmutação da pessoa em obra de arte, que contém todos os impulsos artísticos da natureza. Podemos comentar sobre um processo de santificação do profano, por meio do qual a criação acontece na banalidade, confundindo-se criador e criatura no mero desenrolar da existência.

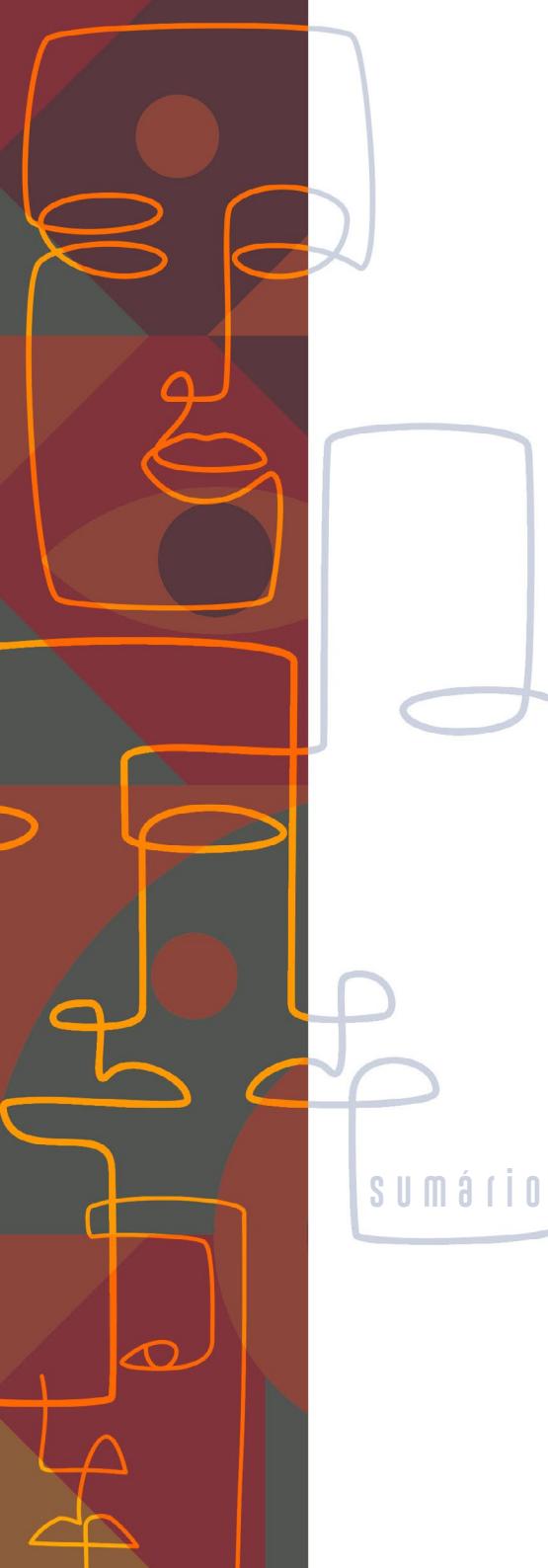
É importante salientar que as sensibilidades, diferente do que intelectualmente se convencionou, não ensejam uma natureza passiva, de acomodação. Defendemos uma postura sensível-crítica baseada na potencialidade transformadora das experiências. Scott (1999) se debruça sobre estas para entendê-las enquanto impulso questionador das relações de poder nas quais somos inseridos. É sobre a capacidade de tornar visível as opressões que marcam dolorosamente as pessoas subalternizadas, sobre compreender os saberes contidos nas experiências de injustiça.

Na construção do si-mesmo, o ser invisibilizados se torna pessoa na história. A história na qualidade de elemento híbrido, divino e humano em sua própria natureza (ZAMBRANO, 1973). O messianismo característico da concepção benjamiana de tempo – marcado pela reconstrução do que foi perdido no presente – traduz a história divina, que contém todo o curso da humanidade, mas que se organizou a partir das ações humanas, no domínio de si e dos outros. Não se trata apenas de uma relação de significação, mas de apagamento de tudo aquilo o que escapa à nossa verdade, destruição ao invés de antropofagia.



sumário

² Adotamos o termo *personae* em uma concepção existencial, mais próxima do entendimento trazido por Carvalho (2018) enquanto teatralização da vida, organicidade e performatividade das existências.



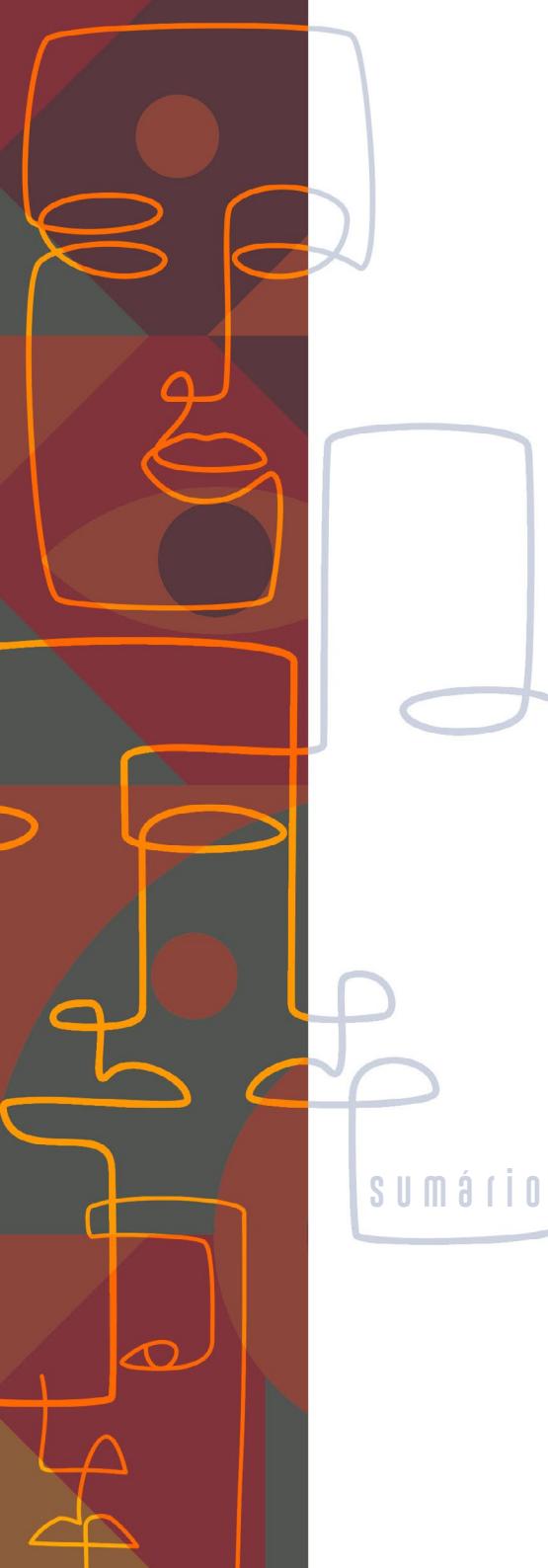
O conhecimento puramente racional não favorece a compreensão da lógica do estar-junto (MAFFESOLI, 1944) na qualidade de alternativa transformadora. A estética das formas ajuda a vislumbrar a heterogeneidade das coisas, das subjetividades, manifestadas pelos recursos simbólicos que se constituem em imagens (MAFFESOLI, 1996). Somos aparências, para além do desprezo atribuído pela racionalidade moderna. Ante a ultrapassada busca pelas essências, pela verdade, entendemos o ser tal qual é revelado, porém sujeito a reflexões que problematizem o seu lugar no mundo.

‘GÊNERO’ ENQUANTO CATEGORIA (TRANS)FORMADA NO COTIDIANO

Os nossos corpos são as aparências de nós mesmos. Somos vistos e sentidos a partir das nossas manifestações, das formas que assumimos perante o mundo. Imergir nas reflexões sobre corporeidades é assumir uma estética *outra*, que reconhece a existência de corpos marcados de diferentes maneiras.

A nossa proposta é a de compreender como as marcas infringidas pelas opressões de gênero são refletidas nos corpos sociais performativizados; em outras palavras, como a imposição do gênero enquanto categoria *dual*, assumida pelas unidades homem-mulher no singular, resulta da tentativa de racionalização do que é eminentemente sensível.

Ao remeter ao pensamento de Taylor, Bascur (2018) concebe a performatividade dos corpos como fenômeno político e epistemológico, cujas condutas de subjetivação de si para além dos determinadores externos são ensaiadas e reproduzidas no meio social. Trata-se das manifestações corpóreas utilizadas como instrumento para bradar narrativas historicamente silenciadas.

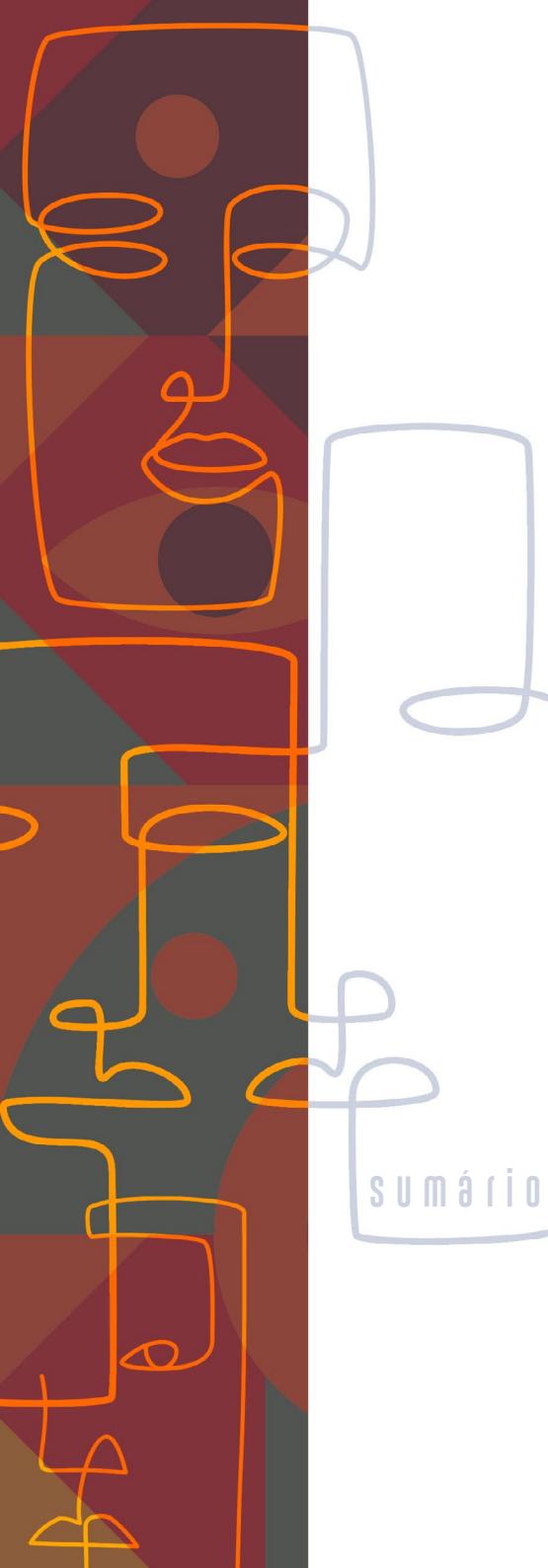


O poema-ensaio de Eduardo Galeano intitulado “Celebração da voz humana”, narra acontecimentos desenrolados nos porões da ditadura uruguaia, protagonizados por prisioneiros políticos que estavam impedidos de falar pela boca. Para sobreviverem, esses homens (sic) foram forçados a encontrar outras maneiras de comunicação, e encontraram. Nos próprios corpos. Palavras que saiam pelas mãos, pelos olhos, pelos poros, irreverentes às tentativas de silenciamento. “Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha” (GALEANO, 2019, p. 23), conclui o poeta.

Percebemos a dinamicidade das interações humanas. Estamos diante de corpos – inclusive os nossos – que se modificam constantemente, à medida em que nossas subjetividades também se modificam. Não tratamos de causalidades, mas de *devir*, de estruturas linguísticas em eterna (tras)formação que permitem, de acordo com o pensamento de Butler, reassumir ou repetir subjetividades de outras maneiras (SALIH, 2015). Por essa razão, a categoria ‘mulher’ não pode ser compreendida senão a partir da pluralidade de formas que a constitui, bem como das que estão para além dela.

Não se trata de desconsiderar a importância assumida pela inserção do gênero nos estudos históricos e sociais. O que insistimos em destacar é que o campo da ação política, ao contrário do que se convencionou, não requer categorias delimitadas para viabilizar avanços graduais de dentro do sistema opressor. O estático não se aplica à dimensão das subjetividades. O contexto vivido mostra que essas categorias são comumente utilizadas para legitimar opressões contra outras formas de expressão do gênero, desestabilizadoras e insurgentes.

Fazer-se mulher é um exercício performático para além de oposições redutoras. Nesse sentido, Butler (2003) reflete que a construção normativa e excludente da categoria “mulher” propositalmente não



contemplou a multiplicidade de intersecções que originam outras maneiras de ser e que constroem o espectro plural de “mulheres”.

CORTE NARRATIVO: A EPISTEMOLOGIA DO (MEU) TESTEMUNHO

Permito-me expor um pouco da minha narrativa, eu, uma das autoras desse texto. Não desejo que interpretem as minhas experiências, mas que se aproximem delas em suas próprias distâncias. Tenho refletido bastante sobre o momento em que tomei consciência do meu estado de gênero. Engraçado, durante muito tempo eu assumi a mulher que me diziam, sem questionar a dimensão do que “naturalmente” incorporava. Foi preciso me abrir à catarse do reconhecimento de mim-mesma para fazê-lo.

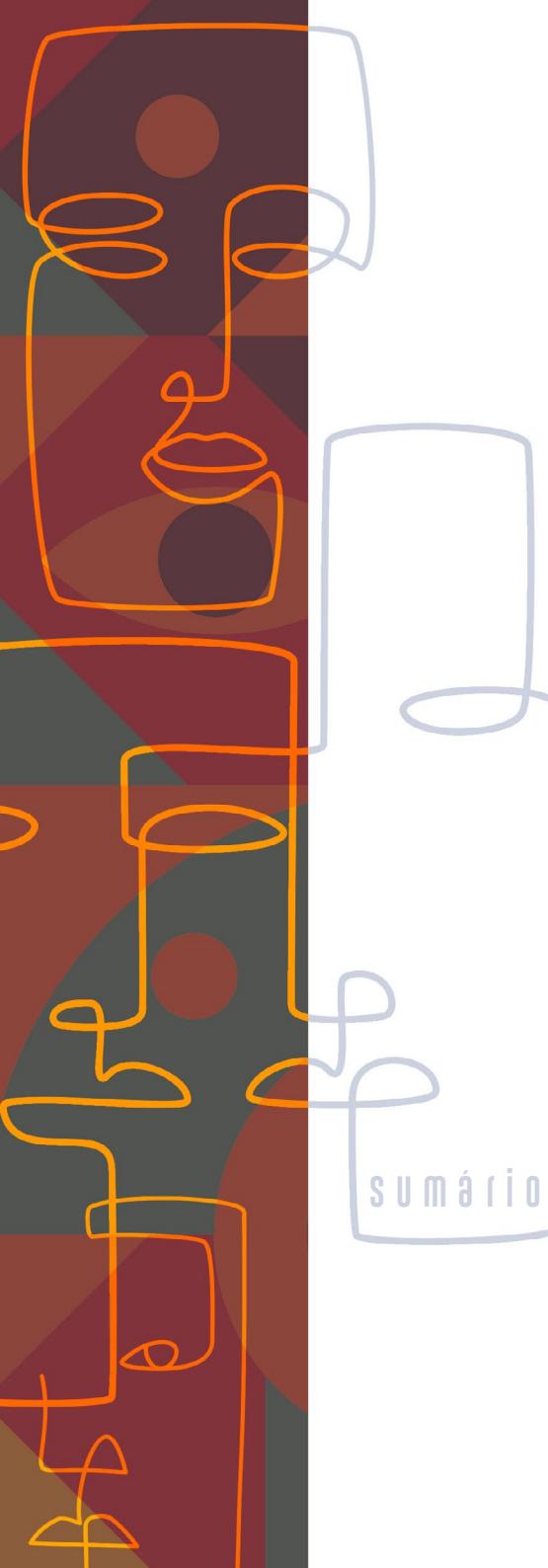
Hoje, quando pronuncio que *estou* mulher, sei exatamente do que estou falando. Simplesmente sei, porque vivo. E por mais que aparente estar situada em uma identificação de gênero apropriada pela normatividade, subverto-a pelo reconhecimento de mim-mesma enquanto a própria situação. Nesse sentido, prolongo aquela catarse inicial em devir, transbordada pelo ser corpo-aparência.

Talvez seja disso que Butler (2019) discorre ao mencionar a agência. Penso que ela não se manifesta de maneira única, que resulta das nossas in(corpo)rações. Para mim, a agência tem se dado dessa forma, catártica, sem que eu saiba precisar exatamente o que me levou a ela. As minhas identificações de gênero, efeitos da agência, são uma constante (des)construção que me constitui reiteradamente.

O gênero (trans)formado no cotidiano seria, dessa maneira, um constructo alçado à condição simbólica discursiva, consequentemente perceptivo e dinâmico. Pela atitude subversiva de *estar* mulher, resiste-



sumário



se ao enquadramento imposto pela categorização das identificações humanas e se permite existir sensivelmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SOBRE O EXERCÍCIO DA ALTERIDADE INTER-CORPÓREA

Em aproximação com as reflexões de autoras(es) como as(os) mencionadas(os) acima, temos nos aventureado a refletir sobre o que amadoramente nomeamos de *outridade*³. A proposta que estabelecemos é a de incorporação de uma atitude *outra*, de um ser e estar-no-mundo que se constitua através da dimensão sensível do contato com as(os) Outras(os). Trata-se de um contato marcado pela dinâmica de aproximações e distanciamentos, subversivo aos parâmetros racionalistas que desperdiçam a potência epistemológica do existir cotidiano.

A dimensão sensível dos gêneros que discutimos brevemente aqui é a gendrificação desse contato. A narrativa benjaminiana (1987) é, para nós, a narrativa de si-mesma. Quais as narrativas responsáveis pela cristalização dos parâmetros de gênero? Seria o deixar-se falar enquanto uma atitude de subversão, portanto dotada de potência (trans)formadora?

O meu corpo é a nossa própria narrativa. É preciso um exercício de escuta, acima de tudo, das corporeidades que existencialmente – diríamos, inclusive, que politicamente –desordenam-se. Ser mulher, luz, estrela, água ou flor, ou qualquer outra coisa que naturalmente não poderia. É dessa proposição que fala Maffesoli (1996) ao estetizar a existência, tornar a vida obra-de-arte, dotada de capacidade criadora de si mesma.



sumário

³ Quanto a esta temática, aprofundamos a referida discussão em “Aspectos ontológicos, epistêmicos e críticos dos Direitos Humanos”, em processo de avaliação e a ser publicado em obra organizado por Rita de Cássia Tabosa e Fernando Cardoso.

REFERÊNCIAS

BASCUR, Eyllen Faure. Memoria, género y cuerpo: apuntes para la composición de nuevas tramas de recuerdo. *Athenea Digital*, v. 18, n. 3, p. 1-19, nov. 2018.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a, p. 85-90.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b, p. 9-24.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 Edições, Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mário de Faria. Método persona: subjetividade (s), barroquização e imagens do ser. In: LIRA, Patrícia Oliveira; SILVA, Taciano Valério Alves da (orgs.). *Cozinhando a Nós e aos Outros*: antropofagia, políticas da diferença e outras narrativas. Recife: EDUPE, 2018, p. 52-66.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*: introdução à arquetipologia geral. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. 14. ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia*: proveniente do Espírito da Música. São Paulo: Cupolo, 2006.

PERROT, M. *Mi historia de las mujeres*. Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2009.

RAGO, M. Desconstruindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. In: SILVA, A. L. et al. (eds.). *Falas de gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

ZAMBRANO, Maria. *El hombre y lo divino*. 2. ed. México: FCE, 1973.



sumário



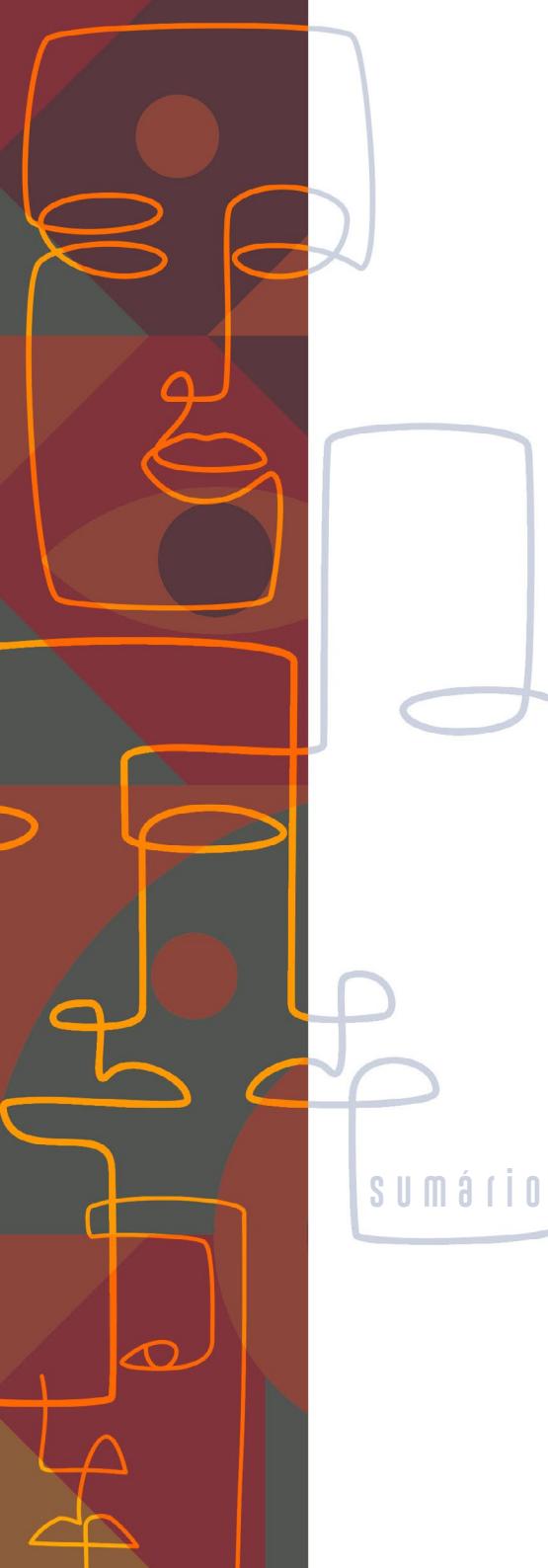
3

DEBORA EMANUELLE NASCIMENTO LOMBA

AS PERFORMANCE S DE ALUNA E PROFESSORA COMO UM CAMINHO DE DOCÊNCIA PARA A LIBERDADE

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.059.48-60](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.059.48-60)

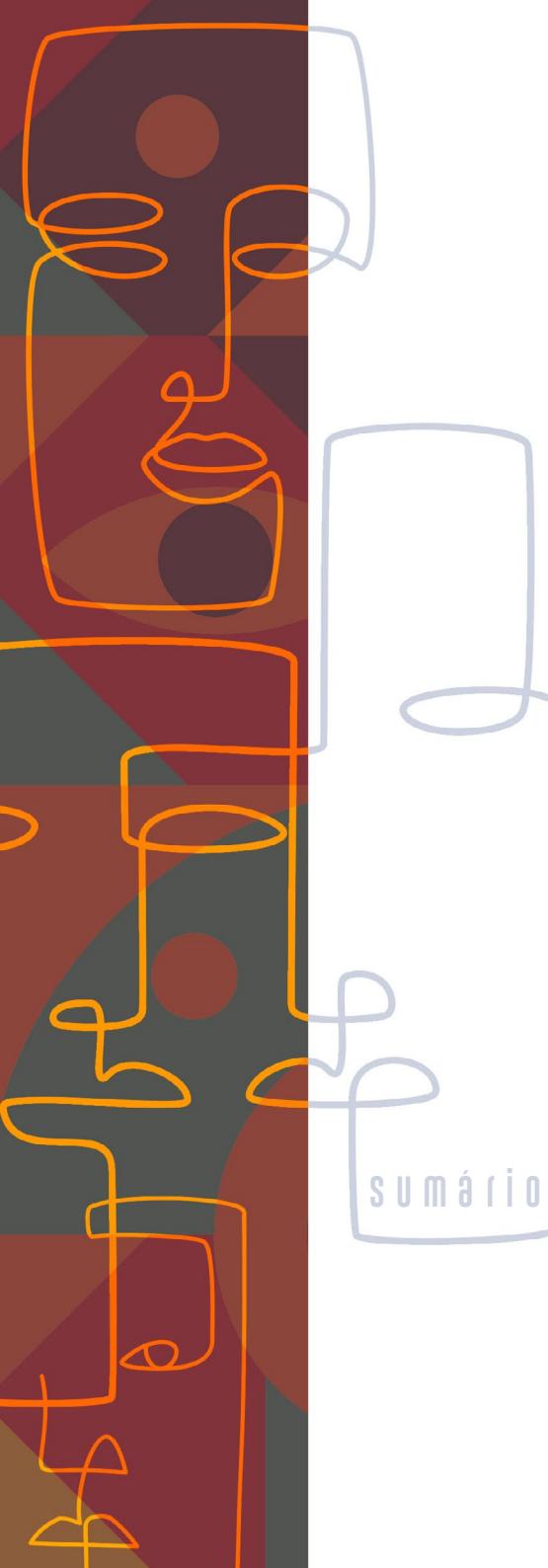
INICIANDO O CAMINHO



O presente texto surge a partir de minha trajetória enquanto docente e discente e o encontro com meus alunos e minhas alunas. Aliás, encontro este que me fez produzir uma tese dedicada a tratar de alguns dos assuntos aqui tematizados, como o fazer docente vivido enquanto mulher e os efeitos que este corpo produz em tal prática. Para isso, convido o leitor e a leitora deste livro a acompanhar algumas de minhas histórias de vida que me fazem chegar até aqui com tal experiência para compartilhar.

Assim, me apresento inicialmente como uma mulher branca, do subúrbio do Rio de Janeiro, oriunda de escola pública, por isso cotista em Psicologia numa universidade pública, a saber, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a primeira a implementar o sistema de cotas no Brasil no início dos anos 2000. E, esta forma de marcar para o leitor e para leitora de onde venho se faz necessária como uma forma de entender os caminhos por mim percorridos para chegar até aqui, nas páginas deste livro, tal qual chego e escrevo. Foram as experiências nestes espaços, os encontros ocorridos neles, que me possibilitaram formar e deformar a professora que performo a cada dia.

Sendo a cidade do Rio de Janeiro muito grande e conhecida por suas diferentes facetas, morar no subúrbio, na zona Oeste e estudar na Zona Norte, me fazia percorrer a cidade a partir de um longo trajeto. E estas viagens de mais de uma hora para ir e vir, serviram para entender na lonjura, os locais de privilégio e não privilégio que ocupava. Entendimentos que vão se tecendo e se misturando com vivências e leituras que realizei durante a vida, principalmente, ao longo destes quase 20 anos desde que me envolvi com a formação acadêmica para me tornar professora. E nesse vai e vem que é a vida, opto por conduzir este texto neste movimento, assim, retorno para contar o que havia de perspectiva para mim e o que foi sendo construído.

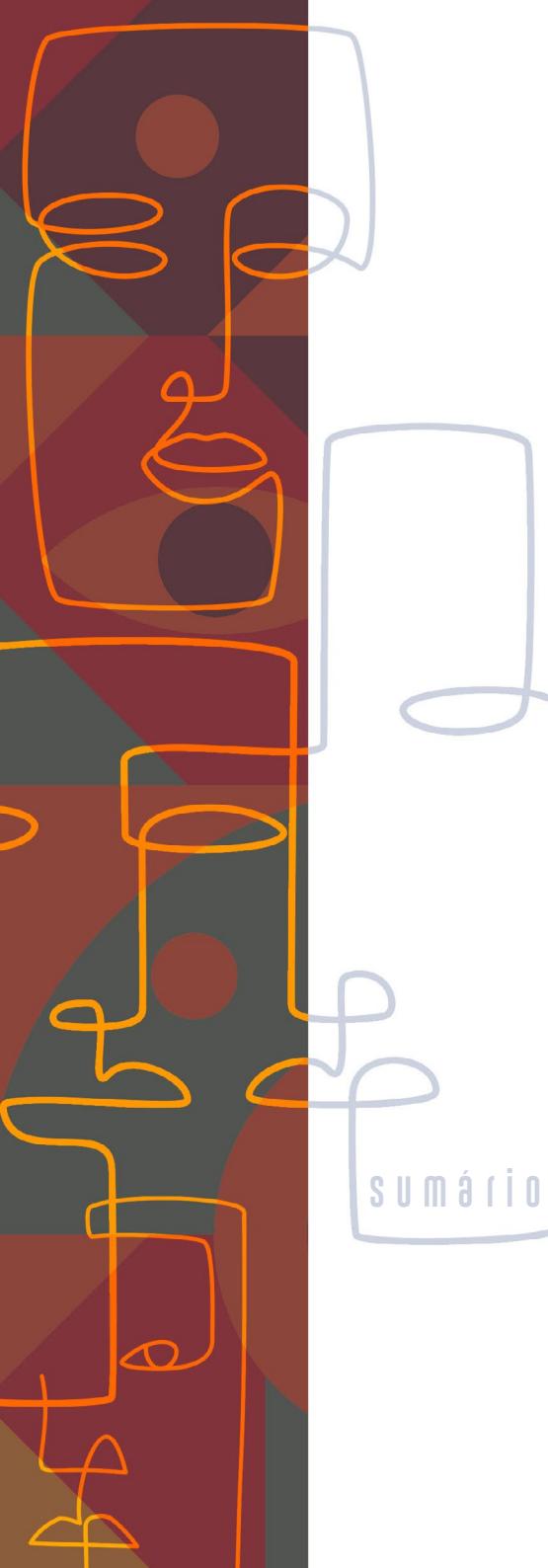


No subúrbio, de onde venho, ao estar prestes a ingressar no Ensino Médio lá pelos anos 2000, minha mãe manifestou a preocupação para que ao terminá-lo eu tivesse uma formação técnica. Segundo ela, era uma forma mais garantida de ter emprego e assim obter com mais facilidade uma fonte de renda. Era uma preocupação dela, mas que encontrava interlocução com a de muitas mães e demais responsáveis para com seus filhos e filhas. E foi assim que conheci as escolas técnicas disponíveis no Estado e comecei a buscar por um curso de formação técnica no Ensino Médio.

E por ser esta uma realidade não apenas vivida em minha casa, trago este relato como uma forma política de evidenciar como o ensino universitário não era uma realidade factível, situação muito diferente da qual vivemos hoje em dia aqui no Rio de Janeiro. Enquanto hoje temos muitos jovens ingressando no Ensino Superior, há 20 anos atrás posso afirmar que a universidade não era uma perspectiva e o Ensino Médio deveria ser técnico para ter uma profissão ao que era considerado “concluir os estudos”. Indiretamente o que aprendia com esta preocupação era que o espaço da universidade não seria acessado facilmente, o que parecia indicar que não era um lugar para mim.

Com o aceite de manter segura a minha possibilidade de sustento financeiro, iniciei a busca por uma profissão que me agradasse exercer e cheguei ao curso técnico em Magistério num colégio localizado na zona Norte da cidade e com o período de quatro anos de formação. Concluídos, a inquietação com o suposto não lugar dentro da universidade me movia a estudar para ingressar em uma universidade pública. Afinal, dinheiro não tinha para custear um curso privado. O máximo que tinha era para custear o valor de uma bolsa em um curso pré-vestibular que me ajudasse neste ingresso.

E assim, chegar a universidade foi e é um marco pessoal, mas também político. A transgressão da ideia de que dificilmente seria possível fazer parte deste grupo de graduados, não era uma realidade só



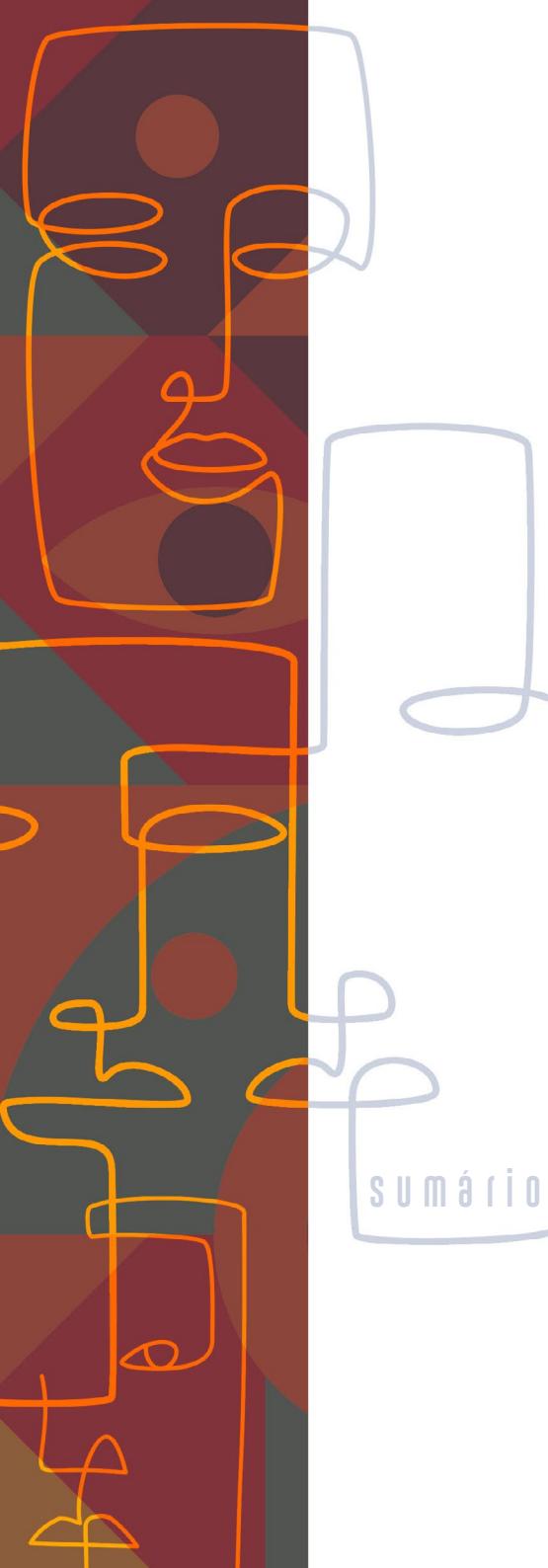
minha, mas principalmente uma realidade compartilhada com muitos suburbanos e suburbanas, alunos e alunas de escolas públicas e tantos e tantas outras que tinham (e ainda tem) o seu acesso dificultado.

E poderia parar por aqui, abordando apenas o caminho para se chegar a academia, no entanto, tenho me deparado com muitos alunos e alunas dizendo que a universidade não foi feita para eles e elas. O que me faz pensar que, se o que envolve o ingresso na universidade mudou ao longo do tempo, permanecer na universidade ainda tem sido uma questão para pensar. Muitos assuntos poderiam ser tratados a este respeito, no entanto, por conta de espaço e tempo para dedicar a este texto, sigo tratando da ideia de que o espaço da Universidade ainda hoje pressupõe quais são os corpos desejáveis para ocupar, tanto na posição de discentes, como de docentes.

Como parte de uma escrita pessoal e política, sigo escrevendo a respeito do que vivi como (aspirante a) aluna e do que vivo hoje como professora. E este texto tem a proposta política de compartilhar minha história, que se coaduna com a de muitas e muitos, e afirmar um movimento de resistência para ocuparmos os lugares que quisermos. E isso não tem a ver com meritocracia, mas como um movimento de união de forças para continuarmos a luta. Assim como não intencionei romantizar o percurso e as barreiras que nos são colocadas, mas apostar na transgressão de muitos ditos entendendo-os como supostos e empreendendo movimento e força para bagunçar as estruturas, de modo semelhante ao que John Law (2006) nos convoca a bagunçar o método e/ou semelhante ao que propõe estudiosos decoloniais (MIGNOLO, VAZQUEZ, 2017; WALSH, 2017; WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018).



Hoje me encontro na posição de professora, uma posição de poder que me permite desestruturar, construir, acolher, compartilhar ideias e práticas que questionem o saber hegemônico, posto como único. E me aproprio deste lugar de privilégio e poder, muito embora



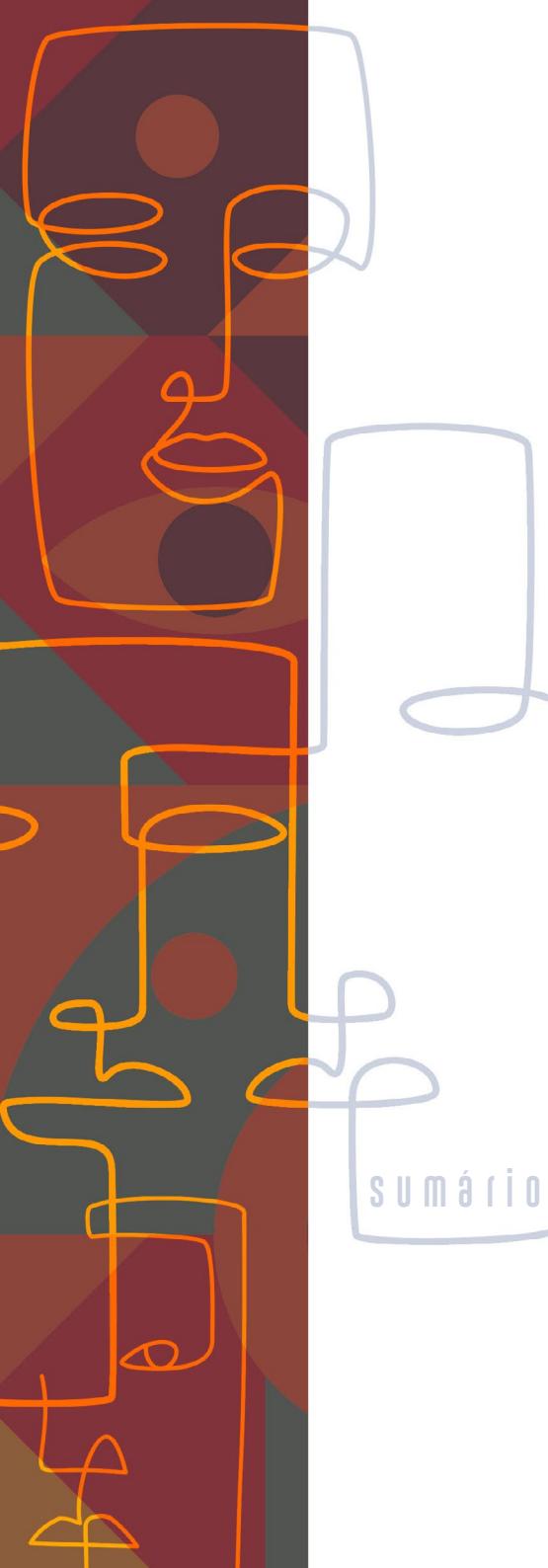
historicamente este seja um espaço marcado como um não lugar para mim por ser mulher e este ser reservado a homens, brancos.

No meu corpo, levo as marcas de ser mulher e outras que fazem as pessoas duvidarem de que posso ser sim professora da universidade, ao passo que ser professora da Educação Infantil e Ensino Fundamental ainda é aceitável e compreensível. Por isso, trago trechos da minha tese (LOMBA, 2020) em que trato desta questão apresentando algumas das muitas cenas que vivi e vivo tendo o meu corpo deslegitimado para ocupar este espaço.

E, me valendo da constante deslegitimação que meu corpo vive, considero importante me apresentar agora a partir de minhas características físicas: sou branca, cabelo preto, olhos castanhos, medindo 1,49 de altura, atualmente me encontro magra e possuo uma voz fina que lembra a de uma criança. Geralmente uso roupas confortáveis, com um estilo bem casual, com calças largas, vestidos, legging, camisas largas, sapatos fechados. Em alguns momentos usando mochila, na maior parte do tempo usando uma *ecobag* carregada nos ombros.

Assim, meu corpo deslegitimado de professora experimenta o suposto não lugar das mulheres na universidade, assim como experimenta a partir de minhas características físicas o reforço de tais ideias: e mais uma vez, estar na academia é marcado pela suposta noção de que este não é o espaço para mim, agora como professora. Se a partir de minha experiência de suburbana e estudante de escola pública traziam um marcador socioeconômico que dificultava minha inserção neste espaço como aluna, ao me tornar professora o marcador de gênero é que vem se tornar um complicador.

E, inúmeras foram as vezes em que ao chegar no trabalho funcionários questionaram se eu sou mesmo professora da universidade, indagando até se eu não queria dizer que sou professora

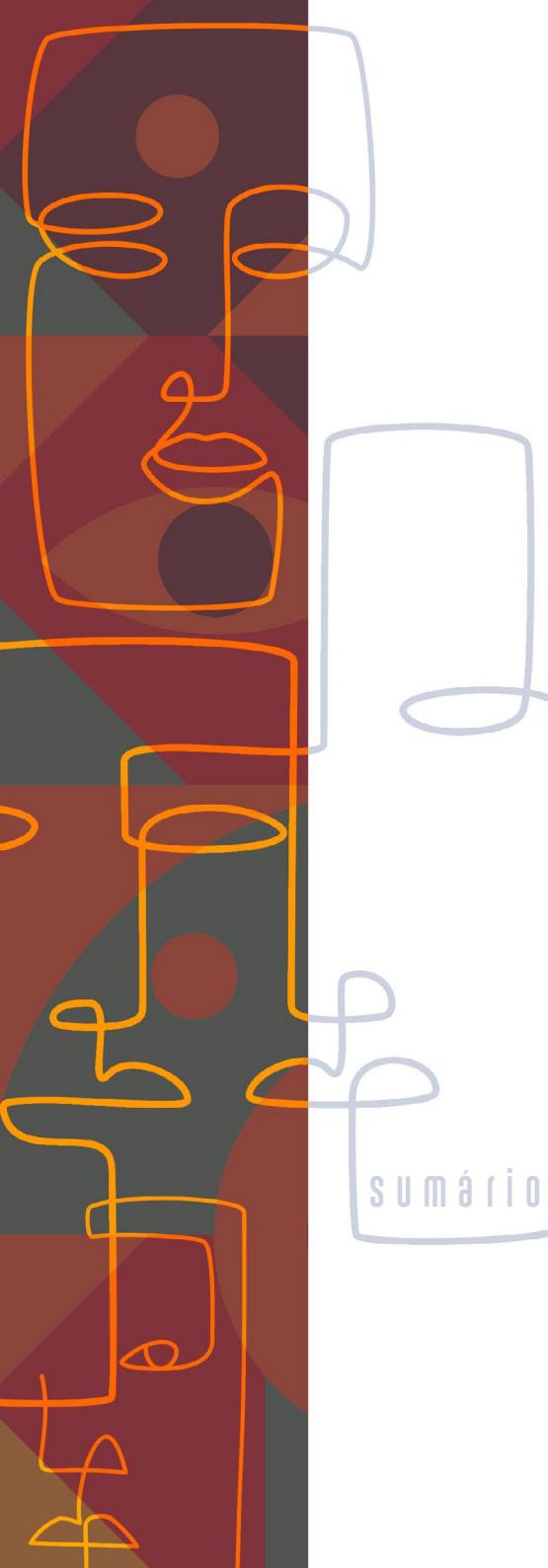


do colégio, ou seja, da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental. Inúmeras vezes em que professores, colegas de trabalho, ao me conhecerem me confundiram achando que era aluna. Até mesmo nas viagens de *uber* ao retornar para casa, os motoristas sempre me perguntavam qual curso estava estudando ou quanto tempo faltava para terminar os estudos.

A lista é extensa, de pessoas e situações em que não sou reconhecida como professora universitária. E, nas justificativas sempre ouço que é porque sou pequenininha, é porque pareço muito novinha ou aparento pouca idade, o que percebo ser uma forma de não acessar as questões que formulo depois destas muitas vivências: é preciso ter um outro corpo específico para ser legitimada como professora? Que corpo é este?

E se estas desconfianças acontecem por parte de funcionários, o mesmo ocorre com pessoas que ao me conhecem ficam sabendo que sou professora, também acontece com meus alunos e alunas. Seja me confundindo com mais uma colega de classe, seja franzindo a testa quando me apresento como professora da disciplina. Alguns manifestam nas expressões faciais logo ao me conhecer, outros verbalizam com o tempo. E foi o que aconteceu com um aluno, mais velho que eu, com uma graduação já concluída. Ao lecionar duas disciplinas para a turma dele, uma vez me disse no encerramento de uma delas, que de início quando me viu entrar em sala entranhou e questionou a minha capacidade, mas que ao terminar o curso ganhei seu respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido.

Uma fala que me alegrou, mas também me incomodou por perceber que ocupar o espaço de professora em uma universidade é um trabalho de conquista cotidiana, até quando não estamos focadas nisso. No entanto, esse corpo das marcas e lutas constantes também se encontra com esses caminhos de resistência para transgredir ao que está posto como sendo a única forma de ser



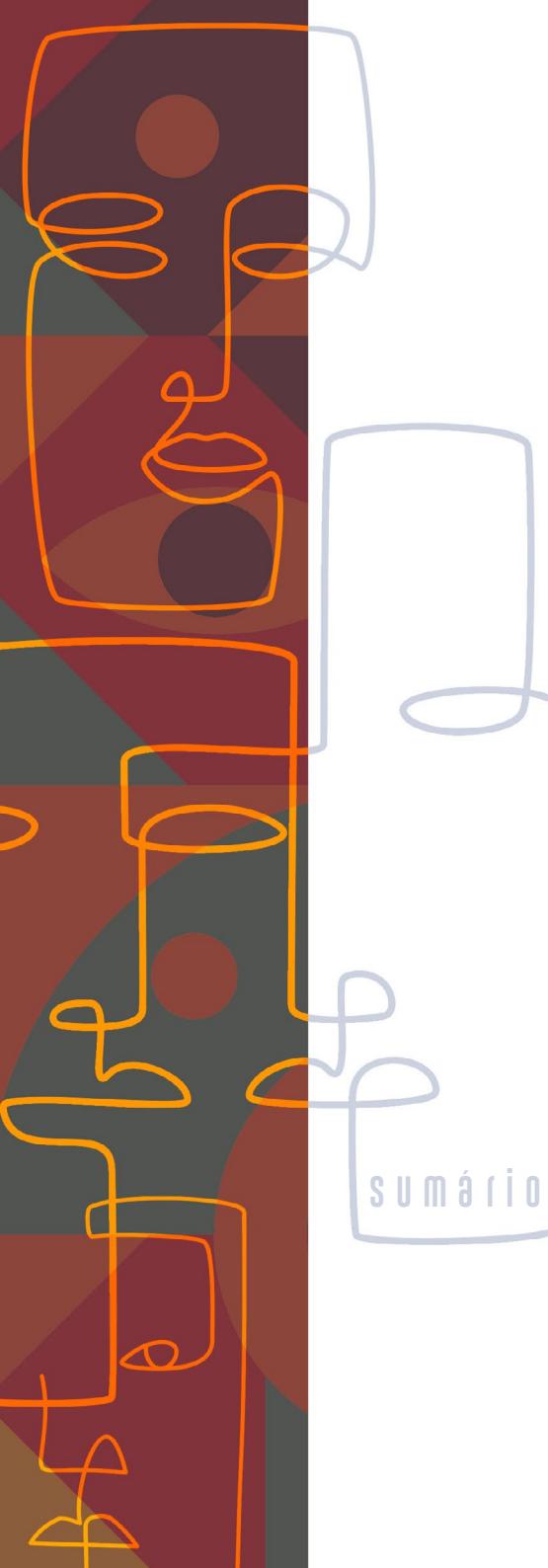
docente. E em diálogo com essa deslegitimização do meu corpo na ocupação deste espaço, vou inventando e reinventando uma sala de aula e uma universidade viva para povoar.

E vou fazendo um corpo, tal qual Mol e Law (2004) propõem, um corpo que também é sujeito e por isso encontra potência nos encontros e assim, com meus alunos e minhas alunas, vou se performando e encenando modos de aprender e ensinar que por vezes não estão tão afinados com a lógica dominante. Um corpo que por não ser legitimado, encarna esta recusa ao transgredir, para citar e relembrar hooks (2013), os modos de ensinar tão colonizados. Como trabalhado em minha tese (LOMBA, 2020), menciono o Modo de aprendensinar como sendo uma das propostas de transgressão.

MODOS DE APRENDENSINAR COMO FORMA DE TRANSGRESSÃO: UM CAMINHO PARA UMA PRÁTICA LIBERTADORA



Em minha tese, abordei algumas de minhas vivências enquanto professora e as denominei como Modos de aprendensinar, no caso, Psicologia. Aprendensinar, uma grafia que não separa a aprendizagem do ensino, tal e qual é a forma como vivo esta prática. Aprendensinar também porque minhas experiências como aluna se misturam com as que vivo como professora o que me mantém nessa posição de constante aprendiz de professora. E mais do que pensar em separar em momentos diferentes e conhecimentos diferentes, percebo que o que é ligação, é complemento e inseparabilidade. Assim, meu fazer docente se performa a partir e por meio desta ideia fundamental: aprender e ensinar não se separam.

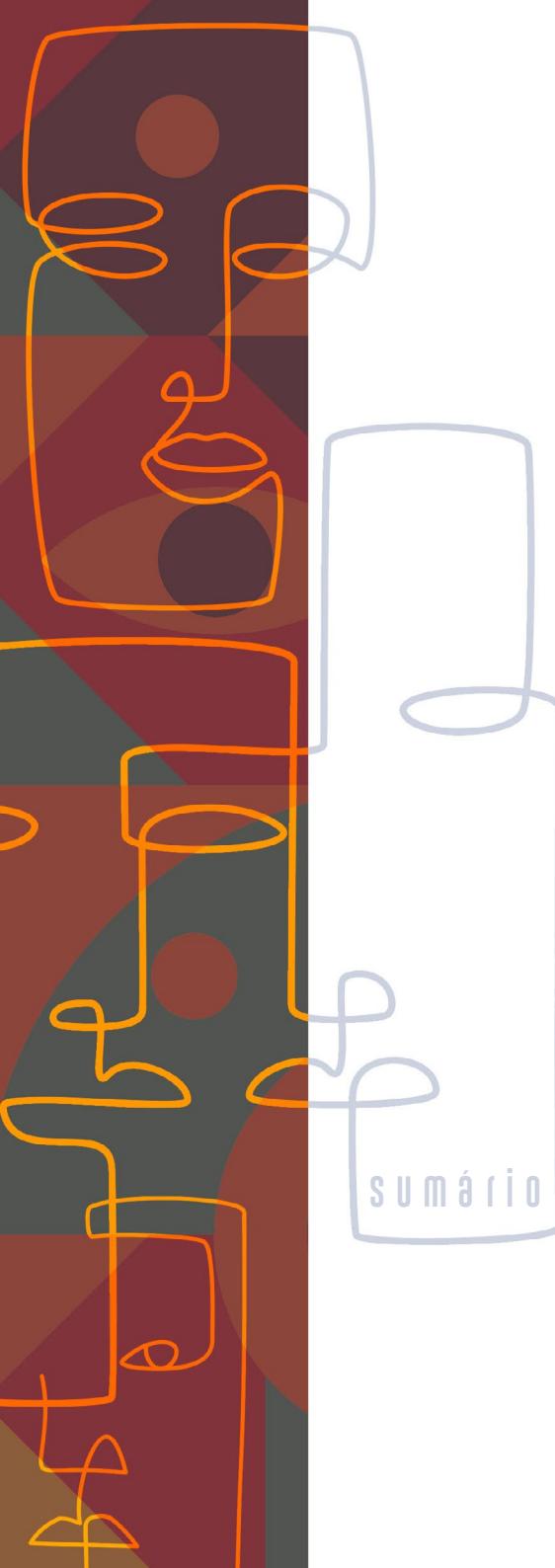


Assim, performo (MOL, 2007; MOL, 2002; LAW, 2004) um modo de estar e ser professora que passa pelas minhas vivências de vida. E, a partir do momento em que tive esta noção entendi que minha proposta política ao escrever, ao lecionar, não poderia de forma alguma se separar do que vivi em minha vida. Uma proposta política de ser e estar na academia que certamente se constrói no encontro com muitos autores e autoras, e bell hooks é uma das mais importantes delas. E quando a autora relata sua experiência de transição das escolas exclusivamente negra para as escolas brancas onde alunos eram vistos como penetras, vejo que, por questões diferentes, há um diálogo entre estas ideias de não pertencimento a estes espaços (HOOKS, 2013).

Marcadores como raça, classe, gênero nos fazem viver situações nos espaços educacionais que precisam ser pensados, discutidos e escritos, por isso me uno a esta autora tão importante em minhas descobertas para tecer um texto que faça falar das minhas vivências e possa dialogar com as de tantas outras pessoas. Assim como seu texto me fez refletir e buscar outros caminhos, escrevo estas linhas no intuito de que também possam servir para reflexão de outrem.

Com hooks (2013) reforcei em mim que havia sim espaço nos meus textos para trazer as minhas experiências e que delas poderiam brotar importantes articulações com a teoria e com a prática docente. Como num exercício de não manter este aprendizado só para mim, sigo em diálogo com meus alunos e minhas alunas levando adiante estas ideias. Inclusive com a escrita deste texto que, assim como hooks (2013) percebeu que não estava escrevendo apenas para professores, mas para seus alunos e suas alunas, sigo também nesta inspiração.

E como hooks também não formula estas ideias sozinha, por si mesma, vejo no encontro dela com Paulo Freire a importância de estar atenta a uma prática pedagógica libertadora. Hooks diz:

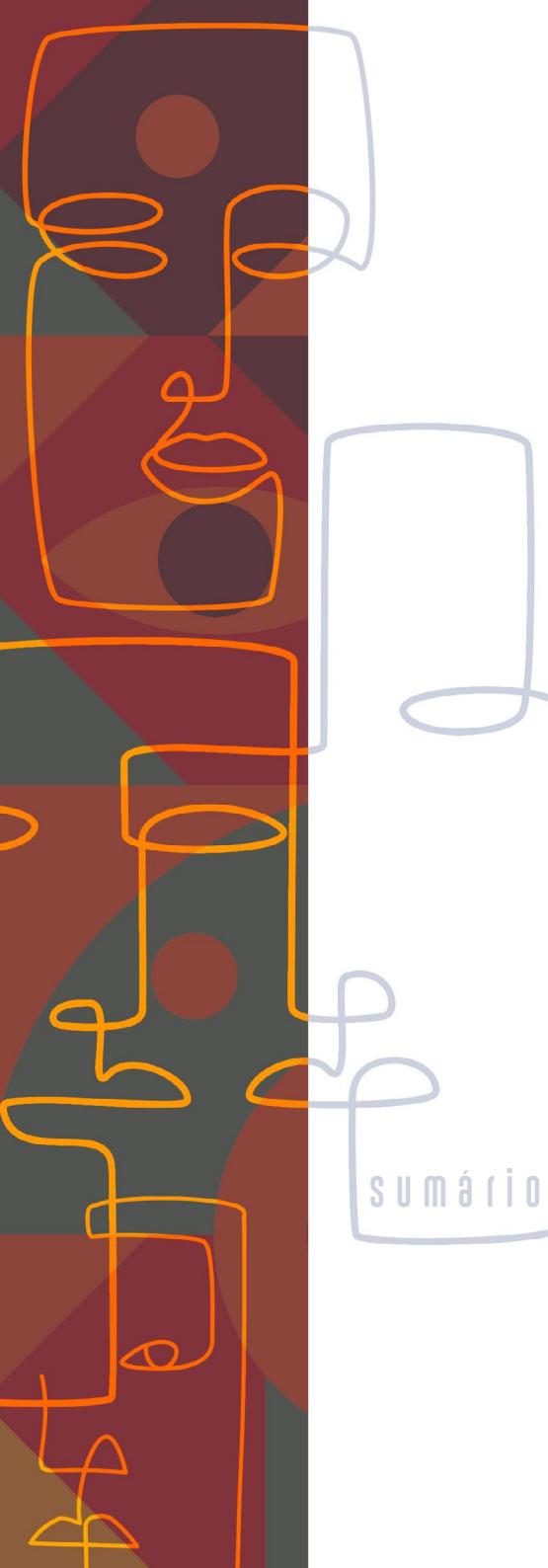


Desde o começo, foi a insistência de Freire na educação como prática da liberdade que me encorajou a criar estratégias para o que ele chamava de “conscientização” em sala de aula. Traduzindo esse termo como consciência e engajamento críticos, entrei nas salas de aula convicta de que tanto eu quanto todos os alunos tínhamos de ser participantes ativos, não consumidores passivos.” (HOOKS, 2013, p.20)

Desse modo, um caminho para esta docência libertadora inclui a participação ativa de professores e estudantes. Assim, se meus aprendizados na academia, meus saberes construídos fora dela são imprescindíveis, de semelhante modo são os saberes de meus alunos e minhas alunas. Ao passo que, entender a realidade de vida daqueles e daquelas com quem habito a sala de aula se faz necessário para que o conhecimento a ser construído neste espaço, passe por questões que façam sentido.

Uma ideia que se ancora em uma importante questão levantada por Freire “Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 1996, p. 34) como por exemplo “Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes.” (FREIRE, 1996, p. 33)

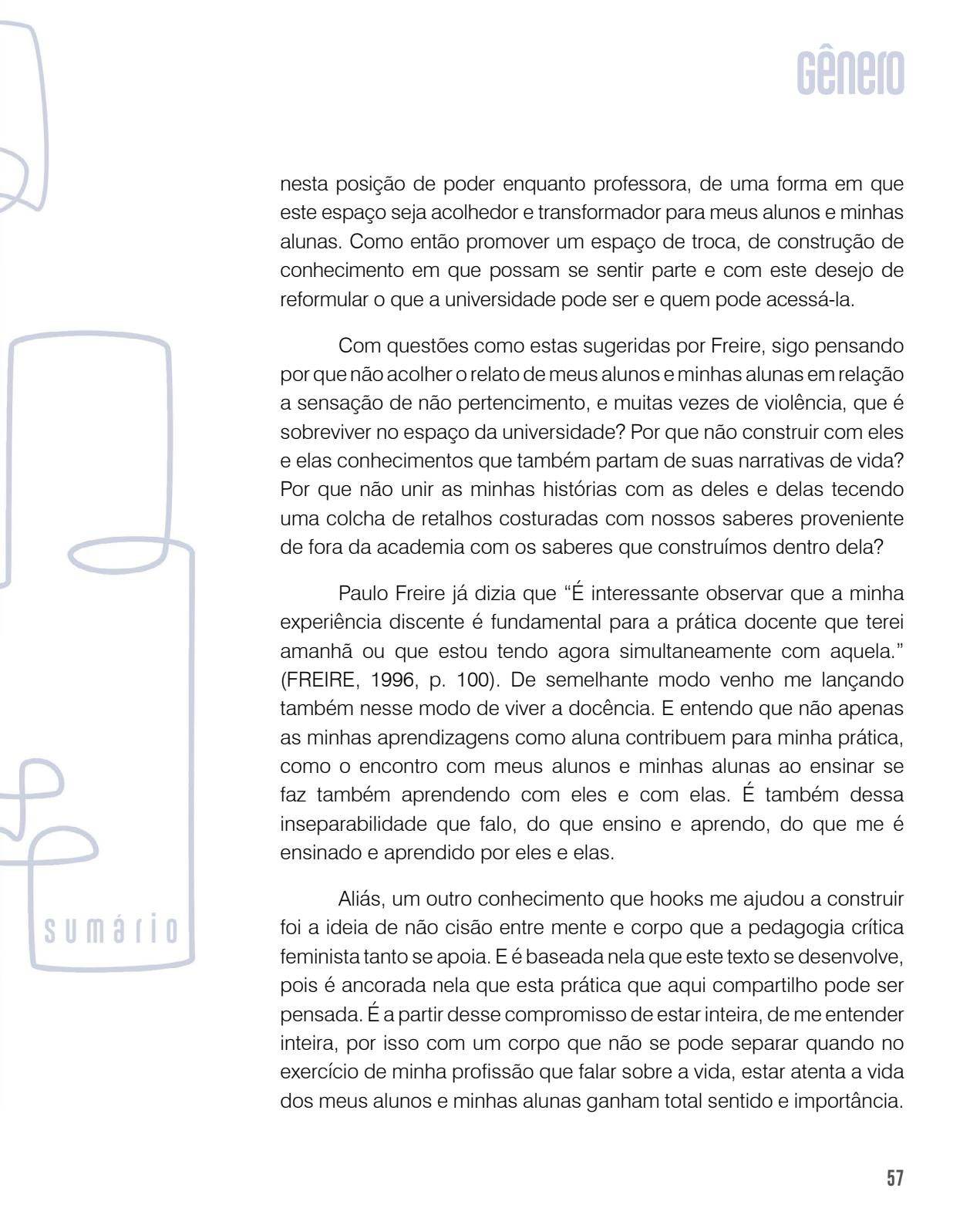
Muitas vezes, a noção da realidade em que vivemos precisa ser questionada e problematizada. Digo isso, pois, em minha própria história de vida, reconheço que a condição de suburbana, oriunda de escola pública me colocou inúmeras barreiras para o acesso e a permanência na universidade, assim como ser mulher me faz viver a experiência da docência de uma forma supostamente deslegitimada a priori. E, este entendimento me dá a dimensão política da ocupação deste espaço. E mais, me ajuda a pensar como então ocupar a universidade, agora



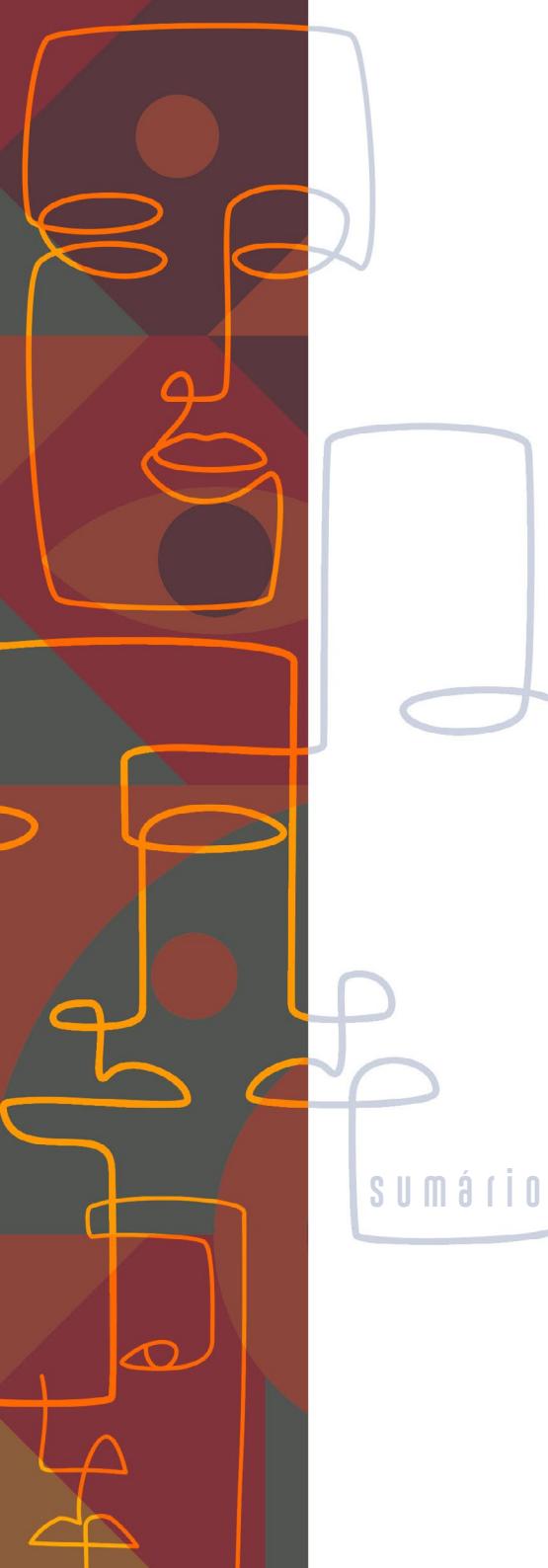
nesta posição de poder enquanto professora, de uma forma em que este espaço seja acolhedor e transformador para meus alunos e minhas alunas. Como então promover um espaço de troca, de construção de conhecimento em que possam se sentir parte e com este desejo de reformular o que a universidade pode ser e quem pode acessá-la.

Com questões como estas sugeridas por Freire, sigo pensando por que não acolher o relato de meus alunos e minhas alunas em relação a sensação de não pertencimento, e muitas vezes de violência, que é sobreviver no espaço da universidade? Por que não construir com eles e elas conhecimentos que também partam de suas narrativas de vida? Por que não unir as minhas histórias com as deles e delas tecendo uma colcha de retalhos costuradas com nossos saberes proveniente de fora da academia com os saberes que construímos dentro dela?

Paulo Freire já dizia que “É interessante observar que a minha experiência discente é fundamental para a prática docente que terei amanhã ou que estou tendo agora simultaneamente com aquela.” (FREIRE, 1996, p. 100). De semelhante modo venho me lançando também nesse modo de viver a docência. E entendo que não apenas as minhas aprendizagens como aluna contribuem para minha prática, como o encontro com meus alunos e minhas alunas ao ensinar se faz também aprendendo com eles e com elas. É também dessa inseparabilidade que falo, do que ensino e aprendo, do que me é ensinado e aprendido por eles e elas.



Aliás, um outro conhecimento que hooks me ajudou a construir foi a ideia de não cisão entre mente e corpo que a pedagogia crítica feminista tanto se apoia. E é baseada nela que este texto se desenvolve, pois é ancorada nela que esta prática que aqui compartilho pode ser pensada. É a partir desse compromisso de estar inteira, de me entender inteira, por isso com um corpo que não se pode separar quando no exercício de minha profissão que falar sobre a vida, estar atenta a vida dos meus alunos e minhas alunas ganham total sentido e importância.



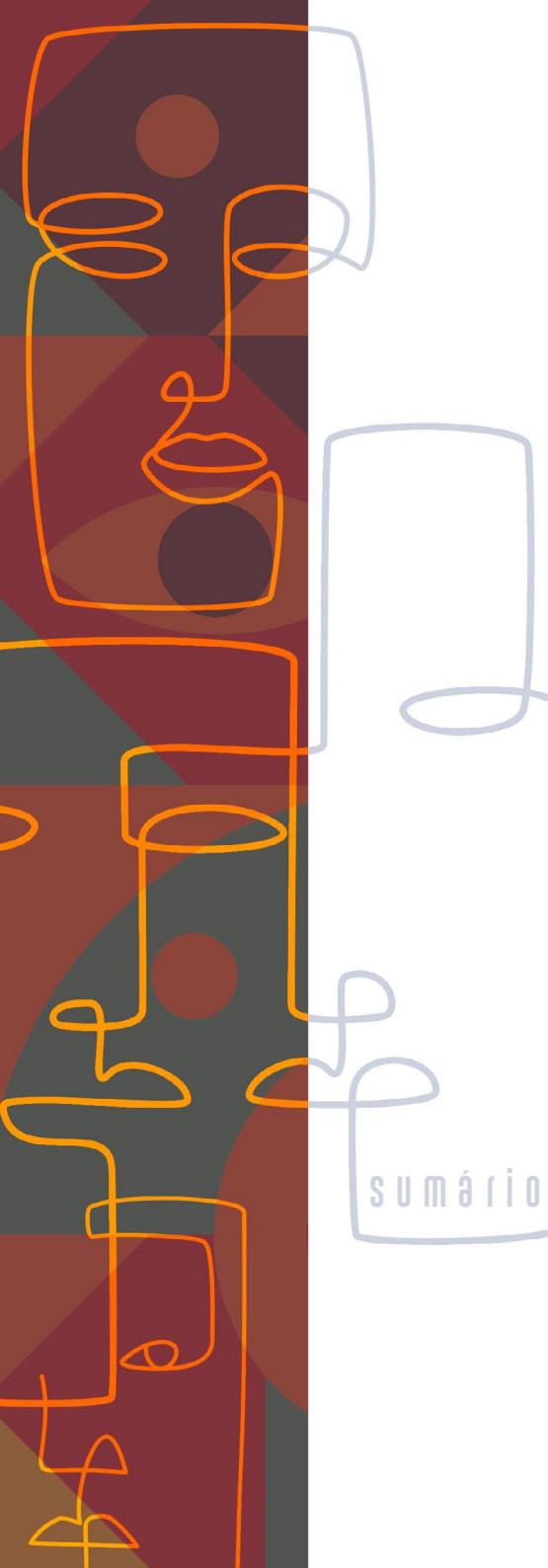
E como Hooks bem coloca:

Quando a educação é a prática de liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorre se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos. Os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva. Nas minhas aulas, não quero que meus alunos corram nenhum risco que eu mesma não partilharia. Quando os professores levam narrativas de sua própria experiência para a discussão em sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos. É produtivo, muitas vezes, que os professores sejam os primeiros a correr o risco, ligando as narrativas confessionais às discussões acadêmicas para mostrar de que modo a experiência pode iluminar e ampliar nossa compreensão do material acadêmico (HOOKS, 2013, p. 35).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRAJETO

Paulo Freire, a quem fui apresentada no curso técnico em Magistério no Ensino Médio, havia sido leitura obrigatória para me formar. E deixado de lado o seu pequenino e importantíssimo livro *Pedagogia da autonomia*, foi recuperado por mim a partir das leituras que fazia de hooks. Ela então promoveu este reencontro e esta dupla vem promovendo em mim uma atenção aos saberes e vivências de meus alunos e minhas alunas.

Assim, iniciei e, caminho para o fim deste texto, povoando nestas linhas a partilha de meu trajeto enquanto aluna e professora com o intuito de poder refletir sobre ideias possíveis e necessárias para a



uma universidade mais acolhedora e consciente. Poucas páginas, muitas histórias, autoras e autores em diálogo. Desse modo, espero ter conseguido promover também uma conversa com o leitor e a leitora deste texto e que as palavras aqui encontrem terreno fértil em seus caminhos e façam florescer outras tantas geradas por este compartilhar.

As valiosas contribuições destes autores me fizeram e ainda fazem viver a docência sempre a buscar transgredir qualquer postura e ideia que possa inibir a prática docente para a liberdade. Para isso a vida que vivo e as marcas que dela carrego estão em pauta nos meus encontros com alunas e alunos. E assim, vou ensinando e aprendendo o poder que há em compartilharmos a vida para reinventar a sala de aula, a universidade, o mundo.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013
- LAW, John. *Making a mess with method*. 2006 Disponível em: <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2006MakingaMesswithMethod.pdf>>. Acesso em: 2020
- LOMBA, Debora. Emanuelle. Nascimento. *Diários de uma aluna aprendiz de professora: inventando modos de aprendensinar Psicologia*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020
- MIGNOLO, Walter; VÁZQUEZ, Rolando. Pedagogía y (de)colonialidad. In: Walsh, Catherine (ed.), *Pedagogías Decoloniales, Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Tomo II, Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala. 2017
- MOL, Annemarie. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A; ROQUE, R. (orgs.). *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2007. p. 22-40.

MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Londres: Duke University Press. 2002.

MOL, Annemarie; LAW, John. Embodied action, enacted bodies: the example of hypoglycaemia, *Body & Society*, v. 10, n. 2-3, p. 43-62, 2004

WALSH, Catherine, OLIVEIRA, Luis. Fernando, CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, vol. 26, n. 1, 2018.

WALSH, Catherine. (ed.), *Pedagogías Decoloniales, Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala. 2017.



sumário

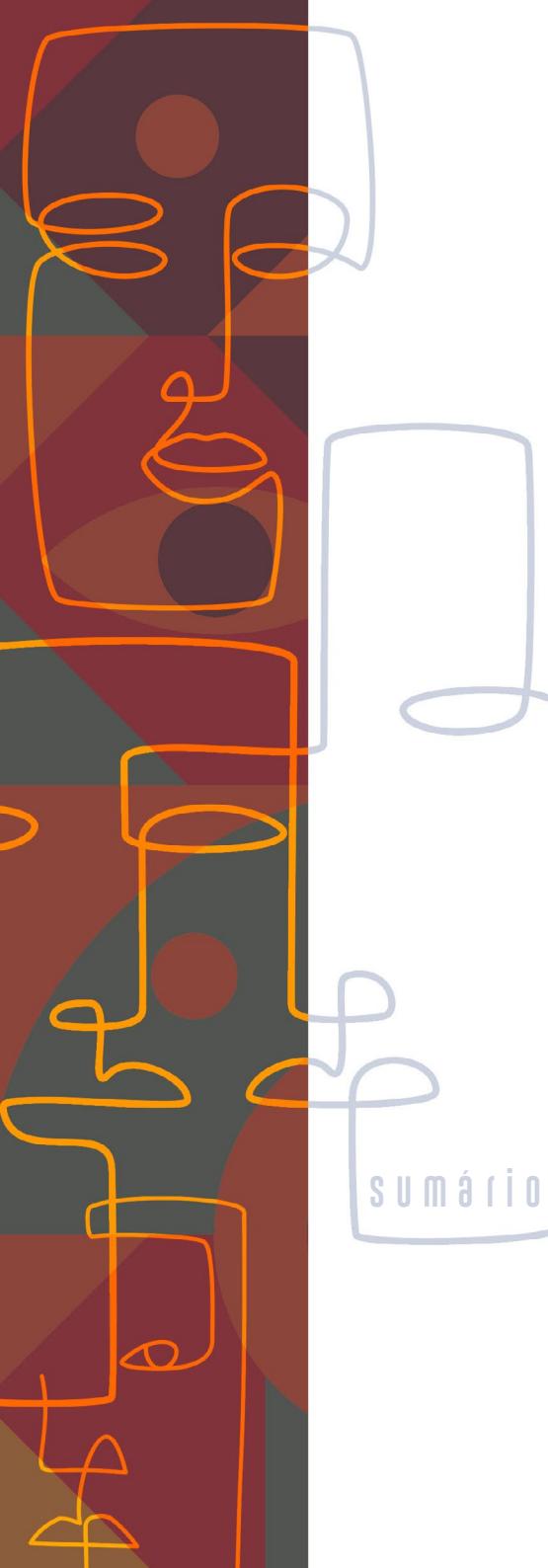
The background of the image is a complex, abstract composition. It features a grid of overlapping triangles in shades of brown, reddish-brown, and dark grey. Overlaid on this grid are several orange line drawings, including a large, stylized figure of a person with a long neck and a small head, and a series of geometric shapes like circles, rectangles, and lines that form a vertical column on the left side.

4

FILIPE ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA

A PEDAGOGIZAÇÃO DO GÊNERO NA ESCOLA

INTRODUÇÃO



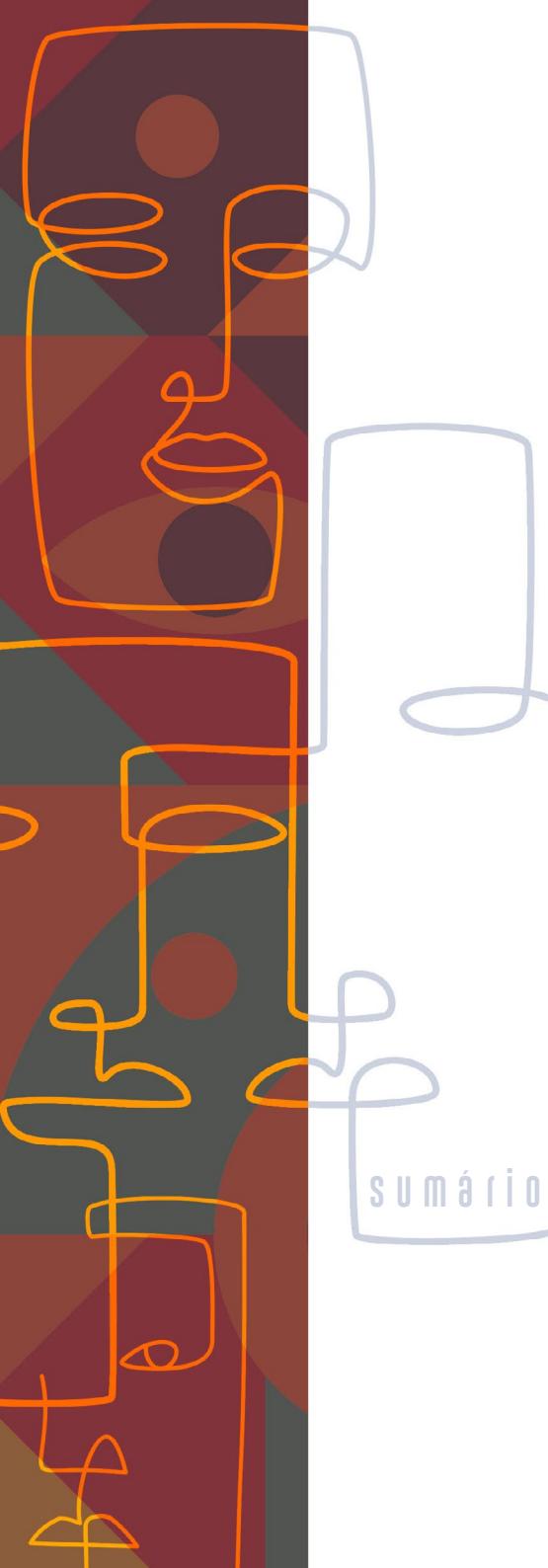
Se consolida nas sociedades ocidentais um novo cenário antropofágico que simbolicamente “come” as grandes transformações vivenciadas ao longo das décadas de 1960 em diante e faz delas uma experiência credível de existência. Vivenciamos uma explosão de perfis identitários e pós-identitários (HALL, 2006; PRADO, 2008; 2011; SIERRA, 2013), de sexualidades insubmissas e disparatadas (FOUCAULT, 2019), dentro de um contexto de uma revolução molecular, sexual, feminista, de gênero e da intimidade. (GATTARRI, 1985; GIDDENS, 2001; SALGADO, 2008; GARTON, 2009).

Diante desse quadro emergente, o Gênero surge como um debate desafiador, inconstante, paradigmático e de uma força normalizante de bastante impacto nas relações ocidentais. Desde a década de 1960 sua força epistemológica fora assumida pelas feministas e utilizado como campo teórico e prático para questionar e desafiar o lugar da categoria mulher dentro das relações humanas e seu confronto com o patriarcado e o sexismo (SALGADO, 2008).

Seu conceito hoje é emergente (LOUROA, 1997), é construído no dia-a-dia, nas modificações corpóreas, nas identidades insubmissas, nas músicas, no teatro, na TV, nas séries. Por outro lado, sua força normalizante constitui um campo fascista capaz de silenciar qual quer possibilidade de quebra do seu binarismo e de sua hierarquia. Dessa forma, seu devir também é incorporado nas escolas, uma vez que este espaço respira as demandas de nossa sociedade neoliberal de cunho capitalista.

Tal pedagogização do gênero é o nosso interesse nesse ensaio científico, pois pretendemos problematizar: como a pedagogização do conceito de gênero produz o confronto de descontinuidades e normalizações no cenário escolar? uma vez que, historicamente, o conceito de gênero também se fortalece no cenário da educação e

sumário



dita, por meios dos rituais heteronormativos (BENTO, 2011), como os corpos de crianças, adolescentes, jovens e professores devem se comportar e quais desejos, comportamentos e identidades devem prevalecer. Mas a descontinuidade (BUTLER, 2015) de tais rituais também se modificam, ao passo que os corpos insubmissos também confrontam a doutrinação heterossexista (BORRILLO, 2010).

A metodologia utilizada nesse artigo é de cunho qualitativo, neste sentido, Deslandes et. al.(1994) diz que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES, 1994, p. 21). Utilizamos como método de pesquisa, a bibliográfica, que segundo as contribuições de Gil (2008):

Base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2008, p. 44).

Diante de toda uma construção epistemológica, a pesquisa qualitativa se consolida na contemporaneidade como uma ruptura credível de existência e desestabiliza os entraves dos adeptos do método positivista do conhecimento científico.

A EMERGÊNCIA DO GÊNERO

A produção discursiva sobre gênero ao longo da história tem seus desdobramentos por meio das teorias feministas e das

sumário

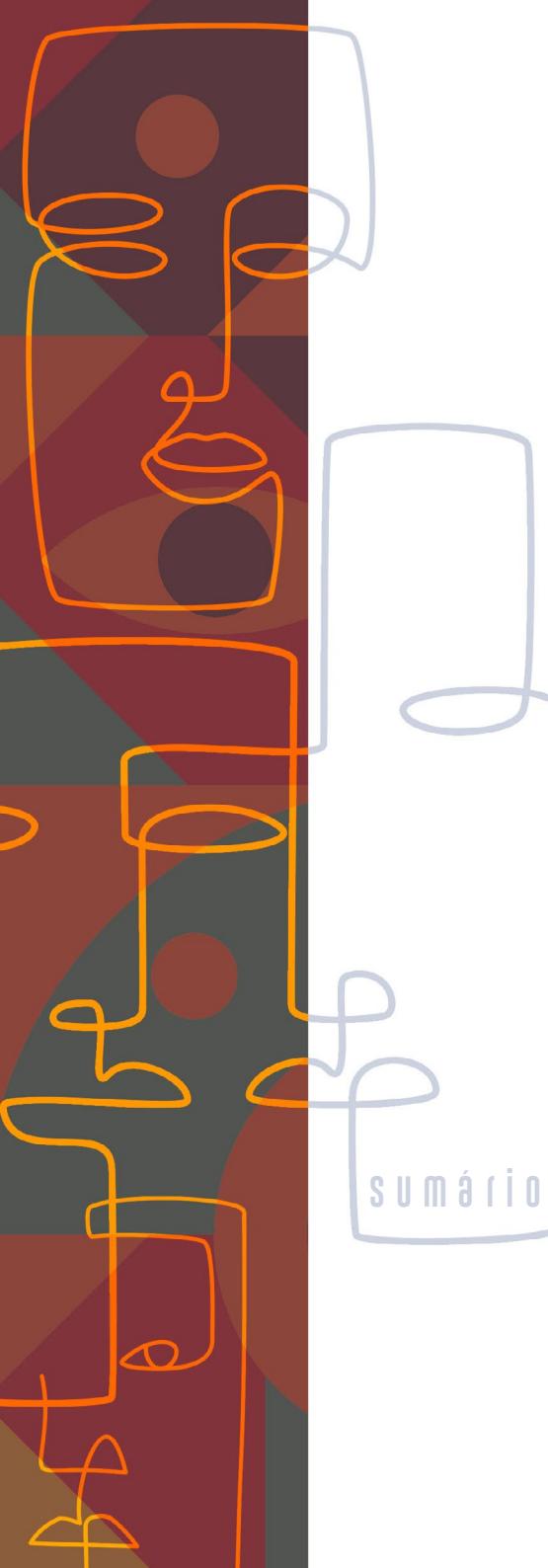
questões ausentes da homossexualidade feminina no cenário da contracultura nas décadas de 1950 até 1980. Grandes nomes como Joan Scott (1990), Donna Haraway (2004), Teresa de Lauretis (1987) e Raewyn Connell (2002) transformaram o cenário acadêmico e social com suas teorias feministas e suas abordagens históricas e culturais sobre as categorias de gênero, sexualidade, mulher e suas relações com a sociedade.

Connell (2002) divide em quatro períodos as transformações sociais e epistemológicas sobre as questões de gênero, dos estudos da mulher e das teorias feministas: (i) a primeira de 1860 a 1920, com a consolidação da ciência moderna ocidental e o movimento das sufragistas na Europa; (ii) de 1920 a 1965, com o auge da psicanálise, o interesse teórico da antropologia pelas questões de gênero e à teorizações sociais sobre o conceito dos papéis sociais; (iii) de 1965 a 1980, com a emergência da teoria do patriarcado e a contracultura radical feminista e (iv) de 1980 em diante, com as teorias abrangentes e diversas sobre a diversidade sexual e a consolidação das teorias feministas pós-estruturalistas.

Durante o período de 1860 até 1920 as abordagens científicas centravam seus esforços em mapear as diferenças sexuais e de gênero. As contribuições de Darwin sobre a definição e distribuições dos papéis sexuais no reino animal foram interpelados para o mundo ocidental, conhecido como etnocentrismo ocidental (SANTOS, 2000). A teoria da evolução desdobrou-se também em um androcentrismo e suas concepções de sexo e de gênero. Toda essa transformação deu fôlego para os estudos da sociobiologia e seu sexismismo científico.

No período de 1920 a 1965 as abordagens da psicanálise⁴ foram importantes campos de estudos para as feministas questionarem as

⁴ Inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1999, p. 8).



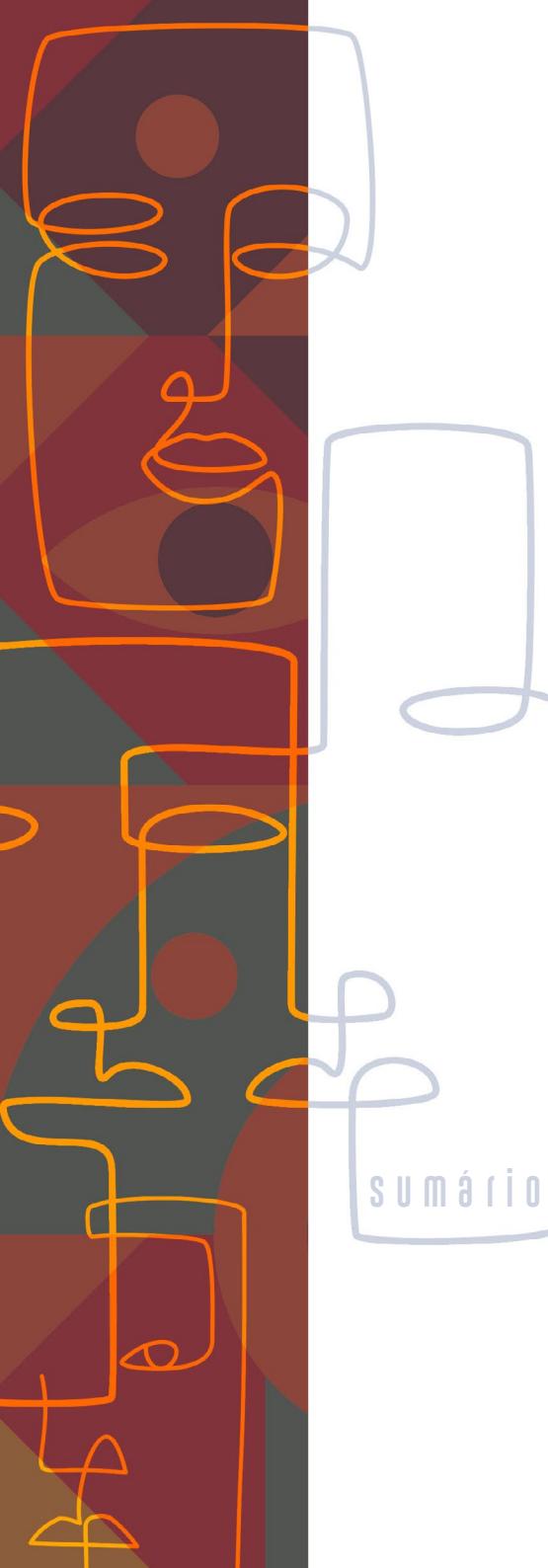
abordagens essencialistas⁵ de gênero naturalizadas na sociedade ocidental. Na antropologia os estudos etnocêntricos em comunidades “selvagens” foram responsáveis para uma maior abertura do conceito de gênero e como o mesmo possui sentidos e intencionalidades diferentes nos contextos sociais que habita. As descobertas da antropóloga Margaret Mead (1978) são um exemplo de como sociedades selvagens possuíam seus próprios sistemas de gênero e seus papéis sociais, e como o mesmo não seguia uma linha linear e de caráter biológico.

Outra grande transformação no cenário emergente das questões de gênero foi a publicação do livro “O segundo sexo” da filósofa feminista Simone de Beauvoir (1988). O livro provocou debates em torno da subalternização feminina nos espaços da política, da sociedade e da ciência. Também trouxe provocações sobre as questões da homossexualidade e do processo hegemônico da masculinidade. Segundo Connell (2002):

Beauvoir explorou como as mulheres são constituídas como “outro” na consciência do homem. Ela, através de uma extraordinária série de imagens sociais, investigou a variedade de possibilidade nas quais mulheres podem responder a estas situações e constituírem a si mesmas – não escapando do gênero, mas realizando gênero diferentemente nos distintos projetos de vida (CONNELL, 2002, p. 124).

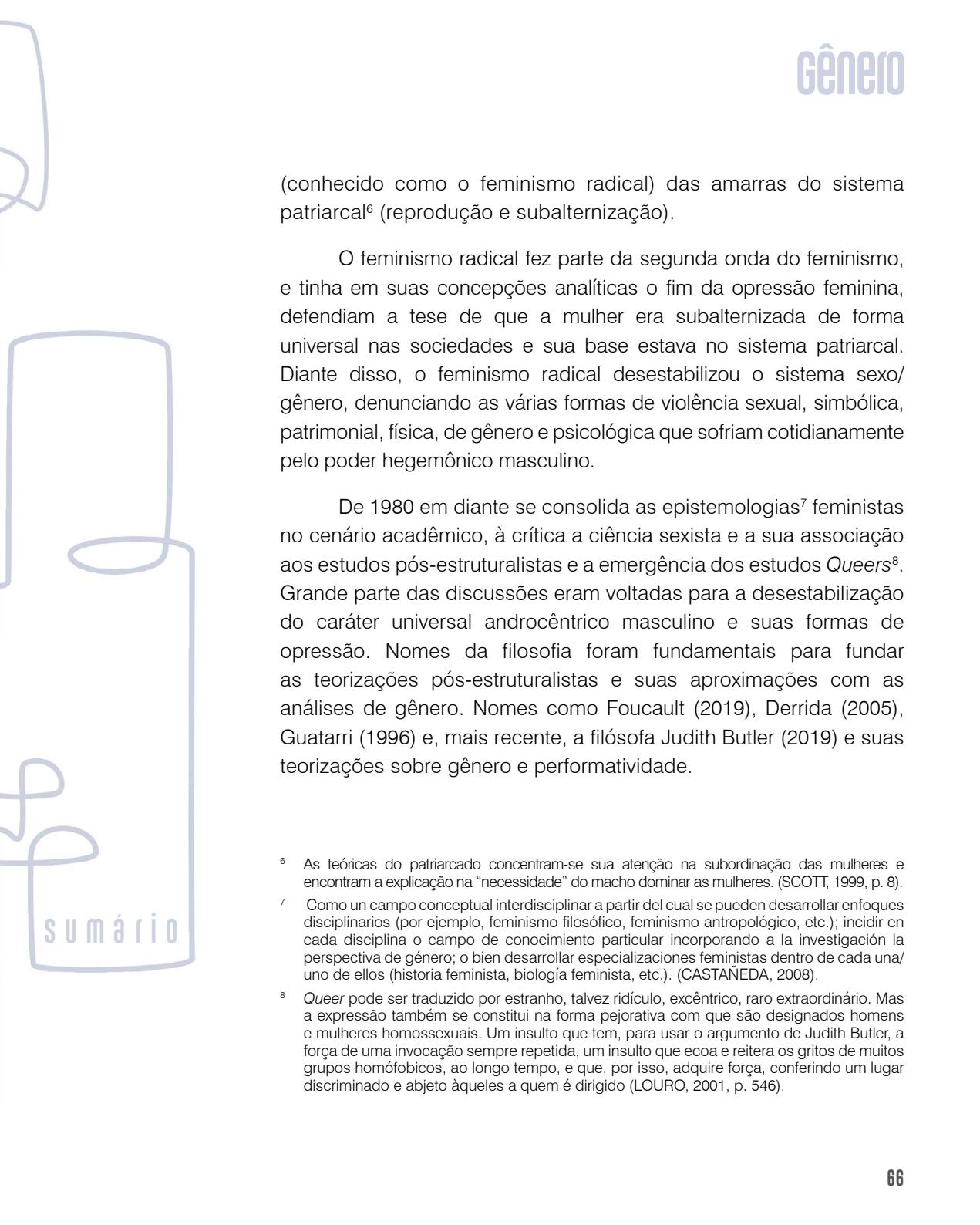
Já nos anos de 1960 e 1980 o movimento feminista transformou-se em uma grande revolução contracultural. Ele foi dividido em dois grandes movimentos: o movimento por uma igualdade entre as mulheres e os homens e a tendência pela libertação das mulheres

⁵ Devido à grande influência de Darwin e sua teoria da evolução, a ciência moderna e sua razão indolente foram fundamentais para impor no campo social as dicotomias entre sexo e gênero: macho e fêmea e sua posição social: homem/mulher. O sociólogo positivista Comte (1851) propôs em suas análises a função da mulher na sociedade – para o casamento, reprodução e cuidado do lar. Como também o marxista Engels (1997) ao escrever o livro “A origem da família, da propriedade privada e do estado”.



(conhecido como o feminismo radical) das amarras do sistema patriarcal⁶ (reprodução e subalternização).

O feminismo radical fez parte da segunda onda do feminismo, e tinha em suas concepções analíticas o fim da opressão feminina, defendiam a tese de que a mulher era subalternizada de forma universal nas sociedades e sua base estava no sistema patriarcal. Diante disso, o feminismo radical desestabilizou o sistema sexo/gênero, denunciando as várias formas de violência sexual, simbólica, patrimonial, física, de gênero e psicológica que sofriam cotidianamente pelo poder hegemônico masculino.

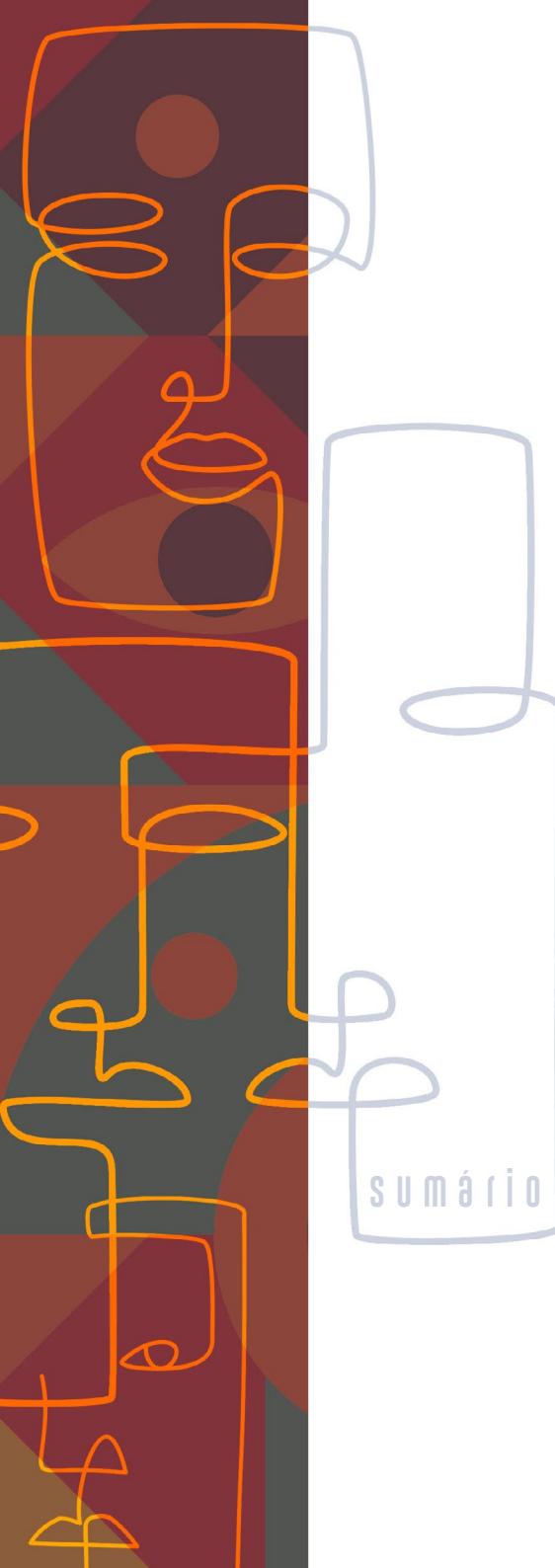


De 1980 em diante se consolida as epistemologias⁷ feministas no cenário acadêmico, à crítica a ciência sexista e a sua associação aos estudos pós-estruturalistas e a emergência dos estudos Queers⁸. Grande parte das discussões eram voltadas para a desestabilização do caráter universal androcêntrico masculino e suas formas de opressão. Nomes da filosofia foram fundamentais para fundar as teorizações pós-estruturalistas e suas aproximações com as análises de gênero. Nomes como Foucault (2019), Derrida (2005), Guatarri (1996) e, mais recente, a filósofa Judith Butler (2019) e suas teorizações sobre gênero e performatividade.

⁶ As teóricas do patriarcado concentram-se sua atenção na subordinação das mulheres e encontram a explicação na “necessidade” do macho dominar as mulheres. (SCOTT, 1999, p. 8).

⁷ Como un campo conceptual interdisciplinar a partir del cual se pueden desarrollar enfoques disciplinarios (por ejemplo, feminismo filosófico, feminismo antropológico, etc.); incidir en cada disciplina el campo de conocimiento particular incorporando a la investigación la perspectiva de género; o bien desarrollar especializaciones feministas dentro de cada una/ uno de ellos (historia feminista, biología feminista, etc.). (CASTANEDA, 2008).

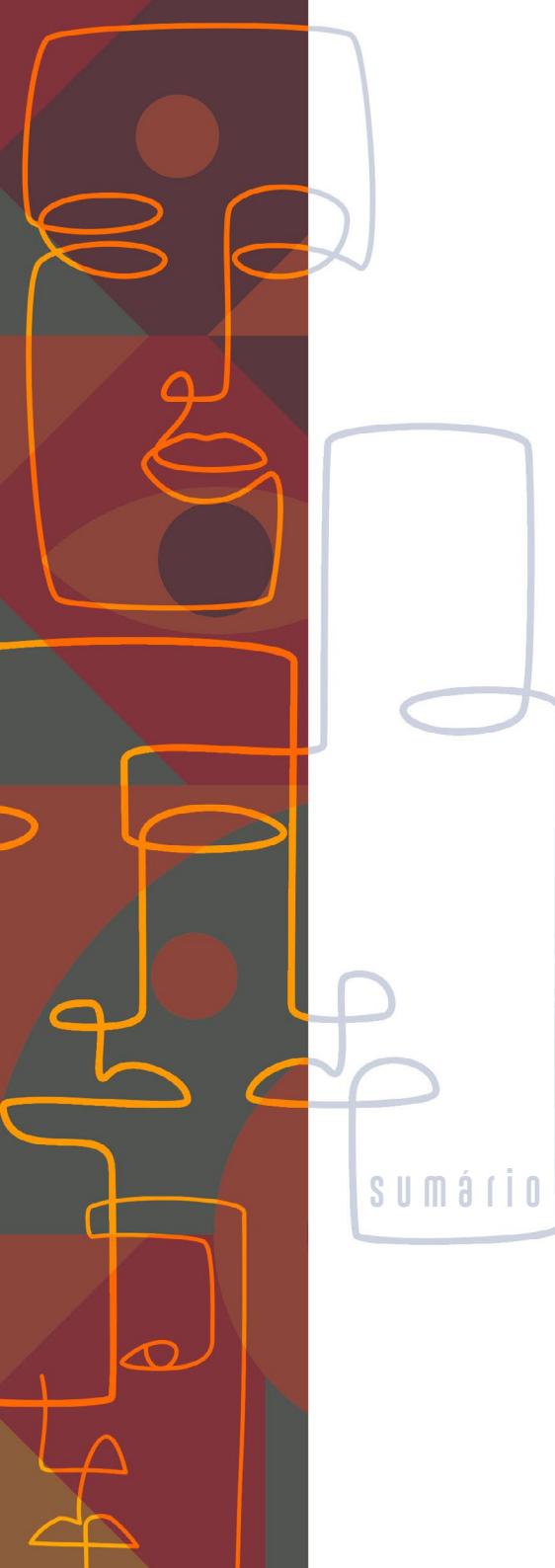
⁸ Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido (LOURO, 2001, p. 546).



Neste quadro elencamos as diversas formulações do conceito de gênero ao longo da história e suas principais teóricas feministas no âmbito internacional e nacional. Esses conceitos nos ajudam a problematizar como as principais abordagens sobre o conceito de gênero passou por transformações ao longo dos anos e como o mesmo segue com uma escrita feminista comprometida com a pluralidade da ciência e não mais como objeto de mesma.

Quadro 1 – Conceito de Gênero acerca de Teóricas Feministas

Conceito de Gênero	Teóricas Feministas
O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder (SCOTT, 1999, p. 14)	Joan Scott
Pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se –ia que também gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais (...) e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1987, p. 208).	Teresa de Lauretis
O gênero faz diferença para as mulheres na ciência não por causa do que trazem com seus corpos e às vezes nem mesmo pelo que podem trazer com sua socialização, mas pelas percepções que as culturas da ciência trazem à comunidade tanto das mulheres quanto do gênero – e, por sua vez, por causa do que tais percepções trazem para os valores comuns de disciplinas científicas particulares (KELLER, 2006, p. 29-30).	Evelyn Fox Keller
<i>A través de la teoría de género, las investigadoras feministas han contribuido a la comprensión integral de la dominación, la subordinación y la opresión de las mujeres, al demostrar que cada una de ellas se basa en la articulación del género con otros referentes de organización y diferenciación social. En este sentido, el género es una construcción social, cultural, política e histórica (CASTAÑEDA, 2008, p. 13)</i>	Martha Patricia Castañeda Salgado



sumário

O gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto. (...) O gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definido com isso as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecedo os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo (BUTLER, 2015, p. 30)

Judith Butler

Fonte: Todos esses conceitos estão nas nossas referências bibliográficas

O quadro evidencia também como o conceito de gênero é importante para pensar o lugar da educação da mulher e do homem nas relações subjetivas que vivenciamos na contemporaneidade. Uma vez que a tendência plural de gênero (LOURO, 1997; BENTO, 2006) nos aponta como é possível vivenciá-las fora e dentro dos espaços institucionais.

A PEDAGOGIZAÇÃO DO GÊNERO NA ESCOLA

O ambiente escolar desde o século XVIII, segundo Foucault (2019), foi produzido, planejado e executado para manter os corpos das crianças longe das perguntas, dos interesses e dos desejos sobre sexo, dos papéis de gênero e da sexualidade. A forma como a escola é planejada, onde há semelhanças com as prisões - onde possuem uma única porta de entrada, buracos nos muros, cadeiras enfileiradas, vigilância constante, separação por sexo/gênero desde a criação de disciplinas que regularizam e autorizam um único caminho possível para a verdade. Todo o território escolar legitima e silencia o sexo e a sexualidade. Como bem explica Foucault (2019) “basta atentar para os dispositivos arquitetônicas, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo”. (FOUCAULT, 2019, p. 29).

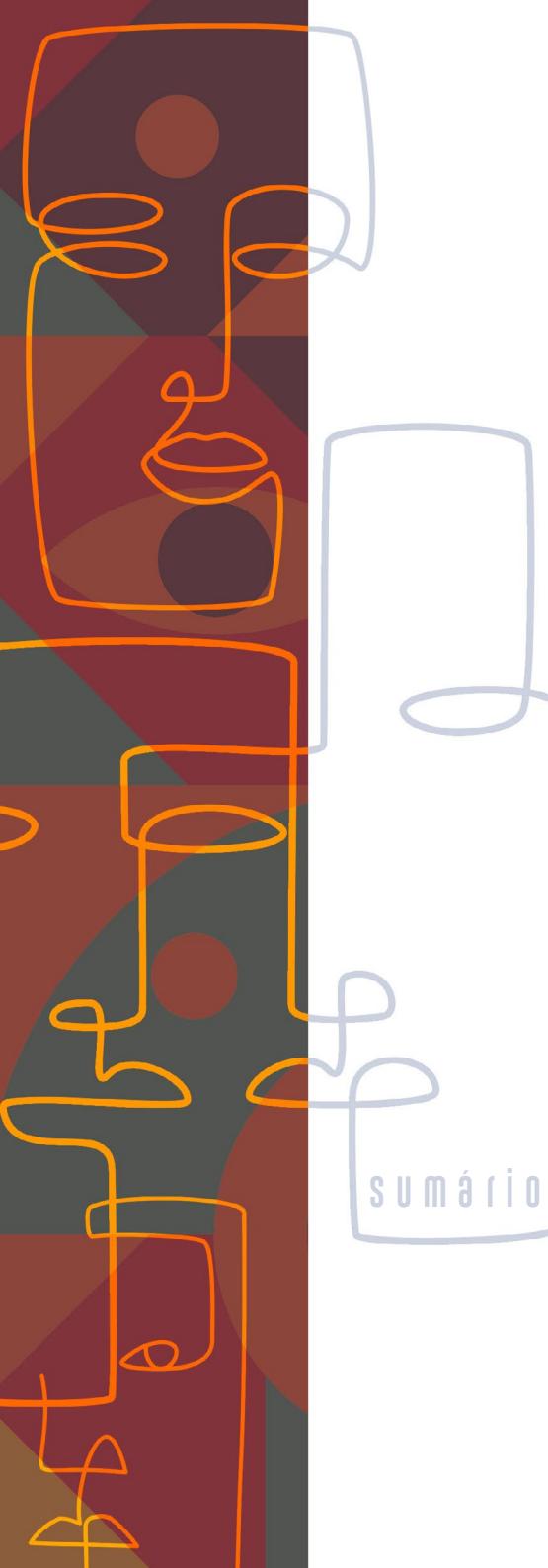
SUMÁRIO

Assim como a escola no século XVIII buscou silenciar o sexo, o mesmo foi alvo da medicina e seus manuais conservadores. Era preciso naquele momento ensinar as crianças e aos jovens que a sexualidade era monstruosa, pecaminosa, digna do “inferno” dos católicos. Foucault complementa que “em todas essas medidas a criança não deveria ser apenas um objeto mudo e inconsciente de cuidados decididos exclusivamente entre adultos; impunha-se-lhe um certo discurso razoável, limitado, canônico e verdadeiro sobre o sexo”. (FOUCAULT, 2019, p. 30). Ao mesmo tempo que as instituições escolares legitimavam o silêncio sobre o sexo, investiu em discursos sobre ele.

Dentro desse contexto, Foucault (2019) evoca a pedagogização do sexo da criança, tal pedagogização é reiterada pela família, pela igreja e pela escola: o corpo da criança é acionado como um corpo em constante mutação sexual, deve ser vigiado e punido. O sexo, segundo tais condicionamentos, levaria a criança a perda de sua inocência, e a levaria para uma vida imoral, pecaminosa. Como bem evoca Foucault (2019):

Dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos no Ocidente. (FOUCAULT, 2019, p. 115).

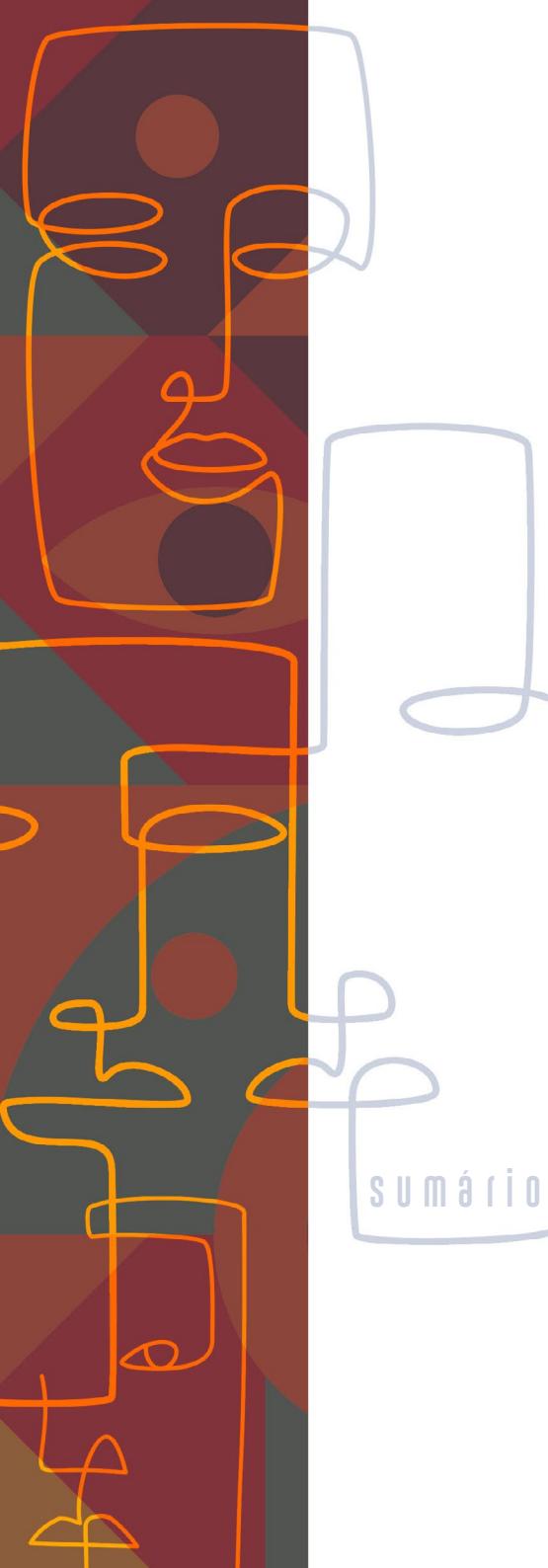
Desde o século XVIII que tais dispositivos atuam no controle do sexo das crianças, hoje, na contemporaneidade, mesmo diante de uma revolução sexual, pais, médicos e professores, acionados pela moral cristã e pela doutrinação heterossexual (BORRILLO, 2010) continuam sob a vigilância, diante de outras técnicas e com a ajuda do Estado.



As novas práticas de governo na escola contemporânea produzem uma pedagogia do controle e cria verdades e patologias sobre o corpo das crianças, dos adolescentes e dos jovens, bem como produz o tipo de desejo, de comportamento e a identidade sexual que deve ser praticada na escola – a heterossexual e qual deve ser extermínada e combatida – a homossexual. Se desde os séculos XVIII e XIX a repressão sobre a sexualidade das crianças e dos jovens era produzida na escola pelo silêncio, controle dos corpos e pelo desejo heterossexual de normalidade, houve também uma explosão de discursividades sobre o sexo que mostram seu potencial subversivo. Como bem problematiza César:

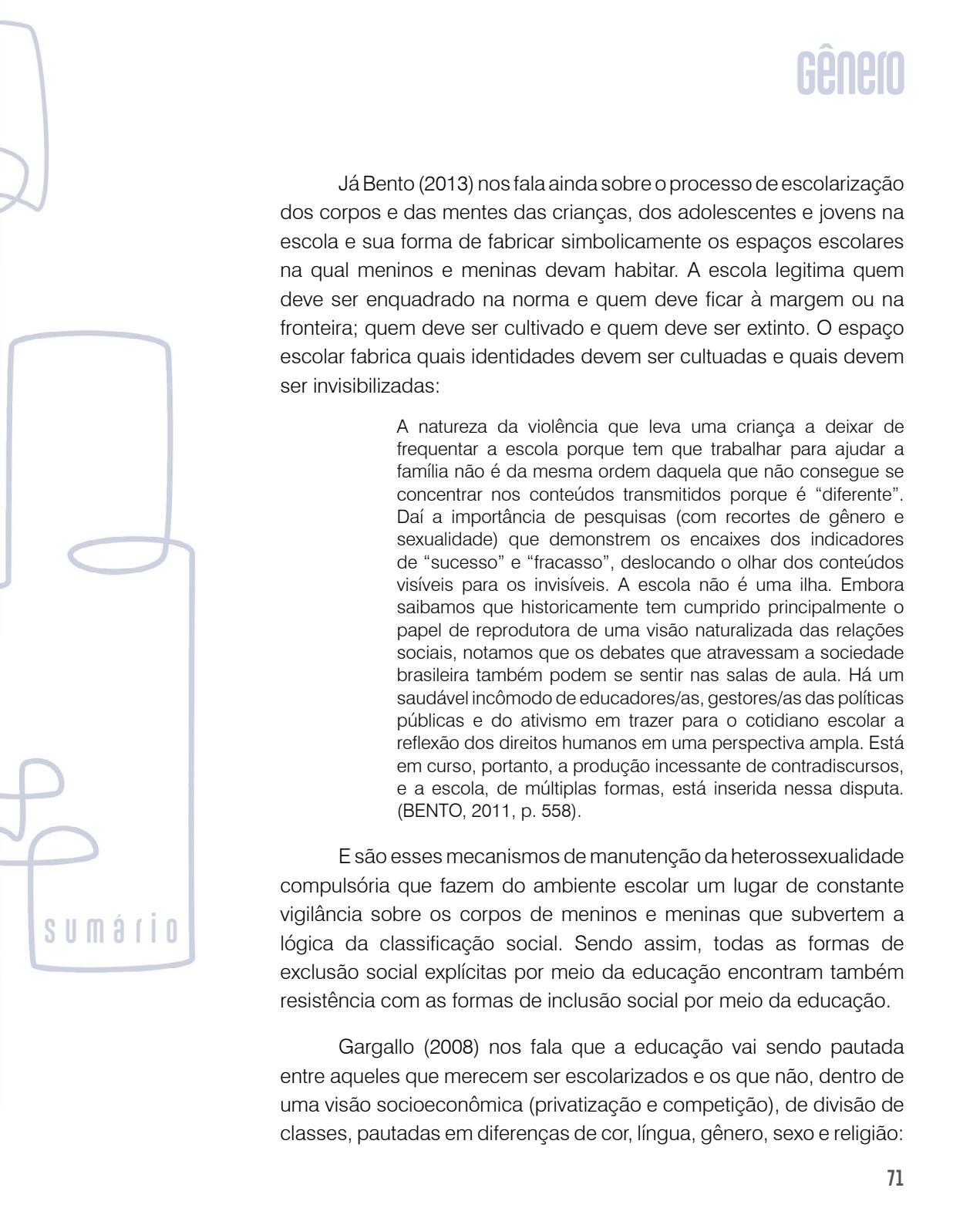
Ora “proibida” e “ameaçada”, como no período da ditadura militar brasileira, ora nomeada nos currículos, a educação do sexo sempre esteve presente nas escolas brasileiras, nas aulas de ciências, biologia, puericultura e planejamento familiar, como demonstram as pesquisas sobre currículos e diretrizes curriculares desde os anos 1950. Mais recentemente, com as aulas de educação sexual, a presença da educação do sexo, em diversas formas e modelos pedagógicos, correspondeu ao governamento de corpos de crianças e jovens, ora em nome da moral higiênica e eugenista, ora pela ideia do “sexo feliz” (2013, p. 274).

Louro (1997) também chama a atenção para o fato de que a escola é um dos aparelhos mais eficazes no controle da sexualidade e dos corpos, na medida em que o corpo escolar e os currículos são percebidos como legitimadores das “posições de sujeito”, em uma determinada cultura. Ainda para esta autora professores/as devem “deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um ‘problema’ e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais como base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa” (LOURO, 2000b, p. 51).



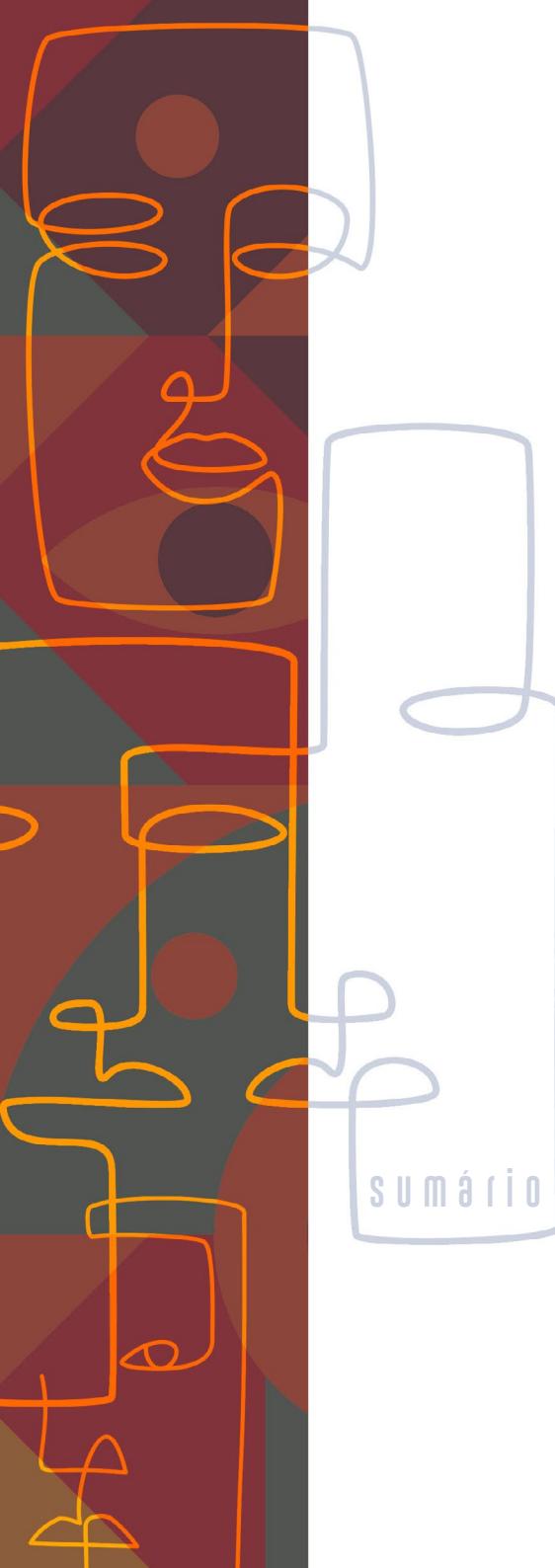
Já Bento (2013) nos fala ainda sobre o processo de escolarização dos corpos e das mentes das crianças, dos adolescentes e jovens na escola e sua forma de fabricar simbolicamente os espaços escolares na qual meninos e meninas devam habitar. A escola legitima quem deve ser enquadrado na norma e quem deve ficar à margem ou na fronteira; quem deve ser cultivado e quem deve ser extinto. O espaço escolar fabrica quais identidades devem ser cultuadas e quais devem ser invisibilizadas:

A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é “diferente”. Daí a importância de pesquisas (com recortes de gênero e sexualidade) que demonstrem os encaixes dos indicadores de “sucesso” e “fracasso”, deslocando o olhar dos conteúdos visíveis para os invisíveis. A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reproduutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula. Há um saudável incômodo de educadores/as, gestores/as das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos direitos humanos em uma perspectiva ampla. Está em curso, portanto, a produção incessante de contradiscursos, e a escola, de múltiplas formas, está inserida nessa disputa. (BENTO, 2011, p. 558).



E são esses mecanismos de manutenção da heterossexualidade compulsória que fazem do ambiente escolar um lugar de constante vigilância sobre os corpos de meninos e meninas que subvertem a lógica da classificação social. Sendo assim, todas as formas de exclusão social explícitas por meio da educação encontram também resistência com as formas de inclusão social por meio da educação.

Gargallo (2008) nos fala que a educação vai sendo pautada entre aqueles que merecem ser escolarizados e os que não, dentro de uma visão socioeconômica (privatização e competição), de divisão de classes, pautadas em diferenças de cor, língua, gênero, sexo e religião:



SUMÁRIO

De las formas explícitas de exclusión social a través de la enseñanza, las más obvias son las que tratan de definir quién debe ser educado y quién no; la de segregar las escuelas y diferenciar la calidad de las enseñanzas según la clase socio-económica, el color, la lengua, el sexo, la religión o la pertenencia a comunidades no hegemónicas de los y las educandas; la de privatizar la educación para que el derecho a los estudios se convierta en un privilegio; la de seleccionar, según métodos competitivos, el alumnado de las mejores instituciones educativas de un país o de las carreras que dan acceso a profesiones lucrativas (GARGALLO, 2008, p. 20).

As formas de inclusão se inserem na promoção de políticas educacionais e práticas culturais que desestabilizam os saberes hegemônicos e que também se inscrevem na educação escolar e não-escolar. Nestes termos, para Gargallo (2008) as práticas culturais que promovem a desestabilização das práticas de exclusão podem ser evidenciadas em currículos abertos, comuns de países democráticos, e que inserem as práticas educativas feministas (inclusiva, antiviolenta, recuperadoras de sujeitos, relações horizontais de gênero, responsabilidade e solidariedade) como forma pedagógica de combater as opressões e subalternizações de mulheres, grupos LGBT's e pessoas negras.

De fato, se por um lado há na escola um controle dos corpos e de uma educação baseada em critérios econômicos, de classe social, sexo/gênero e cor; pelo outro há uma diversidade sexual que não sendo encarada como problema, poderá contribuir para expressar a riqueza humana que nos caracteriza e nos ensina a entender as diferenças numa perspectiva pedagógica, como afirma Bento:

Ao localizar nas instituições a explicação para a gênese das experiências identitárias, inverto a lógica: são as normas de gênero que possibilitam a emergência de conflitos identitários com essas mesmas normas. Nesse processo de desnaturalização, o foco explicativo para a constituição das identidades desloca-se do indivíduo para as genealogias dos

sumário

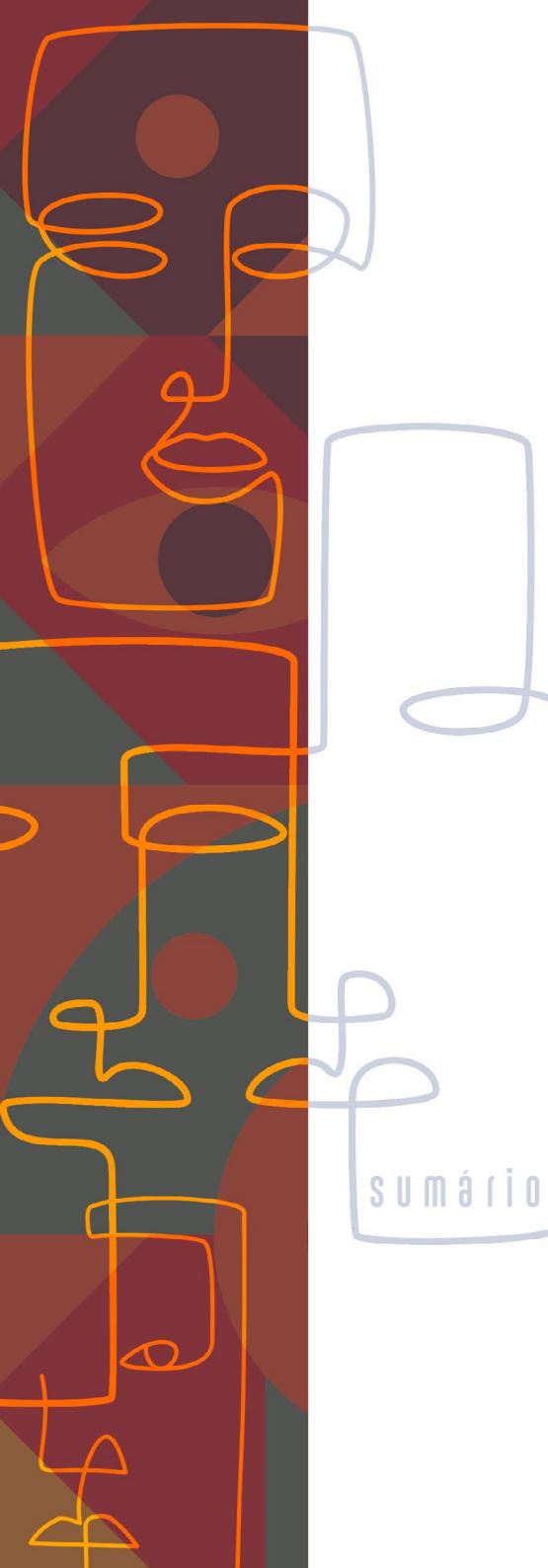
discursos, que limitam a categoria “humanidade” apenas a duas possibilidades excludentes: ou você tem pênis ou vagina. Ou você é mulher ou é homem. Ou você é masculino ou feminino, mas sejamos todos heterossexuais. Nada de ambiguidade, um horror a indeterminação. (2011, p. 558).

Numa posição política e urgente de (re)significar as práticas pedagógicas nas escolas, os/as professores/as são desafiados a descobrir outras possibilidades de existência de corpos, (pós)identidades e comportamentos na qual não tiveram contato ou lhes foi negado que existisse. Uma das principais batalhas dos professores/as é (re)significar a linguagem na escola.

Como campo cheio de armadilha, a linguagem foi ao longo dos séculos responsável pela legitimação da doutrinação heterossexista amparada e consolidada pela monocultura do saber (SANTOS, 2006). Como bem destaca Furlani (2013) onde na comunidade escolar “o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de sexo, de raça, etc.” (FURLANI, 2013, p. 70).

A começar pela (re)significação da linguagem, a escola tem a função cosmopolita de prover o fim das formas de violência, preconceito e discriminação contra qualquer corpo “excêntrico” na escola. Mesmo sendo desenhada por uma hegemonia de base capitalista, hegemonicamente dominante e produtivista; investir na valorização da diferença é um caminho possível, “vivível” e transformador. Segundo Louro,

Curículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas distinções precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem.



Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexism, o racism e o ethnocentrism que ela frequentemente carrega e institui (1997, p. 64).

Mesmo buscando uma prática pedagógica e educativa que valorize as diferenças e promova a diversidade sexual e cultura, se perdura na escola, e com força total, a consolidação da doutrinação heterossexista e sua forma mais violenta – a ideologia LGBTfóbica. A doutrinação heterossexista nas escolas é uma grande ameaça e explosão de perfis identitários e pós-identitários de crianças, adolescentes e jovens que fogem das normalizações impostas pelo cânone normativo da sexualidade heterossexual. Mesmo a homossexualidade feminina e masculina fazendo parte do cotidiano das escolas brasileiras, sua presença e sua forma de existência se configuram como uma ameaça aos corpos sadios da população escolar heterossexual. Outra forma disparatada de sexualidade e identidade de gênero encontradas nas escolas é a presença de travestis, transexuais e homens trans.

POSSÍVEIS CONCLUSÕES DE UM DEBATE EMBRIONÁRIO

O desconforto da presença dessas identidades e pós-identidades no cenário escolar mediante a pedagogização do gênero visa a violência institucional, simbólica e física. Uma vez que a escola como produto de uma pedagogia do controle não consegue transformar as identidades trans e as homossexuais em referência a norma heterossexual, o litígio da LGTBfobia é acionado e assume a tarefa de expurgar essas presenças disparatadas e insubmissas.

Responsável pela construção das diferenças no cotidiano de crianças, adolescentes e jovens na escola, o discurso repressivo da doutrinação heterossexual legitima a lógica da classificação social produzindo as dicotomias e as hierarquias que subalternizam, inferiorizem, silenciam e produzem como não-existentes as identidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e toda uma diversidade sexual de corpos *queer*, intersexuais e não-binários no cotidiano das escolas.

A doutrinação heterossexual também reforça a ideologia LGBTfóbica nas escolas. Suas principais causas no cotidiano escolar é a consolidação e naturalização do sexism e da LGBTfobia. Os/as pesquisadores/as que travam as discussões sobre as consequências do avanço da violência LGBTfóbica no cenário educacional nos alertam para o fato de que com o avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, as políticas educacionais que promovem a inserção do debate de diversidade sexual e enfrentamento da LGBTfobia podem chegar a ser extintas e açãoadas como subversivas, ao passo que as discussões de gênero e de sexualidade na educação provocam o debate sobre a imposição patriarcal e androcêntrica masculina como referencial a ser adotado e a naturalização do papel feminino frente a sua submissão.

O desafio diário de seguir no cotidiano escolar desestabilizando os padrões de gênero e sexualidades legitimados pelo discurso da doutrinação heterossexual é um sacerdócio de muitos adolescentes e jovens de identidade LGBT ou corpos *queer* e não-binários que habitam as salas de aula. Subverter os padrões sociais na escola pode ser um caminho cosmopolita que abarque não só as diferenças de gênero como as diferenças de raça, classe social e cultura. O preconceito, a violência e a discriminação em relação às várias possibilidades de diversidade sexual geram e reproduzem a desigualdade, legitimando situações de extrema violência física e simbólica; combater tais padrões se configura na contemporaneidade como uma tarefa dada a todos/as aquelas/es que acreditam no poder transformador da educação.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Coleção sujeito e história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. As Novas Práticas de Governo na Escola: O Corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Foucault Filosofia e Política*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- CONNELL, Raewyn. *Gender*. Cambridge: Polly Press, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2019. v. 1: A vontade de saber. Tradução de: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.
- FURLANI, Jimena. *Educação Sexual: Possibilidades Didáticas*. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*: Editora Vozes, 2013.
- GARGALLO, Francesca. *El Feminismo y la educación en y para nuestra américa*. Revista venezolana de estudios de la mujer - Caracas, Julio-Diciembre 2008, vol. 13, n. 31.
- GIDDENS, Anthony. *Transformações da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Celta, 2001.
- GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: Dp&A, 2006.
- HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: questões de gênero. *Labrys, estudos feministas*, n. 3, jan./jul., 2003.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, vol. 27, p. 13-34, jul.-dez., 2006.

LAGARDE, Marcela. *Gênero y feminismo. Desarrollo humano y democracia*. Madrid. Horas y horas la editorial, 1996.

LAURETIS, Teresa. *A tecnologia do gênero*. Indiana: Indiana University Press, 1987. Disponível em: <Http://Marcoaureliosc.Com.Br/Cineantropo/Lauretis.Pdf>

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. Gomes (orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

PRADO, Marco Aurélio Máximo Prado. MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Disponível em Http://Projcnpq.Mpbnet.Com.Br/Textos/Epistemologia_Feminista.Pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. *Metodología de la investigación feminista*. Colección diversidad feminista, Fundación Guatemala, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Editora cortez, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 16, nº 2, jul./dez., Porto Alegre, 1990.

SMIGAY, Karin Ellen Von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun., 2002.

The background of the image is a dark, abstract composition featuring a grid of overlapping geometric shapes in shades of brown, tan, and grey. Superimposed on this are several thin, orange-outlined shapes that resemble stylized human figures in various poses, some with arms raised and others with mouths open as if speaking. The overall aesthetic is minimalist and modern.

5

FERNANDO DA SILVA CARDOSO

GÊNERO, AGÊNCIA E ESCRITA

INTRODUÇÃO

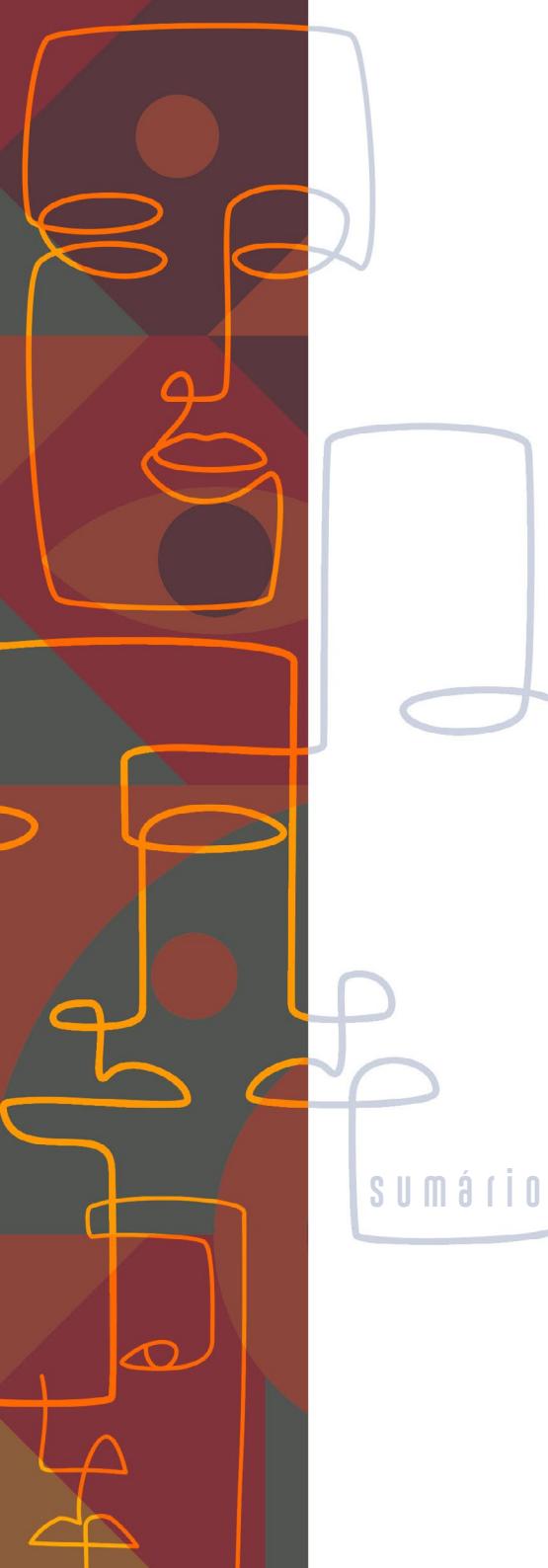
“Un texto escrito por un escritor minoritario sólo es efectivo si logra convertir en universal lo punto de vista minoritario”.

Monique Wittig (1992)

Este ensaio inscreve e problematiza algumas inquietações sob as quais tenho me debruçado e outras interpelações feitas a mim sobre os limites da escrita científica. Em suma, a questão em torno da capacidade de ser afetado pela(o) *Outra(a)* de se auto-afetar a partir da significação de experiências pela palavra, parece-me ganhar, cada vez mais, importância. Este argumento pode, por um lado, ser fundamentado com base na crítica desenvolvida⁹ sobre o distanciamento entre pesquisadores(as) e atores sociais, assim como no que concerne à consideração utilitária das experiências de diferentes grupos, sempre no sentido de satisfazer e/ou conferir autoridade aos discursos acadêmicos.

Apesar de não serem os objetos centrais da reflexão neste ensaio, refiro-me a tais paradigmas por acreditar que levam a crer na perspectiva meramente ‘útil’ da palavra ao(à) pesquisador(a). Pois, as referidas posturas acenam para um saber genocida, que essencializa, aniquila e mortifica o caráter sensível da experiência com base na escrita randômica. Questiono, assim, a figura complexa do ‘*eu autor*’, os seus privilégios e a funcionalidade que a palavra adquire para a criação de uma zona cinzenta do saber pretensamente neutra.

⁹ Para melhor compreender a discussão sobre a complexa relação entre lugar social e o de pesquisador(a), recomendo: ‘Questões teórico-epistemológicas à pesquisa social contemporânea: o pesquisador, o ator social e outros aspectos’ (CARDOSO; CARVALHO, 2018).

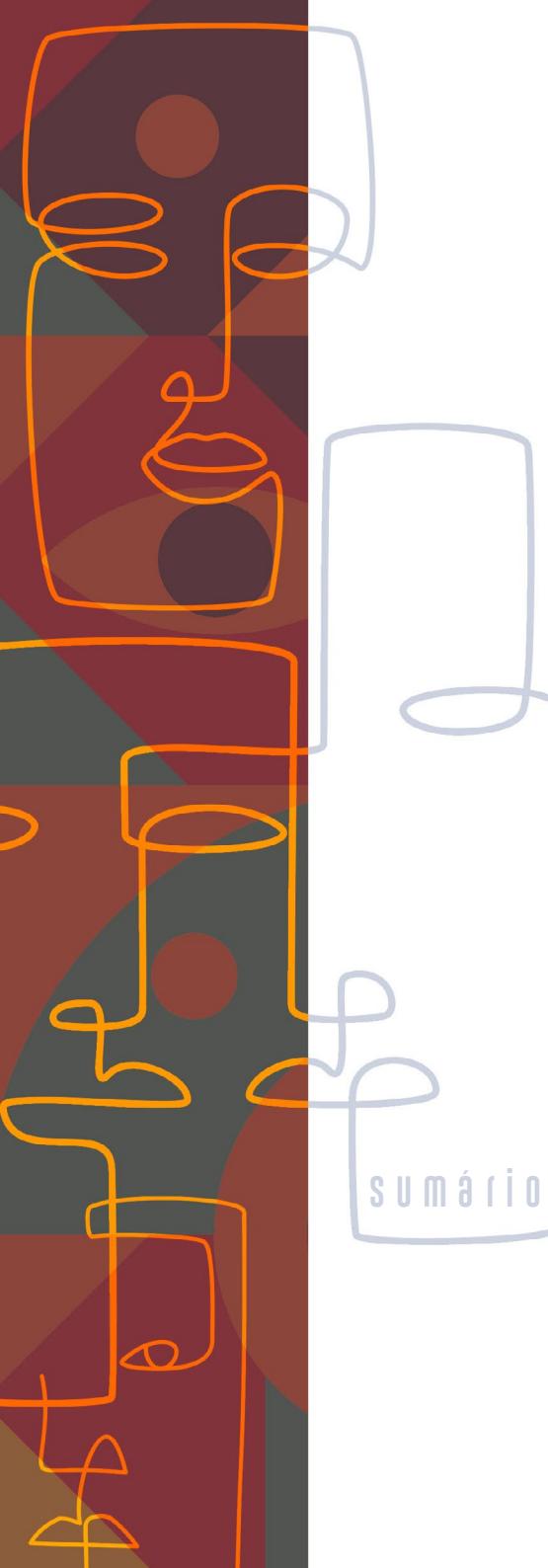


Nesse sentido, procurarei refletir, em um primeiro momento, sobre os processos implícitos de castração que são operados no interior e, ao mesmo tempo, com base na aspirada neutralidade e segurança científica do saber. E, em seguida, argumentarei sobre a escrita fundada em uma linguagem gendrificada enquanto operação simbólica e sensível do texto, que ressalta a desconstrução de uma pré-consciência sobre o sujeito universal da teoria do conhecimento.

A inserção da perspectiva e da linguagem baseadas na categoria gênero, na organização da escrita científica, são assumidas com base nas heterogeneidades e contradições discursivas que operaram e estão presentes no desenvolvimento do conhecimento científico. Assim, a partir de um olhar desestrutivista recuperado por Judith Butler da obra de Jacques Derrida¹⁰, introduzo a hipótese de que a opção por uma escrita baseada em uma linguagem que não reifica o caráter neutro do gênero pode apresentar uma dinâmica que perturba o idealismo do espírito científico moderno. Busco ir de encontro à certeza epistemológica da verdade que foi concebida na passagem da metafísica original para dada ontoteologia do saber, tão-somente.

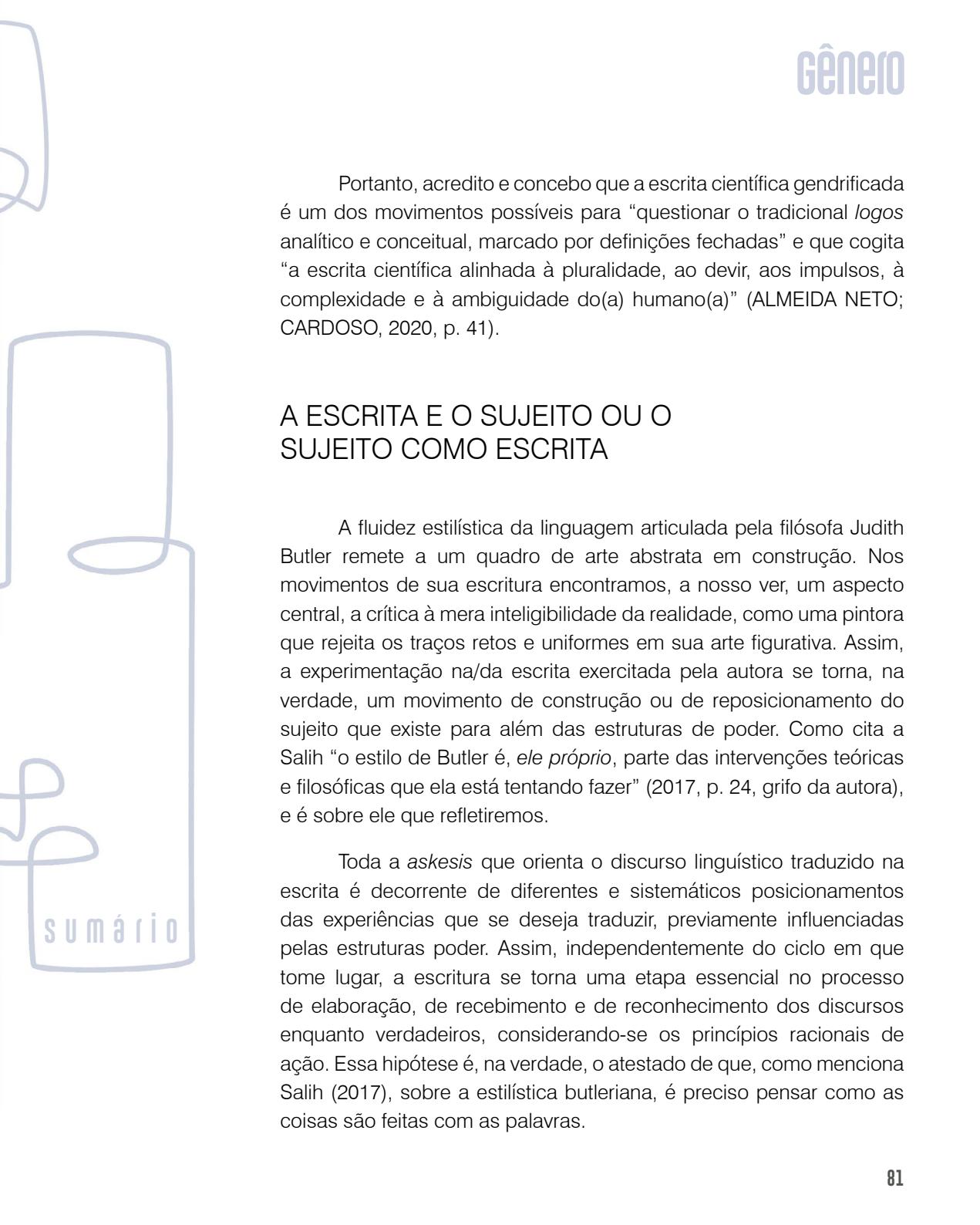
O estilo cogitado a partir da obra de Judith Butler alude a um funcionamento alternativo do sistema metafísico da escrita científica, o qual é acionado por uma reflexão não essencialista do ‘*eu autor*’ e que insiste na possibilidade de pensamento que opera nas fissuras entre a lógica e imaginação da palavra. Tal proposição não insiste, dessa forma, na figura de um *eu* recalcado pela neutralidade ciência, tampouco na formulação de espectro no qual a palavra é afastada da experiência e de quem a (d)escreve.

¹⁰ A perspectiva derridiana da desconstrução, recuperada por Judith Butler ao longo de sua obra, decorre, sobretudo, das leituras realizadas pela autora acerca do caráter fluido do signo na obra de Jacques Derrida, ou seja, da estratégia de dissolução, de decomposição de argumentos metafísicos como forma de instaurar ‘contradições construtivas’. Segundo Salih, Butler interessa-se pela característica enigmática do signo derridiano, pela possibilidade de serem “transplantados para contextos imprevistos e citados de modos inesperados” (2017, p. 128).



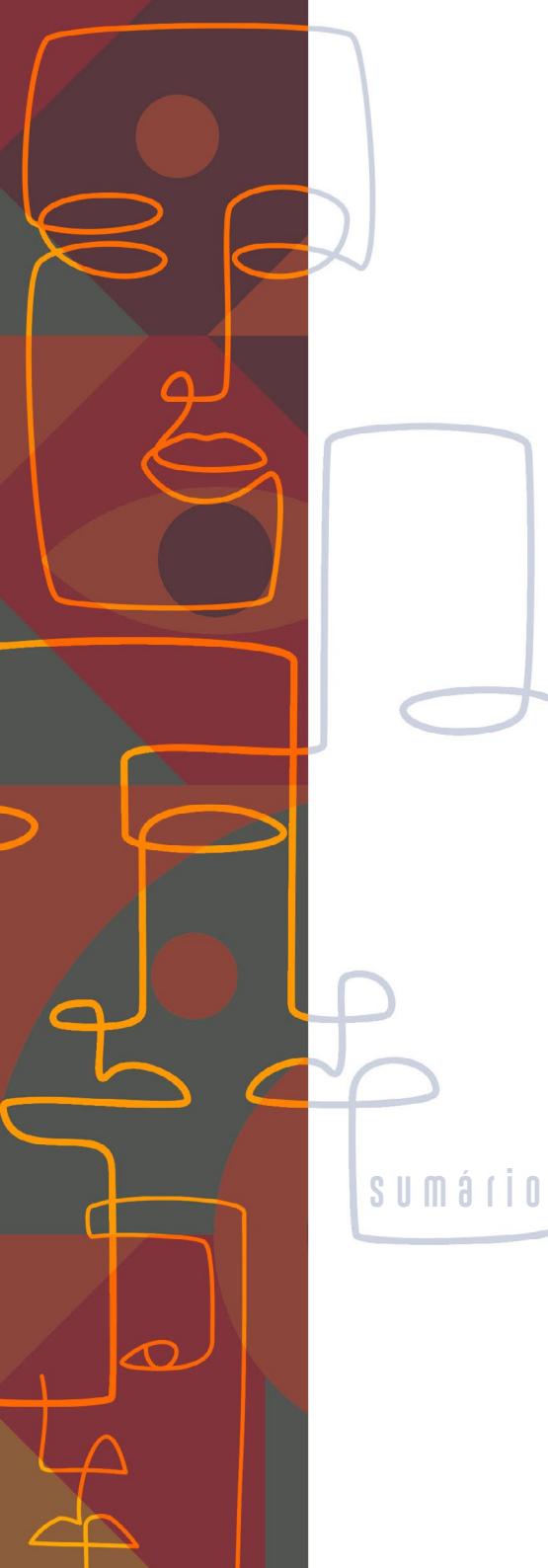
Portanto, acredito e concebo que a escrita científica gendrificada é um dos movimentos possíveis para “questionar o tradicional *logos* analítico e conceitual, marcado por definições fechadas” e que cogita “a escrita científica alinhada à pluralidade, ao devir, aos impulsos, à complexidade e à ambiguidade do(a) humano(a)” (ALMEIDA NETO; CARDOSO, 2020, p. 41).

A ESCRITA E O SUJEITO OU O SUJEITO COMO ESCRITA



A fluidez estilística da linguagem articulada pela filósofa Judith Butler remete a um quadro de arte abstrata em construção. Nos movimentos de sua escritura encontramos, a nosso ver, um aspecto central, a crítica à mera inteligibilidade da realidade, como uma pintora que rejeita os traços retos e uniformes em sua arte figurativa. Assim, a experimentação na/da escrita exercitada pela autora se torna, na verdade, um movimento de construção ou de reposicionamento do sujeito que existe para além das estruturas de poder. Como cita a Salih “o estilo de Butler é, *ele próprio*, parte das intervenções teóricas e filosóficas que ela está tentando fazer” (2017, p. 24, grifo da autora), e é sobre ele que refletiremos.

Toda a *askesis* que orienta o discurso linguístico traduzido na escrita é decorrente de diferentes e sistemáticos posicionamentos das experiências que se deseja traduzir, previamente influenciadas pelas estruturas poder. Assim, independentemente do ciclo em que tome lugar, a escritura se torna uma etapa essencial no processo de elaboração, de recebimento e de reconhecimento dos discursos enquanto verdadeiros, considerando-se os princípios racionais de ação. Essa hipótese é, na verdade, o atestado de que, como menciona Salih (2017), sobre a estilística butleriana, é preciso pensar como as coisas são feitas com as palavras.



Podemos exemplificar o argumento levantado sobre a experimentação presente na escrita de Judith Butler (2015a, 2015b), a partir do desconforto que surge, após a leitura de sua obra, quanto ao uso de pronomes e/ou adjetivos relacionados a macho e fêmea, em se assumir posturas baseadas na ‘tradição’, na ‘biologia’, na ‘realidade’, ou mesmo de entender o gênero como facticidade anatômica. Em suma, a estrutura semântica que perfaz a obra da autora demonstra que existe dada expressividade político-filosófica que irrompe a significação cultural das coisas fundamentada na polaridade, no determinismo e no representacionismo.

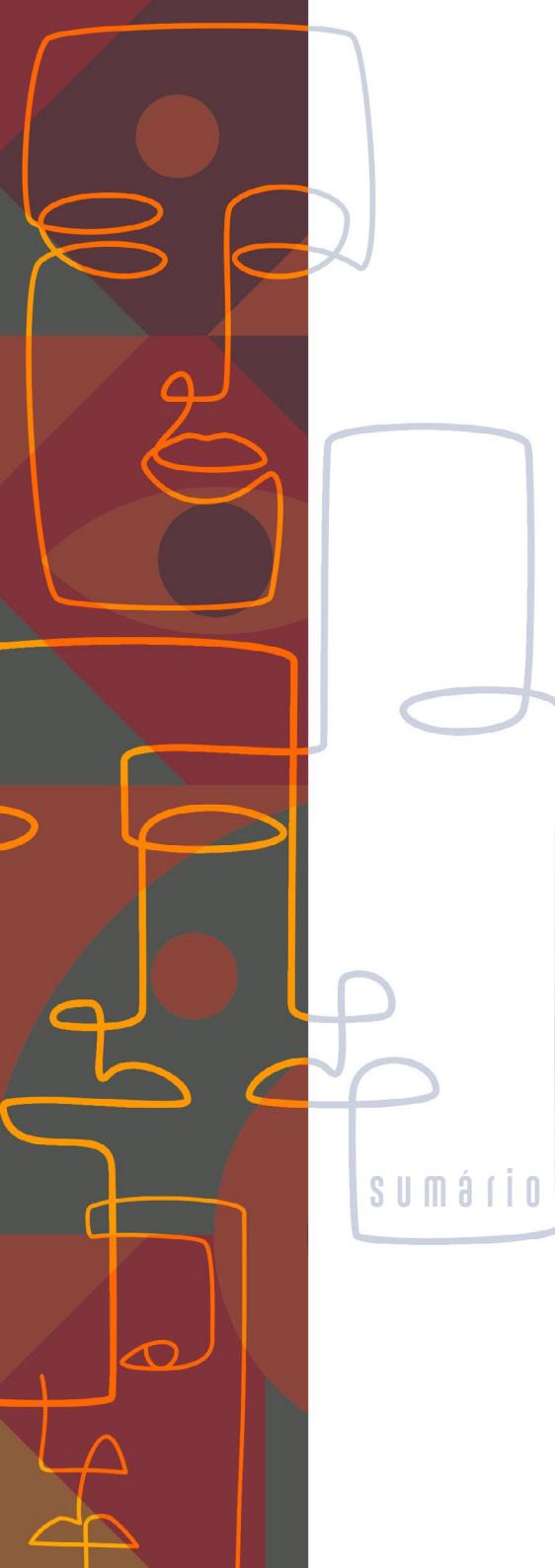
Nesse sentido, a experimentação na/da estilística butleriana releva que existe um universo semântico insurgente e insubmisso no fazer filosófico e epistêmico. Trata-se da circularidade. A escrita reúne, numa forma espiralada, a meditação que precede as próprias notas. Ou seja, o significado (experimentado) só existe – ao mesmo que transcende – em relação aquilo que se projeta. Tal aspecto remete à vontade characteristicamente imaterial (BUTLER, 2015a) do discurso que, por sua vez, relança o sujeito à circularidade da meditação, da própria consciência¹¹. A insubmissão a qual recorre a autora, metaforiza a noção de experimentação em sua escrita como algo que, ao passo que delimita os limites discursivos da experiência, também denuncia os termos de dada relação de poder, cultural e hegemonicamente estabelecida.

O movimento de ‘relatar a si’, sugerido por Judith Butler, pode contribuir com a compreensão e o dimensionamento dessa sua preocupação. A autora está interessada em problematizar as condições sociais e morais que determinam o surgimento do *eu* e, logo, da própria (possibilidade de) experimentação na/da narrativa. O ato de relatar



SUMÁRIO

¹¹ Quanto a esta noção, Butler (2017) observa que as descrições de Nietzsche sobre a formação da consciência estão implicadas no discurso moral que ele descreve, já que os termos que faz menção são efeitos da formação da consciência. Para tanto, a autora retoma o pensamento de Michel Foucault como forma de explicar (e, ao mesmo tempo, criticar o autor) a resistência psíquica ao poder como um efeito de poder, uma produção discursiva que situa nos limites da normalização.



a si mesmo, nesses termos, “adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência [...]”, pois

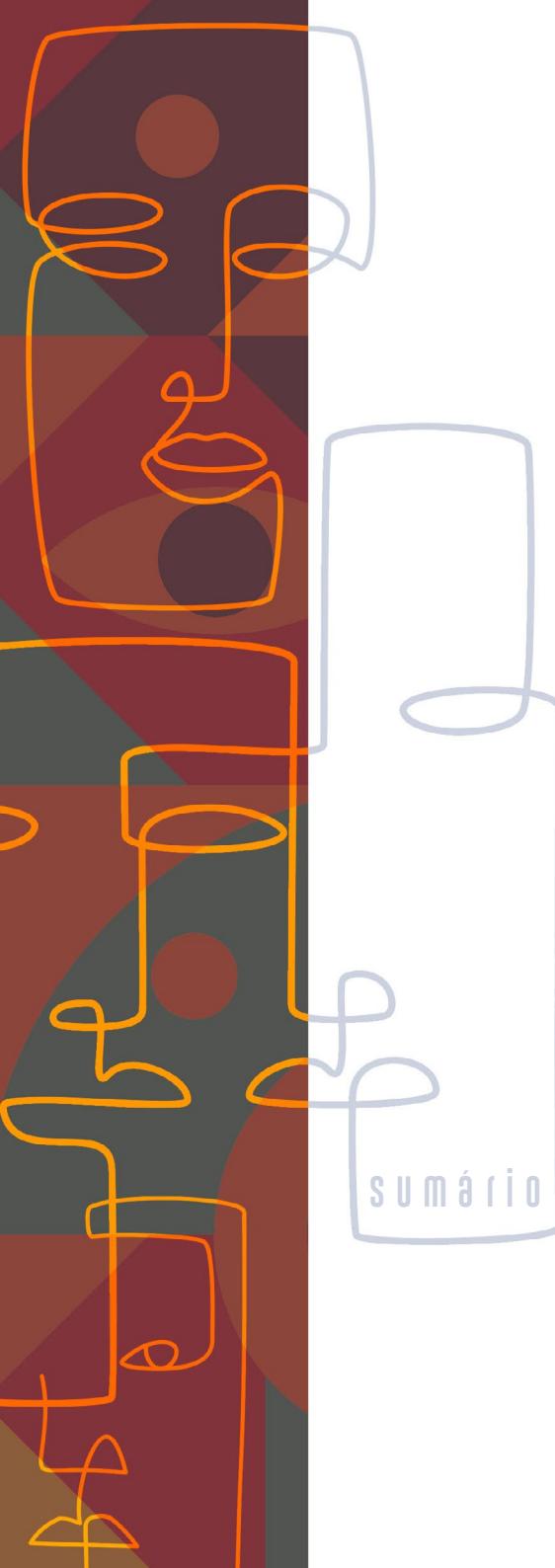
[...] a conduta moral não é uma questão de se conformar às prescrições estabelecidas por determinado código, tampouco de interiorizar uma proibição ou interdição primárias. [...] essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral” [...] (BUTLER, 2015b, p. 29-30).

A crítica da autora está direcionada, portanto, à ‘progressão linear’ e à neutralidade da linguagem. De tal modo, a consideração da experimentação na/da escrita, na obra de Judith Butler, envolve a relação dialética consigo mesma(o) e com a(o) *outra(o)*, e isso significa, no ato da escrita, de revisitar, reanalisar e revisar de maneira circular as condições a partir das quais o discurso emerge. Contra as premissas unidimensionais, o relato de si é centralizado na estilística da autora como um operador da transformação das verdades em *éthos*¹².

O trabalho de pensamento, pela escrita e em realidade, é o aspecto que perfaz a ambivalência do modo de se transmitir ideias como um ato constitutivo de si, ou seja, como um desafio político. Portanto, a experimentação presente na estilística de Judith Butler remete à construção de narrativas micrológicas, isto é, o objetivo de recuperar as subjetividades em caráter de abertura do *eu* em relação à(ao) *outra(o)* e do próprio ser como devir.

Nesse sentido, a argumentação gira em torno, agora, do processo de formulação do conhecimento e, não mais

¹² Em ‘*Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*’, Judith Butler dedica-se a refletir sobre a complexa relação (e tensão) entre *éthos* coletivo e moral. Questiona sobre a instrumentalização da violência como meio de manutenção do anacronismo que cerca o *éthos* coletivo e adverte sobre a posição e formação do “*eu*” neste universo. Para tanto, desenvolve a partir da crítica adorniana algumas questões que, para ela, permanecem sem resposta: “em que consiste esse “*eu*”? Em que termos ele pode se apropriar da moral, ou melhor, dar um relato de si mesmo?” (BUTLER, 2015b, p. 17-18).



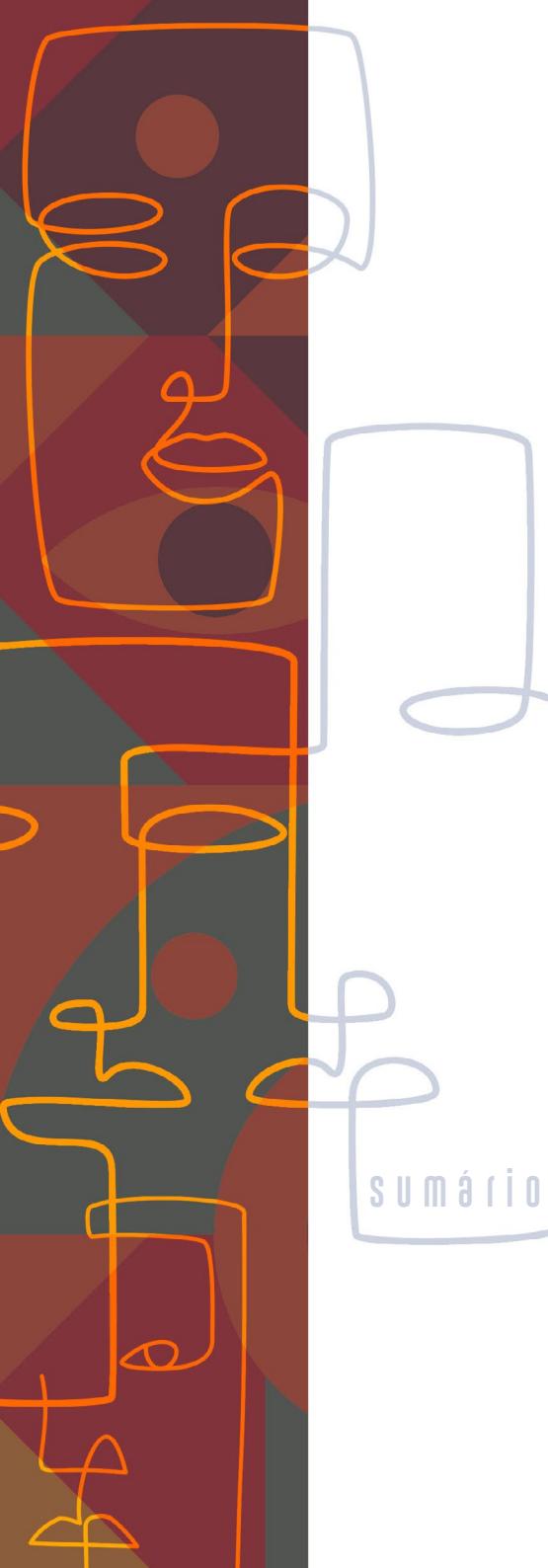
necessariamente, sobre a sua substância. A disposição *etopoética*¹³ que, a nosso ver, acompanha a estilística empregada por Judith Butler, possibilita a demarcação de uma importante diáde em seu pensamento: a relação sujeito-sujeito e as mediações possíveis entre realidade, sujeito e linguagem. Ambas podem ser significadas a partir da ideia de que a escritura, nos termos por ela sugeridos, transporta axiomas que ordenam a verdade em si mesmos. Em outras palavras, são enunciações materialmente úteis ao sujeito que as narra, pois, como sugere Foucault “o lógos é transformado em *éthos* no sentido de princípio de ação” (1994, p. 23).

O pressuposto foucaultiano coincide com a perspectiva butleriana de que a escritura agencia “uma história de mim mesma partindo de algum lugar, delimitando um momento, tentando construir uma sequência, oferecendo, talvez, ligações causais ou pelo menos uma estrutura narrativa” (BUTLER, 2015b, p. 88). Afinal, para ela, é a encenação de si-mesmo que “funciona como ponto de apoio para a narrativa” e, nesse sentido, impede o

[...] o erro da posição oposta, quando o “eu” se comprehende separado de suas condições sociais, quando é adotado como pura imediaticidade, arbitrária e accidental, apartado de suas condições sociais e históricas – as quais, afinal de contas, constituem as condições gerais de seu próprio surgimento. (BUTLER, 2015b, p. 17).

Portanto, contra a compulsoriedade do poder (BUTLER, 2017), coerência alocutória da escritura movimenta, nos termos sugeridos pela autora, elementos externos ao acontecimento, os quais conferem valor à linguagem empregada e que permitem a construção de pontos de convergência entre a produção do *eu*, a voz narrativa e o evento. Afinal, a escrita demarca o comprometimento com aquilo que é expresso.

¹³ Trata-se daquilo que, segundo Foucault (2001, p. 227): “tem a qualidade de transformar o modo de ser de um indivíduo”. Assim, a verdade, no sentido *etopoético*, traduz-se na “qualificação de enunciados como verdadeiros quando atuam como matrizes de constituição do *éthos* do sujeito, de sua maneira de ser” (CANDIOTTO, 2008, p. 95).



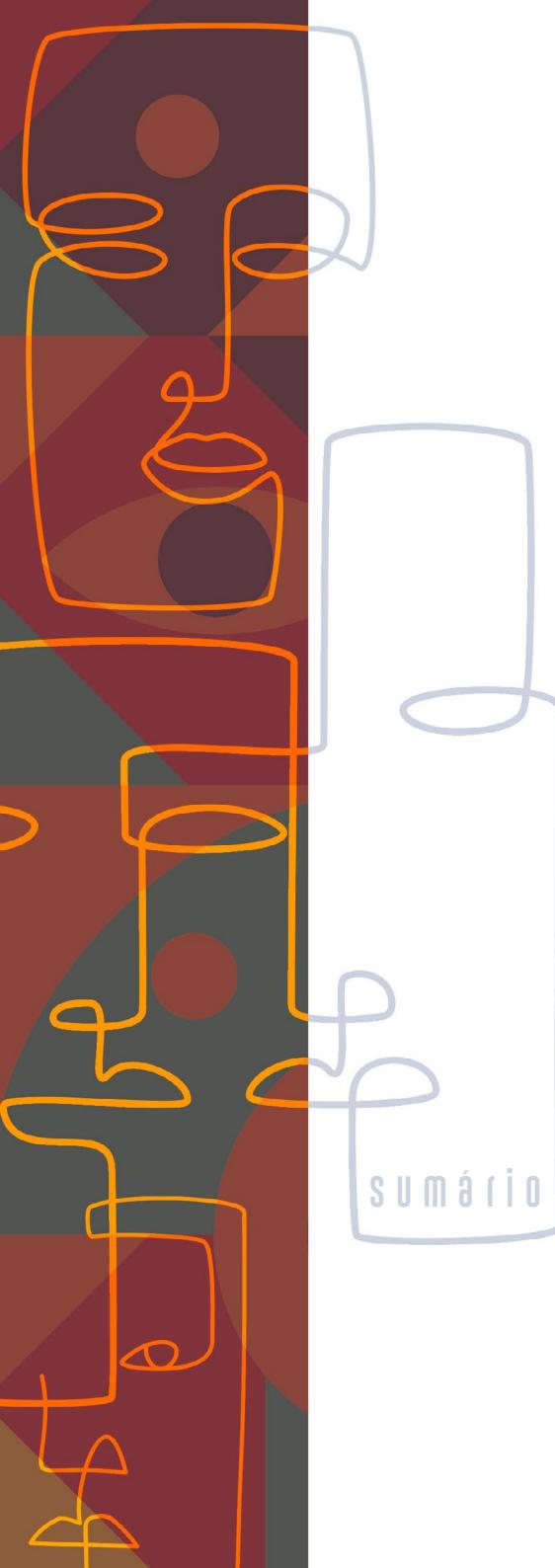
Igualmente, as condições morais e éticas para o aparecimento do *eu* que narra não são desvinculadas daquelas que condicionam o seu próprio surgimento (BUTLER, 2015b). Não se pode esperar que “o ‘eu’ não seja induzido por essas normas em termos causais” (BUTLER, 2015b, p. 18).

O questionamento ‘Qual parte desse “contar” corresponde a uma ação sobre o outro, uma nova produção do “eu”?’?, lançado por Butler (2015b, p. 89), encaminha a criatividade da experimentação na escrita para a busca por uma significação mais ampla à noção de sujeito, para a política e a própria filosofia. Remete-nos ao outras perguntas lançadas por ela sobre se ‘A filosofia é política?’, ‘E quais são os usos políticos da filosofia?’ (SALIH, 2017, p. 192).

Certamente, a experimentação enunciada na escrita butleriana tem sido responsável por construir uma importante intersecção crítica entre a teoria e o mundo, entre a linguagem e as relações de poder, ou mesmo entre a luta contra o perecimento (BUTLER, 2006) e a relevância das novas dinâmicas de produção das subjetividades. Nos limites ontológicos e epistemológicos destacados por ela estão presentes não apenas perguntas, mas, sobretudo, chaves de desestabilização e de subversão de estruturas opressivas do saber. Reside a potência política dos corpos-que-narram, dos corpos-que-enunciam e impõem ou invocam as suas existências radicalmente.

AGÊNCIA E ESCRITA: PARA A CONSIDERAÇÃO DOS GÊNEROS NA/DA ESCRITA CIENTÍFICA

Em que consiste a resistência protagonizada a partir de uma escrita que subverte a linguagem de gênero? O desejo de deslocar o(a) leitor(a) para as margens e para outras figurações dos sujeitos, ativa simbolicamente que críticas sobre os limites da linguagem científica?

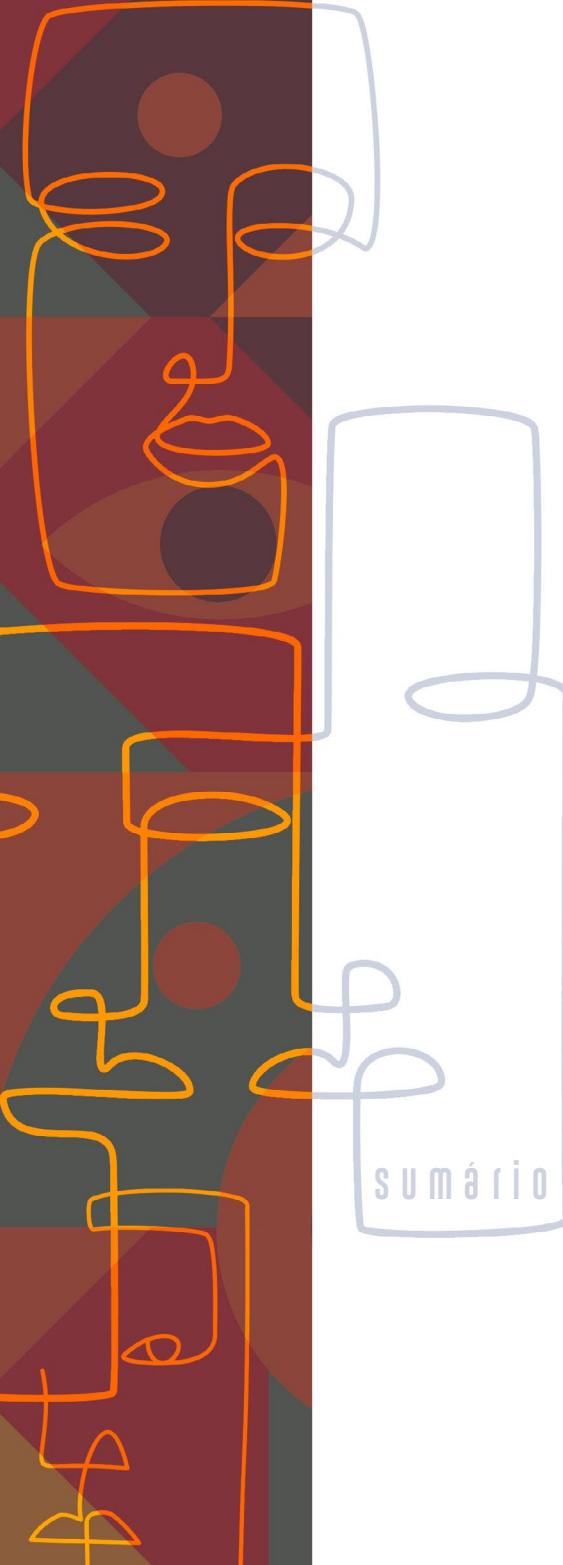


Tais perguntas podem ser simplificadas ao passo que consideramos que a escrita é, no fundo, um processo de agência. A adoção de uma estilística que remete e suscita a presença de sujeitos invisibilizados¹⁴ ressignifica, a nosso ver, ao menos a nível do encontro entre a palavra e a pessoa, a subjetivação em torno da imagem sobre quem se escreve. Assim, tal 'movimento', como recuperado por Butler a partir de Luce Irigaray, desvela que a linguagem, o discurso e a fala são falocêntricos, ou seja, centrados em uma ordem simbólica masculina ou fálica (CASALE; FEMENÍAS, 2009).

De tal modo, pensar as possibilidades de agência a partir da escrita científica significa inscrever a si e a(o) *Outra(o)* no mundo a partir da consciência crítica em torno dos fenômenos e da sua própria constituição, pois: "A esfera pública é constituída em parte pelo que pode aparecer, e a regulação do campo da aparência é uma forma de estabelecer o que contará como realidade e o que não contará" (BUTLER, 2019, p. 08). Nesses termos, a linha que alude a como e ao que pode ser falado também funciona como um instrumento implícito de censura.

A escrita científica dimensionada a partir da leitura butleriana concebe a possibilidade dos sujeitos produzirem subjetivação diante e apesar da subordinação às normas sociais (BUTLER, 2015b) e ao espírito inventivo hegemônico. Trata-se do reposicionamento da razão e da traição à tradição representacionista do pensamento moderno via linguagem não neutra. A adoção fluida de gênero parece-me desvelar uma posição intelectual que opera, de alguma maneira, não como cúmplice de uma ordem racional hermética, mas que invoca e conjura os ordens do saber estabelecidas a partir do "visível e do invisível, do filosófico e do literário, praticando a arriscada estratégia do 'entre'" (SANTOS, 2005, p. 260).

¹⁴ Butler (2019) articula a explicação ontológica da existência de determinados sujeitos com base na ideia de que são 'vidas não vivíveis', ou seja, cujo estatuto legal e político é suspenso. Para melhor compreender esta reflexão, sugiro: *'Vida precária: os poderes do luto e da violência'*.

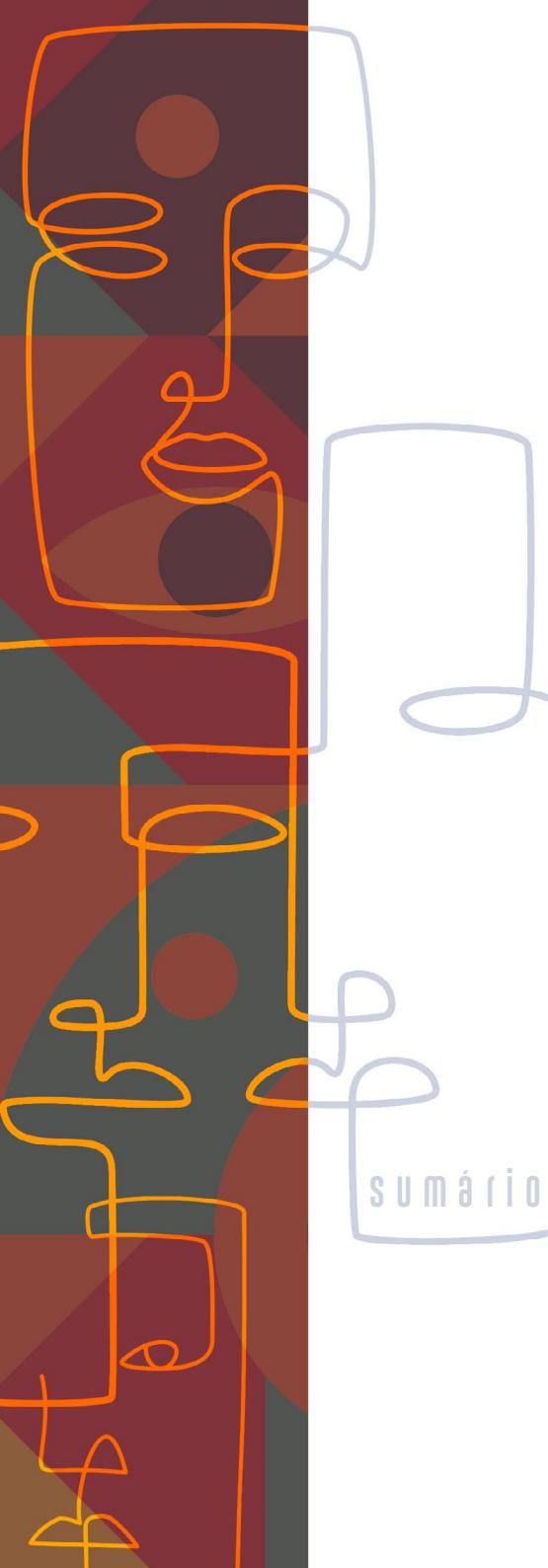


A adoção textual de marcadores discursivos que introduzem, a nível da consciência, a imagem de diferentes gêneros, põe em movimento um predicado político da escrita científica. Afinal, ao trazer à mente signos que ‘intimam’ o(a) leitor(a), apontam também para os vínculos que cada sujeito possui (ou não) com tal perspectiva, pois a linguagem, nesse processo, apresenta a nós o(a) Outro(a) como reconhecíveis:

Quando reconhecemos o outro, ou quando pedimos por reconhecimento, não estamos pedindo para que um Outro nos veja como somos, como já somos, como sempre fomos, como éramos constituídos antes do encontro em si. Em vez disso, ao pedir, ao fazer um apelo, já nos tornamos algo novo, uma vez que somos constituídos em virtude de ter alguém se dirigindo a nós, uma necessidade e desejo pelo Outro que ocorre no sentido mais amplo da linguagem, sem o qual não poderíamos existir. Pedir por reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro (BUTLER, 2019, p. 46).

O não-lugar ao qual é lançado(a) o(a) leitor(a) remete ao endereçamento de si sugerido pela autora a partir da palavra escrita, no qual a desconstrução do lugar comum do ‘*eu autor*’ decorre de signos diferenciais que desarticulam o ‘dentro’ e o ‘fora’ da suplementaridade do texto, é um efeito sem causa. E como sugere a autora, a referida estrutura de ‘endereçamento’ tem a ver com o modo pelo qual somos endereçados pelo(a) Outro(a) e, assim:

Essa obrigação é diferente da reabilitação do autor-sujeito *per se*. Trata-se de um modo de resposta por algo ter sido endereçado a mim, um comportamento em relação ao Outro somente depois que o Outro exigiu algo de mim, me acusou de ter falhado ou me pediu para assumir uma responsabilidade. Essa é uma troca que não pode ser equiparada ao esquema em que o sujeito está aqui como um tópico a ser interrogado reflexivamente, e o Outro está lá, como um tema a ser alcançado (BUTLER, 2019, p. 48).



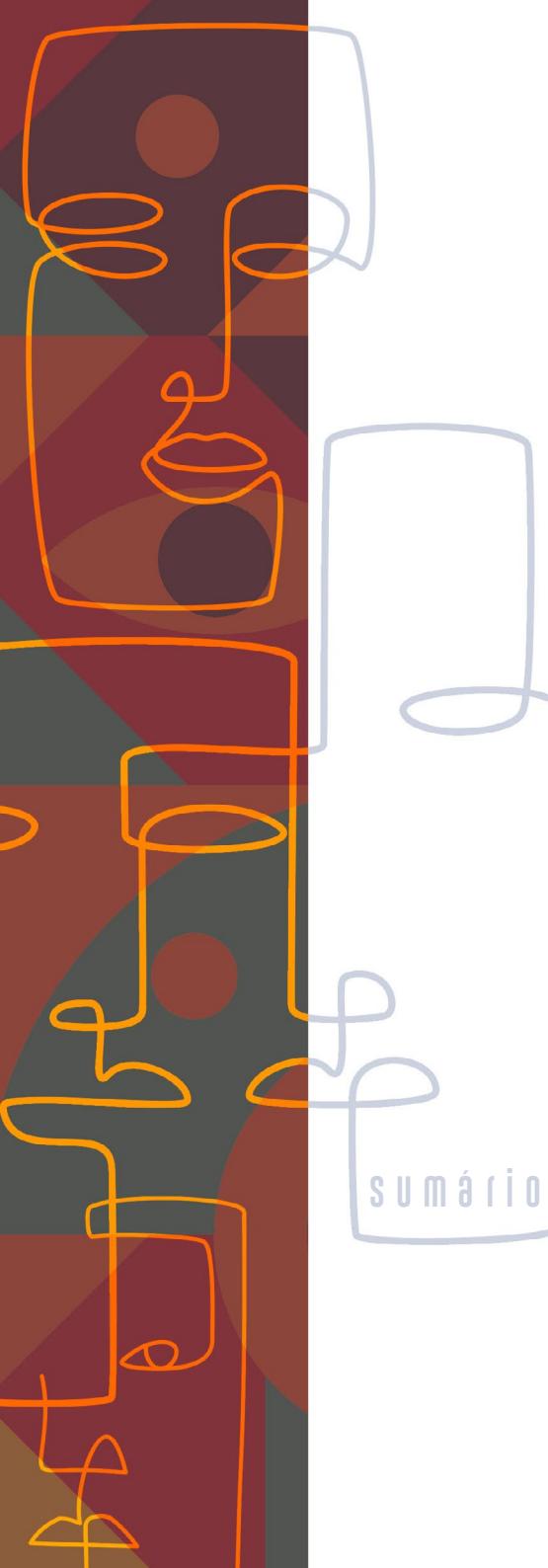
A mobilização de marcadores de gênero passa, então, a cogitar outras extensões sensíveis da narrativa e de sua inteligibilidade. Refiro-me a uma outra temporalidade a partir da qual reconhecemos que “o que nos vincula moralmente tem a ver com a forma como somos endereçados pelos outros de maneiras que não podemos evitar ou prevenir” (BUTLER, 2019, p. 50). Portanto, as ressonâncias do endereçamento do que é escrito visibilizam dada reflexividade e pensamento que rejeitam a neutralidade e imagem universal do sujeito do conhecimento, sempre assimilado a partir de uma representação masculina, para incluir outros gêneros, corporalidades e identidades.

O GÊNERO E OS LIMITES DA ESCRITA CIENTÍFICA

O pensamento e a estilística de Judith Butler são inclinados a desvelar as conexões entre distintas relações de poder e a fabricação do discurso, de si-mesmo e sobre o(a) *Outro(a)*. A autora assume a escrita científica enquanto marcada pela política, caso tomemos a acepção comum da palavra, e está inclinada a problematizar a desconstrução da razão a partir das margens.

Judith Butler alude a um estilo textual marcado por narrativas que sejam produtivas frente ao que está estabelecido. Trata-se, portanto, de uma filósofa que suspeita dos modos lineares, progressivos e representativos de pensar a escritura e os próprios sujeitos, imersos na linguagem. Procura, diferentemente, cogitar formas de agência a partir deles, subvertendo-os.

Escrever, sem dúvida, é um ato político. Ou melhor, é uma projeção do imaginário, das subjetividades, dos sentidos que perpassam a o *eu-que-narra*, seja pensado ou sentido num tom de alteridade levinasiana



(BUTLER, 2015b; MENDONÇA; CARDOSO, 2018). De toda forma, a política, a ética, a norma, o corpo, a vivência, o uno-múltiplo e o devir estão presentes nas experimentações produzidas a partir de uma escrita articulada a partir de marcadores de gênero. Mesmo que alguns(mas) tentem transmitir o poder/viver por saber, optando por uma linguagem científica neutra, para nós, são as fragmentações provocadas por tal opção inventiva que produzem um todo fluído e sensível.

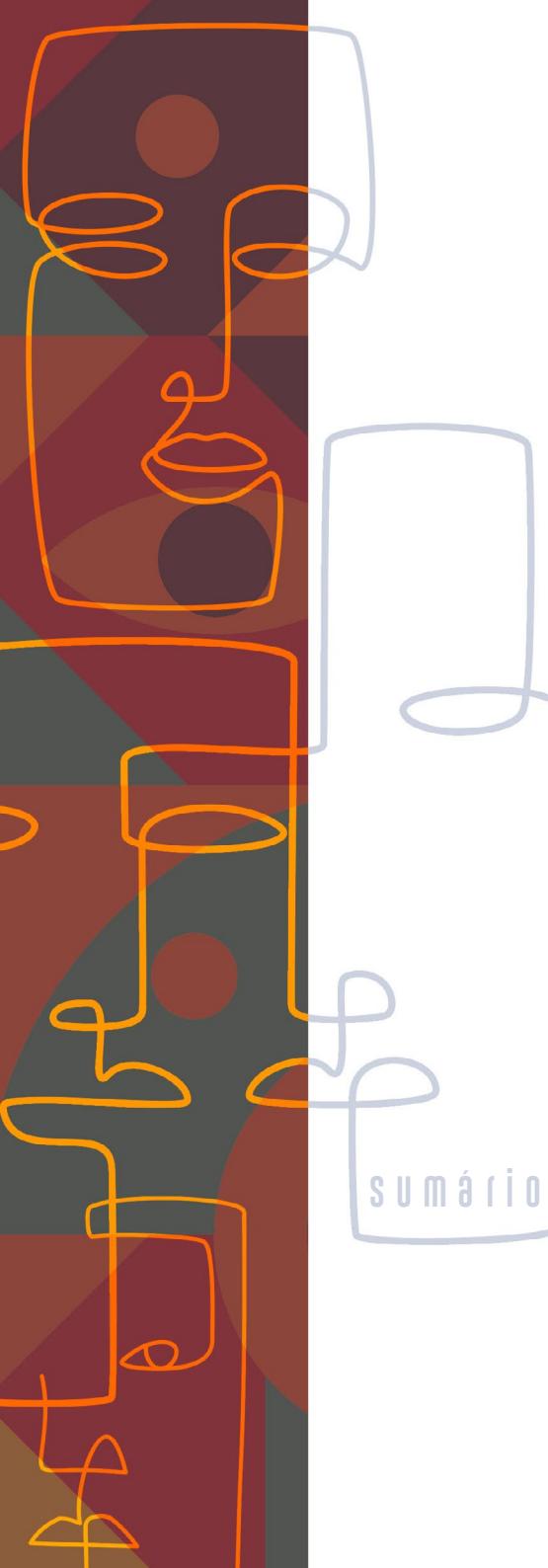
A nossa tarefa se encerra no apontamento e no alerta sobre os males puritanos e repressores de uma escrita analítico-conceitual, randomizada. No entanto, não somos ingênuos a ponto de nos iludirmos. Todo movimento político, sobretudo aqueles de caráter político-lingüístico, enfrenta castrações e obstáculos. É patente a todos(as) que a escrita comentada ao longo do ensaio não se aplica ampla e facilmente.



Assim, a subversão gendrificada da escrita (LONDONO, Ana, 2011), elaborada por nós, pode ser interpretada como uma plasticidade intelectual, experimentação sem ser experimento. A plasticidade mencionada se faz semântica e expressão do *corpo-que-escreve* para alcançar o(a) *Outro(a)*. Por isso, transpassa saberes, utiliza-se de uma semântica plural, em suas diversas expressões, e afirma que as subjetividades são os movimentos do narrar(-se) através da agência que escritura provoca. Optando-se, assim, por espaços da experiência e diálogos (a)metodológicos, insurgentes, para além da mera disciplina, preocupados com a palavra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA NETO; Antônio Lopes de; CARDOSO, Fernando da Silva Cardoso. Estilística, experimentação e os limites da escrita científica: notas a partir de Friedrich Nietzsche e Judith Butler. In: CARDOSO, Fernando da Silva Cardoso; FREITAS, Rita de Cássia Souza Tabosa (orgs.). *Aspectos ontológicos, epistêmicos e críticos dos direitos humanos*. No prelo, 2020
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Traducción de Fermín Rodríguez. 1. ed. Buenos Aires (Argentina): Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução Andreas Liiber. Revisão técnica Carla Rodrigues. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. *Trans/Form/Ação*, Marília v. 31, n. 1, p. 87-103 2008.
- CARDOSO, Fernando da Silva; CARVALHO, Mário de Faria. Questões teórico-epistemológicas à pesquisa social contemporânea: o pesquisador, o ator social e outros aspectos. *Cadernos da Fucamp*, Monte Carmelo, v. 18, n. 30, p. 36-50, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1307>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- CASALE, Roland; FEMENÍAS, María Luisa. Breve recorrido por el pensamiento de Judith Butler. In: CASALE, Roland; CHIACHIO, Cecilia (orgs.). *Máscaras del deseo: uma lectura del deseo em Judith Butler*. Buenos Aires: Catálogos, 2009. p. 11-35.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits, IV*. Édition établie sous la direction de Daniel Defert e François Ewald, avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *L'Herméneutique du sujet. Cours au Collège de France, 1981-1982*. Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.



LONDOÑO, Ana María Gómez. Hacia la codificación de un centauro de los géneros “el ensayo” como la práctica de escritura en artes. (*Pensamiento*), (*palavra*)... y *obra*, Bogotá (Colômbia), v. 5, n. 5, p. 22-29, jan./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.17227/ppo.num5-535>.

MENDONÇA, Roberta Rayza Silva de; CARDOSO, Fernando da Silva. Alteridade, o outro e a apresentação da noção de subjetividade em Emmanuel Levinas. *HOLOS*, [S.I.], v. 3, p. 395-412, set. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5618>. Acesso em: 02 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5618>.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução Guacira Lopes Louro. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SANTOS, Alcides Cardoso dos. Desconstrução e visibilidade: a aporia da letra. In: NASCIMENTO, Evandro; et al. *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 257-270.



sumário



6

Bruno Robson de Barros Carvalho

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

**É PRECISO
ENTRAR NA DISPUTA
PELO MUNDO:
PSICOLOGIA, GÊNERO
E ABJEÇÃO**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.059.92-107](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.059.92-107)

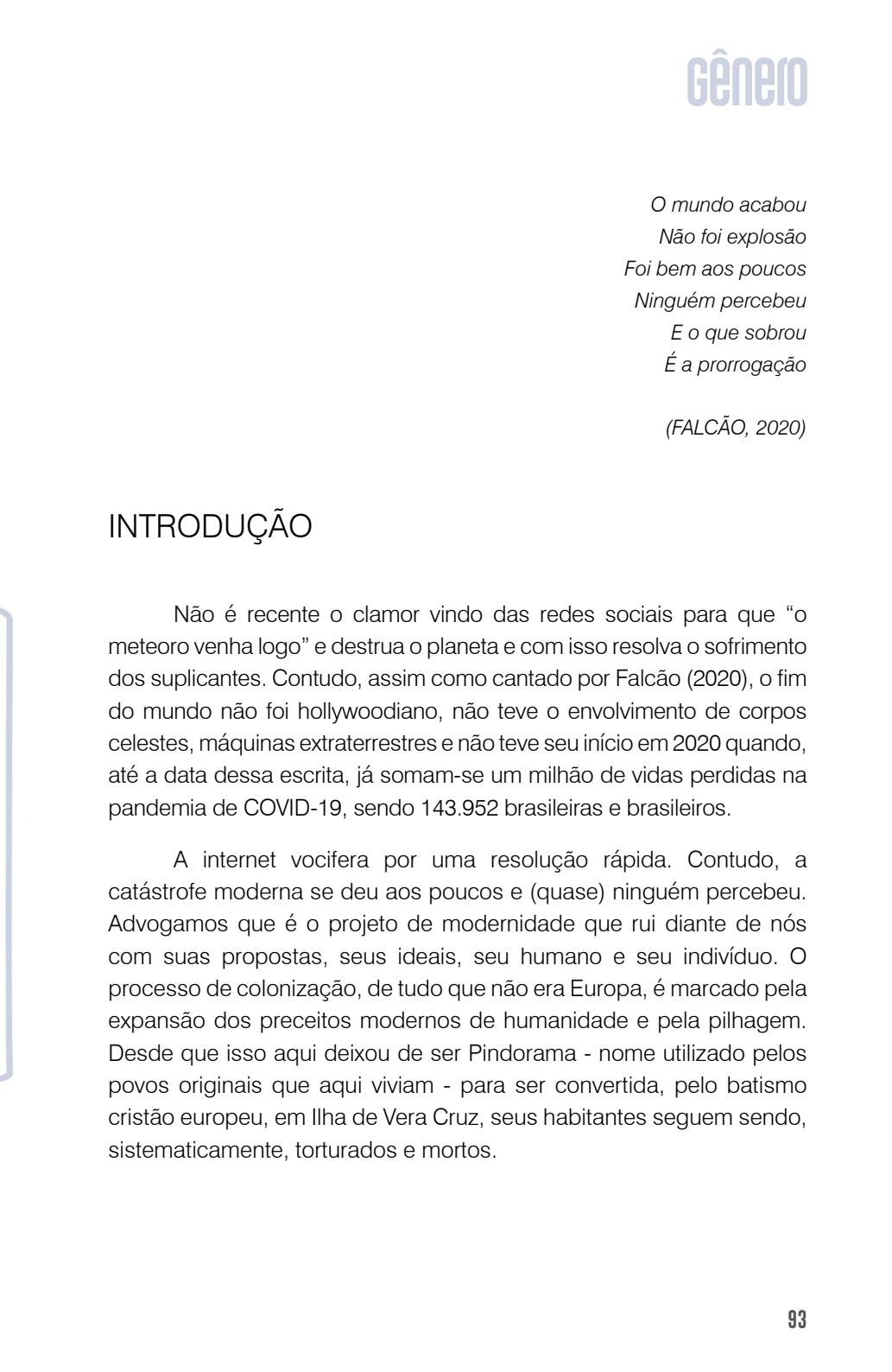
*O mundo acabou
Não foi explosão
Foi bem aos poucos
Ninguém percebeu
E o que sobrou
É a prorrogação*

(FALCÃO, 2020)

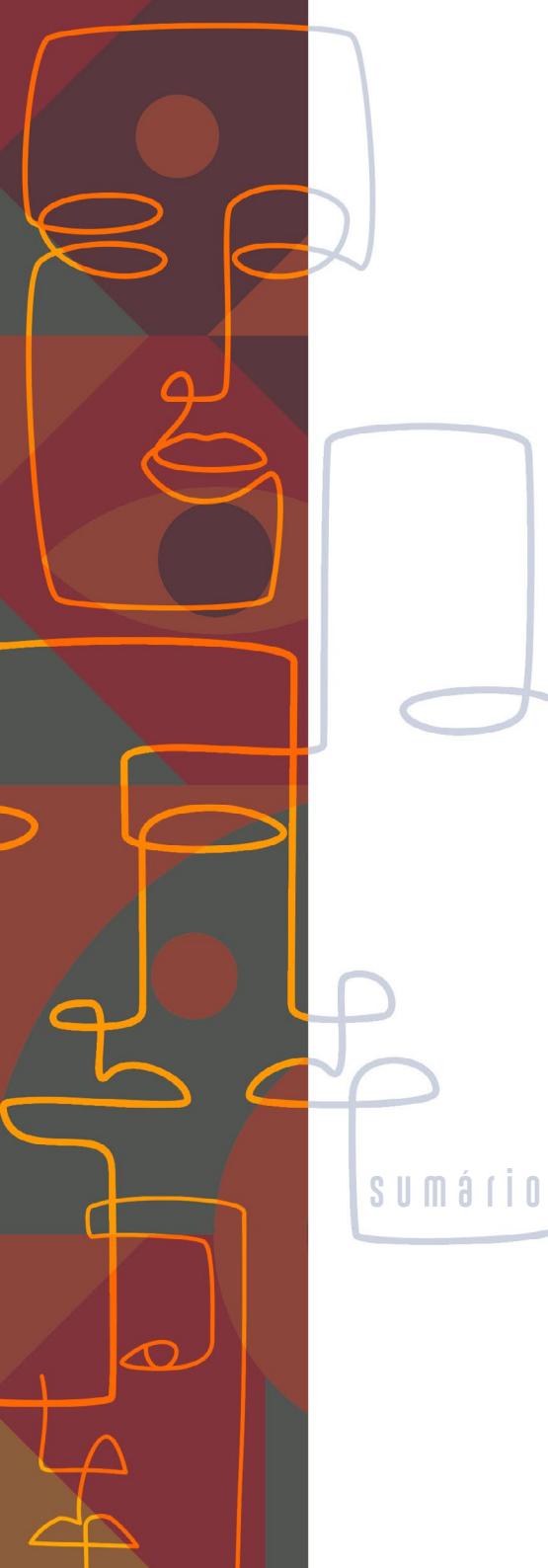
INTRODUÇÃO

Não é recente o clamor vindo das redes sociais para que “o meteoro venha logo” e destrua o planeta e com isso resolva o sofrimento dos suplicantes. Contudo, assim como cantado por Falcão (2020), o fim do mundo não foi hollywoodiano, não teve o envolvimento de corpos celestes, máquinas extraterrestres e não teve seu início em 2020 quando, até a data dessa escrita, já somam-se um milhão de vidas perdidas na pandemia de COVID-19, sendo 143.952 brasileiras e brasileiros.

A internet vocifera por uma resolução rápida. Contudo, a catástrofe moderna se deu aos poucos e (quase) ninguém percebeu. Advogamos que é o projeto de modernidade que rui diante de nós com suas propostas, seus ideais, seu humano e seu indivíduo. O processo de colonização, de tudo que não era Europa, é marcado pela expansão dos preceitos modernos de humanidade e pela pilhagem. Desde que isso aqui deixou de ser Pindorama - nome utilizado pelos povos originais que aqui viviam - para ser convertida, pelo batismo cristão europeu, em Ilha de Vera Cruz, seus habitantes seguiram sendo, sistematicamente, torturados e mortos.



SUMÁRIO

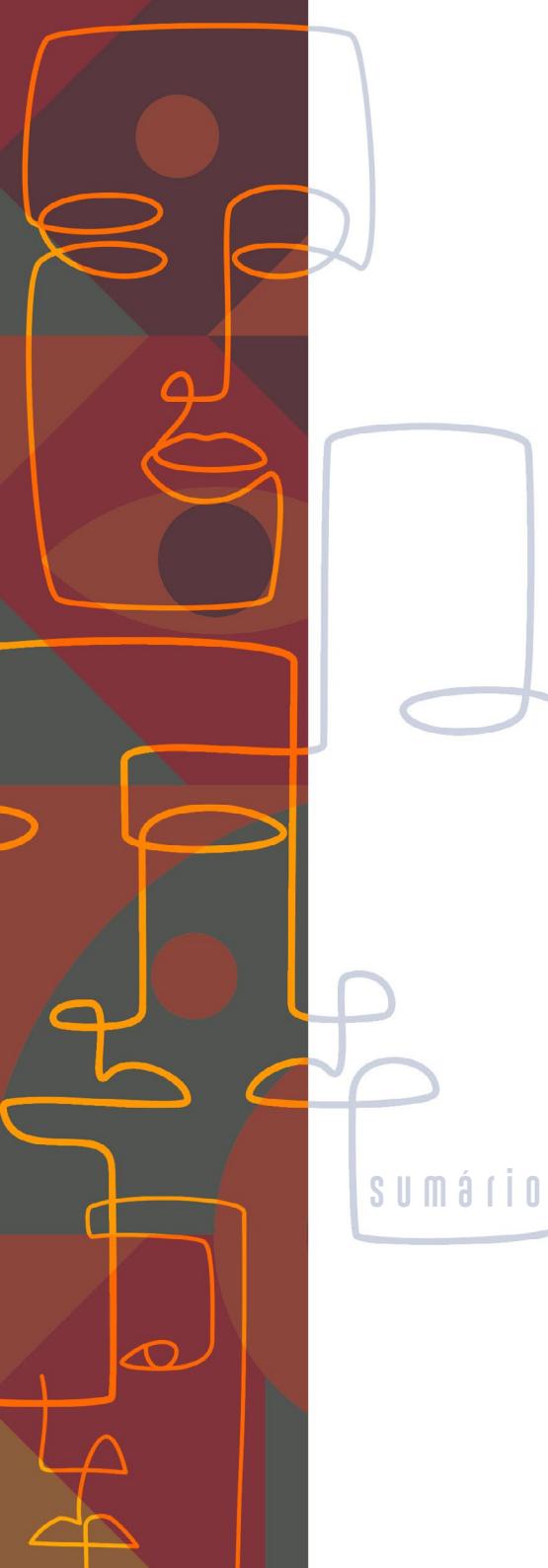


Exatamente por essa complexidade que não podemos ser seduzidos a soluções rápidas, seja um meteoro, seja um político. A espera por uma solução rápida e eficiente deve ser considerada como pensamento mágico, o *deus ex machina* que Hollywood nos vende. Contudo, tomemos por inspiração a foucaultiana Portocarrero (2009), a partir da relação entre história, atualidade e crítica podemos valorizar o presente e, indissociavelmente, imaginá-lo com contornos diferentes do que é e transformá-lo.

É preciso entrar na disputa pelo mundo, olhando a história de frente e posicionando-se perante ela. Os dados sobre o número de habitantes nativos, em 1500, são pouco precisos, variando de 8 a 40 milhões no momento da invasão portuguesa. No último Censo Demográfico, 817.963 pessoas se autodeclararam indígenas (BRASIL, 2010), ou seja, no melhor dos casos, matematicamente, hoje existem somente 10% dos 8 milhões; se formos tomar a diminuição de 40 milhões para 817 mil, bem, significa dizer que a população foi reduzida a 2% do que era em 1500.

Estima-se que em 1500 a população mundial era de cerca de 450 milhões de pessoas. Significa que trinta e nove milhões de pessoas – 8,67% da população mundial de então – sumiram em cerca de 100 anos e continuam sumindo/morrendo até hoje. O Conselho Indígena Missionário (2018) informa que houve 128 casos de suicídios em 2017 - cerca de 45 suicídios por ano desde 2000 -, 110 casos de homicídios e 702 mortes infantis, expondo a insegurança dos povos indígenas no que concerne a direitos individuais e coletivos e o constante investimento em violações contra a dignidade desses povos.

Após o genocídio fundador/colonizador tivemos 349 anos de escravidão dos povos africanos, oficializada nas leis e pela Igreja Católica, cujos efeitos, também, perduram até hoje. Segundo o “slavevoyagers.org”, site criado para mapear o tráfico transatlântico de escravos, cerca de 1.730.069 (um milhão, setecentos e trinta mil

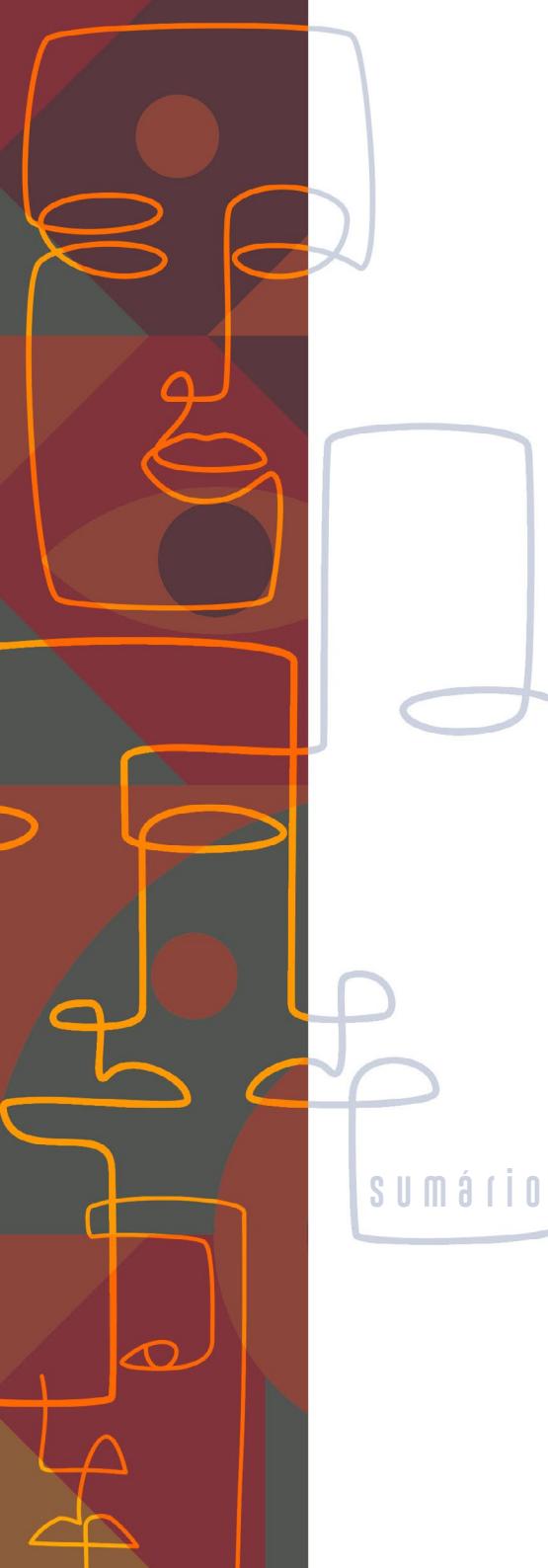


e sessenta e nove) de negros africanos foram enviados para a Bahia escravizados; estima-se que 185.062 tenham morrido no translado. No cais do Recife, 824.313 desembarcaram para trabalhar forçosamente, principalmente, nas plantações de cana de açúcar e morrerem da exaustão laboral ou pela violência exercida sobre seus corpos por aqueles que alegavam serem seus donos (CARVALHO, 2020).

Antes de negros e indígenas serem os mais afetados pela pandemia de COVID-19 (MILANEZ; VIDA, 2020), o Brasil já era o país colonizado com pior relacionamento com seus povos originais (GOUSSINSKY, 2019), assim como, em 2016, a polícia de São Paulo matou 963 brancos contra 3.240 mortes de negros, por policiais de folga ou em serviço; no Rio de Janeiro, em abril de 2019, 240 tiros de fuzil foram disparados por policiais militares contra o carro do músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, atingido por 88 disparos.

Dessa forma, não é necessariamente surpresa que a pobreza no Brasil seja racializada, 78,5% dos mais pobres são negros, os ricos são em 72,9% brancos (OLIVEIRA, 2018). Ou seja, pretos são os mais pobres e morrem pela exaustão de seus muitos trabalhos ou pela violência exercida contra seus corpos por aqueles que alegam proteger o cidadão de bem. No Brasil onde cavar brota sangue!

Assim, Foucault (1976/2010) chamou de racismo de Estado essa característica do Estado de eliminar pessoas, massacrar populações, exterminar civilizações, assim como a criação e uso da criminalidade como mecanismo de encarceramento ou condenação à morte. O racismo é pensado pelo autor como um mecanismo de biopoder, mecanismos sobre o corpo e a vida, o qual produz as condições de aceitabilidade do exercício de poder tirar uma vida, seja direta ou indiretamente, como vimos acontecer na matança dos povos tradicionais – “sem alma” - que aqui viviam e com a mercantilização dos corpos e vidas de homens e mulheres africanos escravizados por serem menos humanos.



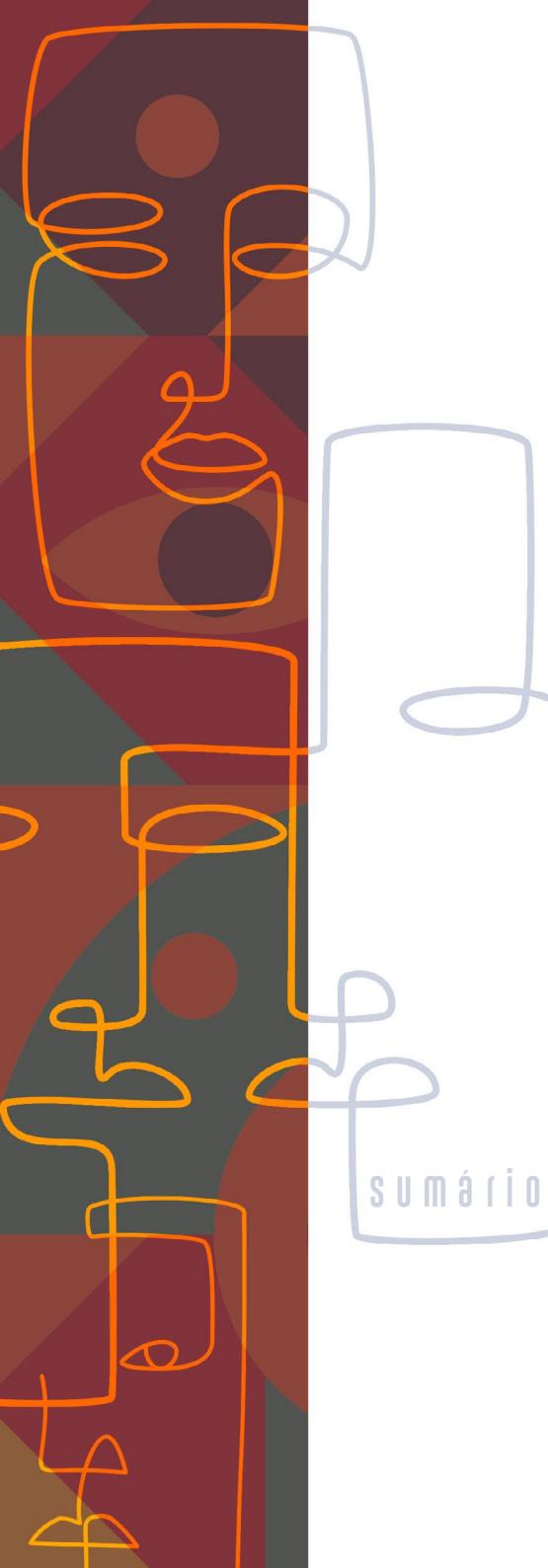
O historiador Mbembe (2016) se utiliza do pensamento de Foucault para pensar a os processos de colonização e escravidão e explicita que a morte e o assassinato estavam autorizados porque os “selvagens” não se equiparariam aos colonizadores seja racionalmente seja moralmente. A relação entre os Estados Modernos e as populações colonizadas se mostra, assim, uma necropolítica, delineia-se aqui uma evidente divisão política entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer (MEDEIROS, 2019).

Pelbart (2018) concorda que a necropolítica é racializada, porém, extrapola tal dimensão. O exercício necropolítico pouco a pouco se estende para além dos corpos negros. “É o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes, mas em contextos agudos, podemos acrescentar: mulheres, gays, trans, drogaditos, esquizofrênicos etc.” (PELBART, 2018, p. 16). Os autores e autora ajudam estabelecer contornos acerca de como o projeto de modernidade, civilidade e humanidade foi construído à base da eliminação do diferente, na institucionalização de corpos que podem ser chorados e daqueles que são abjetos, passíveis de eliminação. Passamos agora a refletir como a categoria gênero pode nos possibilitar, não a resolver, mas a seguir aprofundando.

A BRUXA, OS GÊNEROS E OS ABJETOS



O fim do mundo vivenciado a partir do Brasil tem suas peculiaridades. Foi possível acompanhar uma caça-à-bruxa em tempo real em torno da estadia da filósofa Judith Butler no Brasil em 2017. Uma boneca remetendo a autora foi queimada em público, simbolicamente, queimavam a bruxa que “ensina menino a ser menina e menina a ser menino”.



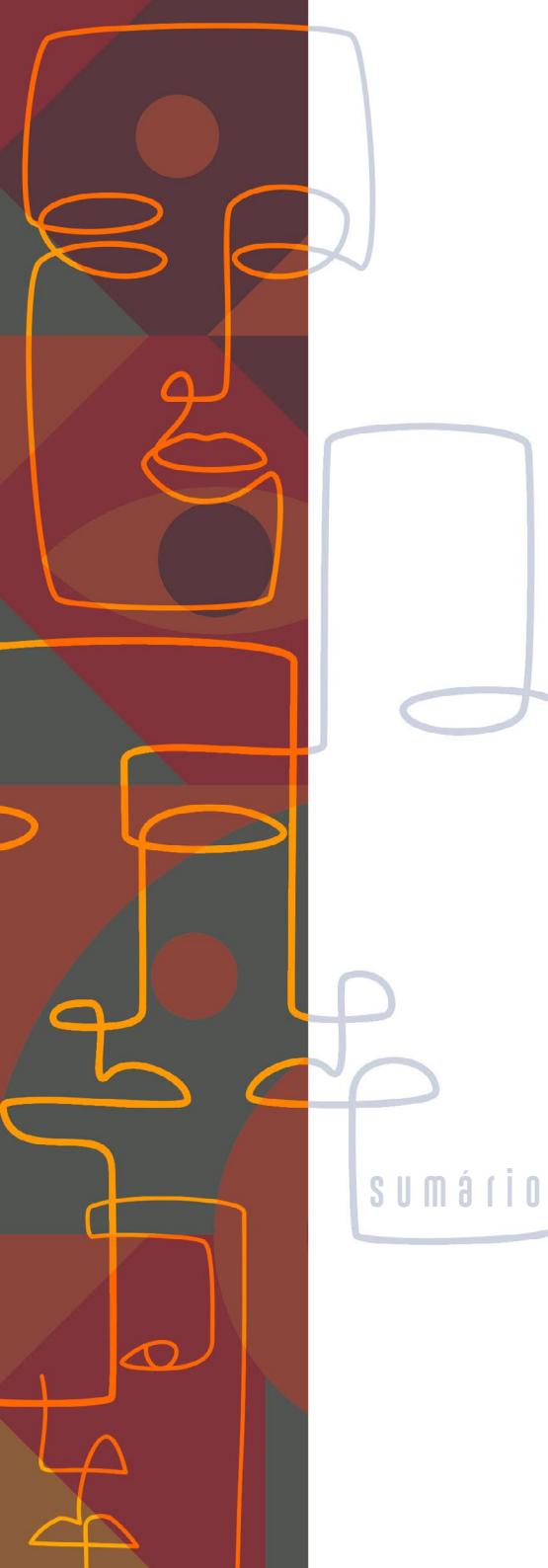
Nas últimas décadas um horror medievo se alastrou pela América Latina, a “ideologia de gênero”, cujo objetivo seria desmantelar/destruir os valores éticos, morais e a família (MEDEIROS, 2019). Não esqueçamos que na votação na Câmara do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, quando os Deputados Federais performaram seu voto a partir da defesa de Deus, da família e atacando a “ideologia de gênero”, dentre outras tantas coisas.

Curiosamente, a jornalista Mendonça (2016) reuniu uma série de informações sobre o Parlamento, dentre as quais: 1) apenas 73 representantes que foram eleitos pelo voto direto de seus eleitores, os demais 440 ocupam o parlamento em razão do quociente eleitoral e o quociente partidário; 2) Dos 513 deputados, 273 são citados em ocorrências na Justiça ou em Tribunais de Contas, ou seja, 53% da Câmara está respondendo a algum processo judicial, variando de acusações de crimes eleitorais a de corrupção ou má gestão do dinheiro público.

3) O Congresso não é representativo. Em pesquisa da própria Câmara dos Deputados, 80% dos eleitos eram homens brancos; 15,8% se declarou pardos e 4,1% pretos; as mulheres compõem 10% da Casa; nenhum índio ocupava cadeira na Câmara. Uma discrepância evidente, visto que, segundo o IBGE, somos em 54% de negros e 51% de mulheres (MENDONÇA, 2016). Vale apontar que o primeiro banheiro feminino no plenário do Senado só passou a existir em 2016, fato um tanto quanto simbólico acerca da presença feminina na esfera política brasileira (CARVALHO, 2020).



Uma análise complementar pode ser encontrada no trabalho Luna (2017). Após se debruçar sobre as proposições legislativas e os discursos utilizados, partindo do mecanismo de busca do portal da Câmara, afirma que parlamentares estão mobilizados de forma intensa e contrária às reivindicações dos movimentos LGBT. Nas palavras da autora:

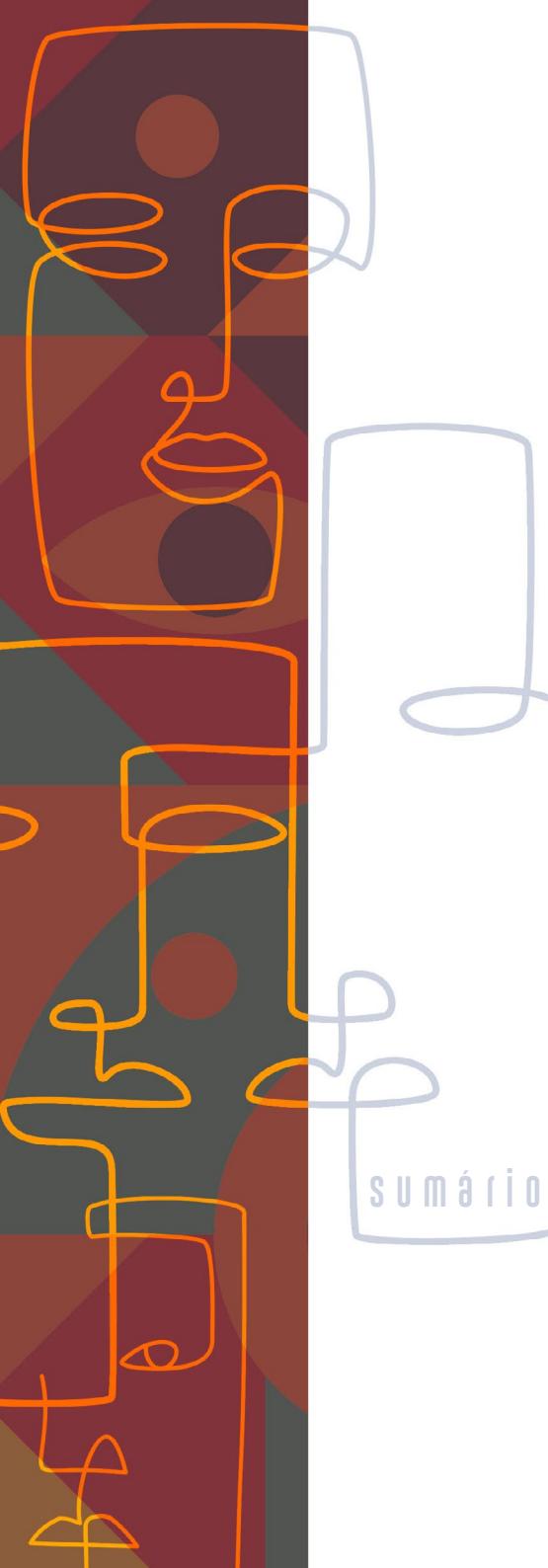


alguns sujeitos importam e outros não. a negação da possibilidade de existência diversa reafirma o lugar privilegiado em termos morais que pretendem os agentes dessa mobilização conservadora a ponto de se propor não apenas excluir, mas até criminalizar a “ideologia de gênero” (...) ao analisar a maioria dos discursos e de proposições levantados contrários à diversidade sexual, percebe-se essa perspectiva que marginaliza sujeitos que não se enquadram na norma e promovem a descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade: eles devem ser postos à margem da cidadania e suas reivindicações devem ser obliteradas em função da defesa de um modelo de família hegemônico que se pretende o único legítimo. em nome da preservação da família, disseminam-se pânicos morais. essas são armas de mobilização da opinião pública contra a diversidade de expressão da liberdade sexual (LUNA, 2017, p. 41).

De acordo com Mickolci e Campana (2017), a luta contra a “ideologia de gênero” é um mecanismo de resistência aos avanços latino-americanos no que tange direitos sexuais e reprodutivos, os quais são pautados pela igualdade de gênero, combate a homofobia e reconhecimento da diversidade. O pânico moral disseminado é a principal estratégia discursiva, estrategicamente atrelada à comunicação em rede, para afirmar e reafirmar a retórica da sociedade ameaçada: Olhem, uma bruxa!

O feitiço lançado por Butler em 1990 passa a nos atingir com mais domínio somente em 2003, com a edição traduzida do livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Butler (2010) se utiliza da noção de *Performatividade* de gênero para empreender sua crítica/feitiço, argumentando que as categorias identitárias são produtos de regimes de saber/poder e não efeitos do destino natural do corpo.

Faz sentido, assim, concordar com Louro (2003), gênero é um conceito teórico e político e perpetra sob o tecido da realidade a força do questionamento, da desestabilização, da desconstrução. Alguns questionamentos presentes na obra de Butler (2015, 2019) se fazem



valorosos no contexto de nossa reflexão, fazendo coro à autora: Quais corpos importam? Quais vidas podem ser choradas?

Para Butler (2010), a ordenação compulsória entre sexo/gênero/desejo, a qual presume um mundo binário no qual todos os machos-masculinos-heterossexuais estão em busca das fêmeas-femininas-heterossexuais, opera segundo uma “heterossexualização da vida”, educando e construindo corpos heterossexuais. Seguir as normas possibilita ao sujeito inteligibilidade social, um corpo reconhecido, um sujeito, uma identidade, um humano.

O processo conquista de tais status exige um movimento de exclusão entre quem é o sujeito e aquilo que ele não é. Butler (2001) utiliza-se na noção de abjeção para falar sobre os corpos que não seguem as normas e subvertem as compulsoriedades de gênero. Abjeção na obra da autora serve para pensarmos os processos pelos quais uma vida é transformada em não importante e tais reflexões não se limitam a diversidade sexual e gênero: [...] o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’ (BUTLER, 2002, p.161, aspas da autora).

Para Butler (2018) faz-se necessária a percepção de que uma variedade de populações têm sido e continuam sendo expostas a condições precárias e perda de direitos. A necropolítica brasileira se dá sobre corpos tornados abjetos. Mulheres, pretos, povos indígenas, população LGBT, professores, entregadores de comida todos desimportantes, todas matáveis, todos tornados indigentes.



sumário

PSICOLOGIA POSICIONADA PARA A PRORROGAÇÃO

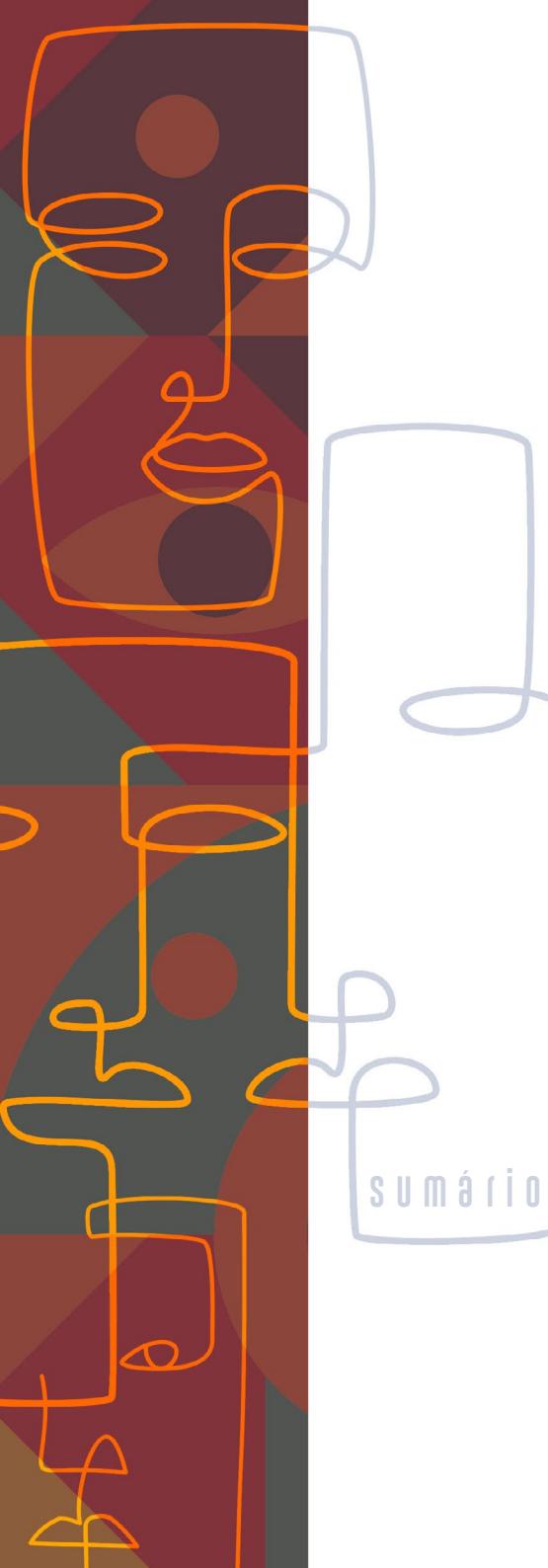
A história da Psicologia está intimamente ligada ao projeto da modernidade. Rose (2011), no livro *Inventando nossos selfies*, afirma que todos os experts das ciências humanas desempenham um papel no complexo jogo de governança, todavia, os experts psi atingiram excelência e distinção por afirmarem conhecer e entender os determinantes internos da conduta humana.

O autor não nos deixa esquecer que no fim do século XIX e adentrando o XX a expertise psi esteve intrinsecamente ligada às estratégias eugenistas, colocando seus saberes e práticas em prol da regulação de indivíduos e populações na Alemanha nazista, na União Soviética e nos estados comunistas da Europa Oriental (ROSE, 2011).

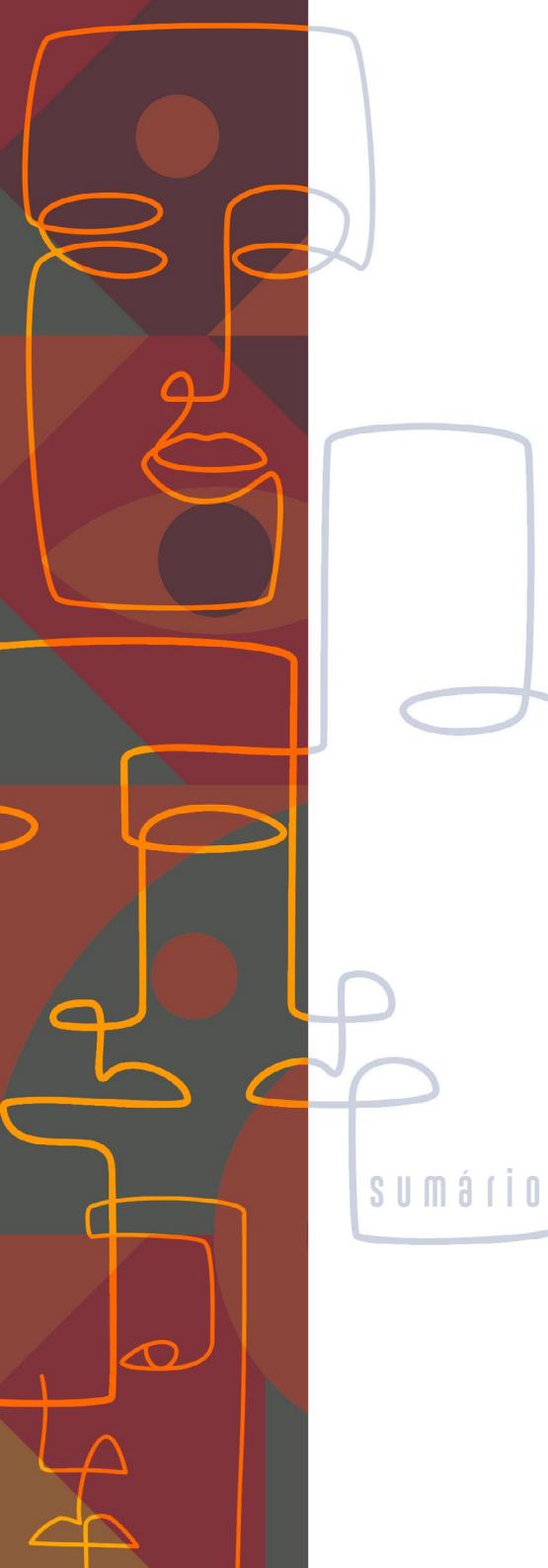
No Brasil, Bock (2003) historicizou o que denominou do compromisso da psicologia brasileira com as elites. Desde a colonização ideias psicológicas e teorias decorrentes foram utilizadas para controlar, higienizar, diferenciar, categorizar, seja para docilizar indígenas, para moralizar comportamentos, disciplinar escolas e degenerar raças no império, para ajudar a achar o “homem certo para o trabalho certo” no período de industrialização, seja na produção de testes psicológicos no período das grandes guerras mundiais (BOCK, 2003).

O compromisso com as elites é recombinação após a regulamentação da profissão em 1962, sendo caracterizado pelo difícil acesso aos pobres. A Psicologia trancou-se nos consultórios particulares caros e distantes de uma grande parcela da população e das questões políticas e sociais.

Os psicólogos têm se isentado de discutir projetos sociais, porque o homem e seu psicológico, da forma como são concebidos, não exigem essa discussão. As manifestações de



sumário



psicólogos contra as desigualdades sociais são muito poucas; são raras as manifestações em relação às questões sociais de nosso tempo, porque se tem pensado que nada disso tem a ver com a Psicologia e com o mundo psicológico, seu objeto de intervenção e estudo (BOCK, 2003, p. 27).

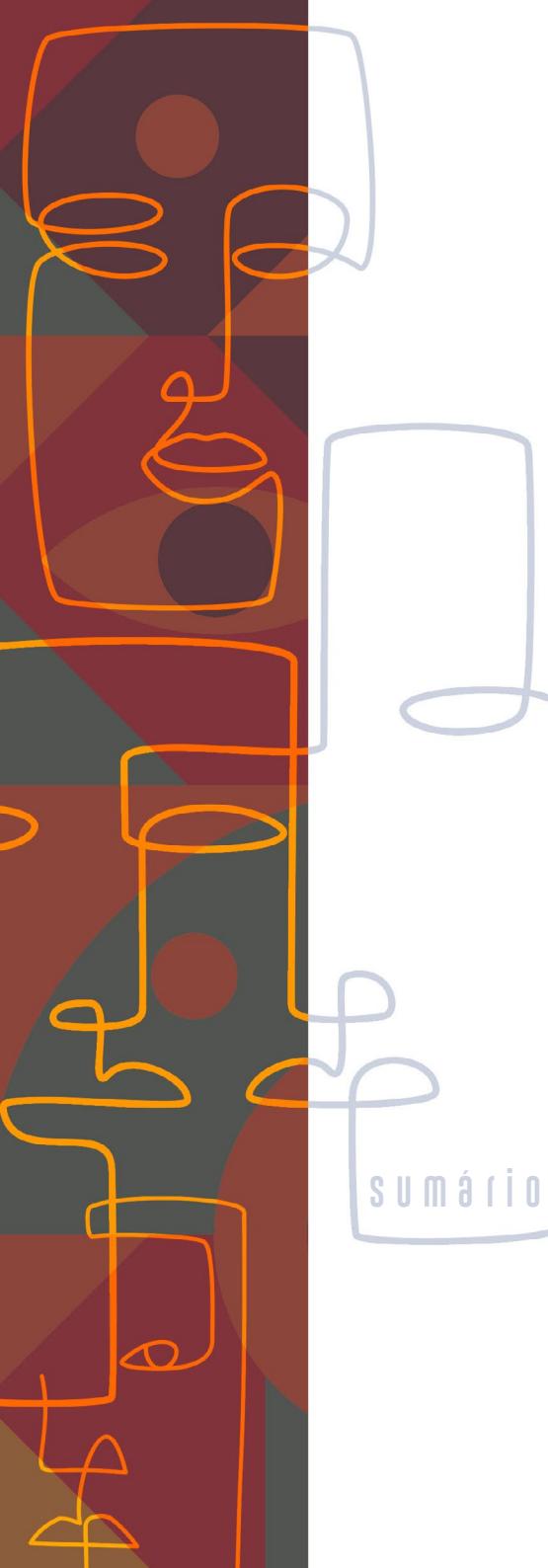
O diagnóstico apontado por Bock em 2003 mostra-se fissurado em 2020. Perante a instabilidade ética e política do país, o Conselho Federal de Psicologia (2016, s/p) corroborou que:

[...] a posição ético-política da Psicologia brasileira, definida pela categoria em eleições democráticas, é respaldada pelos direitos humanos e, portanto, na defesa de todos os grupos oprimidos em situação de vulnerabilidade, não somente os LGBTIs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais), mas também os negros, os indígenas, as pessoas com deficiência e as mulheres vítimas de violência.

Como efeito do compromisso construído desde os anos 80, a Psicologia brasileira passou de um “compromisso com as elites” (BOCK, 2003), para um posicionamento ético-estético-político, cuja prática é endereçada a sujeitos tornados indigentes (CARVALHO, 2020).

Ao mesmo tempo estava em curso uma mudança radical na compreensão da subjetividade. O modelo de subjetividade enquanto interioridade começou dar lugar uma concepção mais complexa. Ferreira Neto (2011) explicita é que a Psicologia, emergente no seio do projeto moderno e metafísico, separou o sujeito da interioridade e o objeto da exterioridade.

De certo modo, toda história da psicologia foi influenciada pela assimilação da subjetividade à noção de interioridade. Uma das consequências dessa formulação foi a tendência de segmentação dos estudos psicológicos em relação aos estudos sociais, ou seja, uma divisão disciplinar. A disciplina da psicologia tomou, assim, seu objeto de estudo, a subjetividade interiorizada, de modo desconectado em relação ao espaço social, apresentando um solipsismo desde seu nascimento oficial como ciência (FERREIRA NETO, 2011, p. 54).



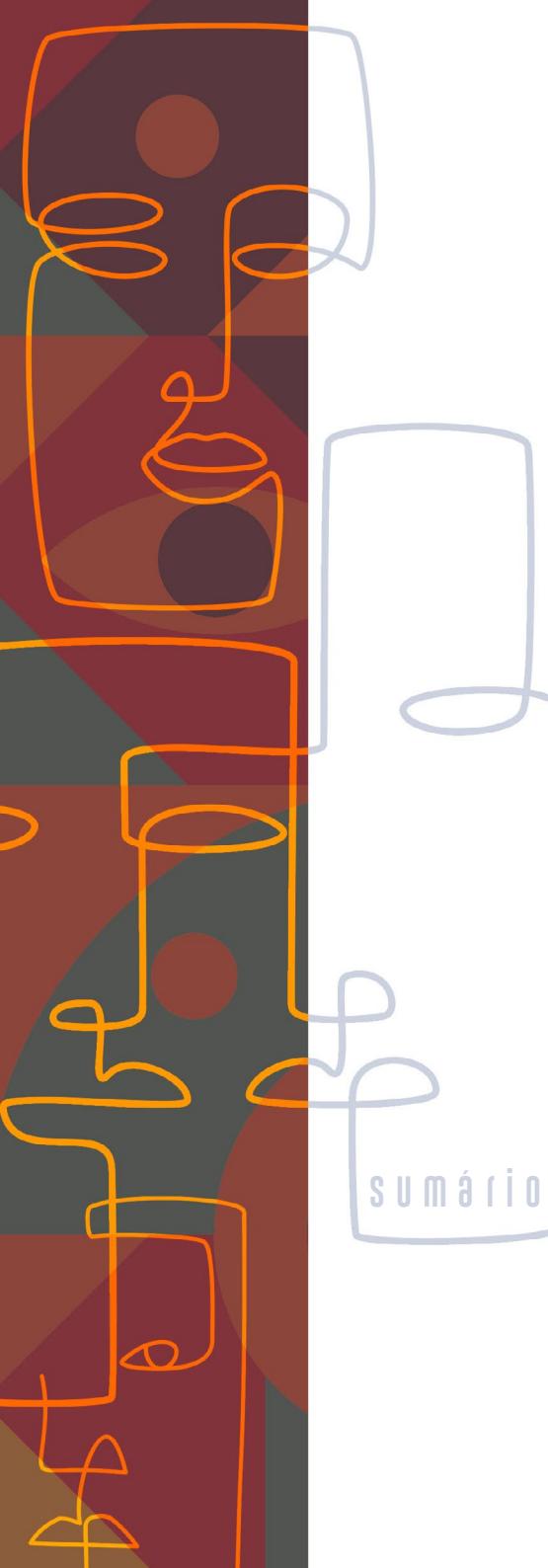
Cabe complementar que Figueiredo (2007), ao investigar a invenção do psicológico, sustenta que a Psicologia esteve desde o seu nascimento comprometida com a modernidade e com a soberania do sujeito. Tais formas de ver a Psicologia, independente das escolas de pensamento, militam para reestabelecer para o homem os privilégios próprios do humanismo renascentista. Todavia, demarca o autor, existem psicologias que permitem o deslocamento do sujeito, o humano não é mais o centro mundo e fundamento do saber. “Estas psicologias já não cabem na Idade Moderna. Elas não têm nada a ver com o humanismo” (FIGUEIREDO, 2007, p. 163).

Não é necessário muito esforço para percebermos as heranças pastorais da Psicologia moderna. Somos herdeiros da terapêutica cristã própria da confissão que liberta e individualiza. Cabral (2018) afirma que podemos considerar a psicologia clínica moderna, muitas vezes, como uma clínica pastoral, produzindo continuamente sujeição existencial, principalmente sujeição as identidades metafisicamente concebidas.

Exatamente refletindo sobre as forças que atravessam a Psicologia, Ferreira Neto (2004) coloca a clínica dos nossos tempos já não mais definida pelo setting e vista como uma área de atuação, mas sim, como uma atitude, um ethos. A prática clínica psicológica estabelece, então, “um campo experimental no qual as individualidades e identidades constituídas são desconstruídas e arrastadas por novos processos de subjetivação” (FERREIRA NETO, 2004, p. 165).



Afinal, para o que é chamado o psicólogo hoje? Ainda para ajustar condutas aos moldes de sucesso e segurança, unanimidade e consenso que predominam como verdades e normalidade no contemporâneo? Para acalmar crianças, pacientes hospitalizados, funcionários insatisfeitos com o trabalho etc.? Para ensinar como ser extrovertido, forte, bem-sucedido, um vencedor? Para dizer quem se é, como adivinhar que apenas olha e já sabe tudo sobre o outro, muito mais do que o próprio? Como aquele aconselha e dá a direção, que diz como viver? Aponta caminhos e fornece fórmulas de



felicidade? Que corrige as falhas a fim de que o indivíduo funcione 100%? Une casais ou os separa, dependendo do que define como sendo o melhor para ambos? Decide, como um juiz psi, com quem os filhos devem ficar porque essa é a sua opinião como especialista que sabe mais da situação do que os próprios protagonistas? Sana dúvidas, afasta mal-estares, aponta soluções, pautado no saber sobre o outro e comunicar-lhe esse saber? (MATTAR, 2016, p. 307-308).

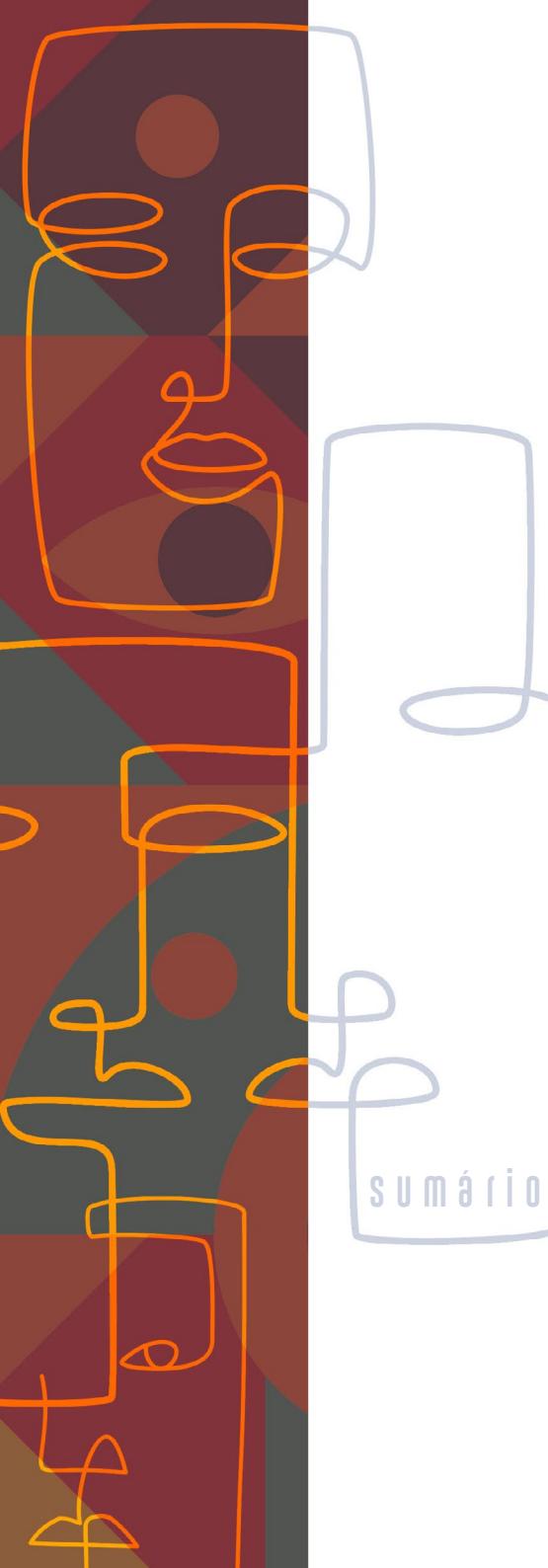
Mattar (2016) e Cabral (2018) expõem a construção histórica do caráter pastoral da prática clínica de psicólogas e psicólogos. Até quando as práticas clínicas psi atuarão na construção e manutenção de subjetividades subjugadas? Até quando seremos os técnicos do desejo abraçados ao fascismo?

O trabalho de Carvalho (2020), ao buscar uma compreensão da experiência profissionais de psicologia que atuam no combate a LGBTfobia, coloca a questão: como a psicologia ouve a indigência que nos suplica?

Gallo (2009) nos ajuda nessa missão ao abordar a ética do cuidado de si como a ética de fazer de si mesmo um não fascista, a arte de produzir coletivamente uma vida bela – uma estética da existência – tomando distância do poder como instrumento de dominação.

Foucault (1988/2014) afirma ser tarefa do intelectual mostrar as pessoas que elas são mais livres do que pensam. Assim como nas considerações de Cabral (2018) ao mostrar a clínica como meio para incitar o exercício criativo de si, tornando-se quem se é. De forma que se coloque em pauta que “a liberdade é da ordem dos ensaios, das experiências, dos inventos, conduzidos pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como objeto, inventarão seus próprios destinos” (BRANDÃO, 2015, p. 382, grifos do autor).

Os dois autores nos possibilitam pensar numa Psicologia não-fascista produtora de uma clínica ética do cuidado de si. Sendo ela



em si mesma a possibilidade de resistência à clínica pastoral, técnicas de controle e práticas de normatização. Criadora “com” o outro de práticas inventivas de si, entendendo a liberdade como uma construção provisória, parcial e precária (CARVAHO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nos encontramos na prorrogação cada milésimo deve ser disputado. Tentamos apresentar aqui como a disputa pelos mundos, pelos conceitos e pelos corpos está marcada por uma necropolítica produtora da precariedade e de sua distribuição desigual. Embora ninguém saiba muito bem como, resistimos. Garcia (2008), pensando a partir de Foucault, afirma que a resistência é basicamente uma experiência de subjetivação, de autonomia, sendo um fato e não uma obrigação.

Que uma Psicologia não-fascista possa ser produtora de teorias e práticas engajadas ética-política-esteticamente na produção de modos de ser (sujeito e profissional de psicologia) não mais subjugados aos imperativos humanistas, identitários e civilizatórios.

REFERÊNCIAS

- BOCK. A. M. B. A Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. (org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRANDÃO. R. T. P. Foucault: uma introdução às artes da existência. *Interespaço: revista de geografia e interdisciplinaridade*. v. 1, n. 3, pp. 379- 391.
- BRASIL. IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

sumário

Janeiro. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 03/10/2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In.: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminino e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-r edições; Crocodilo Edições, 2019.

CABRAL, A. M. Psicologia pós-identitária: da resistência à crítica das matrizes cristãs da psicologia moderna. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

CARVALHO, Bruno Robson de Barros. *Por uma psicologia não-fascista para um mundo catastrófico: a experiência de profissionais de psicologia face a lgbtfobia*. 2020. 178 f. Tese (Doutorado). Doutorado em Psicologia Clínica, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

Conselho Federal de Psicologia. *Nota do CFP sobre o atual momento da conjuntura política e social brasileira*. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-sobre-o-atual-momento-daconjuntura-politica-e-social-brasileira/>. Acesso em: 02/10/2020.

Conselho Indígena Missionário. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2017*. 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/wpcontent/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf. Acesso em: 02/10/2020.

O after do fim do mundo. Lucas Paiva, Clarice Falcão e Linn da Quebrada. O after do fim do mundo. 2020

FERREIRA NETO, J. L. *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec/FCH, 2004.

FERREIRA NETO, J. L. Artes da existência: Foucault, a psicanálise e as práticas clínicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 23, nº 2, pp. 177-184.

FERREIRA NETO. J. L. *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

FIGUEIREDO. L. C. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação*. 7. ed. São Paulo: Escuta, 2007.

FOUCAULT. Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1976/2010.

FOUCAULT. Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, M. B. da (org.). *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Editora.

GARCIA. C. Resistência a partir de Michel Foucault. In: PASSOS, I. C. F. (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLO. S. Entre Édipos e O Anti-Édipo: estratégias para uma vida não-fascista. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Coleção Estudos Foucaultianos.

GOUSSINSKY. E. *Brasil é líder disparado no genocídio de índios na América Latina*. R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/nosso-mundo/brasil-e-lider-disparado-no-genocidiode-indios-na-america-latina-24042018>, Acesso em: 02/10/2020.

LUNA. Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, e175018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500018>, aceso em: 03/10/2020.

MATTAR. C. M. *Psicologia, cuidado de si e clínica: diálogos com Kierkegaard e Foucault*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

MBEMBE. Achille. *Necropolítica*. Arte & Ensaios, 2016.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Rev Eletro Comun Inf Inov Saude*. 2019 abr.-jun.; 13(2):287-300.

MENDONÇA. Renata. *Votação do impeachment revela 5 coisas que você não sabia sobre a Câmara*. BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm. Acesso em: 03/10/2020.

MILANEZ, Felipe; VIDA, Samuel. Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política de extermínio. *Revista Afirmativa*, 2020.

MISKOLCI, R.; Campana, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, vol.32, n.3, pp.725- 748.

OLIVEIRA, A. L. M. *Negros são 78% entre os mais pobres e somente 25% entre os mais ricos*. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente-25-entre-os-mais-ricos/>. Acesso em: 04/10/2020.

PELBART, P. *Necropolítica tropical*: fragmentos de um pesadelo em curso. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições; 2018.

PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida*: de Ganguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

ROSE, N. *Inventando nossos selves*: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



sumário

7

ANTONIEL DOS SANTOS GOMES FILHO
ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA

NOTAS
INICIÁTICAS SOBRE
O CHÁ REVELAÇÃO
NO CONTEXTO
BRASILEIRO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.059.108-125

“Olá mamãe e papai, sei que vocês ainda não sabem o que vou ser. Se vou ser um menininho ou uma menininha.”

Carta de um bebê lida em um chá revelação (2018)

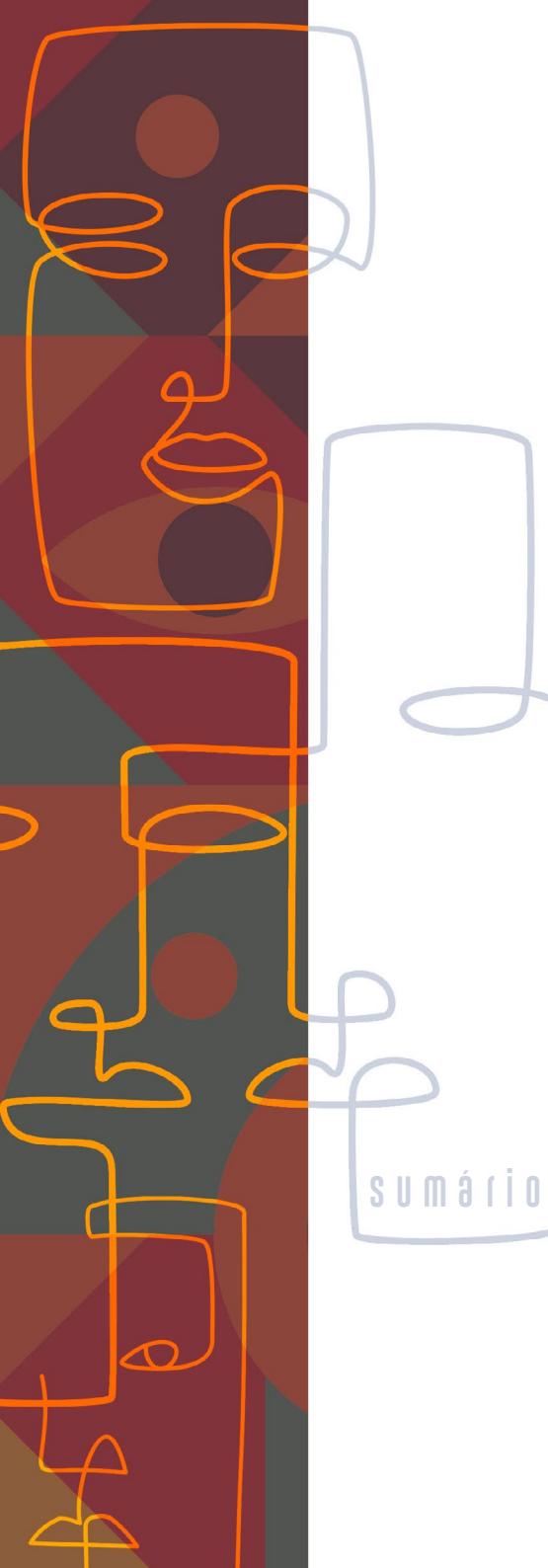
“Hoje todos estão ansiosos para saber se sou menino ou menina...”

Carta de um bebê lida em um chá revelação (2019)

INTRODUÇÃO

O presente ensaio surge a partir das leituras e encontros realizados no Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (PARALAXE), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Toma-se como objeto de análise a ocasião social do chá revelação no território brasileiro. No campo teórico faz-se uso dos escritos de Erving Goffman (1985, 2010, 2013) e seus comentadores (NIZET; RIGAUX, 2016; BOURDIEU, 2004), juntamente com textos que tratam sobre as questões de gênero e sexualidade que tomam o chá revelação como alvo de investigação (COUTO JR. et al., 2020; MONTEIRO; RIBEIRO, 2019; RIBEIRO et al., 2018) e identidade-metamorfose, tal como discutida na perspectiva da Psicologia Social Crítica (LIMA, 2010).

O campo observational se dá de modo digital, por meio da plataforma YouTube®, que agrupa uma série de vídeos que apresentam a ocasião social estudada, assim como sua possível preparação/organização. A forma do texto adotada é a do ensaio, que, conforme escreveu Theodor Adorno, se estrutura “como se pudesse, a qualquer momento, ser interrompido”, permitindo encontrar uma leitura da realidade a partir de suas contradições e fraturas, ao invés de “aplinar a realidade fraturada” (ADORNO, 2003, p. 35). Tendo em



vista o caráter ensaístico, o corpo textual é composto por algumas notas. Destacamos ao leitor que a escolha pelas notas em formato de interrogações (no referencial teórico), possuem, ainda, um caráter introdutório que estão relacionadas pelo início das relações entre pesquisador e objeto.

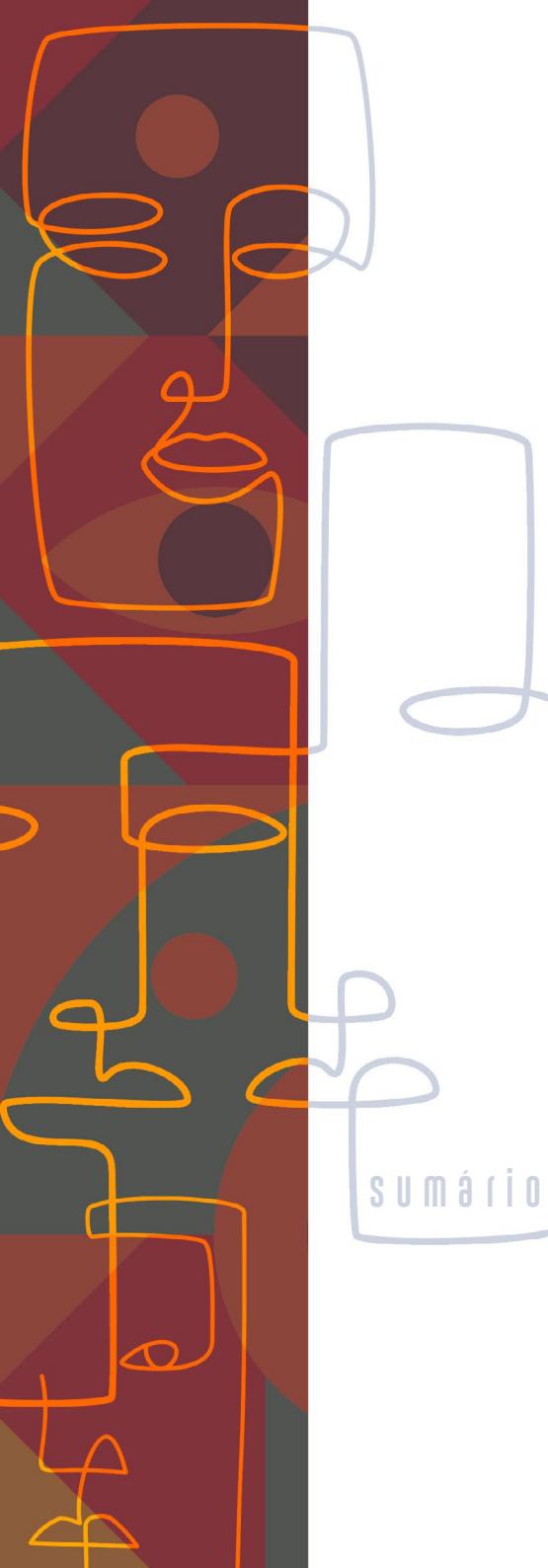
Portanto, o texto se constitui em um encontro inicial, que, num futuro próximo ou distante, podem ser desdobrados, aprofundados e/ou abandonados. Por fim, destacamos que o intuído ainda não é realizar uma análise que enquadre o fenômeno estudado como sendo isso ou aquilo, dentro de um quadro teórico-epistemológico mais amplo, por ora, buscamos tatear o Chá Revelação como uma ocasião social que é atravessada por construções psicossociais e econômicas, que nos possibilita a criação de pistas investigativas.

NOTA 01 - O QUE É O CHÁ REVELAÇÃO?



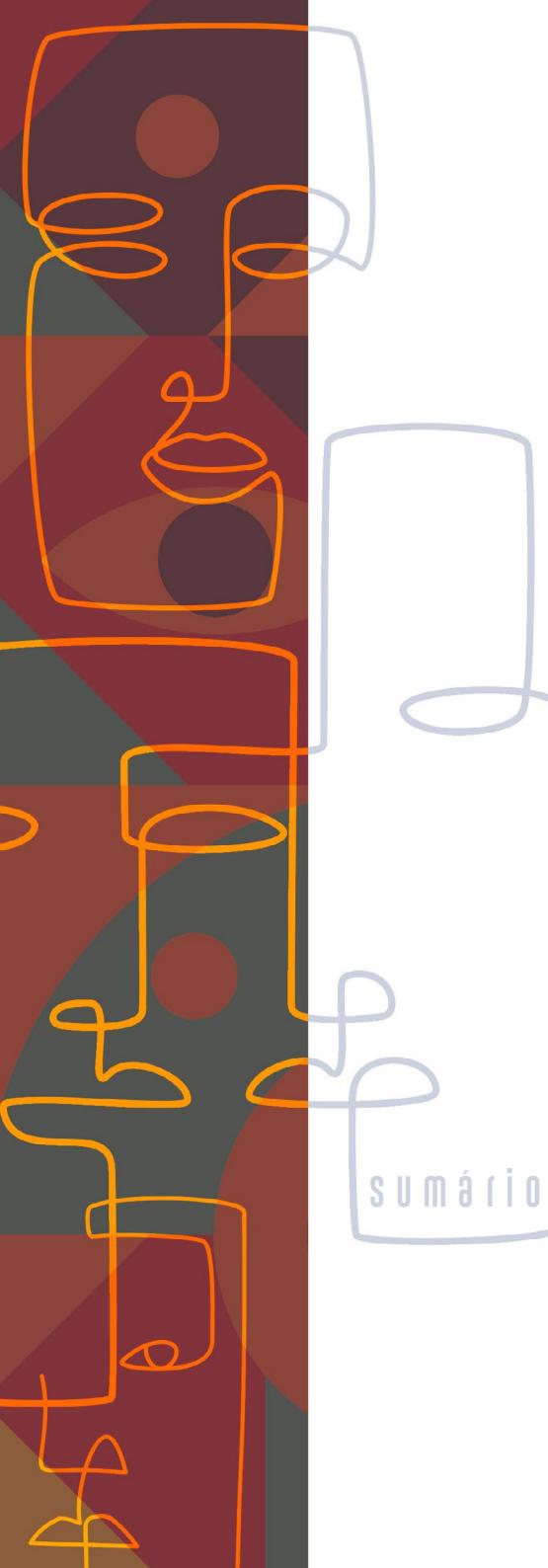
A ideia de fazer um chá revelação surgiu a 11 anos atrás, quando Jenna estava grávida de sua primeira filha, Bianca. Ela tentava animar a família, que parecia não estar tão empolgada já que seu irmão teria tido um filho um tempo antes. Então, ela preparou dois bolos, um com recheio azul e outro com recheio rosa, e entregou o resultado de seu exame para a cunhada e pediu que ela levasse o bolo que correspondia ao sexo do bebê à festa. O plano de deixar a família mais animada deu certo quando cortaram o bolo e descobriram que era uma menina. “Parecia que o bebê tinha nascido naquele momento”, disse ela. Então, ela escreveu sobre a experiência em seu blog, uma jornalista viu o relato e a procurou para uma reportagem sobre sua gravidez, entretanto, o texto foi totalmente dedicado ao chá revelação (REVISTA CLAUDIA, 2019, s/p).

A citação que inicia essa nota refere-se à primeira ocasião social do evento denominado Chá Revelação, em 2008, nos Estados Unidos,



quando Jenna Karvudinis decidiu animar sua família revelando o sexo de sua futura filha através de um bolo com recheio rosa. O chá tem se tornado popular no mundo, inclusive no Brasil nos últimos anos. Desde então, tornou-se uma ocasião social, que, de acordo com Goffman (2010, p. 139), “pode ser visto como um arranjo que abre aquele que ocupa engajamentos com certas categorias de outros”, ou seja, apresenta elementos que antecipam e condicionam os comportamentos esperados em lugares públicos. Desse modo, há toda uma preparação que envolve desde o momento do exame de ultrassonografia que mostrará o sexo do bebê, que não é entregue aos pais, e sim a alguém próximo do casal, provavelmente uma amiga que ficará responsável pelas brincadeiras que irão envolver a revelação do sexo no dia do chá revelação; a lista dos convidados; a decisão do local do chá revelação; as lembrancinhas, comes e bebes que serão servidos na ocasião, possível contratação de *buffets*, etc. Logo, esse momento não é aleatório, há uma organização prévia, que como observado nos vídeos disponíveis no *YouTube*, apresentam um processo ritual onde “cada indivíduo está comprometido com um comportamento altamente estereotipadas [e] ritualizadas” (TURNER, 1999, p. 71).

Nilton Couto Jr. et al. (p. 470, 2020) diz que o chá revelação é um “ritual de celebração da normatização da vida: um casal animado começa a festa agradecendo a presença de amigas/os e familiares em um evento criteriosamente planejado com o objetivo de descobrir o sexo de um bebê que ainda não nasceu”. Todavia, por ora deixando as ideias de normatização para as próximas notas, surge em nós algumas questões: seria o chá revelação uma ocasião social que teria como único objetivo revelar o sexo do bebê? Não seria esse evento um momento de reforço e manutenção dos laços familiares (?) e comunitários, uma vez que amigos do casal são chamados para compartilhar desse momento? Não seria um momento de integração dessa futura criança num espaço comunitário? Não seria essa ocasião social uma forma de demonstrar o lugar econômico dos pais e familiares?

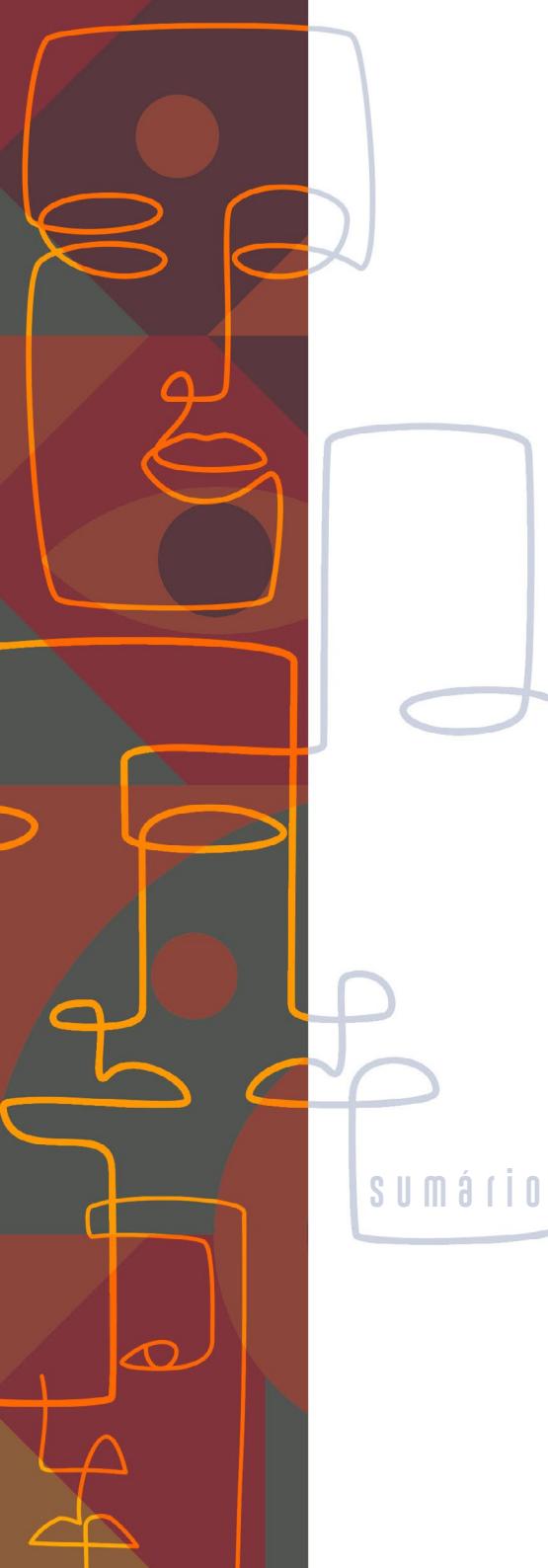


Nota-se que tais indagações fogem (e não fogem) de um marco normativo da vida, tal como apontam os autores mencionados. Desse modo, o chá revelação nos dá pistas para compreender como as pessoas no seu cotidiano – ou como diz Pierre Bourdieu (2004, p. 11) sobre a obra de Goffman na “sociologia do infinitamente pequeno” – compreendem, ou não, a atribuição de futuros papéis sociais ao bebê que nascerá, enquadrando este corpo ainda antes de nascer em identidades pressupostas (CIAMPA, 1987), ou como preferimos dizer, por ora, um pré-jogo do reconhecimento, uma vez que este futuro ser humano ainda não se encontra apto para jogar o jogo, tudo que existe são ideias, expectativas dos pais e convidados. Sua existência enquanto humano, que terá uma identidade própria, está na idealização e expectativas daqueles que comungam da espera desse ser que virá ao mundo. Essa idealização é tão presente entre aqueles que estão na ocasião que o feto até escrever cartas (com um teor identitário) para aqueles que estão no chá revelação – *“Hoje todos estão ansiosos para saber se sou menino ou menina...”*.

NOTA 02 - E GÊNERO TEM COR?

Nos diz Berenice Bento (2011) que com o passar do tempo da gravidez cria-se, nas pessoas envolvidas com esse momento, uma ansiedade para saber qual é o sexo da futura criança e a expectativa sobre esse corpo que virá. A autora continua seus apontamentos dizendo que:

Enquanto o aparelho da ecografia passeia pela barriga da mãe, ela espera ansiosa as palavras mágicas que irão desencadear as expectativas. A ansiedade da mãe aumenta quando o aparelho começa a fixar-se ali, na genitália, e só termina quando há o anúncio das palavras mágicas: o sexo da criança. A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto. Toda a eficácia simbólica das palavras proferidas pelo/a médico/a está em seu poder mágico de gerar expectativas que



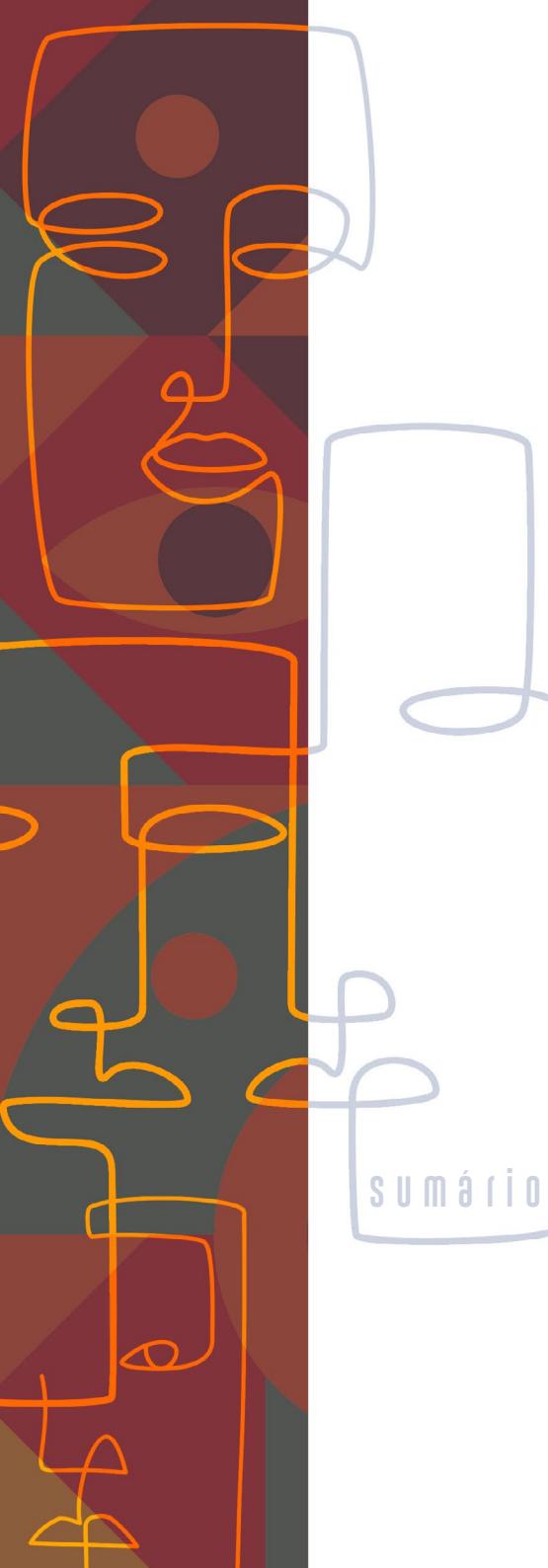
serão materializadas posteriormente em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o/ a futuro/a filho/a antes mesmo de o corpo vir ao mundo (BENTO, 2011, p. 550).

Couto Jr. et al. (2020, p. 472), por sua vez, escreve que: “Uma das características mais notáveis dessas produções é a insistente correlação entre menino-azul e menina-rosa, evidenciando uma normatização binária que demarca o enquadramento dos gêneros em atributos culturalmente construídos”.



Nota-se que nas diferentes linhas desses autores há uma crítica às atribuições de cores como correlacionadas a um determinado gênero, como se as cores fossem, em essência, masculinas ou femininas. De imediato, poder-se-ia dizer que a operação de gênero a partir do uso das cores são absurdas e sem sentido, entretanto, no cotidiano das vidas das pessoas, as cores têm gênero, sim! Por mais que, num momento posterior, essa idealização/representação seja desconstruída, no momento da ocasião do chá revelação, a cor encarna um sentido de coesão social com aqueles que ali estão, um momento compreensão/aceitação de recepção do futuro ser *humaninho* que vai nascer, mesmo que enquadrado como masculino ou feminino biologicamente. Afinal, o exame de ultrassonografia aponta o aspecto sexual-biológico a partir da binariedade (que é um tipo de saber), e não um futuro exato sobre a subjetividade do feto. Assim, exigir desses pais uma reflexão mais ampla sobre as construções sociais que esse exame implica é, como popularmente dito, “outros 500”. Logo, no cotidiano das pessoas, a cor azul será atribuída ao sexo masculino, e a rosa ao sexo feminino, mesmo que tenhamos exceções. Destaca-se que tais questões são geradoras de uma expectativa identitária, *a priori*. Ou seja, pode ser que ocorra uma espera identitária para a futura criança...

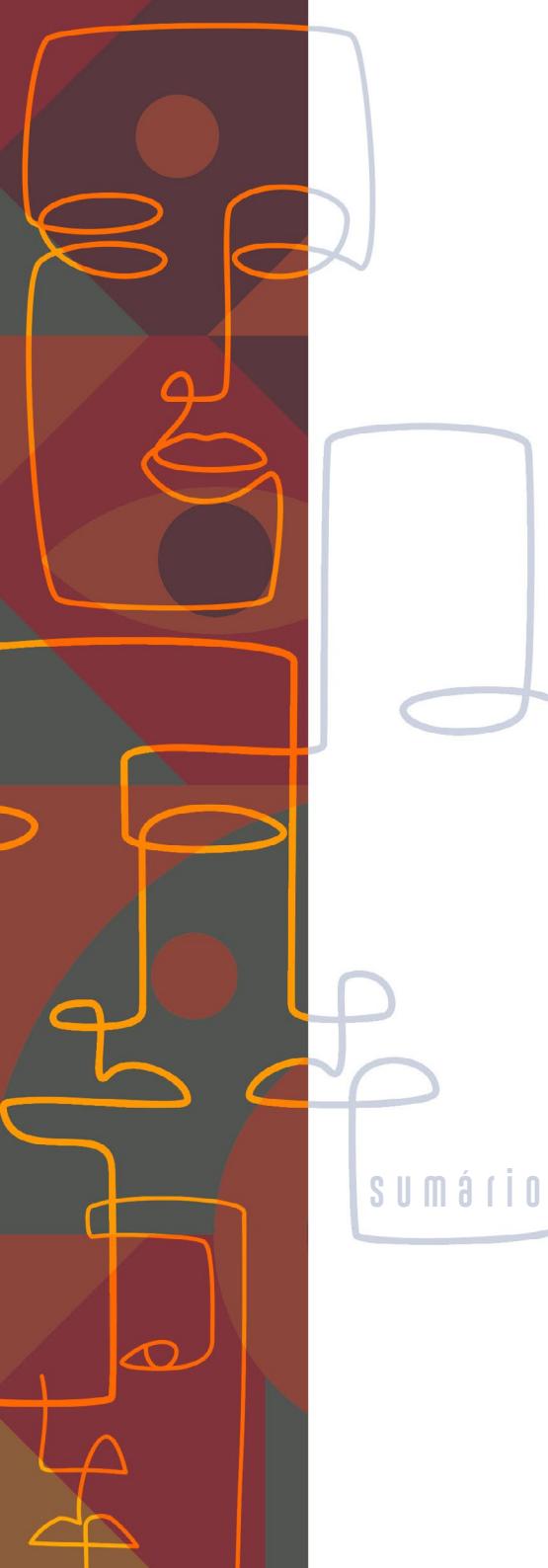
NOTA 03 - ESPERANDO UMA IDENTIDADE?



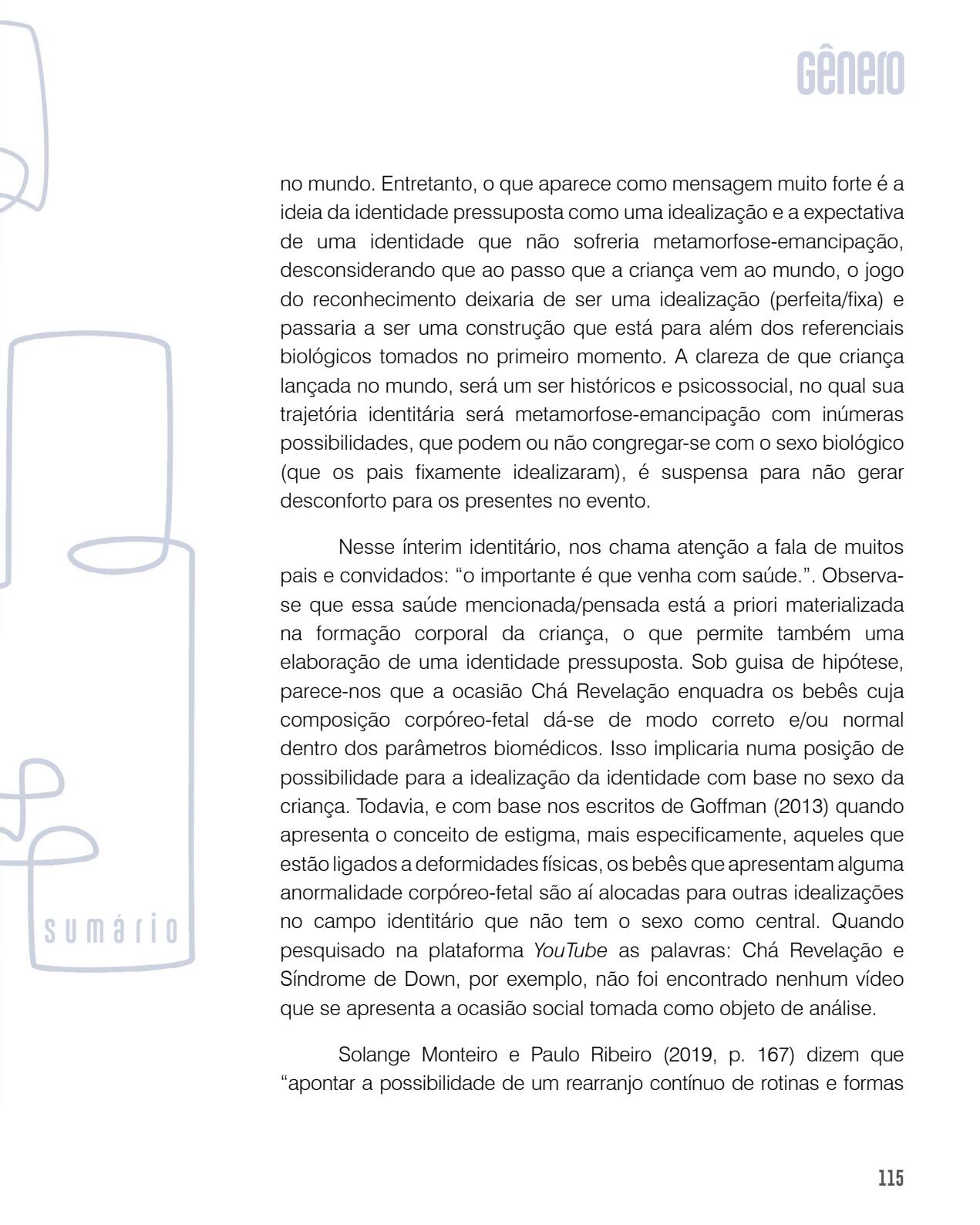
Aluísio Lima (2010) entende que a identidade está imbricada nos processos históricos e psicossociais, que implicam uma necessidade inevitável de reconhecimento. Isso porque, nos processos de interação onde nos tornamos quem somos, “o jogo do reconhecimento faz com que a identidade seja sempre pressuposta, abrindo precedente para que ela seja re-posta.” (LIMA, 2009, p. 120). A proposição segue as contribuições para o entendimento da identidade enquanto metamorfose apresentadas Ciampa, que insistia:

[...] sempre há uma pressuposição de uma identidade; sempre uma identidade é pressuposta. Podemos até desconhecê-la; mas, pressupomos sua existência. Até mesmo na pergunta sobre o recém-nascido há um ele (pronome, no lugar do nome...) indicando a mesma pressuposição em relação àquele pequeno ser humano (1987, p. 153).

Esse jogo do reconhecimento, assim como a própria identidade, não é estático, quando visualizamos os vídeos de Chá Revelação observamos que há uma construção da identidade pressuposta para o futuro bebê, e que essa construção está diretamente relacionada ao sexo biológico que será ali revelado. É interessante pensar se o bebê (ainda um feto) está realmente inserido nesse jogo do reconhecimento. Por um lado, pode se dizer que sim, uma vez que o bebê tem sua identidade pressuposta, esperada com ansiedade e idealizada com base em construções sociais para o masculino e feminino, que simboliza-se em ideias futuras que envolvem esta criança, ser uma bailarina ou um jogador de futebol, em cores azul e rosa, etc. Essa idealização pode então ser materializada através do consumo de bens e serviços oferecidos que capturam essas construções. Por outro lado, mesmo considerando todas essas questões anteriormente mencionadas, o bebê ainda não entraria no jogo do reconhecimento (mais concreto e cotidiano) porque ainda não nasceu, ainda não está



no mundo. Entretanto, o que aparece como mensagem muito forte é a ideia da identidade pressuposta como uma idealização e a expectativa de uma identidade que não sofreria metamorfose-emancipação, desconsiderando que ao passo que a criança vem ao mundo, o jogo do reconhecimento deixaria de ser uma idealização (perfeita/fixa) e passaria a ser uma construção que está para além dos referenciais biológicos tomados no primeiro momento. A clareza de que criança lançada no mundo, será um ser históricos e psicossocial, no qual sua trajetória identitária será metamorfose-emancipação com inúmeras possibilidades, que podem ou não congregar-se com o sexo biológico (que os pais fixamente idealizaram), é suspensa para não gerar desconforto para os presentes no evento.



Nesse ínterim identitário, nos chama atenção a fala de muitos pais e convidados: “o importante é que venha com saúde.”. Observa-se que essa saúde mencionada/pensada está a priori materializada na formação corporal da criança, o que permite também uma elaboração de uma identidade pressuposta. Sob guisa de hipótese, parece-nos que a ocasião Chá Revelação enquadra os bebês cuja composição corpóreo-fetal dá-se de modo correto e/ou normal dentro dos parâmetros biomédicos. Isso implicaria numa posição de possibilidade para a idealização da identidade com base no sexo da criança. Todavia, e com base nos escritos de Goffman (2013) quando apresenta o conceito de estigma, mais especificamente, aqueles que estão ligados a deformidades físicas, os bebês que apresentam alguma anormalidade corpóreo-fetal são aí alocadas para outras idealizações no campo identitário que não tem o sexo como central. Quando pesquisado na plataforma YouTube as palavras: Chá Revelação e Síndrome de Down, por exemplo, não foi encontrado nenhum vídeo que se apresenta a ocasião social tomada como objeto de análise.

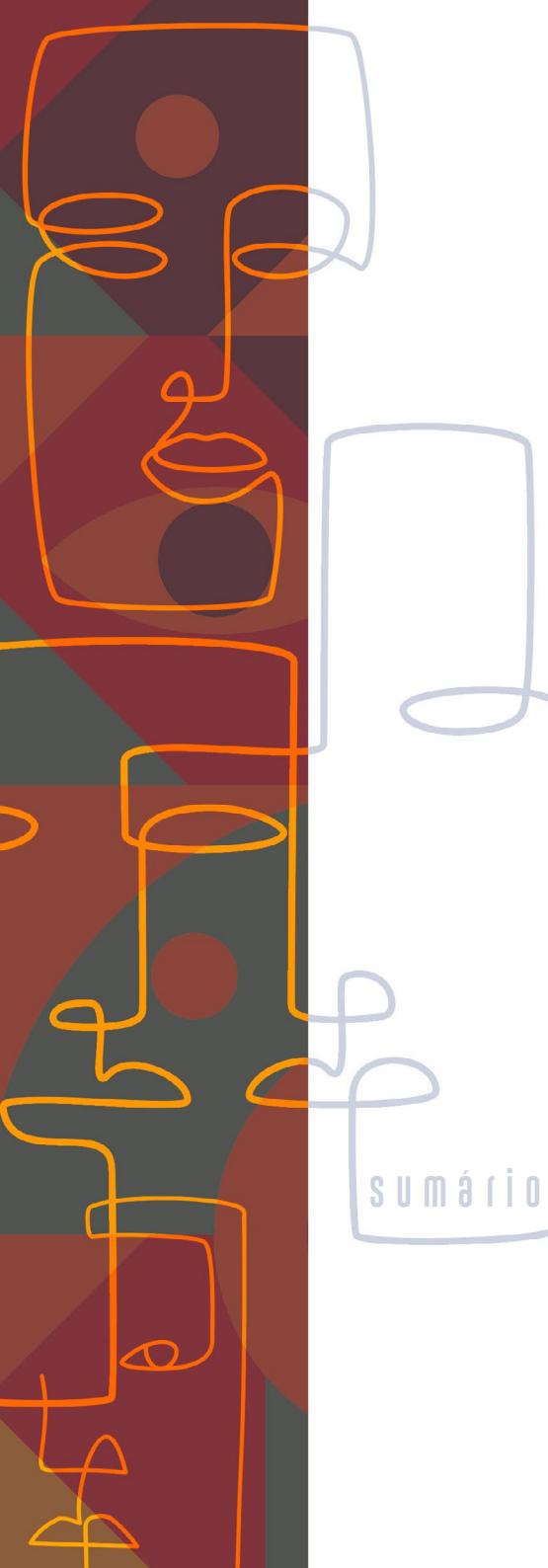
Solange Monteiro e Paulo Ribeiro (2019, p. 167) dizem que “apontar a possibilidade de um rearranjo contínuo de rotinas e formas

sumário

de interatividade produtiva em torno da definição de projetos de vida para o bebê da infância à juventude, desrespeitando aquilo que ele se autodefine". Analisando essa passagem surge uma questão: até onde esse projeto é real? Na cabeça dos pais e as possibilidades de vida desse filho/a? Os autores parecem não olhar para o cotidiano, parece que as construções/representações/idealizações que foram projetadas para a criança são algo determinado, ou seja, porque foi posto socialmente, acontecerá, não tendo espaço para uma identidade-metamorfose-emancipação, divergente dessa construção. Lembramos nesse momento, de uma passagem de: *A Metamorfose*, de Franz Kafka, quando as únicas pessoas autorizadas a entrar no quarto de Samsa Gregor era seu pai, e mais frequentemente, sua irmã. Sua mãe, mesmo depois um tempo de sua metamorfose, ainda não entrará no quarto, mas sabe que algo acontece com seu filho e assim suplicava:

'Deixe-me ir até Gregor, ele é meu filho infeliz! Vocês não entendem que quero vê-lo?', Gregor chegava a pensar que talvez fosse bom se a mãe pudesse entrar, não todos os dias, naturalmente, mas quem sabe uma vez por semana; ademais ela entendia tudo muito melhor que sua irmã, que, apesar de toda sua coragem, era apenas uma criança [...] (KAFKA, p. 52, 2016).

Ou seja, a mãe de Gregor sabe mais do que ninguém que seu filho está metamorfoseado, todavia, seu marido e, talvez, a filha, acreditam que ela não vai entender/aguentar essa nova situação, que se instaura a um tempo, e que para ela é perceptível. E não é algo que do dia para a noite surge (como é para Gregor), mas, é algo que ela observa, que lá comprehende, com o tempo desde que as primeiras aparências do fenômeno saltam aos olhos (esse olhar também é próprio das homossexualidades). Logo, ela sabe que o filho, por ela pensado/idealizado agora é outra coisa, pelo qual, sabendo da atual situação, clama para ver, independentemente de qualquer coisa. Em Kafka podemos observar que a metamorfose humana é algo real/concreto e que independe das expectativas dos outros sobre o ser.



Gregor mostra que, independente de todas as representações e expectativas dos pais e sociedade (o gerente e a empresa) o humano muda, gostem eles ou não. Gregor mudou!

NOTA 04 - COMO O CAPITALISMO CAPTURA AS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO?

Couto Jr. et al. (2020, p. 475) diz que “os ‘chás de revelação’ nasceram de uma demanda social que encontrou elementos importantes na cultura em prol da celebração do sexo do bebê que ainda virá ao mundo”. As matérias divulgadas sobre o surgimento do chá revelação nos mostram que ele surgiu de uma ideia de uma mulher em seu cotidiano, buscando solucionar uma questão familiar. As fotos divulgadas nas redes sociais de Jenna chamaram atenção de uma jornalista, e a partir de então a ideia a se popularizar entre as famílias estadunidenses, chegando até o Brasil. Desse modo, pode-se questionar: como colocar na balança a demanda real para o chá revelação, e a demanda criada pelo capitalismo?

Em dois depoimentos apresentados por Monteiro e Ribeiro (2019, p. 160) fica evidente como o capitalismo captura as construções do gênero:

G10 – [...] Como é a primeira filha, a primeira neta, a primeira sobrinha, a família saiu louca fazendo compras. Compramos todo o enxoval, umas coisas vieram até da Flórida. Compramos roupas, carrinho, bebê conforto e muito mais. Tudo rosa.

G11 – Quando com 17 semanas entro pra fazer a ultrassom, já deito na maca e falo pro médico: - “Dr. Vim só confirmar que é menina, pois o outro médico já me confirmou na última ultrassom”. Quando ele começa a fazer o exame, me diz: - “Olha o tamanho do pintinho da sua filha!” gente, eu não conseguia falar nada. Meu marido começou a debater com o médico



sumário

sumário

dizendo que não, pois nós já compramos tudo e é uma menina mesmo, que já fizemos o enxoval e tudo mais. Eu não consegui falar, simplesmente ria muito com toda aquela situação. E como contar pra família toda que a (Manuela) era menino.

Talvez a preocupação dos pais e familiares mais próximos, em especial os avôs, não seja pensar de modo focado todas as representações de masculino e feminino que essa futura criança vai ter que desenvolver, mas saber o sexo da criança para poder comprar! Só isso! É possível que por muitos momentos da gestação seja idealizado/imaginado pelos pais que a futura criança possa fazer isso ou aquilo, por ser um menino ou uma menina biologicamente. Mas, a lógica capitalista deixa isso para um segundo plano, é necessário comprar o enxoval e as coisas que o bebê que logo nascerá vai precisar. E se você não pode comprar tudo, açãone familiares e amigos/as próximos no chá de bebê e/ou chá de fraldas, sendo essa ocasião específica para que os pais recebem dos convidados utensílios que o recém-nascido vai utilizar (roupas, mamadeiras, fraldas, etc.). Essa pista, de captura capitalista, pode ser vista, no segundo depoimento apresentado, quando se lê: *“Meu marido começou a debater com o médico dizendo que não, pois nós já compramos tudo e é uma menina mesmo...”*. Na interação com o médico os pais (o pai principalmente) não estão preocupados se o menino vai jogar bola, brincar com armas; se a menina, vai ser bailarina, brincar de bonecas, etc. Estavam preocupados com a compra do enxoval, ou melhor, recomprar o enxoval.

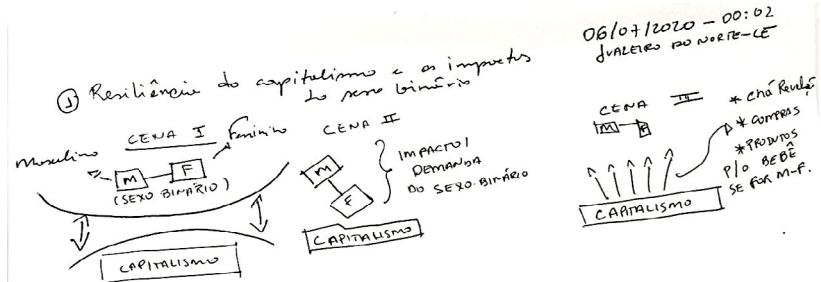
Carlos Ribeiro *et al.* (p. 2, 2018) nos diz que “o consumo torna-se balizador e catequizador desses papéis sociais que finda por replicar e criar um modelo hegemônico”. Sobre essa afirmação surge uma questão: seria realmente uma preocupação do capitalismo criar um modelo hegemônico sobre o sexo e o gênero? Tal pergunta, a priori, será respondida no campo da hipótese (e imaginação), e talvez não resulte propriamente em uma resposta, porém, em outras questões. Assim, num primeiro momento, a resposta é sim! Como pode ser visto

sumário

nas revistas, vídeos e artigos analisados, o mercado oferece toda uma gama de produtos e possibilidades de revelação do sexo da criança numa perspectiva biológica tradicionalmente binária, masculino e feminino, tendo a associação das cores azul e rosa. Mas... imagine hipoteticamente que vivemos em uma sociedade onde há a mais plena igualdade de gênero, e que o desejo de saber qual o sexo do bebê, não é mais uma preocupação dos pais, sendo este indiferente. Todavia, ainda estamos em uma economia capitalista, pautado no consumo-espetáculo (deve-se mostrar o consumo).

Com base nesse exercício de pensamento, surge as seguintes questões: O capitalismo não criaria outras demandas de consumo para os pais, família e amigos/as grávidos? Não seriam criados outros chás, outras ocasiões sociais em torno da gravidez pautadas no consumo-espetáculo? Enfim, o que seria criado/inventado no âmbito do consumo-espetáculo em torno desse futuro *ser humaninho*? Assim, observamos (aos nossos olhares) duas características (capturadas da física) do capitalismo contemporâneo: 1) resiliência, e 2) plasticidade. O primeiro nos indica que se a sociedade impacta o capitalismo com um olhar binário sobre o sexo do bebê, ele sente o impacto, e na sua volta ao que era anteriormente (só que diferente da física) este entrega aqueles que o impactam meios e formas de consumo. O segundo, está mais ligado ao caso hipotético apresentado, pois uma vez que ocorra uma mudança social, o capitalismo mudará sua forma, apresentando assim a plasticidade. Logo, o capitalismo modificado receberá novas demandas que o impactarão, e em sua resiliência devolverá a sociedade novas formas de consumo.

Figura 01: Resiliência do capitalismo e os impactos do sexo binário.



Fonte: Gomes Filho (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A METÁFORA DA CASA

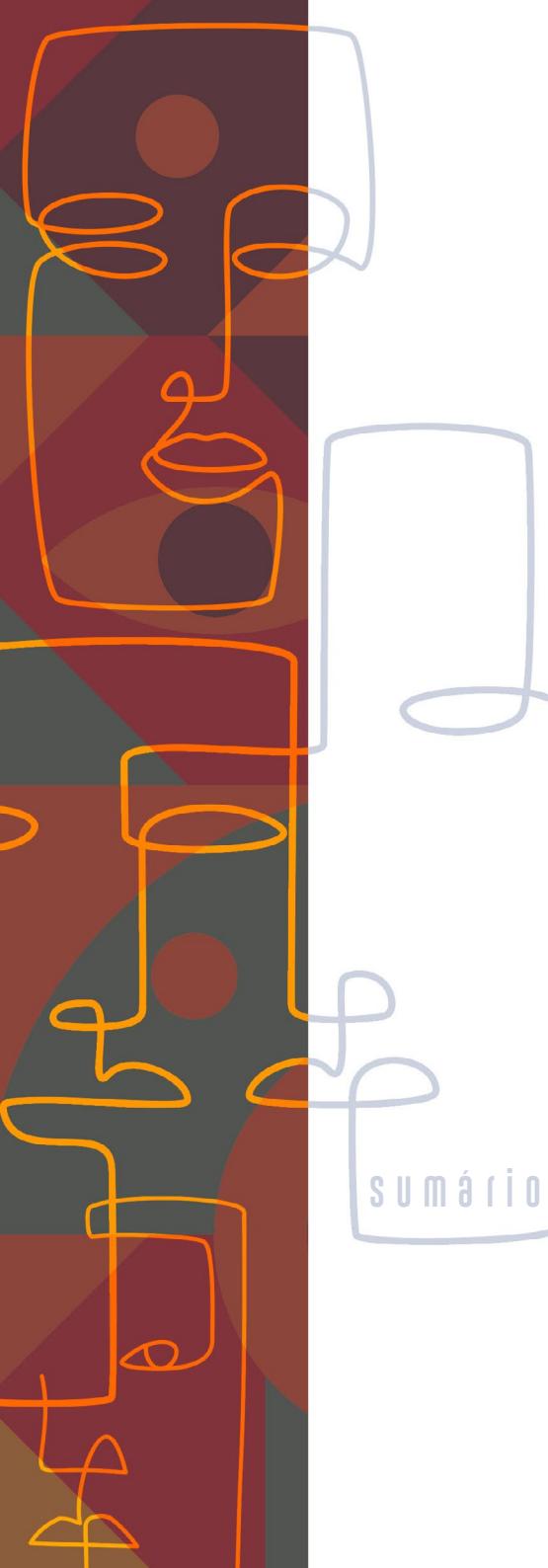
Imagine que você mora em uma casa desde que nasceu. Sua casa está no centro de um grande terreno, e que as casas de seus vizinhos estão em uma distância considerável, e que todos eles podem ver sua casa no centro do terreno. Hoje é seu aniversário de 30 anos e descobre que sua casa vai ter que ser demolida. O demolidor lhe diz que no lugar de sua antiga casa será construída uma nova, moderna, com novos formatos, novas possibilidades de experiências junto aos novos cômodos e móveis que ali vão estar, porém, não lhe mostram esse projeto. Todavia, o demolidor diz que vai ter que destruir sua casa, mas não sabe em quanto tempo a nova vai estar pronta. Alguns de seus vizinhos concordam. Afinal, será uma nova casa, moderna.

Outros, dizem para você não aceitar, que sua casa tem uma história, que já está pronta e acabada, e ressaltam a falta de concretude de uma data para que sua nova casa esteja pronta. Você aceita a proposta, e a casa é demolida. Ao final da demolição você fica em frente ao lugar onde estava sua casa. O demolidor por um tempo não inicia a nova obra, mas você está ali em frente a sua antiga casa. E

sumário

observa que o que tinha como referência de casa foi destruído e sente saudades. O demolidor, depois de um bom tempo, inicia a construção de sua nova casa, de modo lento. Você em frente à construção começa a observar que o demolidor, em seu projeto de desconstrução, foi muito eficiente, porém, em seu processo de reconstrução, aparentemente, não está sendo. E você se lembra que o demolidor não lhe apresentou o projeto de reconstrução, e agora se ver da seguinte forma: sua casa antiga foi destruída. Por um bom tempo, enquanto você esperava a reconstrução da casa, você ficou sem referências, e, na falta destas, sentia saudades das antigas; e, observa que a construção de sua nova casa, sua nova referência, é difusa, e você não sabe o que vem. Assim, em você há um misto entre lembrar da casa, ver o terreno vazio por um tempo (aparentemente longo) e observar a construção difusa da nova casa, e não saber o que dali vai surgir.

A metáfora apresentada segue como reflexão para aqueles/as que têm como foco de estudos, pesquisas, militâncias, ativismos, e qualquer outra coisa, no campo do gênero e sexualidade na atualidade no Brasil. Somos o demolidor, o morador é a sociedade... não uma sociedade que, assim como muitos de nós (acadêmicos), têm a possibilidade de compreender de modo mais profundo como as amarras que a tríade inteligível sexo-gênero-orientação sexual promovem nos corpos que são dissidentes, ante uma construção social (cis)heteronormativa, processos de exclusão e estigmatização, remete-se ao povão brasileiro, ou ao *Brasil Real* que Ariano Suassuna fala, quando faz menção a Machado de Assis. Mas, que ao mesmo tempo, propomos uma desconstrução, que não apresenta um novo projeto, colocando esse morador diante de uma casa demolida. Compreendo que estamos na fase em que a casa foi demolida e ainda não sabemos como será reconstruída, pensamos em alguns projetos e construímos uma coluna aqui, outra ali. Assim, alerto que, diferente do demolidor, nós devemos apresentar ao morador como será a futura casa, pois, senão ao final, vamos desconstruir e deixar o morador em frente à casa a olhar o terreno vazio.

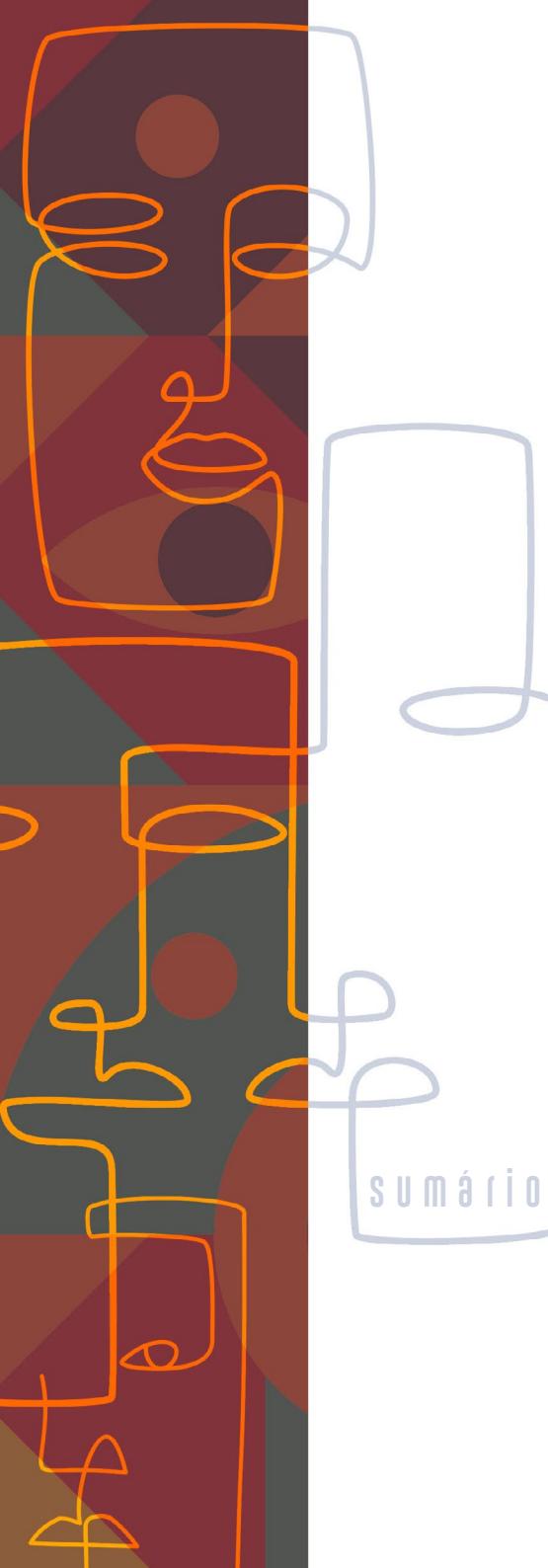


Sobre o chá revelação, foco de análise deste ensaio, podemos observar como o gênero se presentifica na vida cotidiana das pessoas. Como Goffman (2010, p. 19) nos lembra os “lugares privados referem-se a regiões à prova de som onde apenas membros ou convidados se juntam [...]”, assim, a ocasião social analisada pode ser considerada como uma interação privada onde seus membros (pais, avós, familiares e amigos) possuem uma maior liberdade frente ao teatro social que se opõe aos lugares públicos. Essa interação mais aproximada permite aos presentes na ocasião fazer brincadeiras e apostas sobre o sexo do bebê. Assim, como observado, o chá revelação surge no bojo dessas relações da vida cotidiana familiar e comunitária. Os artigos científicos de Couto Jr. et al. (2020), Monteiro e Ribeiro (2019), e Ribeiro et al. (2018) apresentam as relações dessa ocasião social com as construções sociais para os gêneros na sociedade, e apontam que o Chá Revelação como um processo de normatização corporal a partir da inteligibilidade do sexo-gênero-orientação sexual. Para os autores, nessa ocasião o bebê que irá nascer vai ganhar uma identidade a partir da revelação do seu sexo.

Como apresentado, essa identidade por mais que pressuposta, será uma identidade-metamorfose-emancipação. Logo, o Chá Revelação cuja centralidade é apresentar o sexo do bebê, talvez possua outras funções: reunião das famílias, encontro com os amigos/as do casal, troca de presentes, conversas sobre o bebê, etc. Poderíamos então considerar a revelação do sexo como um pretexto para essa ocasião social. Assim, entre a identidade do bebê que é pressuposta na ocasião e a identidade que passa por metamorfoses e emancipação ao longo da vida dessa criança até sua morte, há uma vida, que será marcada por processos históricos e psicossociais, que poderão ou não ligar-se às construções sociais para o gênero presentificadas durante o chá revelação. As múltiplas questões que essa não ligação com a inteligibilidade do sexo-gênero-orientação sexual podem resultar na vida daqueles que não se sentem bem,



sumário



implicam em processos de precarização e não reconhecimento da vida, tal como aponta Judith Butler (2015). Todavia, tomar a ocasião social do Chá Revelação como veredito para um destino, é questionável, e nos coloca em um exercício de reflexão. Por fim, não se pode deixar de pensar em como o capitalismo captura todo esse processo, seja ele apresentado em dois sexos, ou mais.

Talvez, isso implique sair da ideia de que o capitalismo e suas formas de consumo são um “balizador e catequizador desses papéis sociais que finda por replicar e criar um modelo hegemônico” (RIBEIRO et al. 2018, p. 2), e apontar que o capitalismo é um balizador e catalisador de todo e qualquer papel e modelo social, seja ele, heterocentrado, homocentrado, bicentrado, transcentrado, etc.; ou seja: o capitalismo devolve seus impactos em forma de consumo, seja ele qual for. Destacamos que este ensaio é uma escrita aberta a modificações. Podemos dizer, ainda, que ele é um prólogo de uma obra jamais escrita, tal como compreende Giorgio Agamben (2005, p. 9), posto que sempre escrevemos “prelúdios ou decalques de outras obras ausentes que não representam mais do que estilhas ou máscaras mortuárias”.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*: destruição da experiência de origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Goffman, o descobridor do infinitamente pequeno. In: GASTALDO, Édison. (Org.) *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

sumário

CIAMPA, Antonio da Costa. *A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHÁ revelação mais emocionante! Meu bebê é... 2019. YouTube: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_YKnPAajmk&t=55s.

Chá revelação, a cara da mãe ao descobrir é a melhor. 2018. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LY1vBPmNuQk&t=273s>.

COMO ORGANIZAR UM CHÁ REVELAÇÃO. 2018. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HKsVjtSgvE&t=134s>.

COUTO JR., Dilton Ribeiro. et al. Celebrando a normatização da vida: (re)pensando os corpos infantis arbitrariamente generificados em vídeos de “chás de revelação” do youtube. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. v. 6, n. 2, 2020.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

KAFKA, Franz. *Obras escolhidas: A metamorfose; O processo; Carta ao pai*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

LIMA, Aluísio Ferreira de. *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza.; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. As marcas do gênero no sexo no chá de revelação: sentido e significado das múltiplas identidades do indivíduo. *Diálogos Pertinentes - Revista Científica de Letras*. v. 15, n. 1, 2019.

NIZET, Jean.; RIGAUX, Natalie. *A Sociologia de Erving Goffman*. Petrópolis: Vozes, 2016

REVISTA CLÁUDIA. Criadora de chá revelação diz que se arrependeu de ter inventado essa moda. 2019. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/criadora-do-cha-revelacao-nao-se-orgulha-da-ideia/>

RIBEIRO, Carlos Bruno Alves. et al. Azul ou rosa? Futebol ou boneca?
Menino ou menina? O Chá de Revelação e o espectro dos papéis sociais no
consumo e na construção da identidade de gênero. *IX Encontro Nacional de
Estudos do Consumo*, ESPM, Rio de Janeiro, 2018.

TURNER, Jonathan H. *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo:
Marron Books, 1999.

sumário



8

NATÁLIA DE OLIVEIRA MELO
TIMOTHY DENIS IRELAND

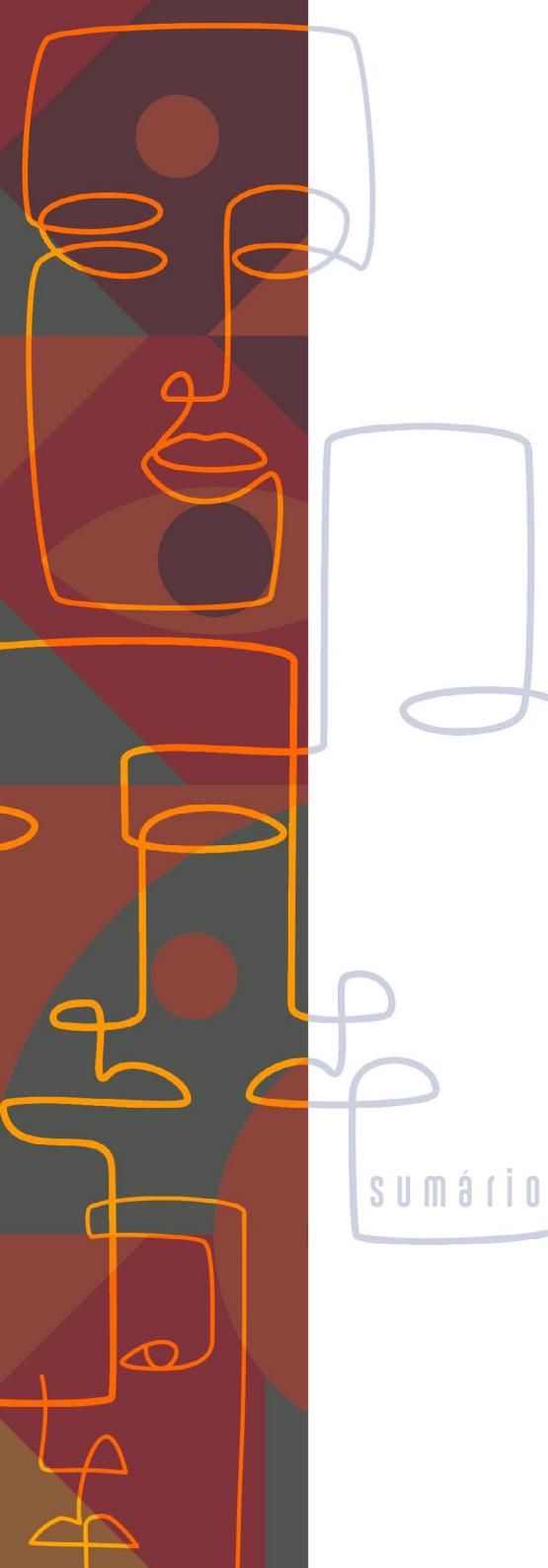
**BEM VIVER
E ECOFEMINISMO:
UM ENSAIO
SOBRE APROXIMAÇÕES
EPISTEMOLÓGICAS**

INTRODUÇÃO

Anterior aos problemas socioambientais que estamos passando no presente século, existem movimentos de comunidades que vêm pensando e experimentando, há séculos, um estilo de vida com pauta no respeito à e na convivência com a natureza. Tais movimentos têm ganhado espaço nas discussões acadêmicas como também nas agendas de países que estão interessados em reconhecer a sabedoria e os conhecimentos produzidos por seus povos originários.

Um desses movimentos é o Bem Viver, que é uma expressão quíchua lida como “Sumak Kawsay” e que na América Latina vem se popularizando como “Buen Vivir”. O Bem Viver se constitui de estilo de vida que vivencia uma relação harmônica entre ser humano e outras formas de vida, pois em sua concepção estamos todos interligados e fazemos parte de uma comunidade global, Fernández (2016). Nos últimos anos o Bem Viver tem entrado no espaço ocidental, na esfera acadêmica sobremaneira, e vem recebendo olhares curiosos, pois trata-se de uma postura decolonial expressando outra relação com a natureza e outras formas de conhecer e de produzir conhecimento.

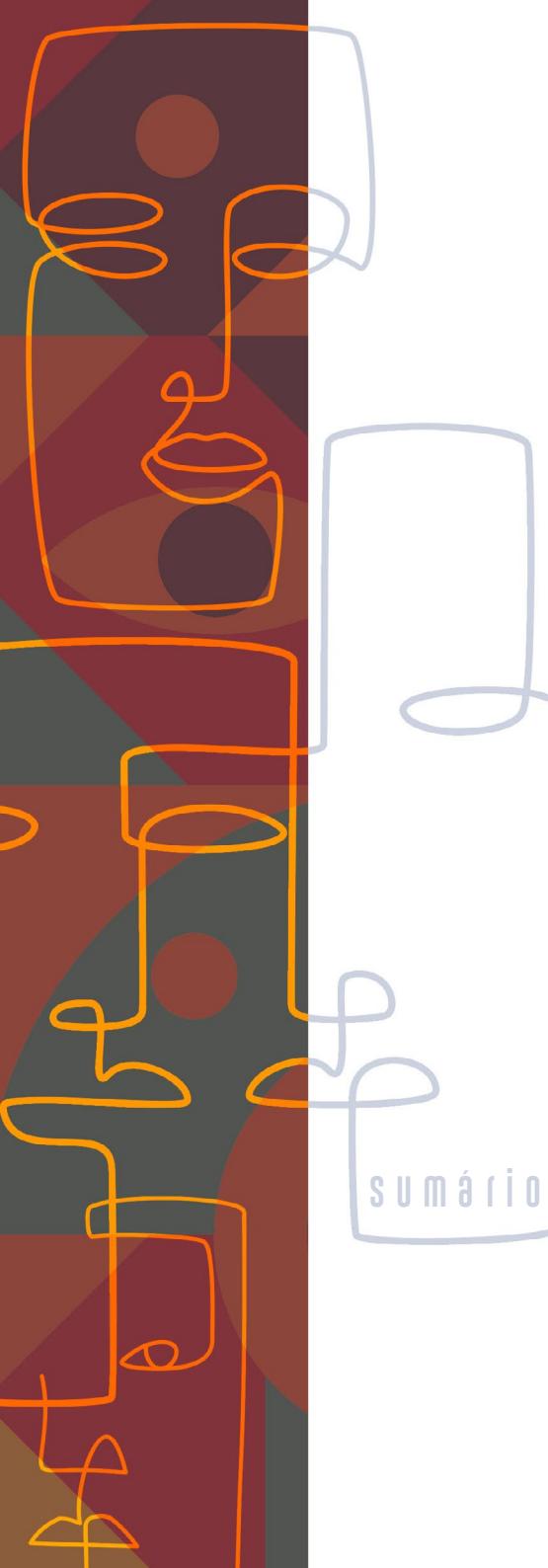
O segundo conceito ao qual o título se refere é o do Ecofeminismo, que com um recorte de gênero, abre novas possibilidades, como coloca Gebara (1997) e denuncia aspectos machistas e patriarcais características de sociedades capitalistas. O Ecofeminismo coloca a mulher e a natureza no centro da discussão, que “pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma teoria crítica e como um movimento social que se dedica a desvendar os mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens” (SILIPRANDI, 2009. p.140). Para que desfrutemos de uma experiência de vida equitativa, é importante começar pela luta de igualdade das mulheres passando pela valorização e não exploração dos recursos naturais.



Essas duas dimensões em muitos pontos se aproximam, sem perder as suas essências. Mas o que observamos é que a luta por equidade na qualidade de vida tendo como foco a natureza perpassa ambas as pautas. Logo, para nós enquanto pesquisadores da temática ambiental emergem algumas questões como: Quais as diferenças entre o Bem Viver e o Ecofeminismo? Quais os pontos elementares de cada abordagem teórica e epistemológica? Quais os pontos de encontro entre o Bem Viver e o Ecofeminismo? Para organizar o presente texto nos guiaremos em compreender quais os pontos de encontro entre o Bem Viver e o Ecofeminismo. Para isso, primeiramente vamos entender o Bem Viver na sua concepção conceitual, em seguida vamos estudar as bases epistemológicas do Ecofeminismo, para então termos condições de perceber as aproximações semânticas do Bem Viver e Ecofeminismo.

Para isso nossa pesquisa, que é essencialmente qualitativa, Hagquette (2001) e bibliográfica, Marconi e Lakatos (2017), adentra numa pesquisa exploratória a fim de se aproximar de conceitos, intercecioná-los como também criticá-los, Appolinário (2012). Tal estudo é fruto da nossa Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da UFPB, no qual discutimos Direitos Humanos e Direitos da Natureza. Como técnica de análise de dados, nos utilizamos da análise de conteúdo de Bardin (1977), onde se faz importante estabelecer categorias de análise. Tais categorias foram estabelecidas no estudo inter-relacionado do Bem Viver e do Ecofeminismo.

Para fins de melhor leitura, organizamos o presente artigo em três momentos. Primeiros iremos fazer uma simples aproximação acadêmica com o Bem Viver. Tal análise é fruto da nossa Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da UFPB. Em seguida, iremos apresentar o conceito do Ecofeminismo: tal abordagem

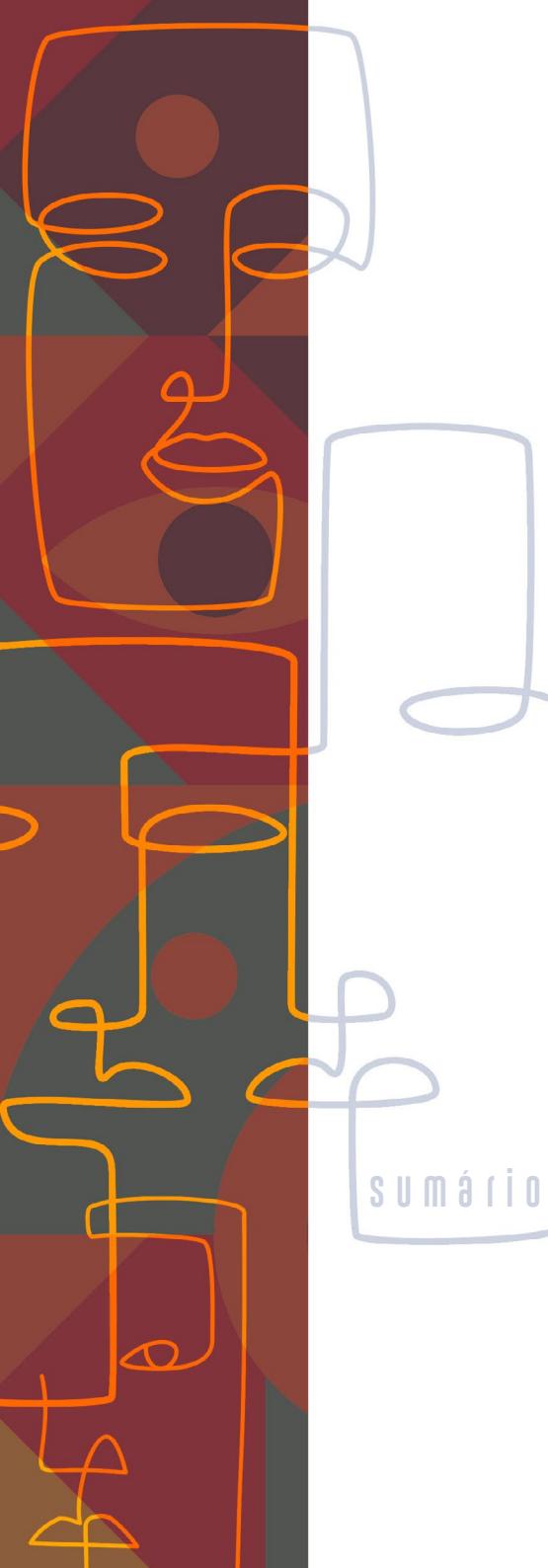


já faz parte dos nossos estudos enquanto pesquisadoras na temática ambiental. E, por último, iremos discorrer sobre as semelhanças que percebemos entre os conceitos de Bem Viver e do Ecofeminismo.

BEM VIVER: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO ACADÊMICA

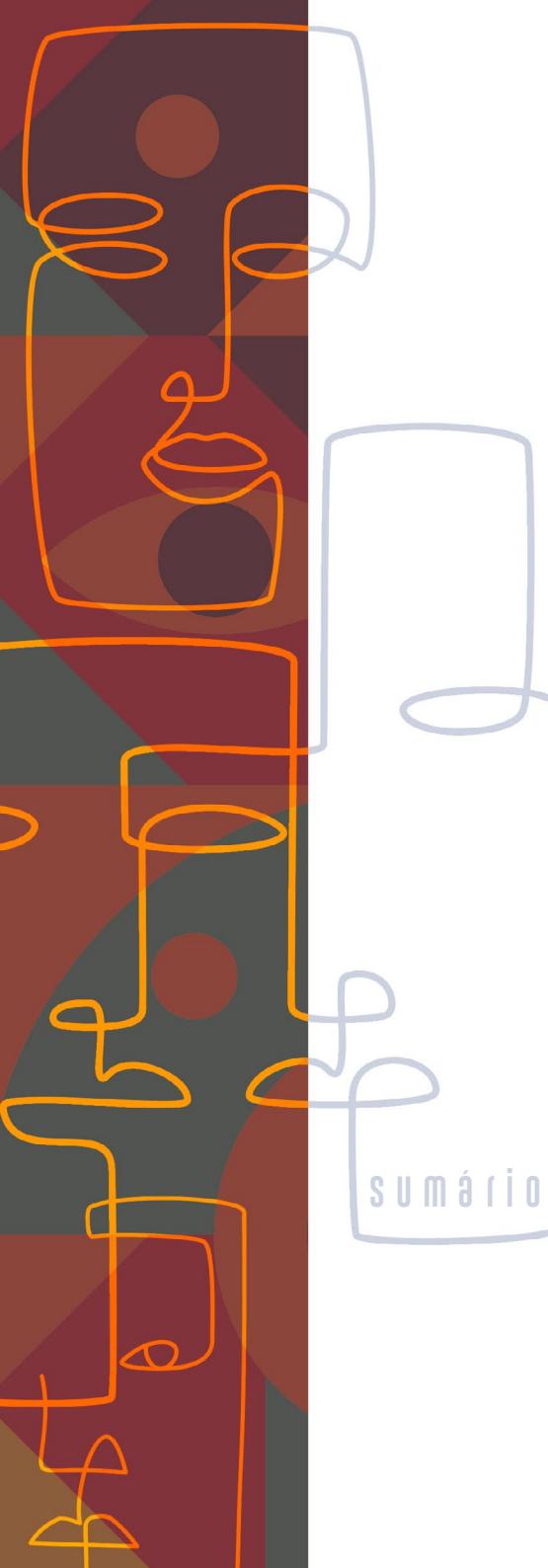
O desafio é grande de trazer para a academia um conceito que antes de tudo é vivência para um determinado coletivo. É nesse desafio que nos debruçamos, pois o Bem Viver antes de ser conceituado por autores, tem sido vivido por comunidades indígenas. É importante nos atentarmos que o Bem Viver, enquanto conceito, está nos seus primeiros momentos de construção. Acosta (2016) esclarece esse ponto quando coloca que o Bem Viver não é o resultado de algo pronto. Ao trazermos para o presente texto teórico o conceito do Bem Viver, o colocamos como inacabado.

Pode ser que na história oral dos povos indígenas, o Bem Viver esteja mais consolidado. Mas, em termos de literatura, ainda se vê que as pessoas, especialmente as não indígenas, estão tentando entender o conceito em todas as suas ramificações. Buscamos compreender em terrenos teóricos do que se trata o Bem Viver. E como texto teórico, o que nos dispomos a fazer é uma leitura analítica do que se tem estudado sobre o tema, e, nesse processo, perceber quais são os princípios que sustentam essa visão de mundo que é o Bem Viver. Gudynas (2011, p.1) diz: *“el Buen Vivir en este momento está germinando en diversas posturas en distintos países y desde diferentes actores sociales, que es un concepto en construcción, y que necesariamente debe ajustarse a cada circunstancia social y ambiental”*. O Bem Viver não se desdobra em todo contexto da mesma forma, pois não se trata de uma abordagem padrão. Cada realidade irá vivenciá-lo (ou não) à sua maneira.



Um primeiro elemento que trazemos acerca do Bem Viver é que por se tratar de uma construção latinoamericana, muitas vezes é desvalorizado. Esse processo de não valorizar o que é nosso, passa pelo que chamamos de colonialidade do poder que encontramos em Quijano (2000). Essa colonialidade é a força imperativa que os colonizadores exercem sobre os seus colonizados. E ainda exercem em vários aspectos. O aspecto que trazemos para a discussão é essa ideia subentendida de que o que é produzido pelos contextos outrora colonizados não é de grande serventia. Ao desvalorizar um conceito latino-americano alimenta-se essa violência epistêmica, que se embasa na colonialidade do poder, pois a “colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina” (QUIJANO, 2000, p. 124). Trazer para nosso texto um conceito latino-americano vai na perspectiva de combater essa colonialidade do poder, pois guiar um estudo por um campo teórico essencialmente latino-americano é uma estratégia epistemológica de combate à essa violência.

Entendemos que a crítica e o questionamento são bem-vindos e necessários, aliás. O que colocamos aqui é um questionamento e uma crítica movidos para marginalizar o Bem Viver e para não enxergá-lo como conceito possível de ingressar nos espaços acadêmicos e nas vivências sociais das pessoas não indígenas. Essa desvalorização se faz real mediante alguns pontos do Bem Viver que são mal-entendidos e/ou mal interpretados. Um desses pontos é: pelo fato de o Bem Viver ser oriundo de povos indígenas, pensa-se (erroneamente) que o Bem Viver busca habituar-se a um cotidiano de vida de séculos passados. Larrea (2014, p. 239) esclarece: *“Esto podría llevar a pensar que el buen vivir es el no-desarrollo, la negación del desarrollo. No es así. Esta concepción plantea el cambio permanente en las condiciones de vida de la gente, con nuevos referentes”*. O Bem Viver não é um caminho oposto ao que nossa humanidade conquistou pelos avanços tecnológicos. A ideia é que a quantidade dessa coletividade que usufrui dos benefícios se expanda, se amplie. E que tais benefícios não sejam conquistados através de explorações.

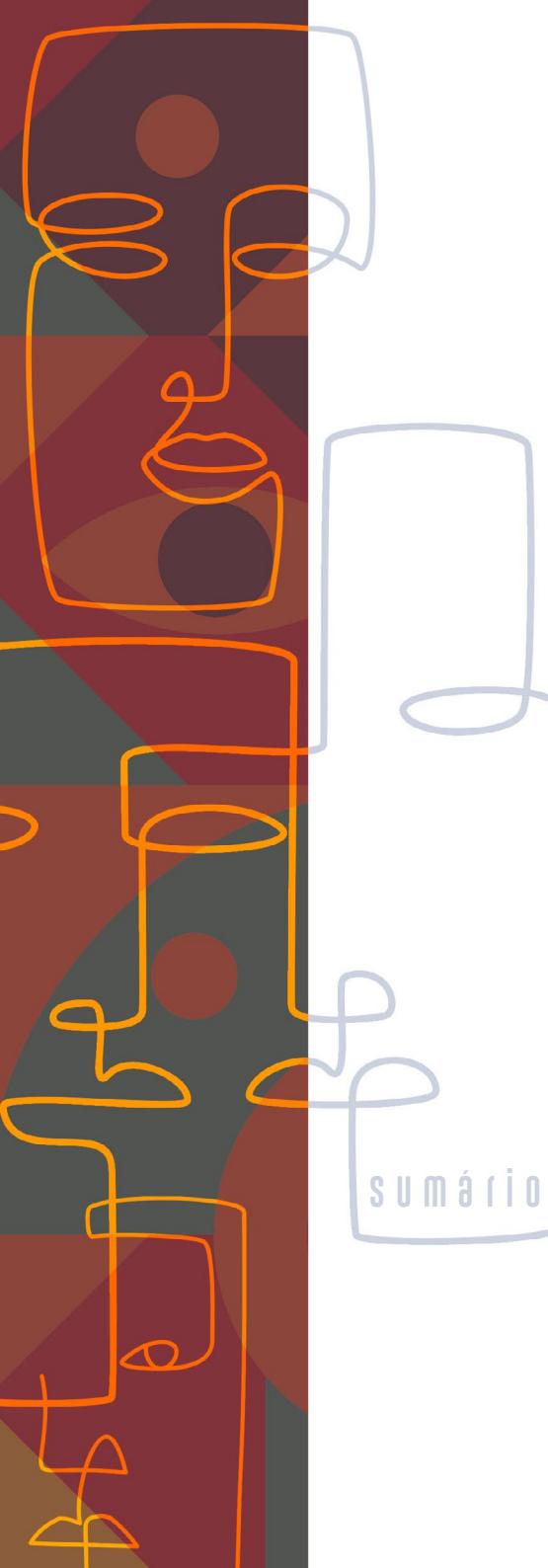


Pode-se pensar também que o Bem Viver é uma reconfiguração de um modo de viver indígena, adaptando-se aos modelos da modernidade. Também não se trata disso, como Gudynas (2011) esclarece. Fazer uma leitura pelos olhos ocidentais de um modo de vida propriamente indígena poderia acarretar em uma ocidentalização do Bem Viver. Mas a ideia originária do Bem Viver não permite espaço para esse ocidentalismo. A prática própria do Bem Viver não dialoga com os costumes ocidentais de degradação. O presente estudo se desenha na pesquisa das bases essenciais do Bem Viver, e não o utilizar como instrumento para uma vida melhor com práticas ocidentais.

Um dos elementos importantes do Bem Viver que é característico dos estudos latinoamericanos, é o caráter fluído do seu pensamento. *“La esencia del ser latinoamericano es lo opuesto a lo estático; es dinámico por excelencia: se está haciendo a sí mismo continuamente”* (ZAFFARONI, 1989, p. 42). As epistemologias do Sul (SANTOS, 2009), o processo de decolonialidade do poder se faz pelo movimento, pelo não enquadramento, se fazendo e se refazendo, e é por esse processo contínuo que existe e subsiste.

Essa desconstrução que nos abre os olhos para o que é nosso, nesse caso o Bem Viver, faz parte do processo de reconhecimento, de valorização. Quijano (2000, p. 129) diz: “consequentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. ... tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”. Não somos um contexto estéril de produção científica. Somos um povo rico, de inúmeros elementos, e dentre eles ricos de pensamentos científicos e acadêmicos. E quando o Bem Viver adentra nesse território intelectual, adentra para mostrar do que o povo latino-americano é capaz de produzir.

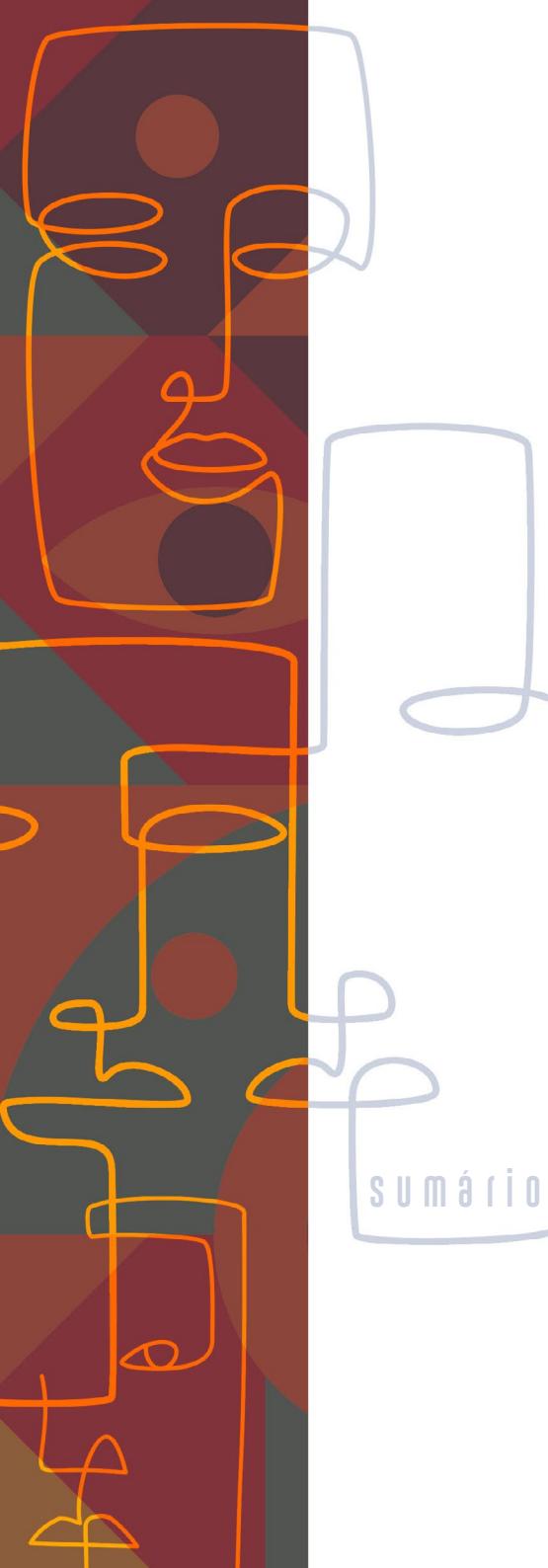
UM ESTUDO DAS BASES EPISTEMOLÓGICAS DO ECOFEMINISMO



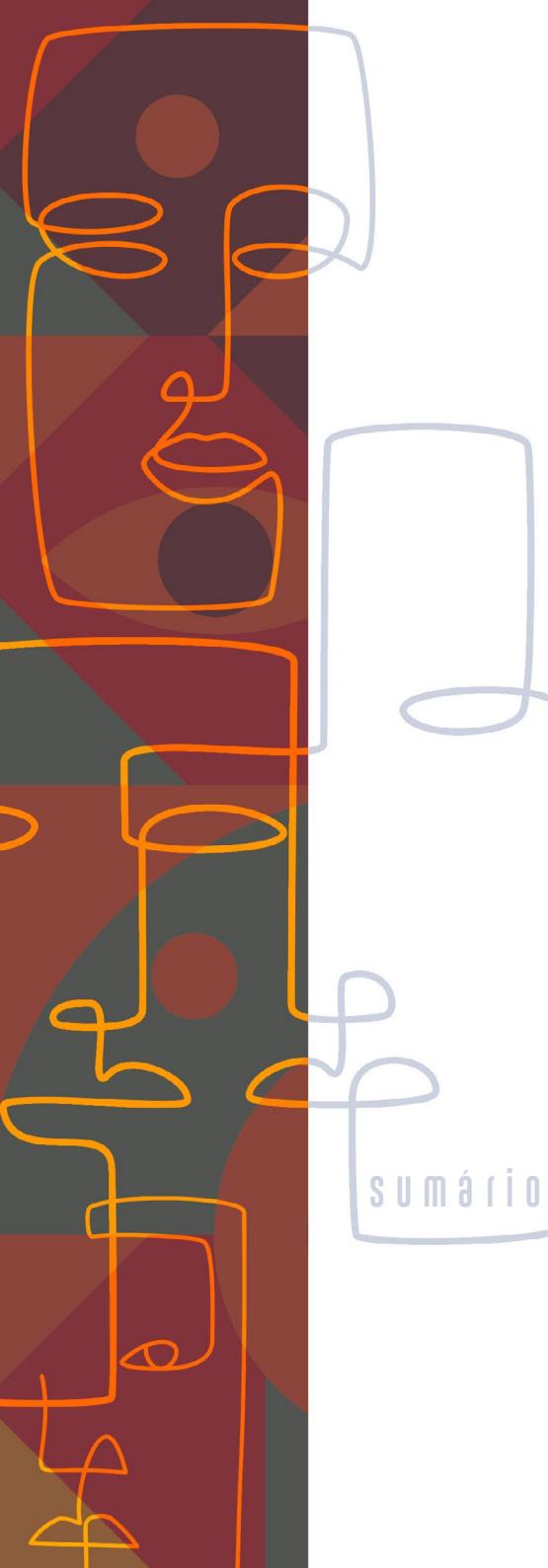
O Ecofeminismo é um desdobramento, podemos assim dizer, do feminismo. Não é o foco do presente texto fazer um recorte do feminismo, mas é importante entender que esse movimento é a base do Ecofeminismo, que é objeto do nossos estudos. O feminismo então, é uma corrente de pensamento crítico, segundo Scott (1989) que coloca em reflexão a relação de hierarquia estabelecida entre homens e mulheres, em que o homem é considerado um ser superior à mulher. Aponta-se que se faz necessário uma reconfiguração em que essa mesma relação se dê de forma igualitária, pois a mulher ao ser tratada, nas mais diversas esferas como menos importante que o homem (BEAUVIOR, 1970), se torna um ser marginalizado aos direitos que deveriam se assegurados para todos e todas. As duas grandes ondas do feminismo se deram no século XIX e no século XX.

Nos anos 60 do século XX começa a emergir nas pautas e discussões a temática ambiental. O conceito de Desenvolvimento Sustentável começa a ser abordado (FOLADORI, 2002; SACHS, 1993) e a crise ambiental começa a receber atenções. “Como parte desse movimento, no final dos anos 1970, surge o Ecofeminismo, uma teoria que buscava associar a opressão que a humanidade exercia sobre a natureza à forma desigual com que os homens tratavam as mulheres” (SILIPRANDI, 2009. p.141). Esse campo teórico emerge defendendo a ideia que a luta pelo respeito à natureza deve ser atrelada à luta de respeito às mulheres.

É uma luta contra as violências ambientais e de gênero. Tal opressão é o que Warren (1998) nomeia de “marco opressivo androcêntrico”. Toda a história da humanidade está à serviço do desejo masculino, assim, as outras formas de vida estão à margem



sumário

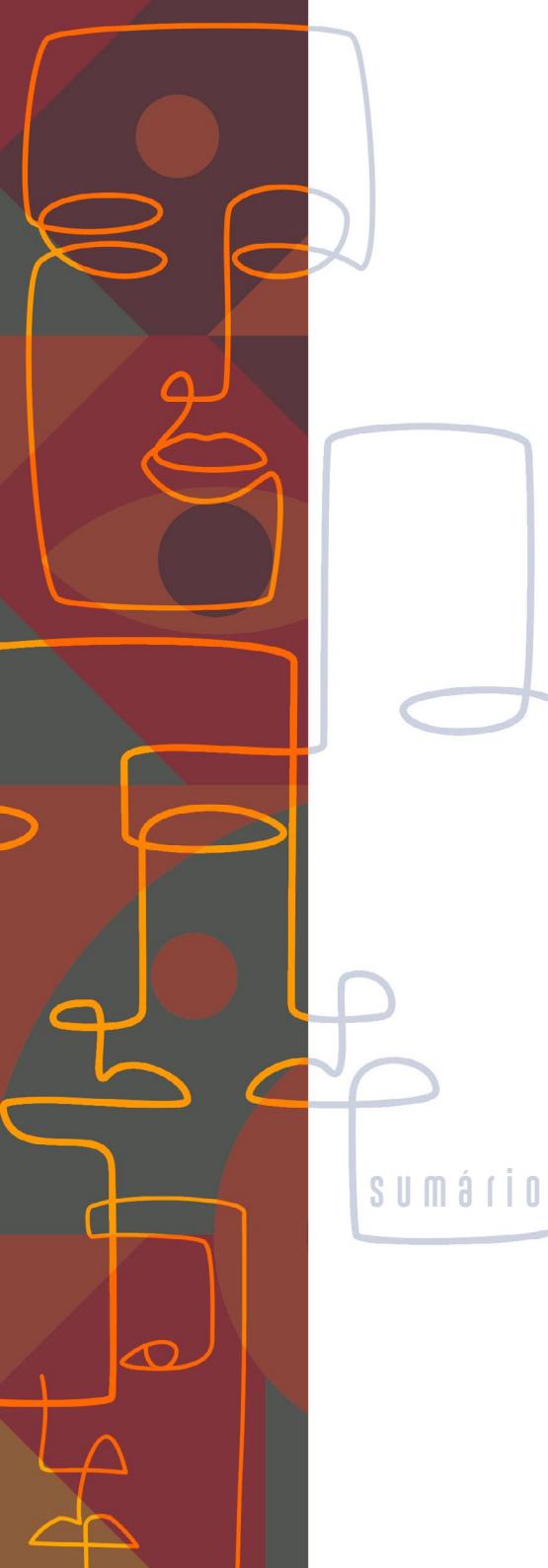


desse desejo, servindo apenas em função do homem. O Ecofeminismo defende a ruptura desse paradigma, trazendo como sujeito de direito não só a mulher, mas a natureza.

O movimento Ecofeminista começa a ecoar nos diversos espaços, inclusive no acadêmico, quando coloca a violência que o paradigma ocidental exerce para com as mulheres e o meio ambiente. A resistência começa a pautar a luta ecofeminista que caminha na perspectiva de defender e resguardar os sistemas comunitários de produção agrícola e florestal (SHIVA, 1991), denunciando as violações. É preciso dar atenção ao espaço conquistado acadêmicamente. Ao se colocar características epistemológicas, o Ecofeminismo começa a se auto-gerir e estabelecer seu próprio corpo referencial, Gebara (1997). Tal caminho é imprescindível para se estabelecer como conceito a ser estudado, pesquisado e investigado pelo caminho da ciência. Sobre a visão epistemológica do Ecofeminismo Gebara explica:

Algumas pessoas temem que o ecofeminismo traga nova perspectiva essencialista ao afirmar a diferença entre aproximações epistemológicas femininas e masculinas. Não se trata de essencialismo biológico ou filosófico, mas de abrir a epistemologia para uma perspectiva plural que inclui aspectos comuns a homens e mulheres de uma dada cultura, mas inclui aspectos diferentes nascidos de experiências diversas (GEBARA, 1997, p. 68).

O Ecofeminismo tem em seu aspecto a valoração das experiências de vida, sejam essas experiências de mulheres ou homens. Busca aproximar essas experiências com o respeito ao que nos cercam. Como qualquer pensamento teórico, tem suas correntes. O Ecofeminismo “é formado por diferentes correntes, desde as mais espiritualistas até as materialistas; desde aquelas próximas ao essencialismo (que entende que homens e mulheres são seres com características essenciais opositas e imutáveis) até as de orientação construtivista” (SILIPRANDI, 2009, p. 141-142). Em todas essas, os estudos vêm avançando no sentido



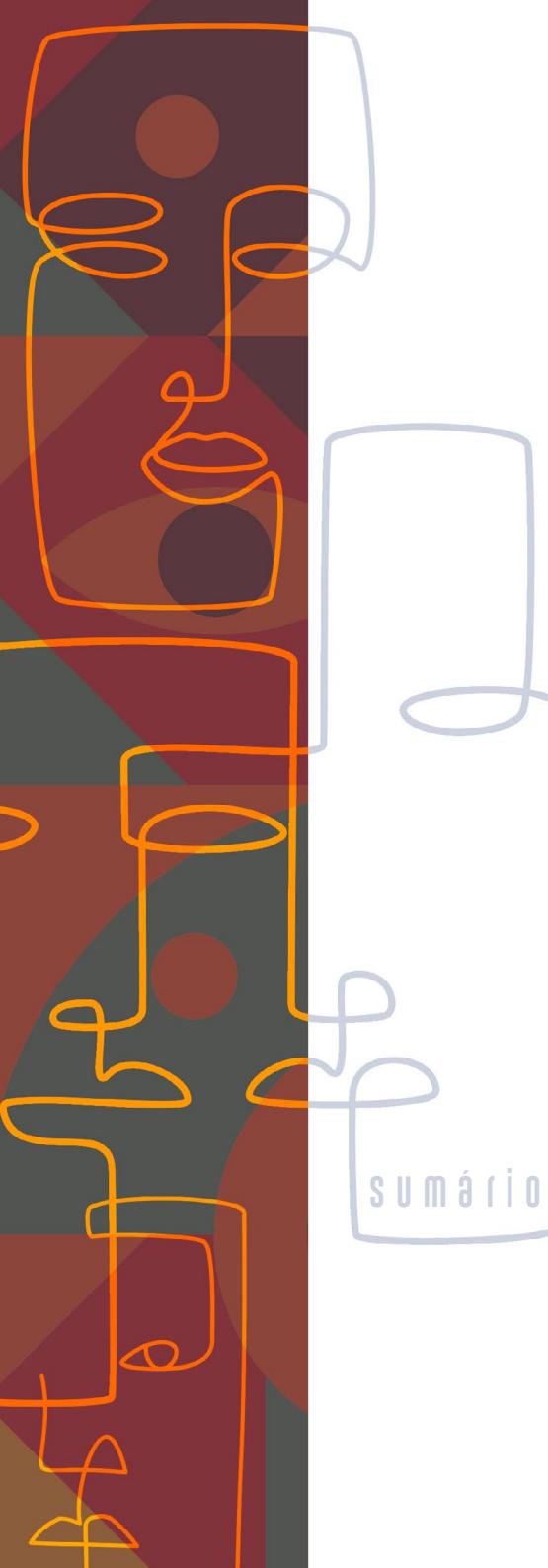
de pesquisar e investigar possibilidades de experiências de sociedade que valorizem a mulher e a natureza.

Sem dúvida, esse viés da denúncia no Ecofeminismo tem muita força. Shiva (1996) tem abordado em seus estudos que o Ecofeminismo aponta sobre o drama que o desenvolvimento explorador tem causado nos ambientes naturais e nas mulheres rurais, mas também valoriza e faz reconhecer internacionalmente a experiência de resistência que essas mulheres protagonizam, mostrando que o Ecofeminismo tem força e é uma realidade possível.

Essa interceção que o Ecofeminismo promove entre questões de gênero e a natureza procura, sobretudo uma equidade e autonomia, Puleo (2008). Tal luta vai além de uma questão ambiental, em que busca-se apenas gerir melhor os recursos naturais, mantendo o mesmo *status quo* de opressão e marginalização de gênero e ambiental que se retroalimentam. Para Gaard (2011, p. 198): “Com base na visão feminista socialista de que o racismo, classismo e sexismo estão interligados, ecofeministas reconheceram semelhanças adicionais entre todas aquelas formas de opressão humana e as estruturas opressivas”. Logo, faz parte das questões do Ecofeminismo ir de encontro à essas violências que mutualmente se beneficiam.

O Ecofeminismo, como abordado, é um importante e vasto campo teórico de investigação, no qual buscamos brevemente refletir acerca do mesmo, e discutir seu caráter crítico no que diz respeito às relações de gênero e natureza, Agra (1998). Avancemos agora em perceber as aproximações presentes nos campos teóricos e ambientais do Ecofeminismo e do Bem Viver.

ECOFEMINISMO E BEM VIVER: ALGUMAS APROXIMAÇÕES



Após esse breve ensaio sobre Bem Viver e Ecofeminismo, nosso texto se propõe a colocar os principais aspectos que esses elementos teóricos e epistemológicos dialogam, pois ambos são objeto de estudo de nossas pesquisas. Desde já se faz importante colocar que existem vários pontos adicionais que podemos discutir sobre as semelhanças e diferenças desses objetos, porém, no presente texto nos restringiremos à três.

Um primeiro elemento que percebemos como base tanto na teoria como na prática do Bem Viver e do Ecofeminismo é a valorização e o respeito a todas as formas de vida. A vida ultrapassa a vida antropocêntrica ou androcêntrica. Segundo Céspedes: “*donde todos somos uywasi, criados de la naturaleza y del cosmos, donde todos somos parte de la naturaleza y no hay nada separado, [...] donde la tierra es la vida misma y el hogar de todos los seres vivos*” (2010, p. 4). No Bem Viver a luta é por todas as formas de vida, no Ecofeminismo também, com um adendo para as questões de gênero, ressaltando que estamos todos interligados:

En las huellas del primer ecofeminismo, pero con una fuerte toma de posición multicultural, el ecofeminismo deconstrutivo ha creído detectar en las mujeres y en otros grupos no dominantes, como los pueblos indígenas, un sentido del self interconectado con otras formas de vida y más vinculado a una ética del cuidado que a una ética de los derechos entre individuos, propia de la patriarcal Modernidad (PUELO, 2008, p. 54).

Essa valorização da vida, passa por um zelo pela mesma. Não basta reconhecer que existem outras formas de vida, é preciso zelar por essas vidas. E a premissa básica por esse zelo é a não violência. O Bem Viver e o Ecofeminismo lutam por uma não violência contra as vidas.

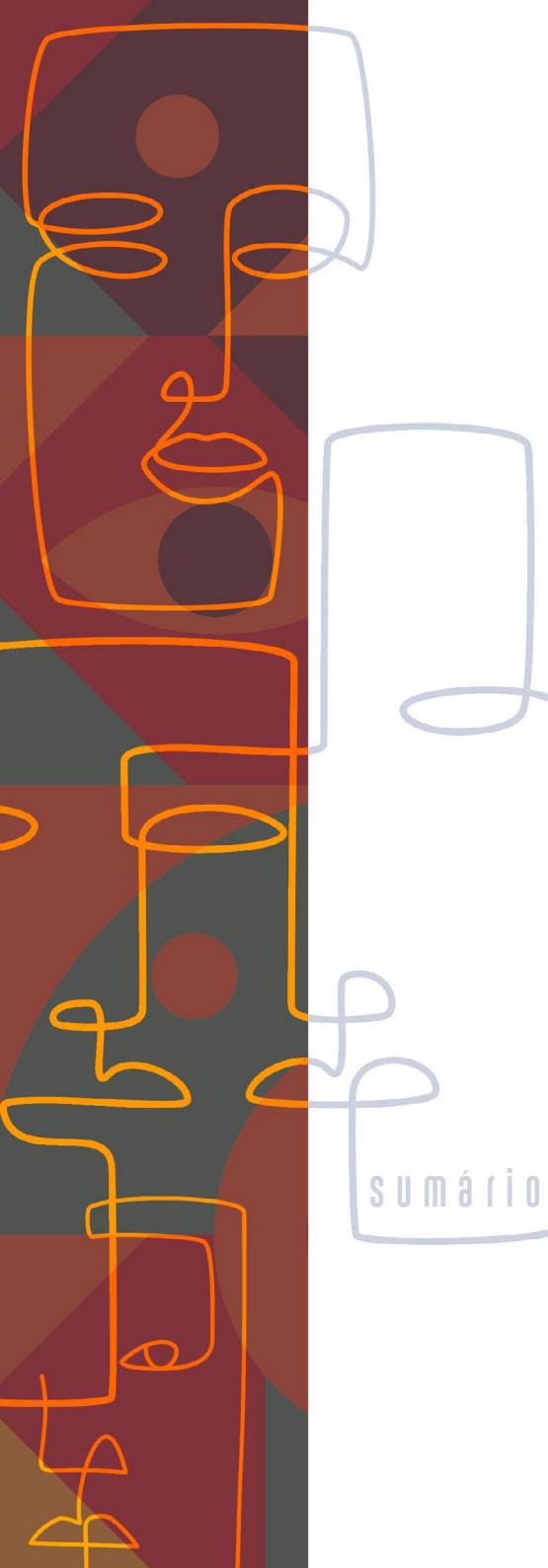
sumário

A não morte. Pois nós, sociedades ocidentais com relações humanas pautadas no capitalismo, temos tido experiências de vida em que há morte de sujeitos. Há morte de gênero e há morte ambiental, pois, as vidas que importam são as vidas dos seres humanos, sobretudo os seres humanos do gênero masculino.

Para construir essa percepção de respeito às vidas é preciso que entendamos a interdependência que nos liga. Gebara (1997) aborda a questão da interdependência e relação não só com outros seres humanos, mas com as “forças da Terra”, as vidas animais, vegetais e cósmicas que habitam em nós. Bem Viver e Ecofeminismo nos abrem os olhos para que entendamos que não estamos desligados das outras formas de vida, nem tão pouco somos superiores às mesmas. Somos partes de um todo. Quando tivermos essa clareza estaremos no caminho mais próximo da realidade que o Ecofeminismo e o Bem Viver defendem, que se trata: “uma vida sensível ao meio ambiente; e um endosso de valores comunitários e solidário, onde o indivíduo se torna menos central do que o interesse coletivo” (STROMQUIST, 2017, p. 3, tradução nossa).¹⁵ A percepção de outras formas de vida, o entendimento das interdependências que há, nos embasará para que tiremos o ser humano, o ser humano homem do centro das decisões.

Tal discernimento nos aproxima de outro elemento em comum do Ecofeminismo e Bem Viver: a coletividade. Gebara (1997) explica que todos os processos que o Ecofeminismo coloca precisam ser revistos, não somente em âmbito individual como também em âmbito coletivo. As mudanças individuais são imprescindíveis, mas o que está posto é que as mudanças requeridas pelas práticas ecofeministas precisam de engajamento coletivo, de reflexões coletivas, de decisões coletivas. Pois vislumbra-se, na perspectiva do Ecofeminismo que todo o sistema planetário e todo o gênero feminino tenham uma boa vida,

¹⁵ Original: “*a life sensitive to the environment; and an endorsement of communitarian and solidaristic values, where the individual becomes less central than the collective interest*” (STROMQUIST, 2017, p. 3).



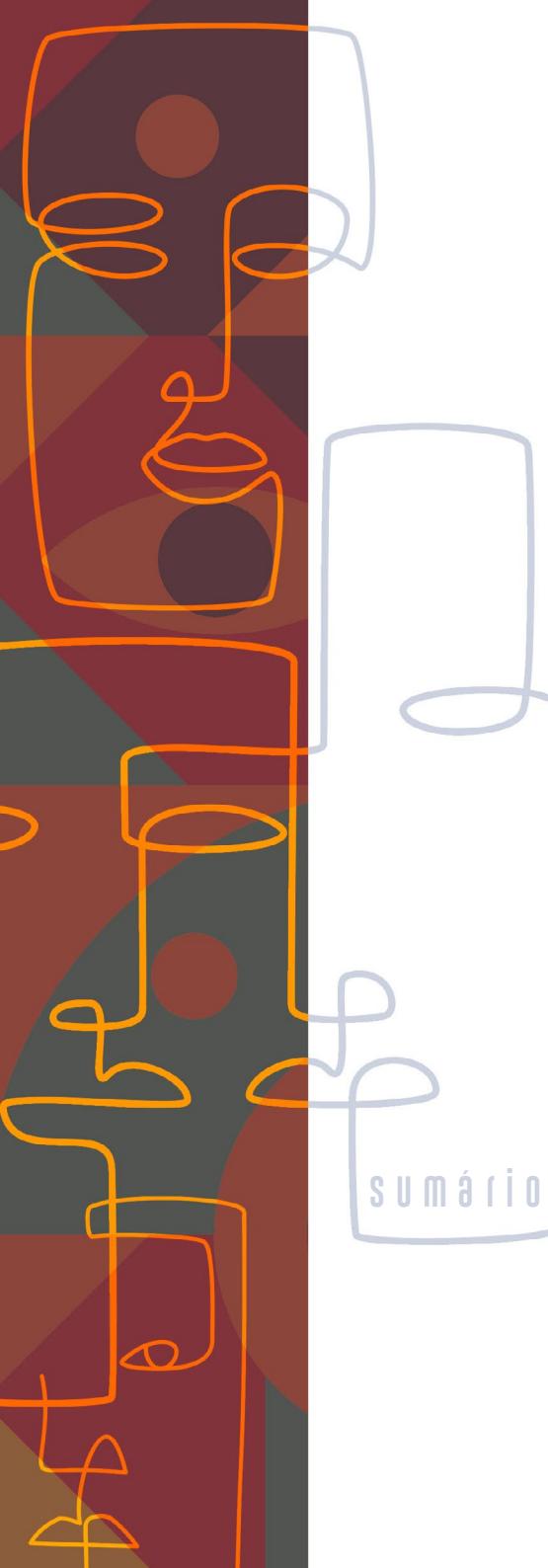
e não apenas grupos seletos. Uma perspectiva que dialoga com o conceito de Bem Viver, que almeja não um “viver melhor”, porque se, se vive melhor, subtende-se que há formas de vida piores. Busca-se uma equidade nas qualidades de todas as formas de vida:

Las diferencias son claras: El vivir mejor significa vivir a costa del otro, explotando al otro, saqueando los recursos naturales, violando a la Madre Tierra, privatizando los servicios básicos; en cambio el Vivir Bien es vivir en solidaridad, en igualdad, en armonía, en complementariedad, en reciprocidad (...) Decimos Vivir Bien porque no aspiramos a vivir mejor que los otros. No creemos en la concepción lineal y acumulativa del progreso y el desarrollo ilimitado a costa del otro y de la naturaleza. Tenemos que complementarnos y no competir. Debemos compartir y no aprovecharnos del vecino. Vivir Bien es pensar no sólo en términos de ingreso per cápita, sino de identidad cultural, de comunidad, de armonía entre nosotros y con nuestra Madre Tierra (AYMA, 2011, p. 49-50).

A base coletiva que guia as práticas do Ecofeminismo e do Bem Viver, ajuda a fomentar o que Larrea (2014) chama de ser coletivo, que vive em comunidade e numa relação harmônica com a natureza, desenvolvendo relacionamentos que promovem formas de produção e consumo que não explorem outras formas de vida, mas que buscam uma realidade digna para todas as experiências planetária.



Como último elemento em comum entre o Bem Viver e o Ecofeminismo que expomos nesse ensaio, sugerimos que ambos constituem elementos de uma ideia revolucionária. Os dois objetos de estudo em questão vislumbram mudanças radicais nas relações humanas, inclusive na economia (GEBARA, 1997). Tais mudanças devem seguir pelo respeito às culturas regionais, pois o que temos experimentando, tomando a questão da economia, é um mercado transnacional que não respeita o local e que agridem o solo e as pessoas que ali estão. No Ecofeminismo defende-se: “levar em conta as dimensões sociais e de gênero e integrar nesse conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um



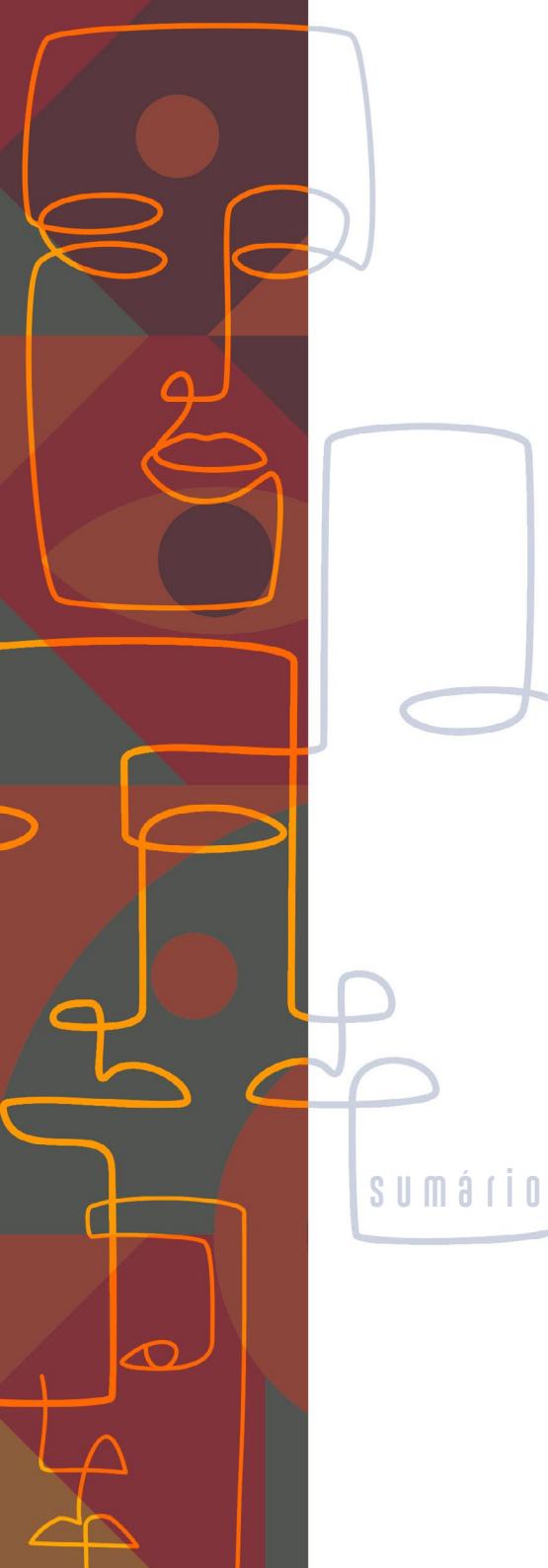
sistema de valoração econômica adequado à sustentabilidade do meio ambiente" (PACHECO, 2002, p.8). Tal perspectiva não vai de encontro à um desenvolvimento econômico, pelo contrário, busca caminho de relações econômicas que respeitem e integrem as diferentes sociedades e formas de vida nesse processo.

Essa percepção compactua com o Bem Viver quando este proporciona reflexões, explorando novas perspectivas criativas nas ideias e nas práticas, Gudynas (2011). Romper com práticas antropocêntricas e andropocêntricas requer reflexões criativas, pois estamos habituados com o sistema vigente. Mudar, porém, significa ressignificar essas práticas. E tanto no Bem Viver como no Ecofeminismo há esse caminho de reconfiguração em que as diversas formas de vida são respeitadas, valorizadas e inseridas no processo. Acosta (2016) fala acerca dessas propostas que foram invisibilizadas por muito tempo, mas que têm chegado um momento de buscarmos relações alternativas e criativas que nos ensinem novas formas de interações humanas e da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos no final desse ensaio, percebemos o quanto ainda temos que avançar para alcançar uma compreensão mais completa do Bem Viver e do Ecofeminismo.

Na aproximação do conceito do Bem Viver entendemos que este trata-se de uma prática milenar dos povos indígenas, e enquanto conceito sistematizado está ainda numa fase inicial. Trata-se de uma narrativa latino-americana, se configurando como uma Epistemologia do Sul que defende a ideia de harmonia entre os seres humanos e outras formas de vida. O Bem Viver nos mostra que é possível experiências de vida guiadas pela não exploração dos elementos da natureza.



Sobre o Ecofeminismo, percebemos que este se origina do feminismo e da crise ambiental do final do século XX, frisando que a luta de gênero e ambiental deve ser realizada em consonância. Denuncia uma prática androcêntrica que tem matado mulheres ao longo de séculos, como também a prática antropocêntrica que tem explorado os recursos naturais em benefício da vida humana. Ambas as violências estão interligadas e se retroalimentam. O Ecofeminismo propõe a ruptura com essas práticas em vistas a uma realidade de vida equitativa para todas e todos.

Como características comuns entre Bem Viver e Ecofeminismo, selecionamos três: o respeito a todas as formas de vida, as ideias para a coletividade, e o aspecto revolucionário que está presente em ambas categorias epistemológicas. Nos dois conceitos há esse caráter de valorização da vida para além da vida humana, colocando a natureza como sujeito de direito. O Ecofeminismo e o Bem Viver expõem que todos e todas estão interligados, que são partes de um todo e que isso só reforça a necessidade de um espírito coletivo nas relações que precisamos desenvolver. E fica evidente para o presente texto o quanto o Bem Viver e o Ecofeminismo são ideias progressistas que defendem mudanças radicais nas mais diversas interações humanas, colocando o respeito de gênero e ambiental.



Percebemos o quanto o Bem Viver e o Ecofeminismo têm em comum, e o quanto ambos defendem uma concepção de vida mais saudável e equitativa. Tais temáticas têm atraído nosso interesse, principalmente aos aspectos educativos. Como a educação se insere nessas temáticas tem sido alvo dos nossos estudos, pois defendemos que a educação é um caminho para a construção dessa realidade que o Bem Viver e o Ecofeminismo nos propõem.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.
- AGRA, M. X. *Ecología y Feminismo*. Granada: Ecorama, 1998.
- APPOLINÁRIO, F. *Metodología da ciéncia: filosofia e prática da pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- AYMA, E. M. Prólogo. In: FARAH, I.; VASAPOLLO, L. (coord.). *Vivir Bien: ¿Paradigma no capitalista?* La Paz, Bolívia: Plural editores, 2011, p. 9-10.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo. Fatos e mitos*. São Paulo- SP: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- CÉSPEDES, D. C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. *América Latina en Movimiento*: Sumak Kawsay: recuperar el sentido de vida, Quito, n. 452, p. 8-13, fev. 2010.
- FERNÁNDEZ, B. Educación popular y “buen vivir”: interacciones en lo pedagógico. *Revista Internacional sobre Investigación en Educación Global y para el Desarrollo*, n. 10, p. 15- 28, 2016.
- FOLADORI, G; Avanços e Limites da Sustentabilidade Social. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.
- GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo queer. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, p. 197-223, 2011.
- GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista*. São Paulo. Olho dágua, 1997.
- GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en Movimiento*, Quito, n. 462, p. 1-20, 2011.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LARREA, A. M. El buen vivir como alternativa civilizatória. In: ENDARA, G. *Post- crecimiento y buen vivir: propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables*. Quito: Friedrich-Ebertstiftung (FESILDIS), 2014.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARGULIS, Lynn. Evolução da célula: a célula eucariótica como comunidade microbiana. *Arbor*, v. 120, n. 472, p. 13, 1985.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ambientalismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de avaliação*. 2009.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PULEO, Alicia H. Liberdade, igualdade, sustentabilidade. Por um ecofeminismo esclarecido. *Isogoría*, n. 38, p. 39-59, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.

LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, UNESCO, 2000.

SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almeidina, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Joan Scott. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia*. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

STROMQUIST, N. In search of the good life: promises and challenges of Buen Vivir for knowledge, education, and gender. In: AMAN, R.; IRELAND, T. (eds.). *Educational alternatives in Latin America: new modes of counter hegemonic learning*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2017, p. 39-62.

WARREN, Karen. El poder y la promesa de un feminismo ecológico. In: Agra, María Xosé (Comp.). *Ecología y feminismo*. Granada: Ecorama, 1998. p.117-147.

ZAFFARONI, E. R. La historia de los derechos humanos en América Latina. In: OLGUÍN, L. (coord.). *Educación y derechos humanos: una discusión interdisciplinaria*. Buenos Aires: IIDH, 1989, p. 21-880.



9

MIGUEL MELO IFADIREÓ

JOSÉ HERMÓGENES MOURA DA COSTA

PERFORMATIVIDADES DE GÊNERO DOS ORIXÁS SOB O FOCO DA DIVERSIDADE

INTRODUÇÃO

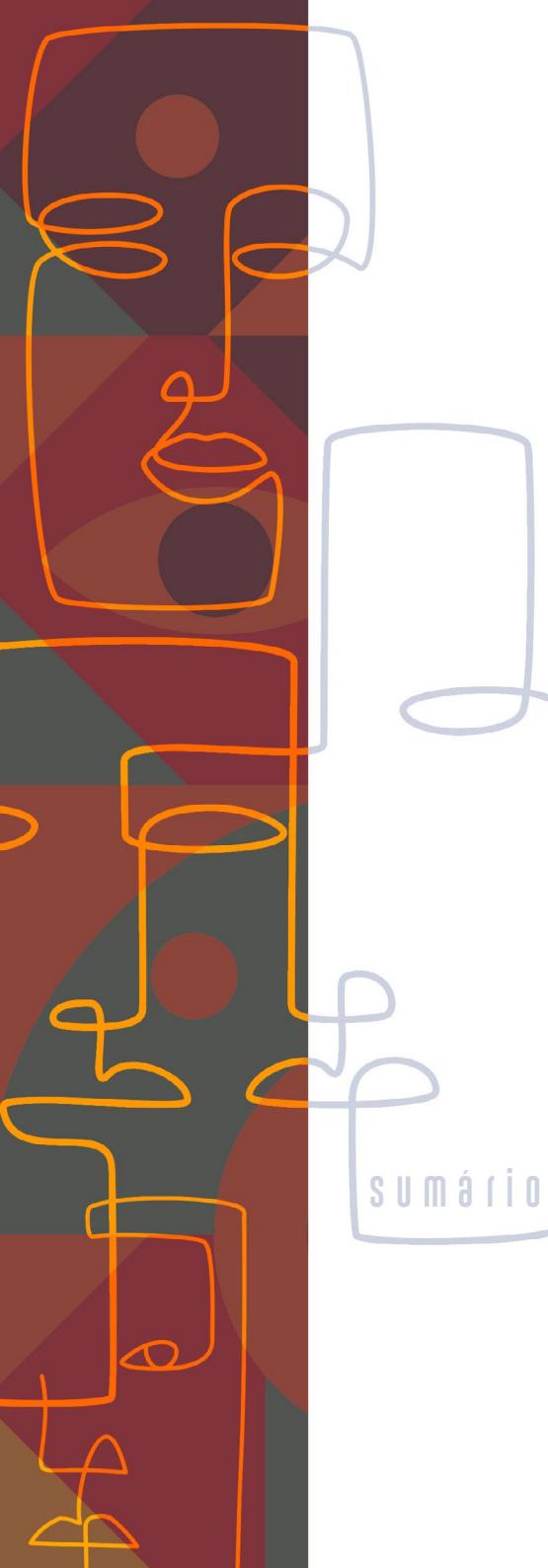
Estudos sobre representação de gênero nas religiões de matrizes africanas – Candomblé (Ketou, Angola/ Kongo e Jeje), Ifá, Umbanda e Quimbanda – e nas religiões de matrizes indígenas – Jurema, Pajelança e Catimbó – ganharam importante visibilidade, principalmente nas últimas décadas, por parte de pesquisadores afiliados a distintos programas de pós-graduação stricto sensu do Brasil. Destaca-se que, muitos destes pesquisadores são advindos de movimentos sociais específicos ou simpatizantes, a saber: movimentos negros, movimento negro feminista, movimento contra a intolerância e/ ou movimento contra o racismo religioso no Brasil.

Através da pesquisa de gênero, emergiu do movimento de mulheres e, subsequentemente, o movimento de mulheres negras, os quais abordam, no Brasil, questões problemas relacionadas ao gênero social e ao culturalmente adquirido. No campo religioso, podemos abordar outras peculiaridades específicas sobre as performatividades presentes no cotidiano de vivências de mulheres negras, como por exemplo, as relações de gênero atribuídas às Obinrin Orisas/ Àiyágbás¹⁶ (Orixás femininas) e aos Okunrin Orisas/ Òrògbós¹⁷ (Orixás Masculinos) do panteão africano de matriz Yorubá.

Por conseguinte, ressalta-se que, no contexto de crescente emancipação do gênero feminino, através de movimentos que tentam dissolver, cada vez mais, a compreensão clássica em torno da tensão de gênero e seus programados papéis sociais entre mulheres e homens, objetivamos aqui, fomentar a discussão com foco nos “*Itans*” (mitos) presentes na cultura religiosa do panteão

¹⁶ Neste sentido ver Obinrin Orisas (FAKINLEDE, 2003, p. 158). Muito embora, também sejam chamadas por “iyá àgbà; iyáàgbà” na diáspora afro-brasileira do Candomblé de Ketou.

¹⁷ Neste sentido ver Okunrin Orisas (FAKINLEDE, 2003, p. 246). Muito embora, também sejam chamados por “Bàbá àgbà; Bábáàgbà” na diáspora afro-brasileira do Candomblé de Ketou.



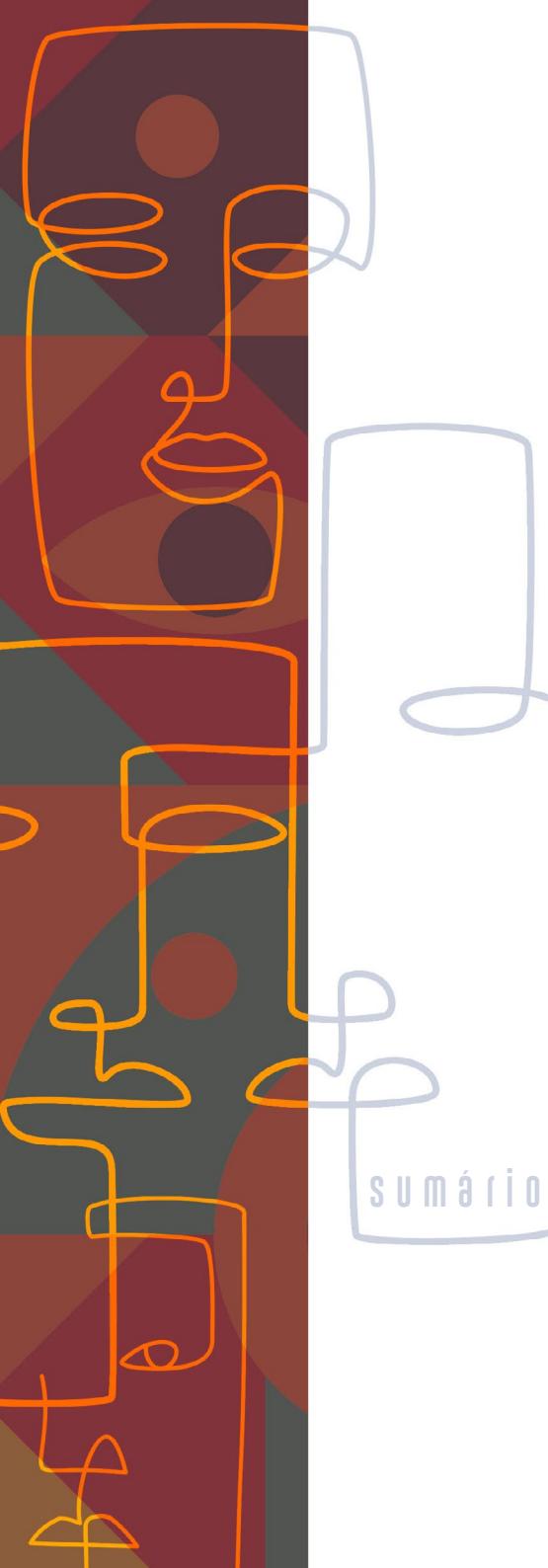
Iorubá da diáspora brasileira do Candomblé da Nação de Ketou, através da analítica em torno das relações e papéis de gênero atribuídas nas interações entre os Orixás.

Na contemporaneidade, vemos uma profusão de estudos dedicados a refletir acerca das performatividades dos Orixás e seus arquétipos, com destaque a importância para a compreensão das influências do patriarcado na conformação dos comportamentos/papéis de gênero entre fiéis e praticantes da religiosidade ancestral afro-brasileira. Neste sentido, parece haver um crescente aumento do interesse pelas representações de gênero nos terreiros de Candomblé, Ifá, Umbanda, Quimbanda entre outras religiões não hegemônicas e presentes na conjuntura socio-antropológica brasileira.



Este profícuo campo de produção acadêmica, advindo, principalmente, da atuação de jovens pesquisadores, em termos teóricos e metodológicos, pode servir à solidificação e transformação da pretagogia na pesquisa afro-brasileira. Nessa perspectiva, a imagem da masculinidade dos Orixás “Okunrin Orisas”, expressa nos “*Itans*”, pode ser indagada de pelo menos duas maneiras: a) nos leva a refletir sobre os estereótipos de gênero existentes nos “*Itans*” dos Orixás, os quais tendem a manter essa lógica de (suposta) submissão da mulher, de reafirmação da dominação do masculino sobre o feminino, (re)ativando, cotidianamente, tais estruturas de pensamento nas mentes dos fiéis e destinatários da crença religiosa; b) remete também à questão dos papéis de gênero, o “ser homem” e o “ser mulher”, reafirmados nas expectativas de performances comportamentais do masculino e do feminino, também nas espacialidades e territorialidades mágicas da africanidade nos terreiros de candomblé, enquanto expressão de processos de identificação social presentes no sistema social geral.

Por conseguinte, o nosso objetivo é refletir em que medida a mitologia dos Orixás reproduz o tema da masculinidade e da feminilidade. Importante destacar, não temos a pretensão de esvaziar o tema, apenas



serão apontados alguns elementos ainda pouco refletidos no cotidiano pretagógico brasileiro. Em adição a isto, a presente comunicação pode contribuir com o avanço, preenchendo lacunas importantes, dos estudos de etnogênero e etnosexualidade no Brasil.

No que tange a relevância do debate, assentados na consideração dos aspectos socioantropológicos no campo dos estudos de etnogênero, ainda negligenciados por algumas abordagens das ciências humanas, nos interessa compreender melhor a construção dos papéis de gênero, através da problematização dos modos como os arquétipos dos Orixás, retratados na mitologia religiosa afro-brasileira, reproduzem padrões retóricos (na retórica textual e visual) da dominação do masculino sobre o feminino. Afinal, quais medos, estereótipos, performances e expectativas de papéis de gênero são construídos nos ideais de masculinidade e feminilidade dos Orixás, de que modo tais construções podem influenciar os comportamentos dos seus fiéis?

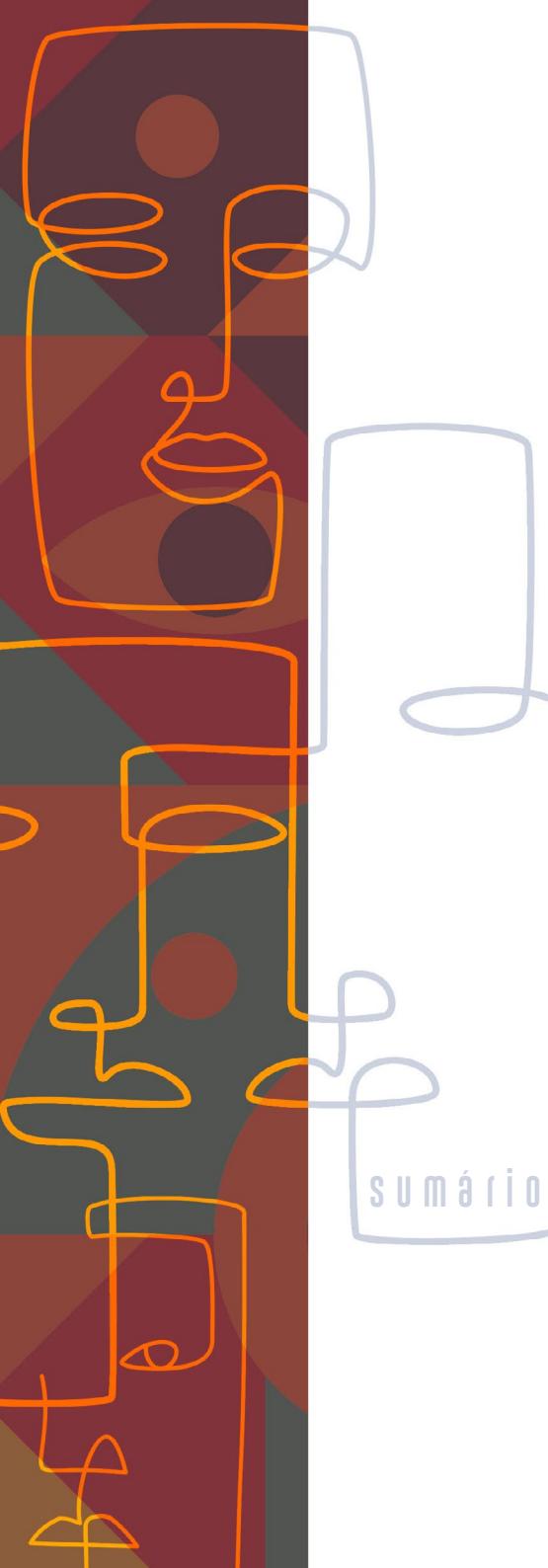
Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em uma revisão de literatura de cunho histórico-descritivo. Portanto, trata-se de pesquisa eminentemente qualitativa, descritiva exploratória. Através das leituras bibliográficas e exploração de trabalhos realizados em campo, nos deparamos com teses, dissertações e artigos, que nos remetem a outros horizontes, demonstrando sim, a necessidade de compreender as performatividades em relação ao gênero com foco na cosmovisão africana e afrodescendente. Em relação à revisão de literatura que fundamenta teoricamente o estudo, destacam-se conceitos, tais como, “performatividade” de Judith Butler (2002), “pretagogia” de Sandra Petiti (2015), além de estudos específicos na área das religiões de matriz africana, como “Mitologia dos Orixás” de Reginaldo Prandi (2001;2003) e “Lendas Africanas dos Orixás” de Pierrer Fatumbi Verger (1999).

INTESECCIONANDO AS CATEGORIAS “PERFORMATIVIDADE” E “PRETAGOGIA”

Com o intento de refletir sobre as performatividades de gênero dos Orixás, em termos teóricos, o presente ensaio parte de duas considerações iniciais: a) as formulações críticas da sociologia de Judith Butler (2002) em relação ao regime heterossexual, este sempre apresentado como o original/normal para o mundo (heteronormatividade); b) este constructo sustenta as representações sociais do patriarcado reproduzidas no panteão da cultura tradicional iorubá e da diáspora afro-brasileira, visto que essa matriz heterossexual, do mesmo modo, irá justificar o gênero como biológico, apoiando-se na perspectiva do biologismo.

Sob um olhar crítica de tais construções sociais, o conceito de performatividade de gênero e subversão da identidade, presentes no livro “Gender trouble” de Judith Butler (2002), terá grandes repercussões na sociedade da época, ainda eminentemente eurocêntrica e heteronormativa. A abordagem teórica de Butler vai de encontro a tradição do pensamento social moderno, principalmente por estar embasada na produção de um pensamento desestrutivista, feminista e pós-moderno. Fato este que, para Butler, induz a constatação de que a performatividade é recheada por nuances e dispositivos de poder e de saber-poder que indica posições hegemônicas e discursos acadêmicos sobre o gênero e o sexo, como ressalta Michel Foucault (1986; 1985).

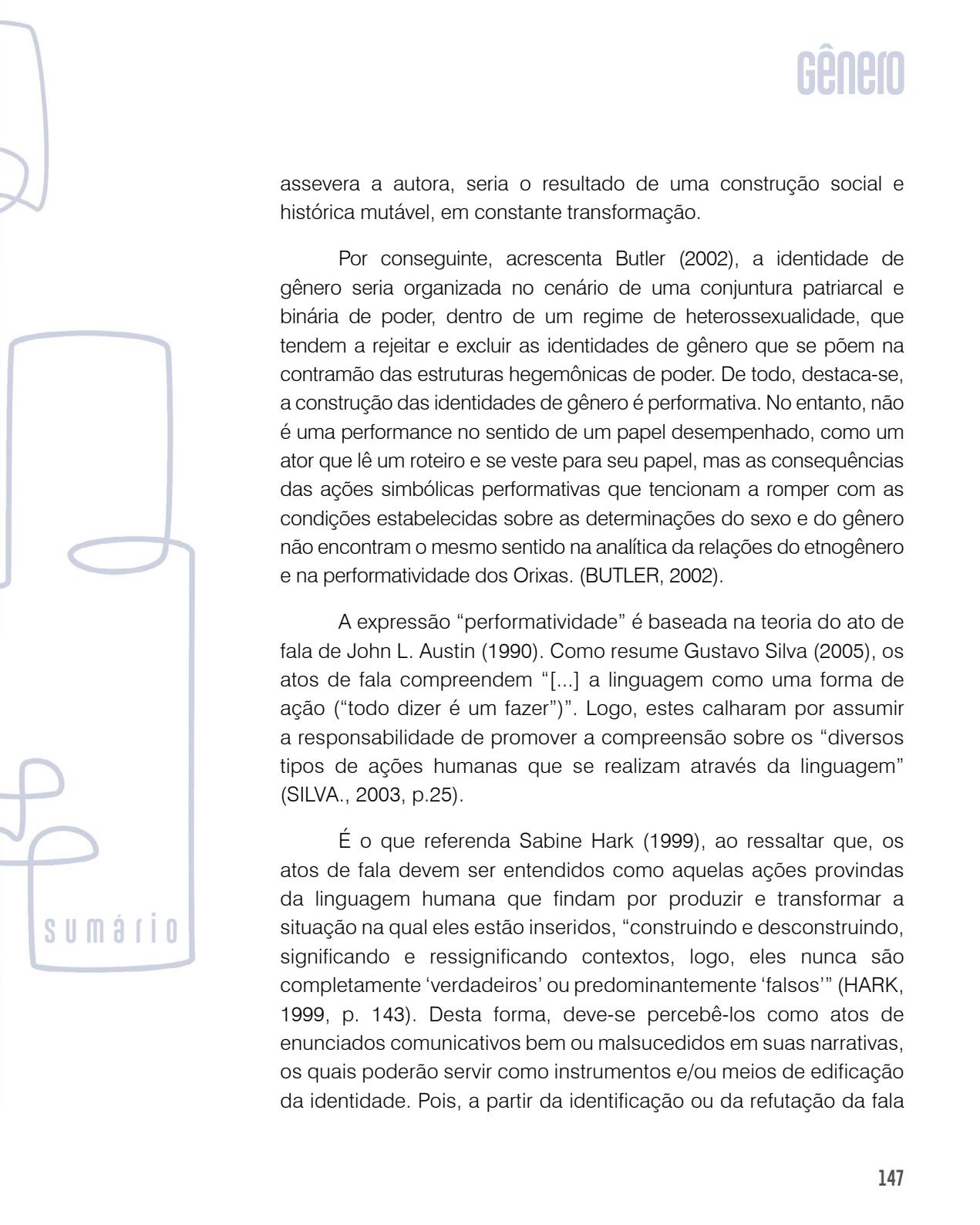
A instigante abordagem de Butler (2002), “Gender as Performance”, nos desafia, por um lado, a perceber o gênero como espécie de *performance*; por outro lado, leva a constatação da necessidade do sujeito a parodiar a hegemonia da matriz heterossexual, ou seja, quando propõe a reflexão sobre a dicotomia no feminismo entre o “sexo”, o “gênero biológico” e o “gênero social”. Este último,



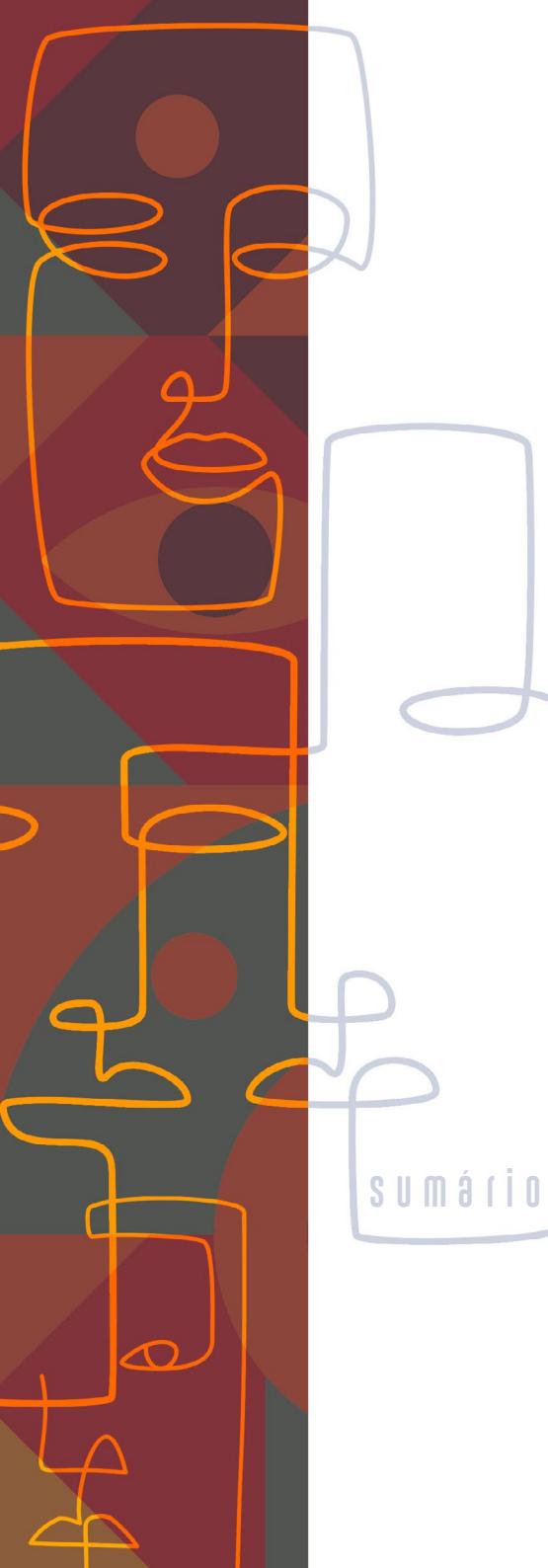
assevera a autora, seria o resultado de uma construção social e histórica mutável, em constante transformação.

Por conseguinte, acrescenta Butler (2002), a identidade de gênero seria organizada no cenário de uma conjuntura patriarcal e binária de poder, dentro de um regime de heterossexualidade, que tendem a rejeitar e excluir as identidades de gênero que se põem na contramão das estruturas hegemônicas de poder. De todo, destaca-se, a construção das identidades de gênero é performativa. No entanto, não é uma performance no sentido de um papel desempenhado, como um ator que lê um roteiro e se veste para seu papel, mas as consequências das ações simbólicas performativas que tencionam a romper com as condições estabelecidas sobre as determinações do sexo e do gênero não encontram o mesmo sentido na analítica da relações do etnogênero e na performatividade dos Orixas. (BUTLER, 2002).

A expressão “performatividade” é baseada na teoria do ato de fala de John L. Austin (1990). Como resume Gustavo Silva (2005), os atos de fala compreendem “[...] a linguagem como uma forma de ação (“todo dizer é um fazer””). Logo, estes calharam por assumir a responsabilidade de promover a compreensão sobre os “diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem” (SILVA., 2003, p.25).



É o que referenda Sabine Hark (1999), ao ressaltar que, os atos de fala devem ser entendidos como aquelas ações provindas da linguagem humana que findam por produzir e transformar a situação na qual eles estão inseridos, “construindo e desconstruindo, significando e ressignificando contextos, logo, eles nunca são completamente ‘verdadeiros’ ou predominantemente ‘falsos’” (HARK, 1999, p. 143). Desta forma, deve-se percebê-los como atos de enunciados comunicativos bem ou malsucedidos em suas narrativas, os quais poderão servir como instrumentos e/ou meios de edificação da identidade. Pois, a partir da identificação ou da refutação da fala

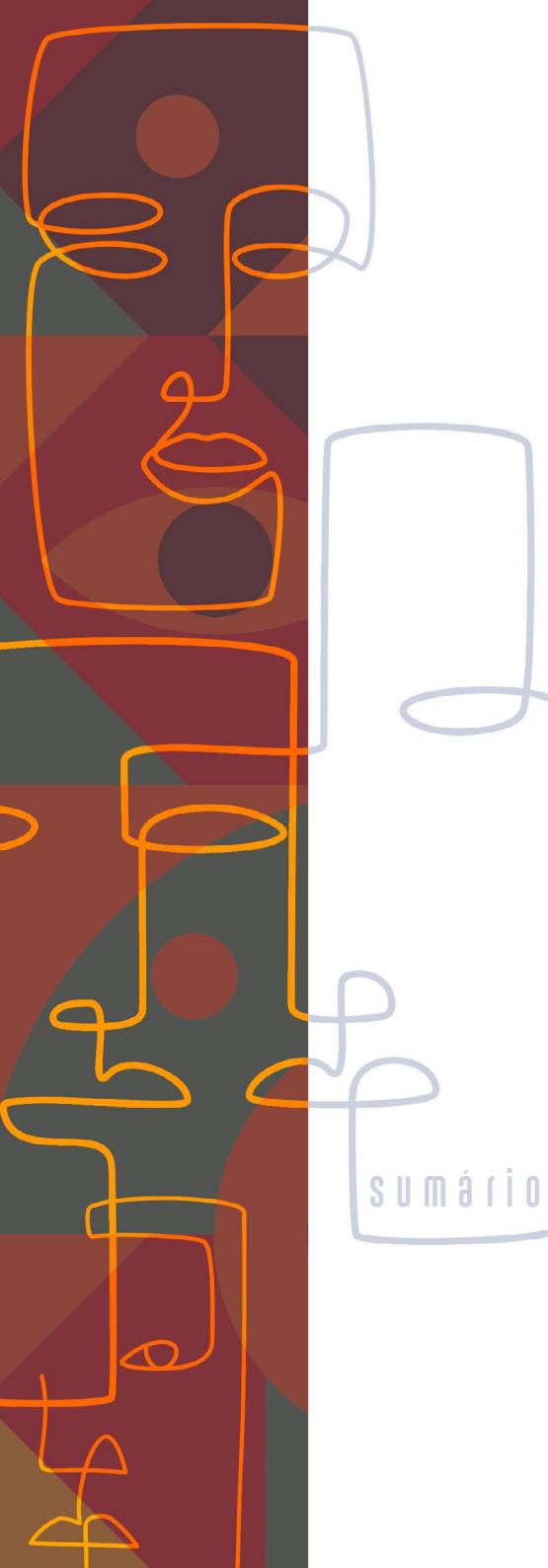


entre os sujeitos envolvidos na comunicação – a partir dos atos de enunciados de fala – poderá ser dado início aos constructos de identidade (HARK, 1999).

Esta distinção será, então, crucial para consolidação da política de identidade, que se baseia nas interações simbólicas entre estes atos de fala, ou seja, pela interação com os enunciados de fala, a saber constatativos e performativos. (MATOS, 2017; MARCONDES, 2003). No que concerne a isto, percebe-se a partir de John Austin a existência de dois tipos de enunciados: os constatativos e os performativos. Sendo assim, acrescenta-se que, os primeiros atos “descrevem ou relatam um estado de coisas, e que por isso, se submetem ao critério da verificabilidade, isto é, podem ser rotulados de verdadeiros ou falsos”; já os performativos acentuam “enunciados que não descrevem, não relatam, nem constatam absolutamente nada, e, portanto, não se submetem ao critério de verificabilidade (não são falsos nem verdadeiros)” (SILVA, 2005, p. 260).

Neste caminho, Judith Butler (2002) nos ensina que a produtividade dos arquivos de fala caracteriza mecanismos da subjetividade humana, principalmente, por manter vivo e dar vida as performances advindas das falas. Por conseguinte, a autora ensina que os atos linguísticos produzem não apenas esboços do corpo – educando-os –, mas também acentuam as divergências performativas acerca das identidades de gênero, cerceando assim, a identidade soberana dos sujeitos envolvidos no processo. Por certo, a autora nos leva a perceber que os atos de fala “materializam performatividades”, relações de poder e de saber-poder, governando assim, as relações subjetivas, recriando, ressignificando e às vezes tornando subversivas as condutas individuais e/ou coletivas (BUTLER, 2002).

Dentro desta perspectiva de que as performatividades - mesmo que em contextos de arbitrariedades da fala ou das falas - podem levar a subversão dos atores envolvidos, subentende-se que o conceito de

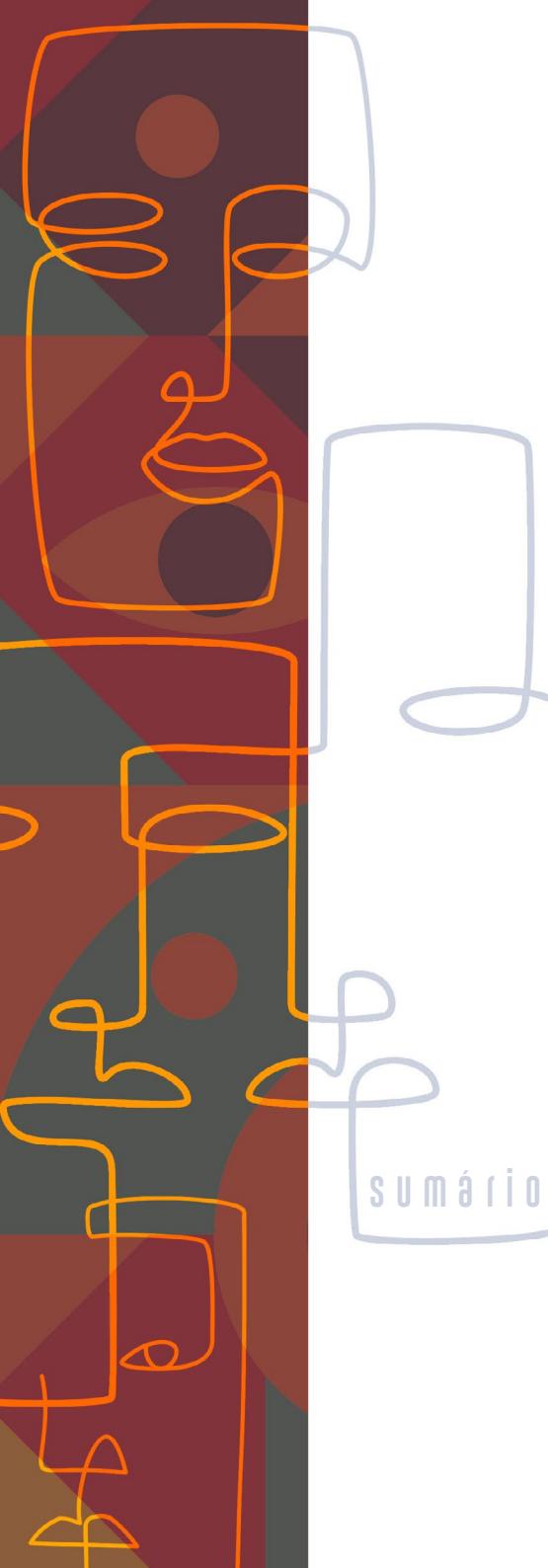


performatividade é, em Butler, ampliado, principalmente, a partir das contribuições de Derrida e sua crítica à perspectiva austiana sobre os enunciados performativos e sua funcionalidade a partir da participação (in)consciente do locutor na interação comunicativa. Butler percebe que comunicação nem sempre é sinalizada pela rigidez ou pela aderência à fixação do discurso entre locutor e receptor (MATOS, 2019).

Ao lado desta constatação de Derrida, recuperada por Butler (2002), percebe-se assim como, a forma e os mecanismos de comunicar-se em sociedade, as performatividades, são práticas históricas, e, exatamente, por serem históricas, estarão sempre em constante transformação. Por certo, assim, como não se pode impor rigidez nos discursos, verifica a autora, a ideia de identidade e identificação discursiva de gênero e de sexo, também acompanhará este processo de transformação, de constante reinterpretation das categorias - arranjadas, disseminadas e criadas – por estes distintos cenários a ela [performatividades] relacionadas.

A abordagem teórico-metodológica da Pretagogia, “Pedagogia Preta”, é proposta como instrumento que visa a ressignificação dos processos socio-históricos-jurídicos e pedagógicos que, em favor da literatura escrita da tradição ocidental, levaram a inferiorização da literatura advinda da oralidade da tradição africana como mecanismo de transmissão cultural e dos saberes a ela vinculados. É perspectiva que se impõe, de modo crítico/propositivo, ante os processos de não valorização dos saberes “pedagógicos de pretos”, advindos e transmitidos pela oralidade, marcada pela difusão do conhecimento geracional “dos mais velhos para os mais novos”.

Nesta visada crítica, a Pretagogia se põe na transversalidade do pensamento social dominante e sua racionalidade eurocêntrica, ainda hegemônica, excludente, tanto na academia (universidade), quanto na educação básica, as quais vem negligenciando, não raro deslegitimando, há séculos, as heranças culturais, os



saberes e conhecimentos advindos de estruturas não formais, cujo alicerce epistemológico encontra recursos para a construção da aprendizagem nas experiências vividas:

Existia uma contradição na filosofia ocidental, quando esta se considerava a mais autoconsciente de todas as disciplinas intelectuais, mas presumia ao mesmo tempo, que algumas filosofias não ocidentais podiam ser desprovidas dessa consciência de si mesmas (HOUTONDJI, 2008, p. 150).

Destaca-se, neste cenário, o abandono às metodologias e/ou disciplinas de ensino para a aprendizagem que, devido à diferença, fujam aos padrões das tradicionais propostas pedagógicas e matrizes curriculares de ensino:

Quando falamos de estudos africanos, normalmente estamos a referir-nos não apenas a uma disciplina, mas a todo um leque de disciplinas cujo objeto de estudo é África. Entre estas incluem-se, frequentemente, disciplinas como a “história africana”, “antropologia e sociologia africanas”, “línguística africana”, “política africana” etc. [...] Na verdade, partimos do pressuposto de que estas disciplinas estão de algum modo interrelacionadas e temos boas razões para o fazer. [...] um bom conhecimento do presente e da lógica dos acontecimentos na vida actual pode oferecer pontos de vista úteis para compreender o passado. Assim, a sincronia remete para uma diacronia e vice-versa. (HOUTONDJI, 2008, p. 151).

Diante de tal cenário, a educação brasileira reproduziu, durante um considerável período de sua história – ao menos do século XIX até meados do século XX –, as estruturas de exclusão de todo pensamento social que fugisse ao padrão de conhecimento eurocêntrico. A despeito da existência/resistência de metodologias de ensino e aprendizagem, eminentemente pretagógicas, frente às ideologias e epistemologias assentadas no discurso de dominação, os referenciais africanos e afrobrasileiros foram sistematicamente negligenciados, relegados a segundo, através de leituras enviesadas, no prisma do colonizador. Não raro, esquecidos e silenciados

tanto pela história oficial – que representava o interesse das elites dominantes, calando a voz dos grupos dominados –, quanto pelas teorias da aprendizagem da educação.

Ao denunciar e desconstruir as propostas hegemônicas da educação ocidental, seu caráter eurocêntrico e universalista, a abordagem teórica pretagógica (Pedagogia Preta) nos alerta para o imperativo de outros olhares sobre a realidade, a partir de uma perspectiva alternativa, afrocentrada. A História, assim como a história da educação, não pode ser construída apenas sob as “lentes” pedagógicas do dominador. Como aponta Sandra Petit (2015), a Pretagogia tem como objetivo a edificação de todo um “referencial teórico-metodológico” com vistas a constituição de uma:

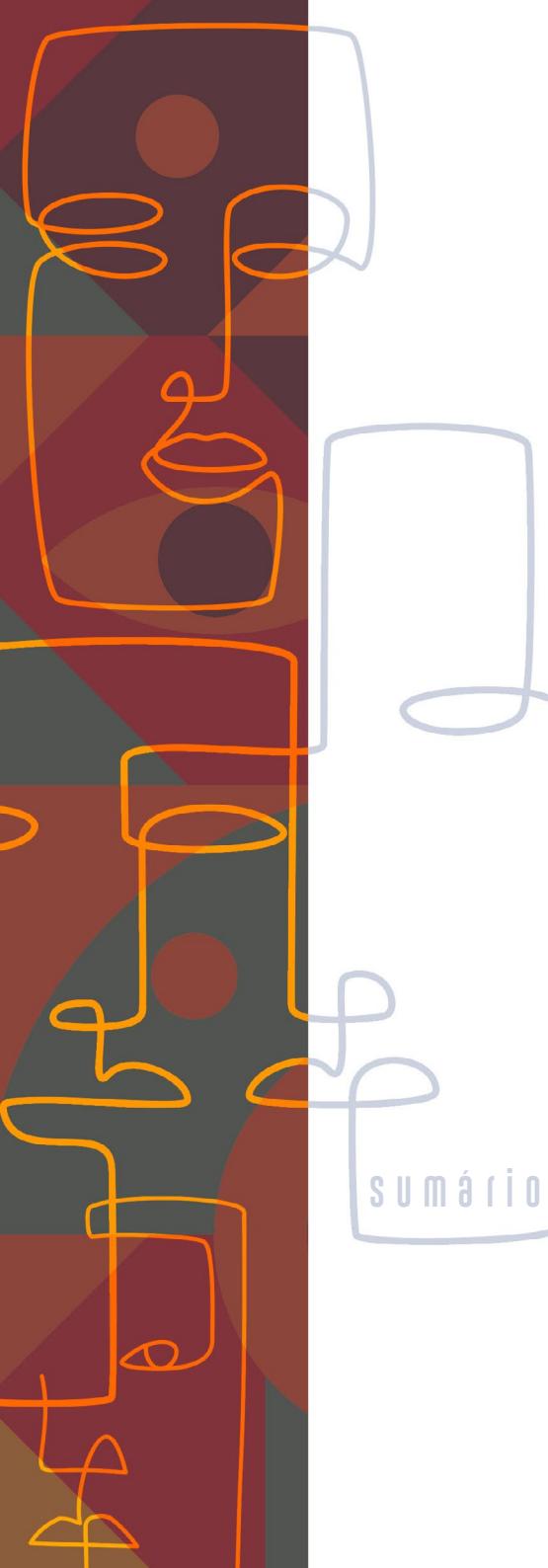
[...] abordagem afrocentrada para formação de professores/as e educadores/as de modo geral. Parte dos elementos da cosmovisão africana, porque considera que as particularidades das expressões afrodescendentes devem ser tratadas com bases conceituais e filosóficas de origem materna, ou seja, da mãe África. Dessa forma, a Pretagogia se alimenta dos saberes, conceitos e conhecimentos de matriz africana, o que significa dizer que se ampara em um modo particular de ser e de estar no mundo. Esse modo de ser é também um modo de conceber o cosmos, ou seja, uma cosmovisão africana (PETIT, 2015, p. 120).

Raúl Ruiz Altuna (1993) aparece como referência fundamental à constituição do pensamento pretagógico de Sandra Petit (2015). Através das provocações de Altuna, Petit despertará para toda riqueza advinda da literatura da oralidade da cultura africana, obliterada pela historicidade da educação formal, que replica a racionalidade eurocêntrica, desprestigando, assim, toda uma vasta gama de matrizes culturais, desvalorizadas ao destoarem da província de humanidade eurocentrada, ainda hegemônica. Matrizes culturais pretas tais como:

Fórmulas rituais (orações, invocações, juramentos, bençãos, maldições, fórmulas mágicas, títulos e divisas); textos didáticos (provérbios, adivinhas, fórmulas didáticas, cânticos e poesias para crianças); histórias etiológicas (explicações populares do porquê das coisas, evolução das coisas até o estado atual); contos populares (história só pra se divertir); mitos (todas as formas literárias que utilizam símbolos; a poesia variada (amor, compaixão, caça, trabalho, prosperidade, oração); poesia oficial (histórica, privada, comemorativa, poesia culta, ligada às castas aristocráticas e senhorias; poesia cantadas nos ritos religiosos e mágicos, em cerimônias de sociedades secretas, em ritos fúnebres, poesia que interpreta os mistérios da vida e da morte; poesia popular, cantada nos jogos e em volta do fogo, transmissora de ensinamentos morais e históricos; narrações históricas (listas de pessoas e lugares, genealogias, histórias universais, locais e familiares). (ALTUNA, 1993 apud PETIT, 2015, p. 112).

Por fim, acrescenta-se que, a ideia da Pretagogia nasce de experiências pedagógicas na educação, usada, inicialmente, em forma de suporte para a perpetuação da tradição e da literatura oral africana, repassando através destes, os valores, os signos, os significados, as representações e práticas sociais da cosmovisão africana. Por conseguinte, cabe destacar este caráter de adesão/proposição de/a mecanismos de resistência, que culmina na colocação da Pretagogia como protagonista, em contextos de desvalorização cultural da oralidade advinda das diásporas africanas. A reivindicação de uma Pretagogia, ao apontar um caminho à desconstrução do etnocentrismo ocidental, de matriz judaico-cristã, universalista, ressalta o imperativo de re-significar, revalorizar, re-representar, re-divulgar, reconstruir processos históricos, socioculturais, “obscurecidos pelo ódio, pelo preconceito, pela discriminação, pelo racismo” (MELO, et. al., 2018, p. 200). Enquanto abordagem teórica-metodológica, a Pretagogia se coloca na transversalidade do projeto colonizador, ressignificando, tanto os atos de fala, quanto as performatividades da discriminação étnico-racial e discursos de dominação, ainda estruturantes do pensamento social e pedagógico brasileiro.

PERFORMATIVIDADES DOS ORIXAS NO CAMPO DE TENSÃO ENTRE ESTEREÓTIPOS E IMAGENS DE GÊNERO



No contexto de inspiração pretagógica, no tocante às religiões de matriz africana, ao buscarmos fundamentação antropológica nos trabalhos de Pierre Fatumbi Verger (1997) e Reginaldo Prandi (2001), teremos evidências etnográficas de que, em algumas lendas e mitos da diáspora iorubá afro-brasileira, apesar dos indícios do predomínio da hegemonia da norma circundante heteronormativa, os Orixás apresentam condutas que vão de encontro às expectativas de papéis de gênero dominantes, “desviando”, e às vezes ridicularizando as normas heterossexuais. Não obstante, o regime heterossexual não necessariamente será dissolvido nas condutas específicas de todo panteão. A bem da verdade, o “suposto gênero duplo” – masculino e feminino – não parece predominante na cosmologia dos Orixás.

Contudo, ao analisar os discursos mitológicos, não podemos deixar de ressaltar o fato de que o gênero plural, frequentemente, se espraia no panteão dos Orixás. Ao destacarmos a relevância deste dado, propondo articular ao debate feminista, assentado no pensamento social ocidental, o grande desafio é a interface com a realidade da etnofilosofia africana, da diáspora decolonial, da cosmovisão afro-brasileira. Este é o grande desafio do presente ensaio, ao interseccional a teoria do gênero de Judith Butler (2002) e a Pretagogia de Sandra Petit (2015). Dentro desta cosmovisão pretagógica, edificam-se contextos específicos de performances sexuais e de gênero que fogem ao domínio da racionalidade ocidental, judaico-cristã, que estrutura a construção de posturas sexuais e performances heteronormativas.

Pois, o conteúdo dos discursos sobre o gênero, presentes na mitologia afro-brasileira, através da obra de Prandi (2001), e nas lendas,

sumário

nas interpretações de Verger (1997), podem demonstrar a preexistente dificuldade na valoração e edificação do reconhecimento da diferença. Ao mesmo tempo, estas performances são cerceadas pela lógica do patriarcado, dos simbolismos estrelados à força e as imagens do falo. De fato, podemos identificar semelhante lógica de domesticação do corpo, também da mulher-orixá. O imperativo de uma educação corporal, da internalização da performatividade do gênero feminino “Obinrin Orisas”.

Daí, cabe refletirmos sobre o fato de que, os mitos dos Orixás, a despeito da importância e protagonismo que ocupam na manutenção e resistência das culturas e tradições religiosas da matriz africana e afrodescendente, afinal, “é através deles que a pessoa se conecta com os ancestrais divinizados e os ensinamentos que eles deixaram como legado há milhares de anos” (PETIT, 2015, p. 80), os mitos, a bem da verdade, também podem contribuir para a reprodução das estruturas de dominação de gênero, através de estereótipos e imagens de submissão da “feminilidade” em relação a “masculinidade”, compreendidos à luz da analítica da dominação do Masculino sobre o Feminino.

Em Reginaldo Prandi (2001), podemos encontrar nítidos indícios de reprodução das estruturas de dominação patriarcal. Com foco na coisificação da mulher, na luta pelo poder e dominação, características próprias do patriarcado, a reprodução da dominação de gênero aparece representada na análise dos seguintes mitos: a) “Xangó rouba Iansá de Ogum” (PRANDI, 2001, p. 248); b) “Oxum dança para Ogum na floresta e o traz de volta à força” (PRANDI, 2001, p. 321); c) “Ossayin é mutilado por Orunmilá” (PRANDI, 2001, p. 160); d) “Oxumaré é morto por Xangó” (p. 228); e) “Iya Mi reconhece o poder dos homens sobre o feminino” (PRANDI, 2001, p. 357); f) “Orunmilá trava longa contenda com seu escravo Osayin” (PRANDI, 2001, p. 450).

Já em relação aos estereótipos e expectativas de gênero, com foco na proliferação da violência física e/ou psíquica direcionada à mulher, podemos destacar os seguintes mitos: a) “Xangó conquista

Oiá (Iansá) na guerra contra Ogum" (PRANDI, 2001, p. 264); b) "Xangó conquista pela força o amor de Oiá (Iansá)" (PRANDI, 2001, p. 271); c) "Obá é possuída a força por Ogum" (PRANDI, 2001, p. 314); d) "Ogum violenta e maltrata as mulheres" (PRANDI, 2001, p. 105); e) "Ogum conquista para os homens o poder das mulheres" (PRANDI, 2001, p. 106); f) "Orumilá desposa a filha de Olocum" (PRANDI, 2001, p. 458).

Ainda sobre a violência de gênero, cabe destacar que, também veremos reproduzida certa vitimização da "Obinrin Orisa" (Orixás Femininos) em relação ao "Okunrin Orisas" (Orixás Masculinos), evidências podem ser vistas nos seguintes mitos: a) "Erinlé tem a língua cortada por Iemanjá" (PRANDI, 2001, p. 128); b) "Euá atemoriza Xangó no cemitério" (PRANDI, 2001, p. 240); c) "Obá provoca a morte do cavalo de Xangó" (PRANDI, 2001, p. 316); d) "Oxum cega seus raptos" (PRANDI, 2001, p. 326); e) "Oxum mata o caçador e transforma-se num peixe" (PRANDI, 2001, p. 327).

Por fim, a edificação da identidade de gênero, a construção das performatividades do masculino e do feminino (matriz heterossexual), através da edificação de condutas sexuais hegemônicas e não hegemônicas (que fogem ao padrão e a moralidade da dicotomia da matriz heterossexual no contexto do "sexo" e da "sexualidade" dos Orixás), pode ter indicações nos mitos: a) "Ogum trai o pai e deita-se com a mãe" (PRANDI, 2001, p. 99); b) "Oxóssi mata a mãe com uma flechada" (PRANDI, 2001, p. 116); c) "Logum Edé é possuído por Oxóssi" (PRANDI, 2001, p. 140); d) "Iroko castiga a mãe que não lhe dá o filho prometido" (PRANDI, 2001, p. 164); e) "Iemanjá afoga seus amantes no mar" (PRANDI, 2001, p. 390); f) "Iemanjá seduz seu filho Xangó" (PRANDI, 2001, p. 393); g) "Oduduá constrói um abrigo para o seu amado caçador" (PRANDI, 2001, p. 428); h) "Oxagyan devolve o sexo aos homens" (PRANDI, 2001, p. 494); i) "Oxagyan encontra a madrasta Iemanjá e lhe dá um filho" (PRANDI, 2001, p. 498).

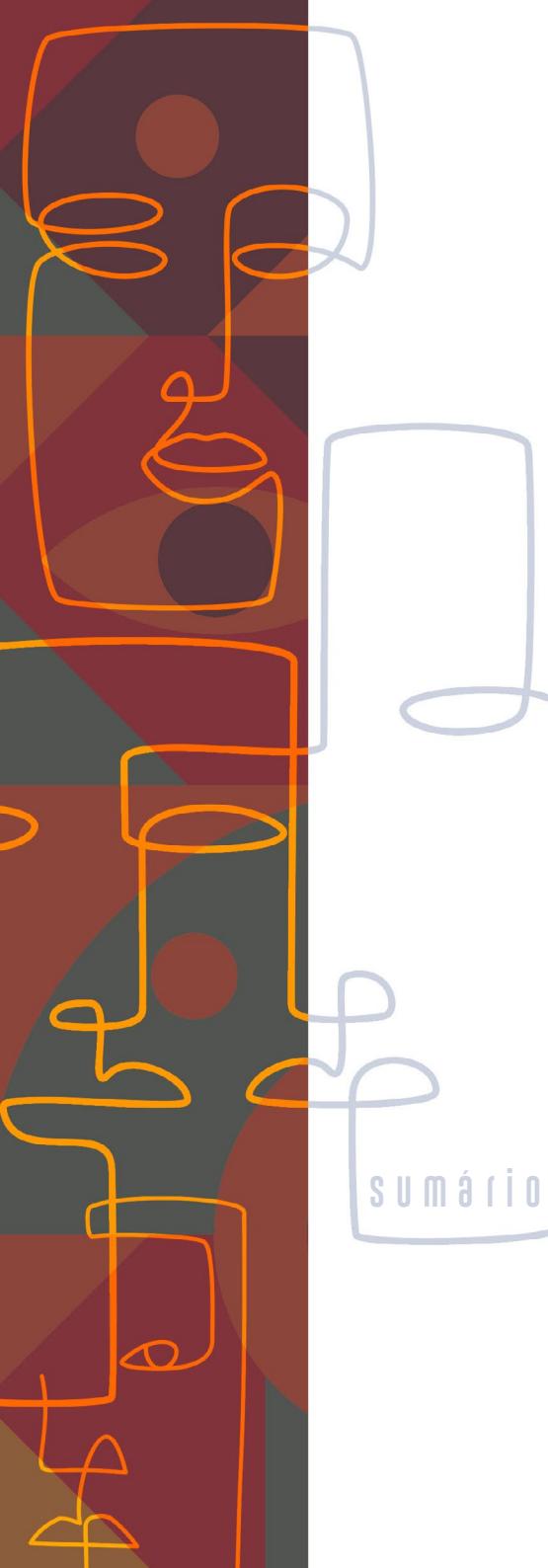
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ressalta John Austin (1990), os atos performativos realizam apenas atos de fala. Portanto, não se propõem a nomear a veracidade ou falsidade das informações contidas nos enunciados. Inspirados na discussão teórica proposta por Judith Butler (2002), tentando articular seus pressupostos ao pensamento emancipatório expresso na reivindicação de uma Pretagogia, na proposta de Sandra Petit (2015), intentamos uma reflexão sobre os atos performativos da mitologia dos Orixás apresentados nas obras de Pierre Verger (1999) e Reginaldo Prandi (2001). No exame dessa literatura, encontramos indicações de como o “Gênero” e a “Sexualidade” dos Orixás são abordados em nuances que fornecem informações sobre a “masculinidade e feminilidade”.

Em outras palavras, os atos performativos propostos nesta perspectiva intercultural, indicam as ações e as representações sociais que fornecem, na cultura tradicional iorubá africana e da diáspora afrobrasileira, os padrões da matriz heterossexual a serem percebidos pela adesão aos discursos normativos da identidade de gênero, dentro e fora dos terreiros de Candomblé ou do Ifá (Isese Lagba).

Em adição a esta perspectiva de atos de fala performativos, através do estudo das narrativas sobre a mitologia (e lendas) dos Orixás, a noção de “performatividade” de Judith Butler (2002) ganha destaque na presente comunicação. Para Butler, a ideia de performance é entendida como um “jogo”, jogo este que deve ser percebido como onipresente, solidificado a partir das repetições individuais, enraizadas na cultura hegemônica da matriz heterossexual de cada povo.

Através da ideia de performatividade de Butler (2002), podemos observar que, nas narrativas – da mitologia ou das lendas dos Orixás –, ganham importância o papel que os atos performativos de fala



exercem, tanto na edificação de comandos de nomeação dos sujeitos e suas representações, quando na descrição das circunstâncias e na execução das ações que, nos termos de da autora, poderíamos identificar como atos performativos.

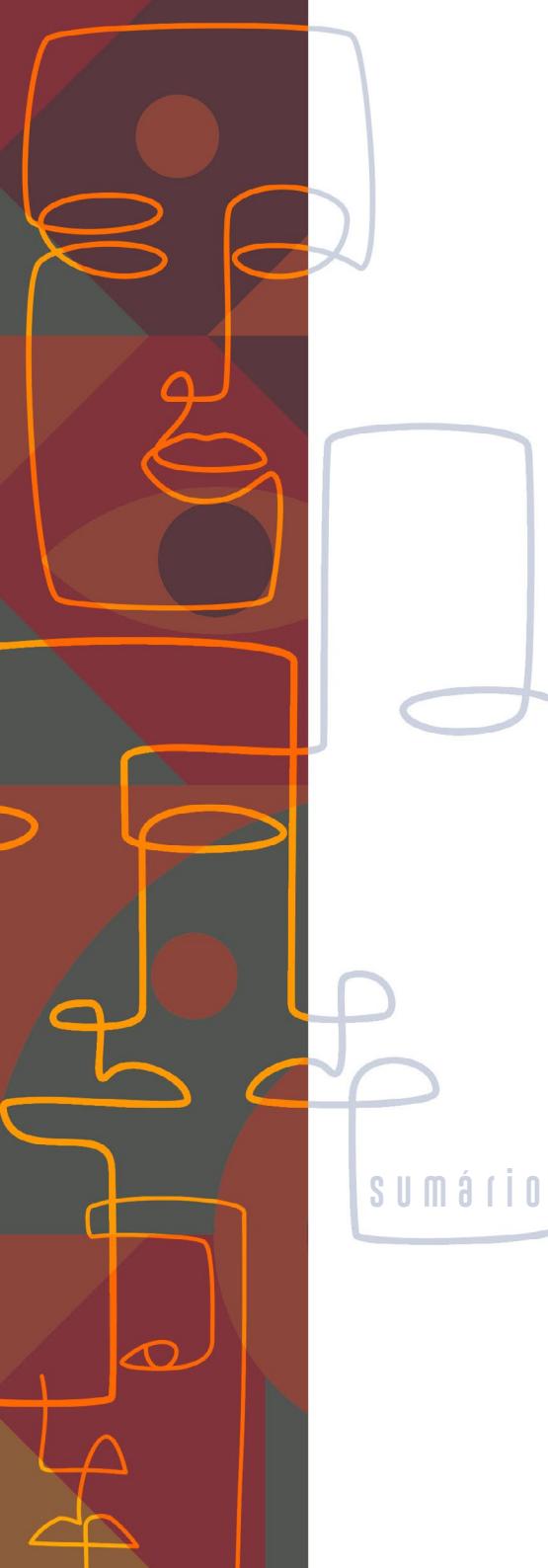
Inspirados em Butler (2002), se torna evidente a (re) produção de estereótipos e imagens de gênero, presentes na mitologia, em enredos que destacam práticas de violência física, psíquica e estrutural motivada pelo gênero (violência contra as mulheres-oxixás), como a violência de orientação sexual (violência sexual), por exemplo, direcionada por Oxóssi (Orixá-Masculino) à Logun Edé (Orixá-Masculino), bem como as violências resultantes de relações de dominação e poder, próprias do conflito constante marca do patriarcado, por exemplo, entre Xangó e Ogum, Orunmilá e Osayin e/ou Xangó e Oxumaré.

Soma-se a isto o fato de que, se foi possível verificar a restrição binária da sexualidade, além de suprimir o comportamento sexual da vítima, esta passaria a ser, através de seu comportamento *outsider*, o instrumento legitimador da violência. O que tenderia a tornar as vítimas de crimes sexuais subversivas, tanto da ordem social, quanto da ordem da cultura normativa, transformando-se em agressor e o agressor em vítima.



Já o conceito categórico de pretagogia, este contribuiria para aprofundar o estudo das performatividades dos Orixás, principalmente, ao permitir uma análise crítica da cosmovisão africana e afrobrasileira. Com foco nas representações da masculinidade e feminilidade, nos leva refletir, em termos das construções de gênero, sobre os atos performativos, presentes nos terreiros de candomblé.

No geral, nas comunidades de terreiros ainda veremos limitações quanto a questões de identidade de gênero de seus fiéis. A tendência é a reprodução dos padrões predominantes de heteronormatividade, se sobrepondo aos laços de sociabilidade e solidariedade providos da afrodiáspora e da experiência vil da escravização. Assim, destaca-se que, a religiosidade de matriz africana, ressignificada em solo

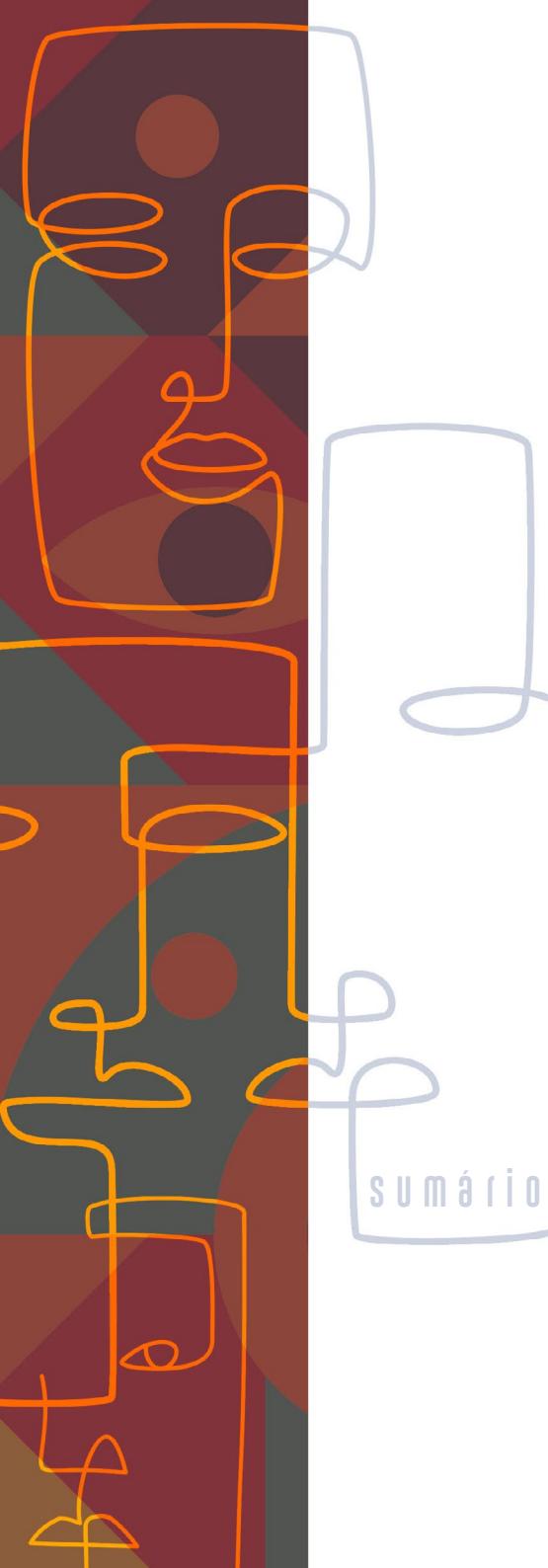


brasileiro, mesmo lutando por emancipação e valorização da cultura ancestral africana, em contextos de exclusão, rejeição, racismo e patriarcado colonial, ainda irá reproduzir o modelo de segregação e dominação de gênero próprio do patriarcado ocidental. Mesmo tendo, em sua essência ancestral e espiritual, a figura das mães de santo como fundamental para manutenção da cosmovisão da Mãe África.

Por fim, ressaltamos que, o presente ensaio de modo algum teve a intenção de promover e tornar absoluta as perspectivas aqui apresentadas, tampouco quisemos esvaziar o tema. Pelo contrário, o principal desafio foi promover uma releitura de que as relações e performances de gênero e, subsequente, de identidade de gênero, carecem de investigações no sentido de se inserir grupos de indivíduos que ainda são excluídos no universo da cosmovisão africana. Não podemos esquecer que, pessoas trans (homens e mulheres trans), bem como travestis, ainda lutam pelo respeito e inclusão nos terreiros de Candomblé brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALTUNA, Raul Ruiz de Asuá. *Cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1993.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- FAKINLEDE, Kayode J. *Yorùbá Modern Practical Dictionaray: Yorùbá- English; English- Yorùbá*. New York: Hippocrene Books, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.



FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Gruillon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

HARK, Sabine. *Deviant Subjekte. Die paradoxe Politik der Identität*. Wiesbaden: Springer Fachmedien VS, 1999.

HOUTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Tradução Inês Martins Ferreira. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80 (2008), Centro de Estudos da Universidade de Coimbra (Epistemologias do Sul), p. 49-160.

MARCONDES, Danilo. Desenvolvimentos recentes na teoria dos atos de fala. *O que nos faz pensar*, v. 13, n. 17, p. 25-39, 2003.

MATOS, Marcos Paulo Santa Rosa. Palavra, ação e intenção: o confronto pós-austiniano entre Derrida e Searle. *Prometeus Filosofia*, v. 10, n. 24, 2017.

MELO, Miguel A. S.; et. al. A morte e o morrer nas religiões de matrizes africanas sob o olhas da etnofilosofia e da pedagogia intercultural. In.: MELO, M. S.; et. al. *Ars moriendi, a morte e a morte de si: representações da morte real e simbólica sob o foco da interdisciplinaridade*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia - Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Africana na Formação de Professores e Professoras*. 1. ed. Fortaleza: Editora UECE, 2015.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Gustavo Adolfo da. Teoria dos atos de fala. *Cadernos do CNLF*, v. 1, p. 259-263, 2005.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas Africanas dos Orixás*. Tradução Maria Aparecida da Nóbrega. 5. ed. Salvador: Corrupio, 1999.



sumário



10

Milena Almeida Veloso

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

RELAÇÕES DE GÊNERO NO QUILOMBO NOVO MUNDO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS VOZES FEMININAS DA COMUNIDADE

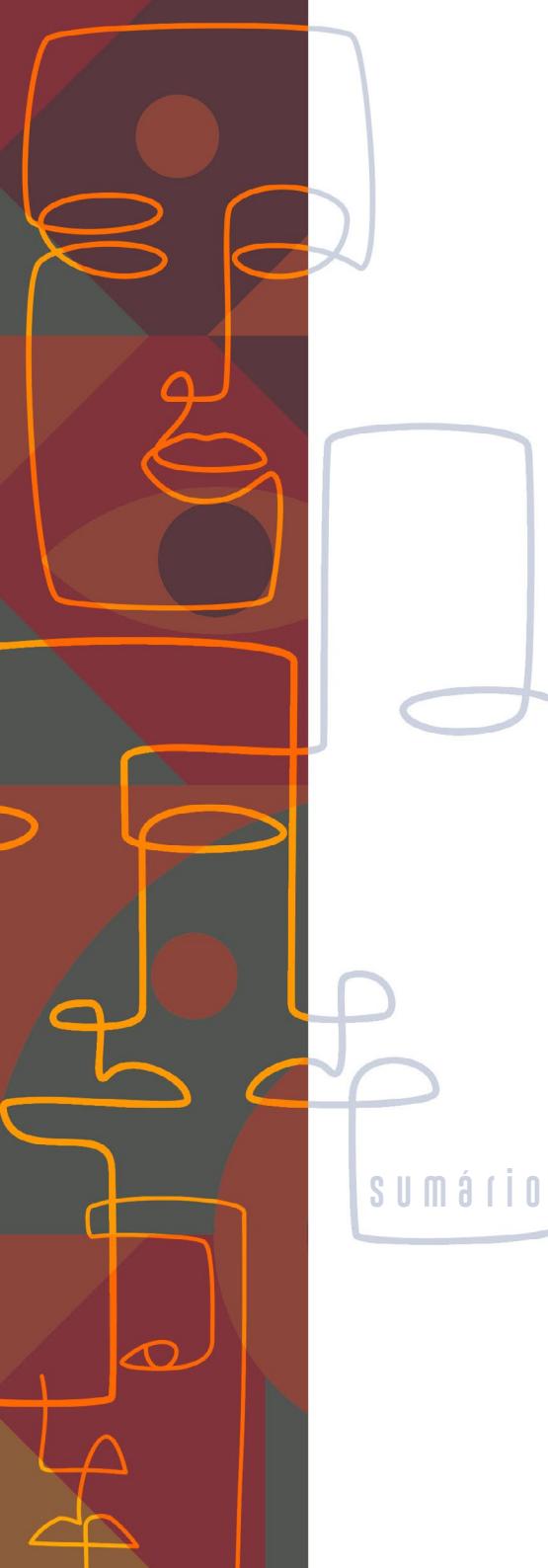
INTRODUÇÃO

O estudo de gênero no Brasil tem se expandido muito nas últimas décadas. O tema é extremamente instigante e tem muito a ser discutido, baseado nessa premissa, decidimos estudar o recorte de gênero voltado para o movimento negro e nos deparamos com a situação de um recorte dentro do universo quilombola. Nossa proposta foi de realizar uma etnografia baseada na observação direta e não participante da população feminina do Quilombo Mundo Novo, em Buíque, Pernambuco.

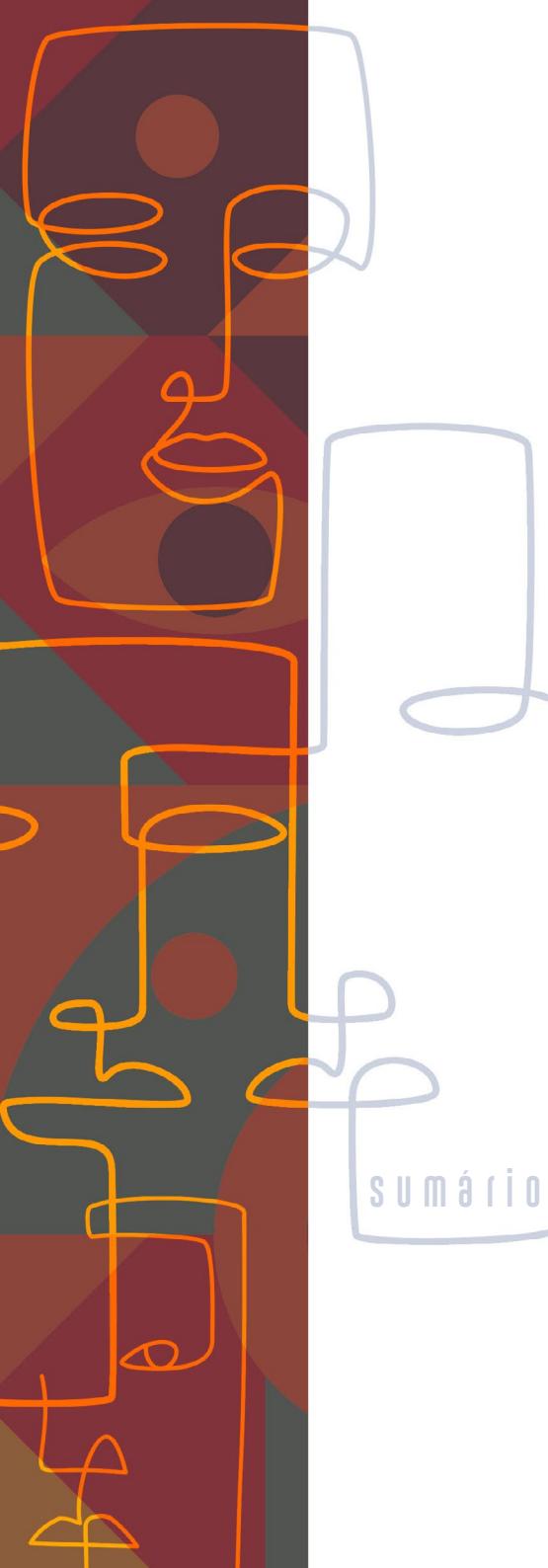
Na África, antes do colonialismo, muitas decisões da comunidade passavam pela opinião das mulheres, pois essas possuíam relevância social. No Brasil, com a predominância de cultura europeia e o processo de aculturação sofrido pelas populações negras escravizadas, a mulher perdeu importância social mesmo dentro das novas sociedades decorridas da busca pela liberdade, como nas comunidades quilombolas. Segundo Vilela (2018), o número de populações quilombolas que reproduzem os mesmos padrões de subjugação do feminino, inclusive com crescimento de violência, vêm aumentando, pois muitos casos de violência são subnotificados.

Muitos quilombos tiveram essa prática de desrespeito ao feminino incorporada nas relações de gênero, entre o masculino e o feminino, por isso fomos averiguar se foi esse modelo escravocrata ou o modelo africano que predominou como processo de formação cultural no Quilombo Mundo Novo.

O tema pesquisado se justifica por visar relacionar as intersecções entre gênero(s) e as relações entre as pessoas que residem e mantém a sua estrutura tradicional na comunidade quilombola Mundo Novo, bem como averiguar como as influências externas modificam ou podem modificar essas relações. Assim busca-se responder ao seguinte



SUMÁRIO



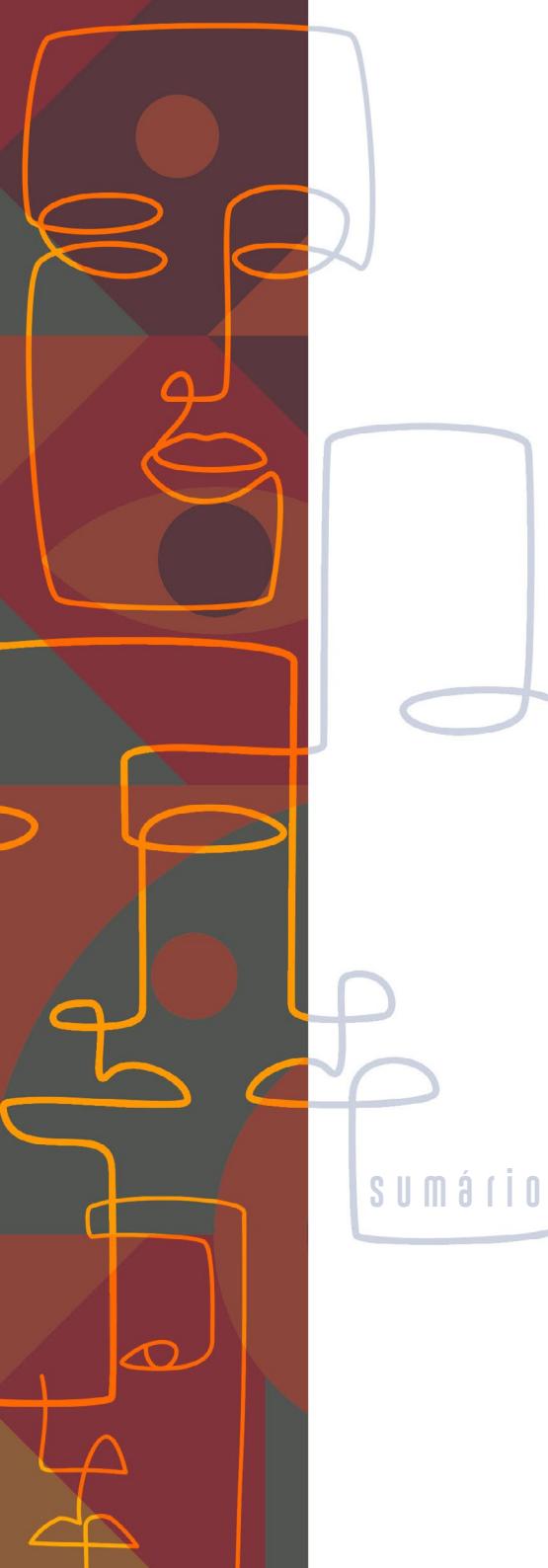
problema de pesquisa: Como as relações de gênero estão presentes na comunidade Quilombola Mundo Novo?

Assim, constituem objetivos desta proposta de pesquisa no sentido geral, analisar as relações de gênero presentes na comunidade Quilombola Mundo Novo e, de forma mais específica relacionar categorias e subcategorias temáticas sobre gênero existente das relações entre homens e mulheres na comunidade Quilombola Mundo Novo; verificar as influências que originam essas relações, como o nosso passado colonial e a matriz cultural africana e averiguar como e se há políticas públicas de valorização e proteção do feminino na comunidade.

No que se refere a metodologia, quanto à abordagem, a pesquisa foi realizada com uma metodologia dialética. Quanto aos métodos de procedimentos, dialogando com o método de abordagem eleito, foram utilizados o método etnográfico e o método comparativo ou etnológico. No que se refere ao universo e a coleta de dados, esta pesquisa foi realizada através da técnica da observação direta sistemática ou estruturada e não participante. A delimitação temporal do estudo ocorreu nos meses de fevereiro a outubro de 2018, através de visitas combinadas com a comunidade Mundo Novo.

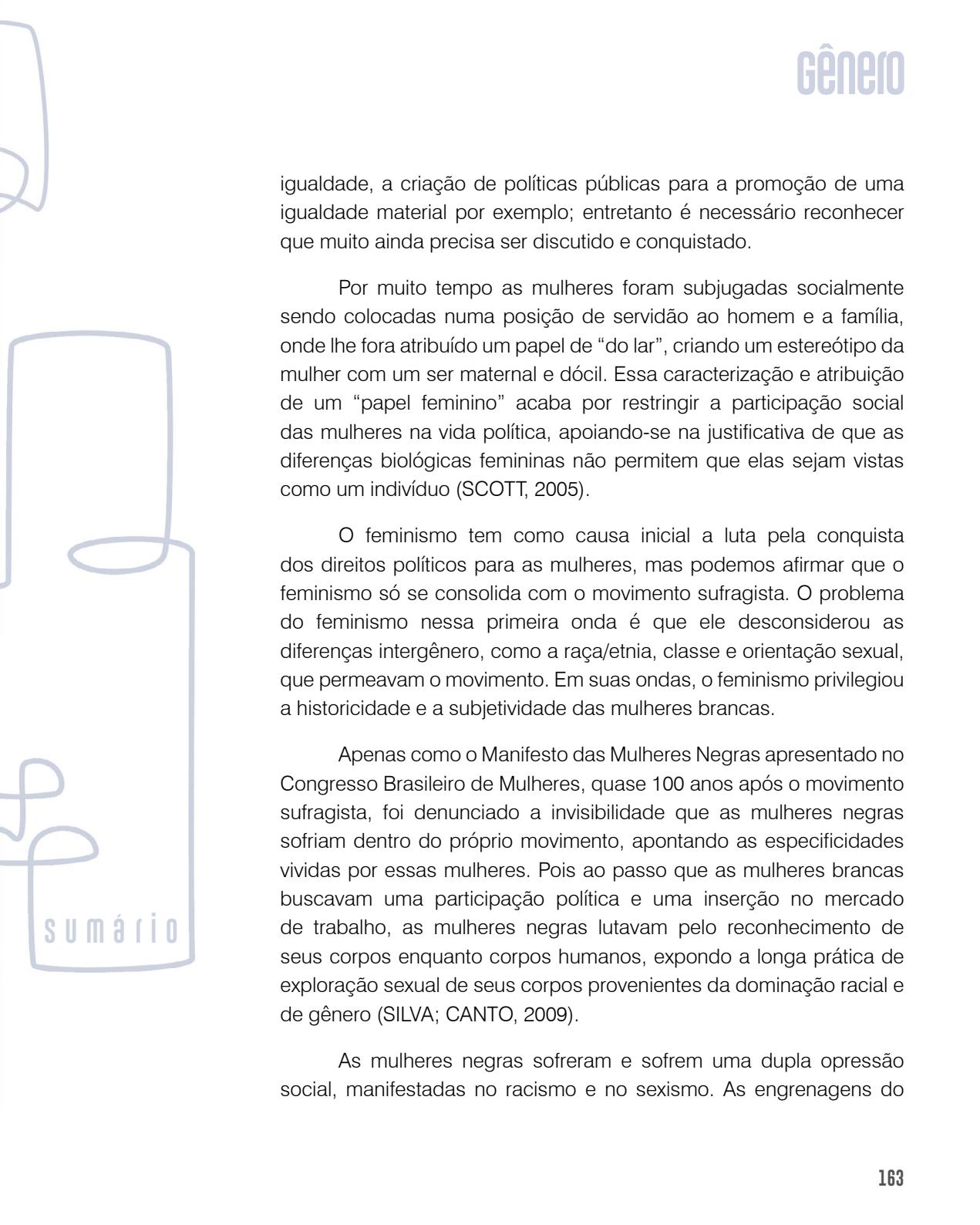
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULHER NEGRA

Os debates acerca do racismo e do feminismo no Brasil ganharam seu espaço no mundo acadêmico e através deles foi possível a identificação de muitos problemas sociais antes não analisados e percebidos nitidamente pela sociedade. Esses debates são importantes, pois proporcionam muitos avanços nas lutas pela



igualdade, a criação de políticas públicas para a promoção de uma igualdade material por exemplo; entretanto é necessário reconhecer que muito ainda precisa ser discutido e conquistado.

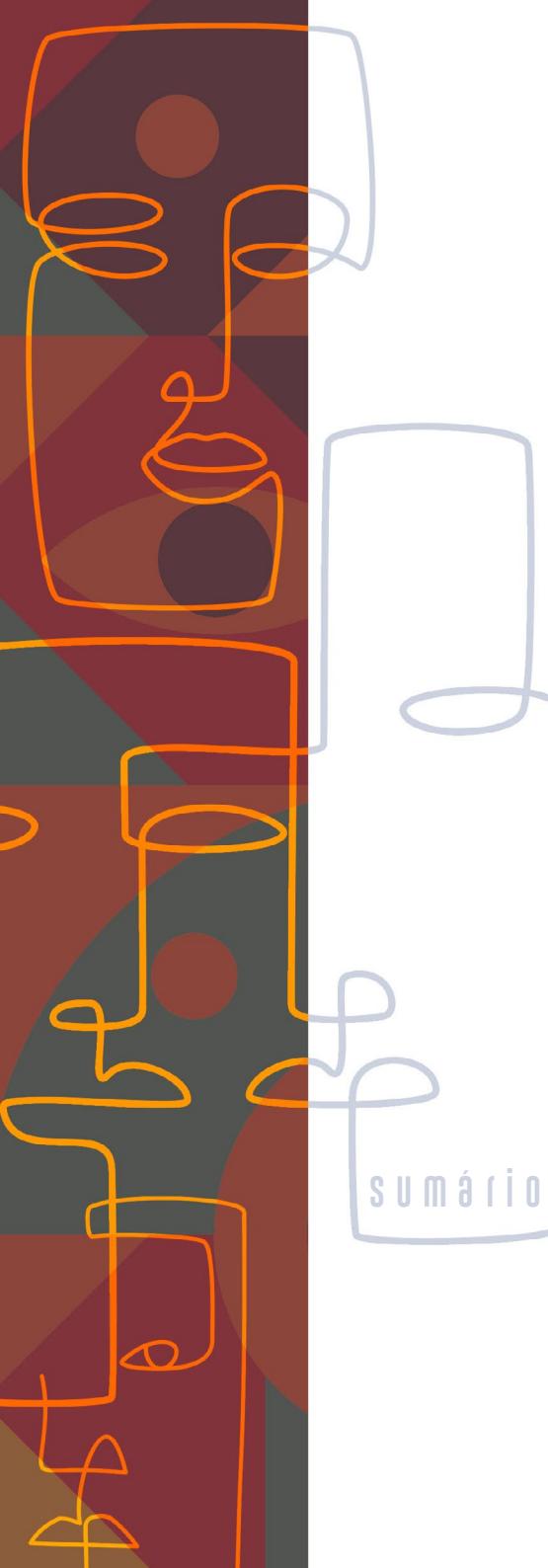
Por muito tempo as mulheres foram subjugadas socialmente sendo colocadas numa posição de servidão ao homem e a família, onde lhe fora atribuído um papel de “do lar”, criando um estereótipo da mulher com um ser maternal e dócil. Essa caracterização e atribuição de um “papel feminino” acaba por restringir a participação social das mulheres na vida política, apoiando-se na justificativa de que as diferenças biológicas femininas não permitem que elas sejam vistas como um indivíduo (SCOTT, 2005).



O feminismo tem como causa inicial a luta pela conquista dos direitos políticos para as mulheres, mas podemos afirmar que o feminismo só se consolida com o movimento sufragista. O problema do feminismo nessa primeira onda é que ele desconsiderou as diferenças intergênero, como a raça/etnia, classe e orientação sexual, que permeavam o movimento. Em suas ondas, o feminismo privilegiou a historicidade e a subjetividade das mulheres brancas.

Apenas como o Manifesto das Mulheres Negras apresentado no Congresso Brasileiro de Mulheres, quase 100 anos após o movimento sufragista, foi denunciado a invisibilidade que as mulheres negras sofriam dentro do próprio movimento, apontando as especificidades vividas por essas mulheres. Pois ao passo que as mulheres brancas buscavam uma participação política e uma inserção no mercado de trabalho, as mulheres negras lutavam pelo reconhecimento de seus corpos enquanto corpos humanos, expondo a longa prática de exploração sexual de seus corpos provenientes da dominação racial e de gênero (SILVA; CANTO, 2009).

As mulheres negras sofreram e sofrem uma dupla opressão social, manifestadas no racismo e no sexism. As engrenagens do



racismo se fizeram presente no discurso feminista através do mito da democracia racial, fazendo com que as pautas das mulheres negras fossem invisibilizadas. Devido ao sistema escravocrata brasileiro as negras e negros eram vistos como coisas e mesmo após a abolição da escravidão suas existências foram ignoradas.

Além da exploração da força de trabalho, os colonizadores impuseram sua cultura, idioma, religião, vestimentas, festas e etc. aos povos dominados numa tentativa de anular qualquer traço cultural daqueles povos. Mas a cultura dos povos tradicionais não foi anulada, ela passou por um processo de aculturação que influenciou na formação da cultura brasileira, que surgiu da mistura étnica, formando o povo brasileiro. Entretanto, diferentemente do que prega o mito da democracia racial, essa troca cultural não se deu de forma amistosa, mas forjada e a miscigenação brasileira tem origem nos estupros praticados pelos senhores de engenho e na política de branqueamento da população que incentivava os casamentos inter-raciais.

Mesmo que biologicamente o mito de uma raça superior já tenha sido superado, socialmente ainda há um longo caminho a percorrer, visto que essa teoria foi criada visando justificar a dominação social e molda as relações de poder. “[...] raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos” (AZERÊDO, 1994, p. 204).

A MULHER NO QUILOMBO MUNDO NOVO

Os quilombos foram uma marca de resistência negra no período de escravidão no Brasil. Neles encontravam-se negros fugidos das senzalas que buscavam nesses espaços uma forma de preservação

sumário

das suas memórias e conexão com suas origens. A existência dos quilombos significa que, em nenhum momento, os negros aceitaram a desumanização a qual eram submetidos, evidenciando que a resistência negra foi uma constante naquele período. As mulheres desempenharam um papel fundamental na manutenção da cultura material e simbólica e na sobrevivência do grupo familiar do povo negro, elas quem negociavam bens, materiais e símbolos, como músicas, orações e danças.

Diante da importância que os quilombos representaram, fez-se necessária uma forma de proteção e preservação dos remanescentes por vias legais. O Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos” e, em seu artigo segundo, traz a definição de comunidades remanescentes de quilombos entendidas como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Percebe-se por essa definição que não é necessário que essas comunidades sejam formadas exclusivamente por escravos foragidos, pois também foram formados quilombos após a abolição formal da escravidão como forma de sobrevivência. E algumas dessas comunidades permanecem organizadas até hoje, de forma que se distinguem do restante da sociedade por compartilharem uma identidade étnica própria. “Assim, não é a comprovação de um passado associado à escravidão que define uma comunidade como quilombola. É a própria identidade daquele grupo que o afirma como tal” (CNAS, 2007, p. 11).

sumário

Através das entrevistas realizadas com seis mulheres, com idade de 19 a 61 anos, no Quilombo Mundo Novo foi possível entender a história da comunidade, sua organização política, econômica e cultural. Foi possível, também, analisar o papel desempenhado por essas mulheres e as diferenças entre elas, devido a sua idade, cor de pele, atividades exercidas, e as diferenças e semelhanças entre elas e seus antepassados. Os nomes das mulheres entrevistadas serão preservados.

O Quilombo Sítio Mundo Novo está localizado na zona rural do Município de Buíque/PE, no Distrito de Guanumby. Distante da zona urbana e com um trajeto íngreme, tem como vizinhos os Sítios: Queimadas, Queimadinhas, Torradas e outros. No dia 15 de agosto de 2018 o Sítio Mundo Novo teve o seu reconhecimento pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de agosto de 2018 na portaria de nº 203. Após o reconhecimento o próximo objetivo da comunidade é a demarcação desse território.

Foi através de um estudo da professora Mestre Irailda Leandro (SILVA, 2018) que as marcas de ancestralidade dessa comunidade foram identificadas, ela verificou a existência de famílias como os Antunes, Martins, Marianos e outras famílias descendentes de negros escravizados fugiram do Quilombo dos Palmares e depois de muito tempo se instalaram na zona rural de Buíque, especificamente na comunidade Mundo Novo. O autorreconhecimento dessa comunidade enquanto remanescente de quilombo percorreu um longo processo, pois seus antepassados pouco falavam da sua história e eles não entendiam o que realmente significava ser quilombola.

Muitos sentiam vergonha de afirmarem que eram descendentes de negros escravizados ou não reconheciam uma ligação dos seus antepassados com essa história de forma que mesmo que identificassem outros moradores da comunidade enquanto quilombolas, não se reconheciam como tal. A aceitação dessa

sumário

identidade começou a ser percebida por volta de 2005, mas foi com a organização da comunidade em Associação no dia 7 de março de 2007 que ela se tornou mais forte, pois a Associação tinha como foco repassar para as famílias o significado de ser quilombola já que a comunidade não tinha conhecimento sobre isso.

Atualmente a comunidade possui duas associações devido a uma divisão do quilombo que aconteceu no ano de 2010. Essa divisão é decorrente de uma ideia disseminada por uma pessoa de fora que ao realizar uma doação para a comunidade, uma distribuição de iogurtes, induziu que uma das famílias se separasse das demais para que assim pudesse conseguir o reconhecimento da Fundação Palmares tendo como justificativa a diferença da cor de pele. Por isto o quilombo hoje é dividido como o de cima e o de baixo.

Durante o processo de juntada de documentos para o reconhecimento, a comunidade percebeu que a ideia disseminada além de ser equivocada, não representa de fato os requisitos legais para o reconhecimento e que essa divisão acaba por enfraquecer a comunidade. Mas mesmo após a tentativa de unificação e do reconhecimento do quilombo ainda é perceptível resquícios dessa ideia que causa um certo desconforto entre o povo dessa comunidade. Pois mesmo que eles já reconheçam que são um povo só, ainda há uma divisão do 'quilombo de cima e do quilombo de baixo' e a comunidade ainda está dividida em duas associações, que tem a mesma finalidade.

Na comunidade não existe posto de saúde e o mais próximo está localizado a aproximadamente 6km de distância. Também não existem escolas dentro do quilombo; as duas escolas que atendem a comunidade estão em localidades distantes e o acesso até elas acontece através de um ônibus disponibilizado pela prefeitura de Buíque.

As duas associações da comunidade são presididas por mulheres, Entrevistada A de 55 anos e entrevistada B de 19 anos,

sumário

respectivamente do quilombo de cima e do quilombo de baixo como a própria comunidade identifica a divisão. Ambas foram eleitas pelo voto dos moradores associados. Através da associação são encaminhadas as demandas da comunidade para o município de Buíque, é feita a distribuição de cestas básicas para os moradores e é realizado um intermédio para a obtenção de benefícios do Governo como o Bolsa Família e o Garantia Safra.

Além da liderança dessas duas comunidades serem exercidas por mulheres, a maior parcela de moradores da comunidade que participa ativamente das reuniões das associações é composta por mulheres. Uma das entrevistadas acredita que o motivo da participação feminina ser tão forte é devido ao fato de que as mulheres são mais “dispostas” que os homens, e estes são mais “acomodados” e dessa forma é preciso que as mulheres estejam a frente para levar as demandas da família a associação.

Como Crenshaw (2002) aborda, essa participação feminina dá-se no intuito de conquistar uma melhora na qualidade vida, mas enfrenta os obstáculos da interseccionalidade, na subordinação de raça e gênero. Poucas são as pautas voltadas para as necessidades femininas levadas até a associação, como a necessidade de um programa para a prevenção da gravidez precoce, qualificação da mão de obra feminina ou combate à violência doméstica. Não há uma contestação das práticas patriarcais de forma que a maioria das demandas femininas que além de sofrerem uma subordinação do gênero são permeadas por questões raciais acabam por serem silenciadas (DA SILVA; LEAL, 2012).

No intuito de resgatar suas tradições que estavam se perdendo, como o samba de coco e a quadrilha, a comunidade se mobilizou para que essas expressões culturais se mantivessem vivas e a frente desse movimento estão algumas mulheres, como a entrevistada A e a entrevistada C. Elas tentam repassar para a comunidade a importância

sumário

de manter um vínculo com as tradições dos seus antepassados para que a história permaneça viva. Esse resgate cultural vem contando cada vez mais com a participação dos jovens, que estão se conscientizando da importância dessas tradições, entendendo que elas representam um dos símbolos de identidade do grupo.

O samba de coco, muito dançado pelas mulheres do quilombo de cima, é uma tradição vinda de seus antepassados. Era através dele que as famílias construíam suas casas, quando alguém casava ganhava um pedaço de terra para que lá pudesse plantar e criar alguns animais e assim tirar o sustento da família. As casas eram feitas de taipa, com um telhado de palha e o piso era de terra apilada, a dança era justamente para preparar o piso da casa. Era marcado um dia para que isso acontecesse, uma festa: as mulheres cozinhavam, os homens tocavam e tinha bebida para todos. A entrevistada A conta que o fogo era feito perto da casa para que as mulheres, mesmo cozinhando pudessem participar da dança, de modo que elas revezavam entre si e todos faziam parte da festa.

A quadrilha, mesmo não sendo algo característico da cultura africana, era realizada por um dos quilombolas, Eduardo Panta, com o intuito de festejar e principalmente reunir a comunidade. Ele é lembrado pela comunidade como uma pessoa muito influente, pois procurava solucionar os conflitos existentes dentro da própria comunidade e tinha uma relação harmoniosa com todos. A quadrilha é realizada entre os meses de junho e julho e ainda não tem data fixa, pois tem como membros os jovens do quilombo e muitos acabam dando preferência as festas realizadas na zona urbana de Buíque nesse período festivo.

É durante uma festa, marcada em um dia decidido em conjunto pelos moradores do quilombo para que todos possam participar, que a quadrilha se apresenta. Essa festa reúne todo o quilombo, o de cima e o de baixo, e para que ela aconteça todos se mobilizam na organização: as mulheres ficam responsáveis pelas comidas e os

sumário

homens pela estrutura da festa. É um momento que todos se reúnem e festejam juntos, apresentando tanto a quadrilha como o samba de coco. Essa é a única data comemorativa festejada pelo quilombo.

Dessa forma a importância da preservação da memória é importante, pois ela “[...] é concebida como o ato de rememorar, exercício que conecta temporalidades, gera e reforça o sentimento de pertença coletiva.” (MELLO, 2011, p. 174-175). A participação das mulheres quilombolas também é percebida no trabalho e na prevenção e combate a certas doenças.

Assim como a maioria dos quilombos brasileiros, a base da economia do Mundo Novo é a agricultura familiar de subsistência, com destaque na plantação de feijão e milho. Algumas famílias além da plantação, criam gado e vendem o leite para uma fábrica de queijo próxima a comunidade. Outra forma de contribuir na renda familiar é a diária onde alguns homens trabalham no campo para alguma família que precisa dessa tarefa e recebem pelo dia de serviço.

A plantação é voltada para as necessidades da família e caso haja algum excedente, este é vendido na feira de Buíque. Na fala das seis entrevistadas elas relatam que na sua infância ambos os pais trabalhavam na roça para que todos pudessem comer, pois naquele tempo as coisas eram muito difíceis e na maioria das vezes, mesmo com todo o esforço, mal tinha comida.

Elas contam que suas mães além de trabalhar na roça se encarregavam com o serviço doméstico e a criação dos filhos, exercendo uma dupla jornada de trabalho. Enquanto eram crianças era necessário que um irmão tomasse conta do outro ou dos afazeres domésticos, como é retratado na fala da entrevistada C, “*eu não vivi muito a infância, né? Eu tive que ser mais responsável. Minha família só tem eu e meu irmão. Meus pais agricultores, minha mãe trabalhava muito na roça, vivia na roça. Eu ficava em casa né, pra ajudar nos afazeres da casa e ia pra escola.*”

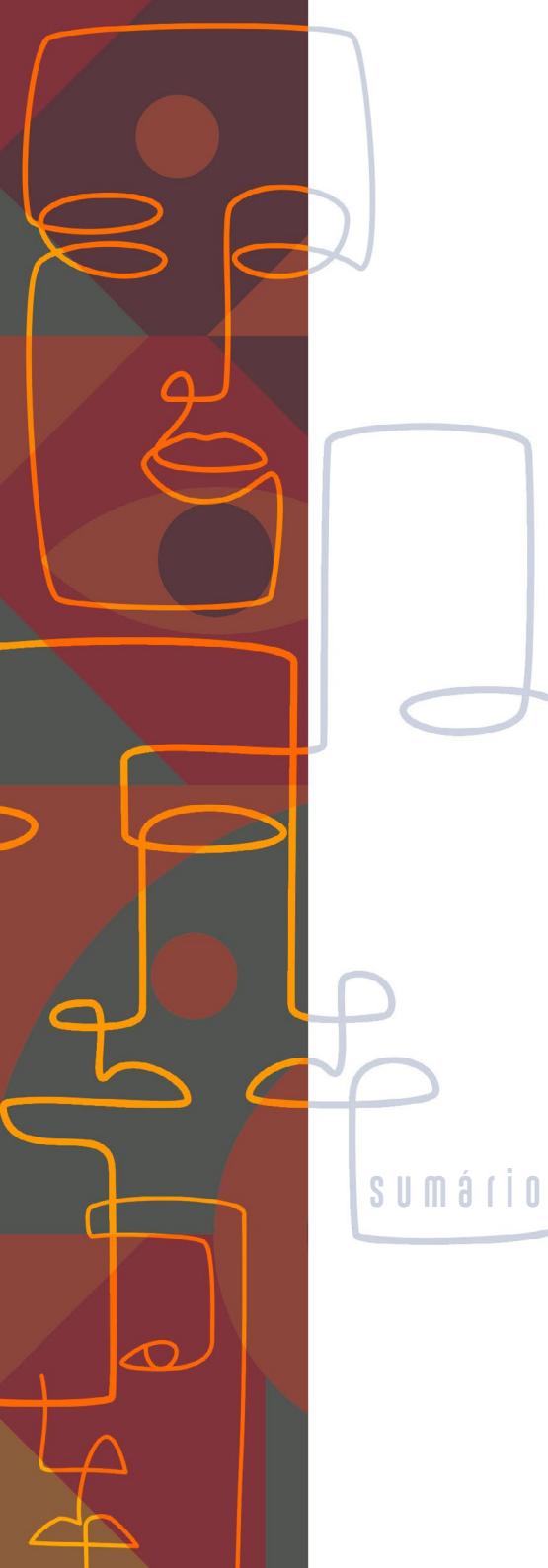
sumário

Em algumas famílias assim que as crianças cresciam passavam a ajudar seus pais na roça, como relatado pela entrevistada A, “*nois começemo a trabalhar cum sete anos, sete ano até hoje eu num esqueço da enxada não.*” Em outros casos, as mães precisavam levar seus filhos para a roça, pois não tinha com que deixá-los e ao mesmo tempo que trabalhavam poderiam cuidar de seus filhos, como se pode ver na fala da entrevistada D “*É todo mundo junto, chega lá forra um canto, numa moitinha de pé de angu ai bota ela (a criança) lá em pé. E aqui a pessoa dana a enxada e o menino lá, quando o menino chora o cabra vai em casa da uma comidazinha e volta pra lá. É coisa do passado.*”

Hoje em dia, o Bolsa Família representa uma parte importante da renda familiar da comunidade e através dele é possível que as famílias disponham do mínimo para sua sobrevivência, e para algumas famílias não é mais necessário a presença feminina na roça, desta forma muitas passaram a se dedicar exclusivamente à criação dos filhos ou em alguns casos além de trabalhos domésticos há um maior envolvimento na vida política do quilombo.

Mundo Novo conta com duas agentes de saúde da própria comunidade que realizam um trabalho contínuo, porém o posto de saúde fica muito distante da comunidade, aproximadamente 6 km e para se ter acesso a ele é necessário um carro fretado. Por isso, na maioria das vezes, quando alguém adoece são feitos os “remédios do mato”, que segundo as entrevistas é bem melhor que os de farmácia. A produção de lambecedores, por exemplo, é um conhecimento passado dentro do mesmo núcleo familiar e tem como principais agentes as matriarcas da família.

Percebe-se que a participação feminina no cotidiano do Mundo Novo se dá das mais diversas formas levando-se em consideração as diferentes realidades, e na maioria dos casos essas mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho: seja participando do trabalho na agricultura, nos afazeres domésticos, na produção de remédios



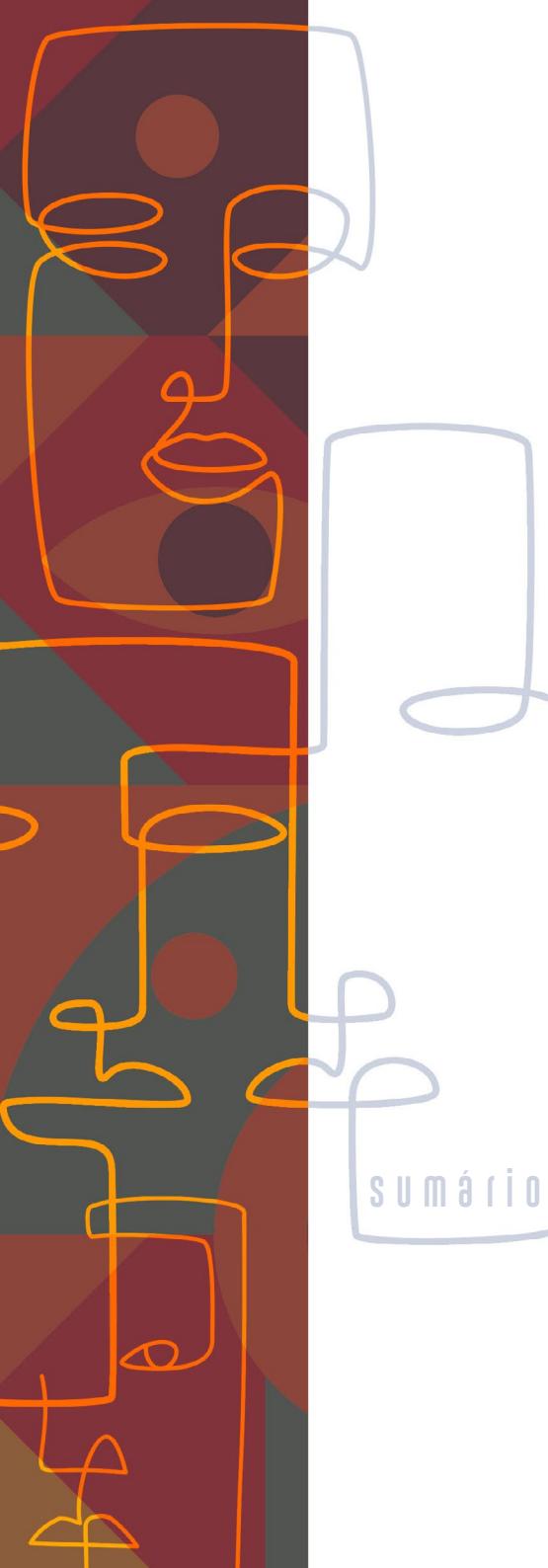
caseiros ou nas associações. As questões de gênero e raça se fazem presente no cotidiano do quilombo, na forma como os homens e as mulheres se organizam na comunidade.

MARCAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Não existem registros formais de violência contra a mulher, nenhum dado percentual, a grande maioria dos casos são abafados e mantidos dentro da própria família, prevalecendo o ditado de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Muitas das denúncias não são feitas porque a mulher tem medo do que pode vir a acontecer ou por dependência econômica.

Quando questionadas acerca desse assunto, as mulheres entrevistadas relataram que conhecem uma ou outra vizinha que já sofreu agressão física por parte do companheiro, mas poucas procuram meios formais de combater essa violência. A violência psicológica é mais comum de ocorrer na comunidade, mas essas atitudes acabam sendo normalizadas e dessa forma é mais difícil de combater. Devido ao fato das agressões serem abafadas e “resolvidas” dentro do âmbito familiar, uma das entrevistadas contou que nunca tinha ouvido falar de casos de agressão dentro da comunidade.

Como na maioria dos casos só a família e alguns vizinhos tem conhecimento, a única assistência que as mulheres têm é da família e, segundo o que foi relatado pelas mulheres entrevistadas, a maioria das famílias recebem as vítimas, suas filhas, em casa novamente e dão apoio para que elas se separem do agressor. Entretanto, na maioria dos casos, mesmo com esse apoio familiar a vítima continua no relacionamento, sendo necessário mentir para a família sobre as marcas visíveis de agressão.

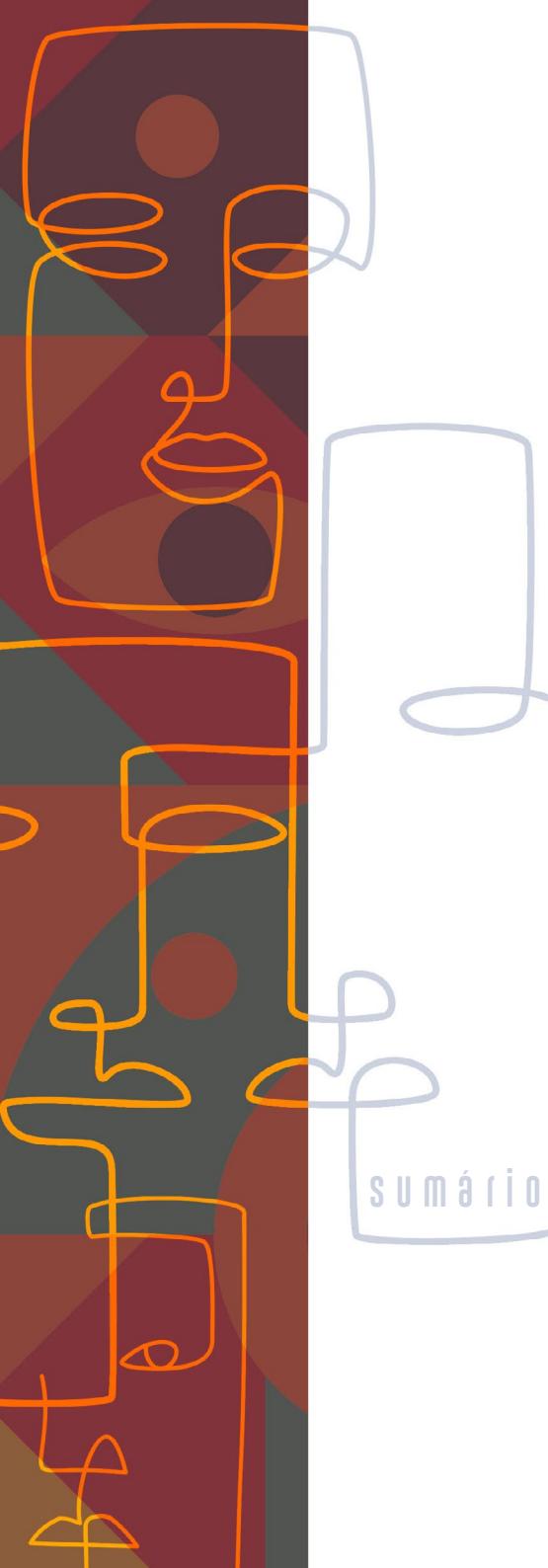


A omissão por parte de terceiros se dá por acreditar-se que é melhor não se envolver em brigas de outras pessoas para não criar conflito, como se percebe na fala da entrevistada C “Geralmente quem intervém nesses casos é a própria família né. As pessoas de fora procuram não se envolver muito, porque as vezes a pessoa fica com problema e os dois se reconciliam e o problema fica pra pessoa que se envolveu”.

Algumas das entrevistadas contaram que já sofreram violência física por seus companheiros “Apanhei muito. Apanhei, meu fí, do pai dela. E (ele) agredia, agredia de verdade.” (Entrevistada D) e conforme relatado por outra entrevistada o que impede a morte das vítimas é a presença da família, como relatado pela entrevistada E

Minha mãe sentou no terreiro e eu lá no fim do terreiro, observando. Ai eu fiquei olhando ‘se ele mexer com mamãe não sei se eu mate ele ou não sei o que é que eu faço. Aqui só tem fogo (ela estava mexendo uma coívara). Ai ele pegou nas perninha dela e arrastando terreiro abaixo e ela tava de resguardo. Ai eu fique ‘eita meu Deus do Céu, minha Nossa Senhora, e agora?’. Ái eu ajuntei um montão de brasa e joguei nas costas dele e as minha mãozinhas se queimou. Ái quando ele sortou ela que catou eu pra me bater, eu peguei nos braço dela e nós correu.

Perguntadas se já houve casos em que a polícia foi acionada, poucas situações foram relatadas e apenas um caso foi citado em que a vítima se separou do agressor e foi necessária uma medida de restrição (medida protetiva). Muito importante salientar o papel desempenhado pela Secretaria da Mulher de Buíque que mesmo tendo realizado apenas duas palestras na comunidade para conscientização do que é a violência contra a mulher e formas de combatê-la contribuiu, segundo as entrevistadas, na diminuição dos casos de violência física contra a mulher. Principalmente porque se apresentou os direitos dessas mulheres de um ponto de vista normativo, com base na Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.



Antes tinha muito né, na comunidade mesmo, mas agora que eu peguei o número da proteção da mulher no momento que eu ver esses agressor agredindo, a mulher pode até merecer, tente conversar, senta e conversa, mas se eu ver eu ligo mesmo. Ligo, eles vem e leva (Entrevistada E).

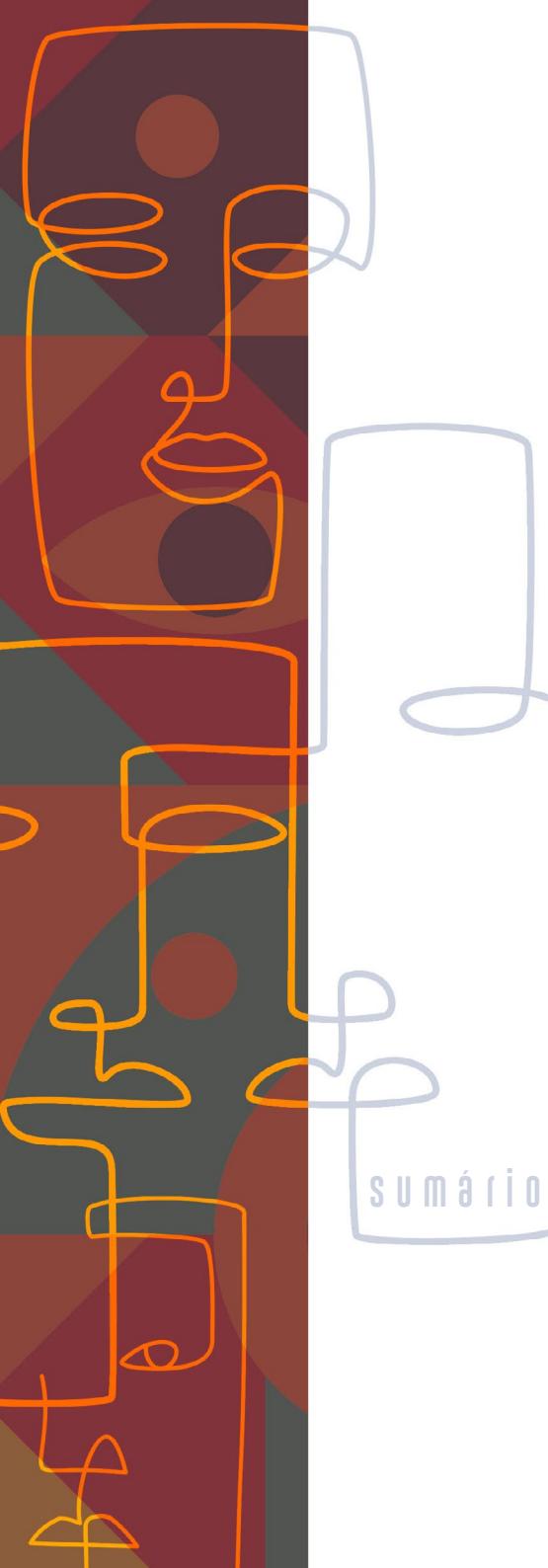
Ainda há uma ideia de que a mulher faz por merecer em alguns casos, mas isso vem sendo desconstruíndo e a geração mais nova se mostra mais consciente de seus direitos.

Em relação a casos de violência sexual, não há nenhuma denúncia ou registro, mas foi relatado que ocorreram alguns casos isolados que chegaram ao conhecimento de algumas pessoas da comunidade, porém não houve nenhuma intervenção, nem familiar nem de açãoamento dos órgãos legais. Quando perguntado sobre as vítimas, foi relatado que elas se isolaram e não houve nenhum diálogo ou forma de suporte psicológico e os abusadores não foram denunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada no quilombo Mundo Novo é possível perceber a dedicação ao resgate cultural da comunidade e o respeito a memória dos seus antepassados, que antes era silenciada pelos mais velhos devido ao medo constante de serem capturados pelos brancos. Esse resgate é muito importante para construção do elo entre o antigo e novo.

É importante salientar que as questões de gênero da comunidade se refletem no dia a dia, na maioria das vezes de forma muito sutil. Elas não implicam numa divisão exata dos trabalhos desenvolvidos, já que essa divisão varia de acordo com a realidade de cada família, elas se fazem presente na naturalização das várias violências sofridas pelas mulheres, seja ela física, verbal ou sexual;



na distância do acesso à saúde e educação e na própria ausência de análises das questões de gênero, que resulta numa dificuldade de compreensão das formas que cada grupo é afetado pelos problemas, a presença de sistemas múltiplos de subordinação.

As relações no Mundo Novo se manifestam num padrão binário, homem e mulher, isso pode ser percebido tanto durante as entrevistas como nas duas visitas realizadas ao Quilombo, não há transexuais na comunidade. Ao analisar a forma como as relações de gênero se desenvolvem, pode-se perceber que há influência do nosso passado colonial, principalmente no tocante à violência sofrida pela mulher, no silêncio que a encobre e na neutralização desta.

É necessário que mais pesquisas sejam desenvolvidas para contribuir no entendimento das vulnerabilidades vivenciadas pela comunidade e de que forma elas agem sobre os indivíduos, levando em consideração as múltiplas formas de opressão. E que as políticas públicas a serem implantadas na comunidade atuem não só para sanar as desigualdades presentes nessa comunidade, mas de forma a dar visibilidade as questões de gênero e trazer um empoderamento real para as mulheres dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, número especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de ago. de 2006. *Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher*, Brasília, DF, ago 2006.

sumário

BRASIL. Ministério da Cultura/Fundação Palmares. Reconhecimento da autodefinição de remanescentes de quilombo. Portaria n. 203, de 15 de agosto de 2018. Publicado em 17 de agosto de 2018.

CRENSHAW K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas* 2002; 1: 171-88

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS.

Relatório GT: população Quilombola. Março, 2007. Disponível em <www.mds.gov.br/cnas/conteudo-tematico/relatorios/resolveUid/adc373a9ec24367d31bb3834576a263b>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

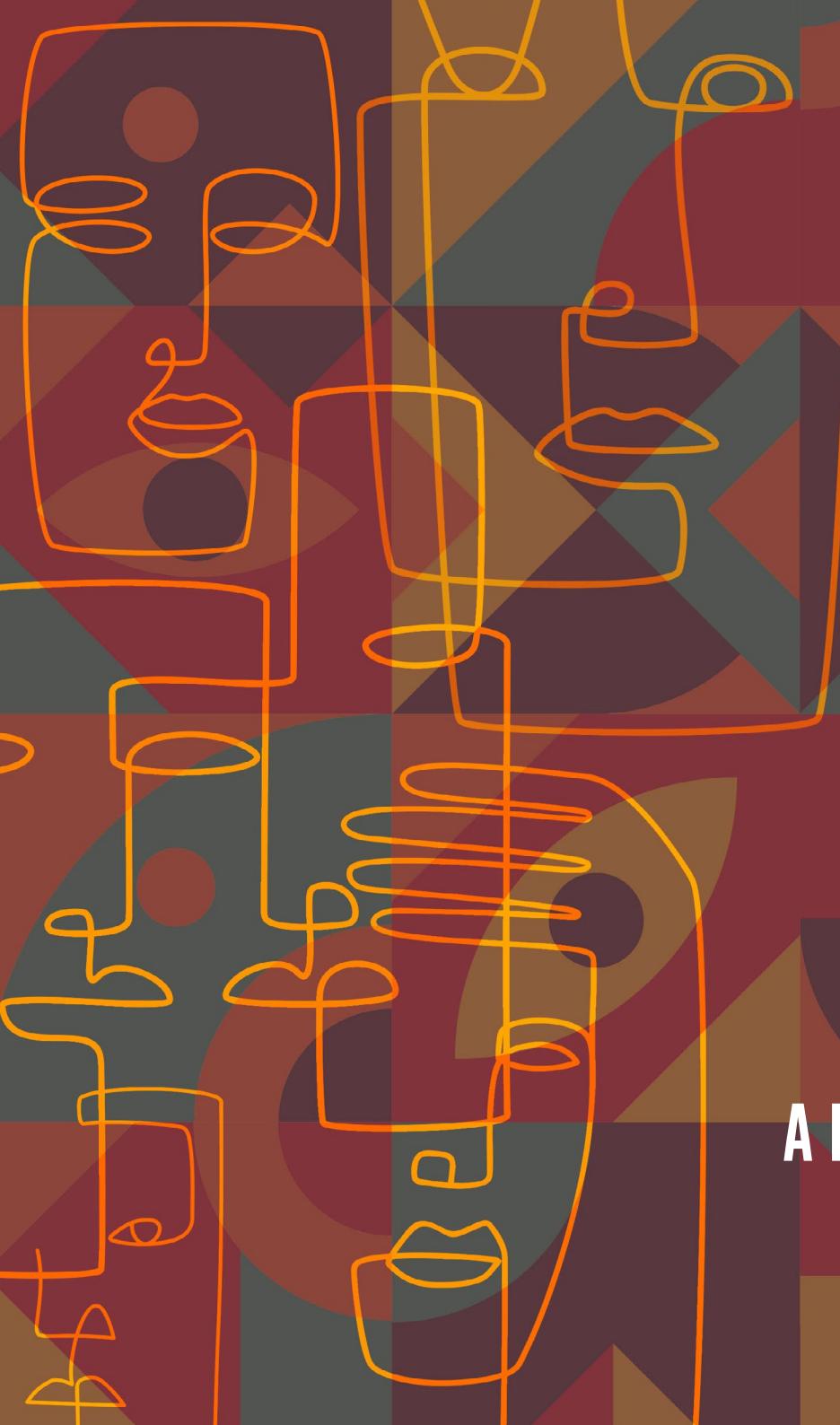
SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, p. 11-30, janeiro-abril, 2005.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da; CANTO, Vanessa Santos do. *Mulheres negras brasileiras construindo identidades negras positivas: trajetórias e rupturas de um debate político*. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas. 2009.

SILVA, Irailda Leandro da. *Lembranças dos caminhos e descaminhos da escola na vida de mulheres negras de Buique-PE: 1980-1990*. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

DA SILVA, Roseane Amorim; LEAL, Marilyn Dione de Sena. *Mulheres quilombolas em contextos de violência de gênero e uso abusivo de álcool*. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, Brasil, dez. 2012.

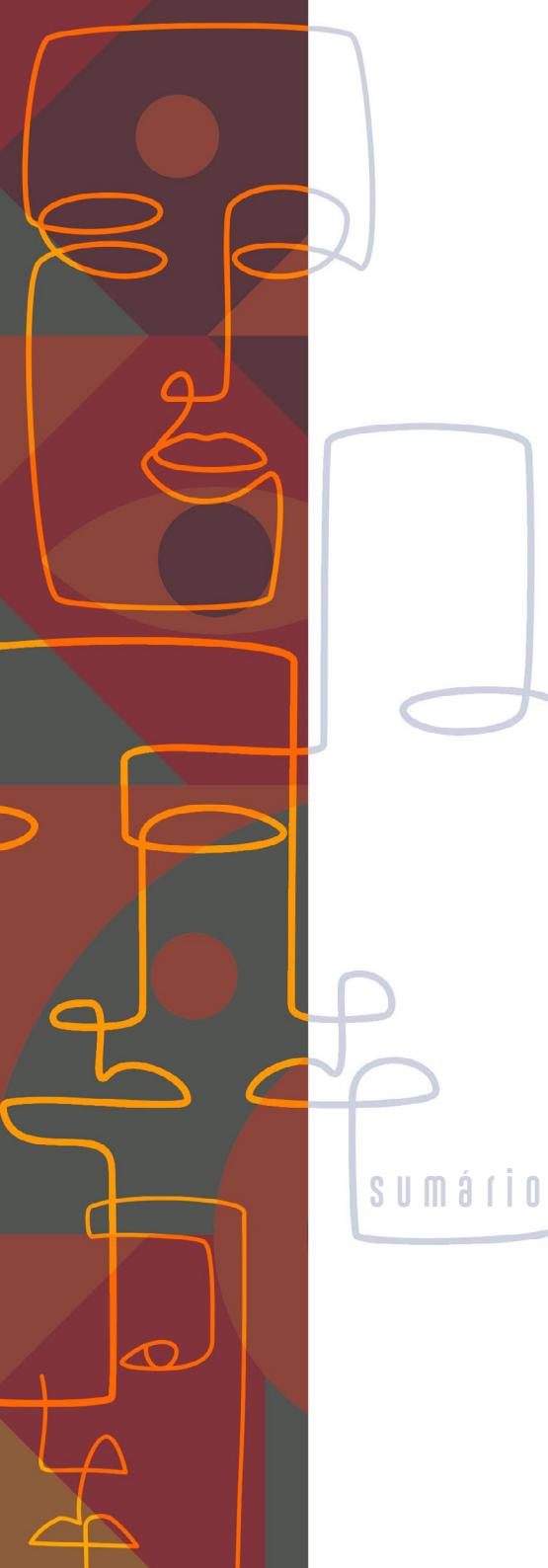
VILELA, Antonio Augusto Silva. *Uma breve reflexão sobre o racismo no Brasil e o direito no âmbito da sociedade Brasileira*. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,uma-breve-reflexao-sobre-o-racismo-no-brasil-e-o-direito-no-ambito-da-sociedade-brasileira,591314.html>. Acesso em 14 de outubro de 2018.



**MULHERES, COVID 19
E A BUSCA
POR EMANCIPAÇÃO
A PARTIR DO TRABALHO:
AS FRATURAS EXPOSTAS DO JÁ
FRAGMENTADO TECIDO SOCIAL**

ISABELA BANDEIRA DE MORAES D'ANGELO

GJORGE ANDRE LANDO



No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal.

(Simone de Beauvoir. *Todos os Homens São Mortais*, 1983)

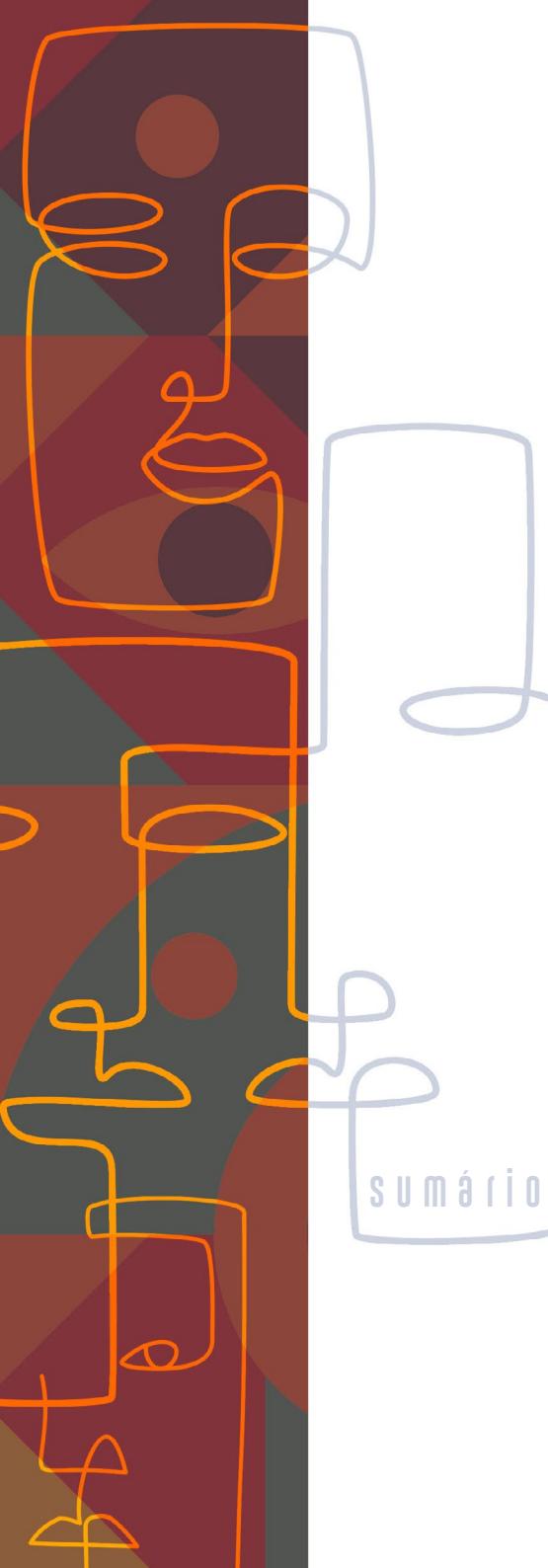
INTRODUÇÃO

O presente ensaio surgiu a partir das preocupações e reflexões dos autores acerca da trajetória de conquistas sociais das mulheres ao longo dos anos, a contínua luta por espaços de fala e ação dentro e fora do contexto laboral e as possibilidades de sua manutenção, pausa ou perda, no cenário pós-pandêmico.

Estudos de diversos matizes tem apontado que “os efeitos colaterais sociais” da pandemia Covid 19 tem se abatido de forma mais devastadora sobre as mulheres, sobretudo em nosso país, onde ainda convivemos com patriarcalismo, machismo e misoginia de modo muito arraigado.

Mulheres pertencentes à classe trabalhadora, em sua maioria negras, de baixa renda, chefes de família, mães; esta tem sido a face da pandemia.

Uma pesquisa realizada recentemente pela organização de mídia Gênero e Número em parceria com a Sempreviva Organização Feminista, aplicou questionários on line para mais de 2.600 mulheres entre abril e maio de 2020. A intensão foi traçar um perfil dos efeitos da crise da saúde sobre o trabalho, a renda, e a sustentação financeira, contemplando o trabalho doméstico e de cuidado realizado de forma não remunerada no interior dos lares.



Os achados eram previsíveis, mas também são alarmantes:

As mulheres brancas representam a maior parte das mulheres que seguiram trabalhando e tiveram o salário mantido durante a pandemia. Neste grupo, 41% relatou estar trabalhando mais, mostrando o peso da ausência de empregados em casa ou de espaços como a creche e a escola.

Para 40% das mulheres, a pandemia e o isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. A maioria delas (55%) são negras, que relataram dificuldades no pagamento de contas básicas ou do aluguel.

Nesse sentido, a reflexão se pauta, basicamente, na primeira seção, sobre como o ordenamento jurídico brasileiro manteve as mulheres dependentes dos homens, bem como da importância da luta dos movimentos feministas para a conquista da emancipação formal da mulher. Na sequência, a abordagem tem como foco tratar das diferenças de gênero nos resultados do mercado de trabalho e nas tarefas domésticas realizadas pelas mulheres. Por fim, por ocasião das considerações finais, apresentam-se os direcionamentos de competência do Estado para impedir que as ameaças de retrocesso dos direitos das mulheres se concretizem no futuro em decorrência da pandemia.



SUMÁRIO

O ORDENAMENTO JURÍDICO MACHISTA COMO OBSTÁCULO PARA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

O direito ao próprio corpo é reconhecido como um direito fundamental e irrenunciável da pessoa humana, haja vista que decorre do direito à vida digna e, por conseguinte, à integridade psicofísica, direitos esses tutelados pela Constituição Federal de 1988 (artigo 5.º).

sumário

O referido direito confere ao seu titular a proteção da integridade física e moral do seu corpo, bem como, estende-se à proteção da integridade psíquica, com a finalidade de preservação do conjunto psicológico da estrutura humana, mas principalmente, garante a autodeterminação ao seu próprio corpo. Em síntese, visa tutelar o corpo e a alma da pessoa humana, vedando qualquer conduta de outros indivíduos que tenha como objetivo a violação desse direito (SCHREIBER, 2011).

O direito à autodeterminação do próprio corpo representa a emancipação do corpo, que, consequentemente, possibilita a realização pessoal do seu titular, para que ele tenha condições de viver com dignidade, o que somente se torna eficaz se as condutas praticadas por ele ou pelos outros preservarem a sua integridade psicofísica.

Para as mulheres, a autonomia sobre o corpo é uma conquista em andamento, resultado dos movimentos feministas que tiveram início nas últimas décadas do século XIX, vez que ao longo da história da humanidade a mulher sempre ocupou um papel de inferioridade nas relações sociais, subordinada a dominação masculina, do pai ou marido.

No Brasil, com a proclamação da República em 1890, os movimentos feministas esperavam mudanças importantes para a emancipação social da mulher, contudo, a publicação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, frustrou toda e qualquer expectativa nesse sentido, pelo contrário, a Lei Civil fez positivar a incapacidade “perpétua” da mulher (D’ANGELO; LANDO, 2020).

De acordo com o Código Civil de 1916, a capacidade civil plena era alcançada ao completar 21 anos, tanto para o homem quanto para a mulher, ou seja, até os 16 anos, incompletos, ambos eram considerados absolutamente incapazes, e a partir dos 16 anos completos até os 21 anos incompletos, eram relativamente incapazes, portanto, sob o Pátrio Poder do pai.

sumário

Essa mesma Lei Civil concedia à mulher, ao completar 16 anos, a capacidade núbil, no entanto, uma vez casada, ela se mantinha como relativamente incapaz, enquanto subsistisse a sociedade conjugal, sob às ordens do marido, seu representante legalmente, que detinha o poder de decidir sobre questões de ordem pessoal, patrimonial e social, próprias da mulher.

O Código Civil de 1916 normalizou a dependência da mulher a autoridade do homem. Então, o marido tinha o direito sobre o corpo da mulher, tanto que poderia devolve-la caso esta não fosse mais virgem, e anular o casamento em decorrência de tal “defeito”, pois a mulher desvirginada fora do casamento perdia o seu valor social; o homem casado, também, tinha o direito de exigir que a mulher tivesse conjunção carnal com ele, tendo em vista que era uma das obrigações do casamento; chefe exclusivo da família, cabia ao homem decidir o domicílio familiar, bem como autorizar a mulher a trabalhar fora de casa, e administrar o patrimônio comum e particular, seu e dela. Definitivamente, as mulheres não tiveram chance com o Código Civil de 1916.

Contudo, mesmo desprovidas de direitos civis, as mulheres, através dos movimentos feministas, conquistaram o direito de sufrágio garantido pelo primeiro Código Eleitoral, de 1932, representando mais um “degrau” na subida para alcançar a emancipação social. Entretanto, exercer esse novo direito era extremamente complicado para as mulheres, principalmente, para as casadas, vez que eram relativamente incapazes. Como uma mulher poderia exercer um mandato eleitoral e representar o povo, se ela própria era representada pelo marido? Essa antiga causa, referente a capacidade da mulher, somente foi resolvida em 1962, com a publicação do Estatuto da Mulher Casada, que passou a considerar a mulher casada plenamente capaz – mais um “degrau”.

Nessa mesma época surge o primeiro método contraceptivo, o que livrou as mulheres do controle sexual exercido pelos homens,

sumário

bem como permitiu o conhecimento sobre a sexualidade e satisfação sexual, além da luta por emancipação social e política. A emancipação corporal da mulher significa proporcionar a elas o direito a liberdade sexual e reprodutiva, além de impedir qualquer espécie de violação do corpo, seja por escravidão, tortura, estupro e demais violências.

Conforme Lima e Brutti (2018, p. 82-83) destacam, o gênero sempre foi usado pelo ordenamento jurídico para discriminar e inferiorizar a mulher. Somente, após muita luta dos movimentos feministas é que o legislador buscou suprimir, por intermédio da Constituição Federal de 1988, o tratamento discriminatório fundado no sexo e equiparou homens e mulheres em direitos e obrigações.

A Constituição Federal de 1988 é um marco dos direitos humanos para as mulheres, pois além da equiparação já apontadas, entre homens e mulheres, passou a considerar algumas necessidades específicas do gênero feminino, ao garantir a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (7.º XVIII); a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (7.º XVI); a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (7.º XXX).

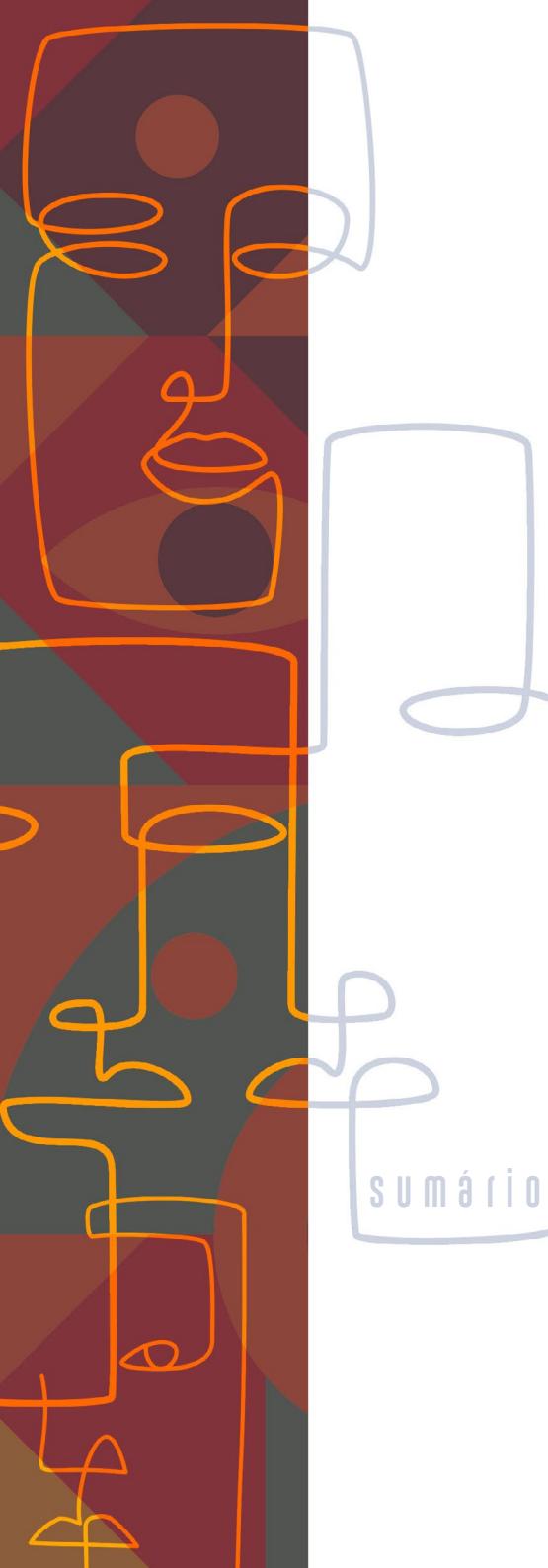
No entanto, a dupla ou a tripla jornada de trabalho, exercida pela maioria das mulheres brasileira, que após desempenhar o trabalho formal, ao chegar em casa precisam realizar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, ainda é um fator desconsiderado pelo ordenamento jurídico, e bastante próprio das estruturas familiares patriarcais, onde ainda se entende que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são vistas como inferiores e de responsabilidade da mulher.

COISA DE MENINA: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A TRIPLA JORNADA

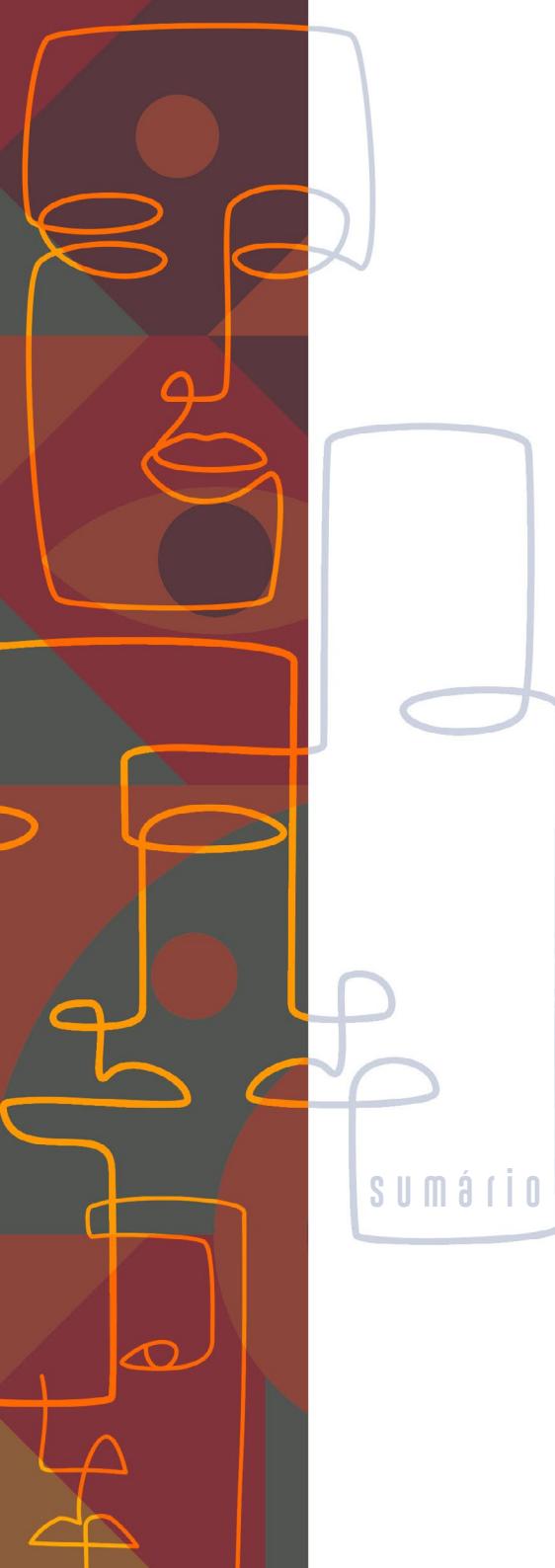
O século XX trouxe significativas mudanças nos padrões comportamentais graças ao controle da natalidade através da pílula anticoncepcional, ao movimento feminista e ao movimento *hippie*. Tais circunstâncias ampliaram os espaços de participação das mulheres no mercado de trabalho, de modo que estas passaram a disputar com os homens as oportunidades existentes por cargos e reconhecimento profissional.

Mesmo assim, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a) revelaram que, em 2018, os homens ganharam, em média, 27,1% a mais que as mulheres, conforme se pode observar da análise dos números e gráficos do estudo publicado em 2019. As mulheres, além de padecerem das discriminações salariais acima referidas, continuam a serem as principais responsáveis pela administração e execução das atividades domésticas, o que as lança mais um desafio: lutar, ainda, pela reformulação da estrutura familiar (ECHEVERRIA, 2016).

Conforme os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua sobre outras formas de trabalho de 2018, “a taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente era 92,2% para as mulheres e 78,2% para os homens e a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores, 37,0 e 26,1%, respectivamente.” (IBGE, 2019b, p. 29). Deste modo, as mulheres



SUMÁRIO



dedicaram por volta de 21,3 horas por semana a essas atividades, já os homens dedicaram 10,9 horas¹⁸⁻¹⁹. A que se devem tais números?

Para Pierre Bourdieu, gênero é um conceito relacional como também uma estrutura de dominação simbólica, que constitui uma relação de poder na qual “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 1999, p. 23). Assim, as evidentes diferenças biológicas e/ou anatômicas entre o sexo masculino e o feminino são utilizadas como justificativa natural para a diferença socialmente construída entre os gêneros e, em decorrência, na justificativa para a divisão social do trabalho²⁰.

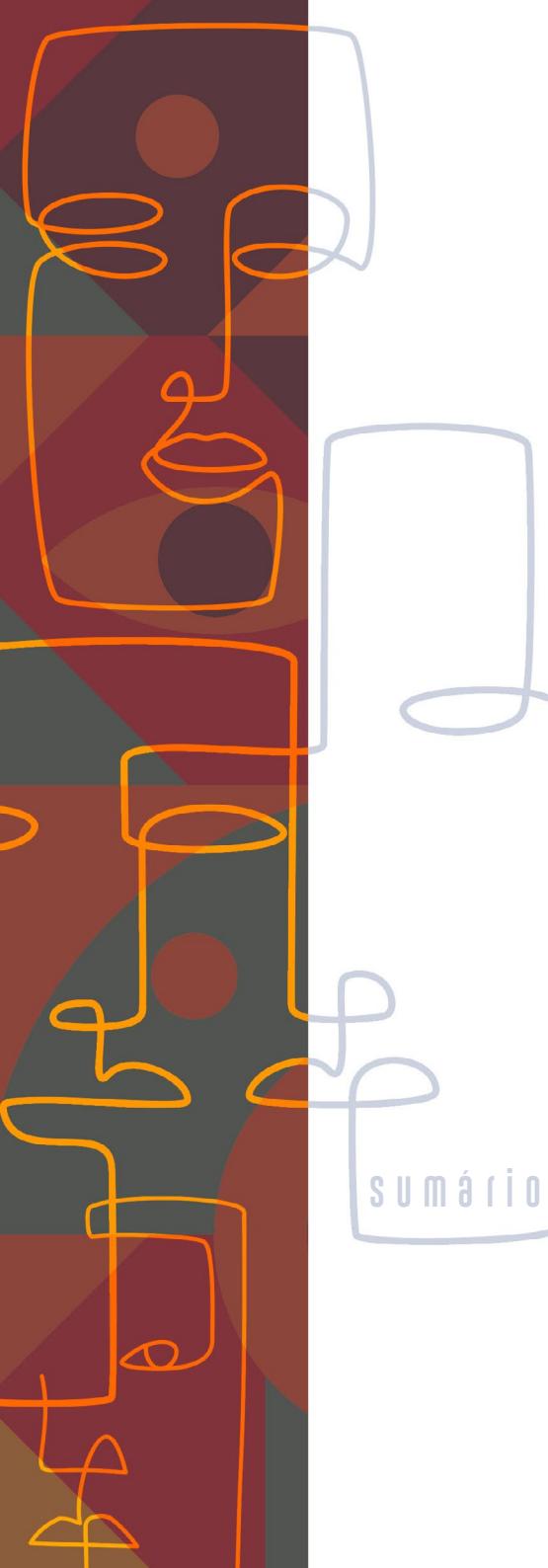
Tais distinções são resultado de um esforço coletivo de socializar o biológico e de biologização do social, que se exerce sobre corpos e mentes, através das relações sociais de dominação que se encarnam em *habitus*²¹ nitidamente distintos e que forjam a

¹⁸ O termo “armadilha da compaixão” foi utilizado por Adams para definir o conjunto de crenças forjadas e aceitas socialmente, que atribuem à mulher, como papel preponderante, o de proteger, criar e promover o crescimento de outros. Embutida está a ideia de que a mulher deve sujeitar suas necessidades pessoais (o que inclui desenvolvimento e realização) ao bem-estar dos outros. É uma construção social que pode fazer com que a mulher se mantenha sujeita a uma servidão prática e emocional. Este local que lhe foi socialmente designado termina por distorcer sua identidade individual e reduzir sua atuação. De tal modo, que ela absorve o papel de protetora em casa, onde os afazeres domésticos e a criação das crianças recaem sobre ela, mas também no âmbito social (AMARAL, 2012).

¹⁹ Sobre o mesmo assunto, os números de 10 anos atrás apontam uma mudança discreta, mas contínua: “do total das mulheres ocupadas, 87,9% declararam cuidar dos afazeres e do total dos homens, 46,1%. O número médio de horas na semana dedicado a esses afazeres é de 20,9 para as mulheres e de apenas 9,2 para os homens” (IBGE, 2009c, p. 206).

²⁰ Joan Scott afirma que Os/as historiadores/as feministas adotam uma variedade de abordagens para analisar gênero, contudo pode-se resumi-las a três linhas teóricas: “a primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias angloamericanas de relação do objeto (object-relation theories), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.” (SCOTT, 1995, p. 77).

²¹ De acordo com o mesmo autor, entende-se por *habitus* a capacidade cognitiva e socialmente constituída para um sistema de esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, o que se dá por meio da internalização dos princípios da cultura (BOURDIEU, 1986; BOURDIEU; PASSERON, 1975).



percepção dos indivíduos a fim de reconhecerem o mundo a partir de tal lógica previamente estabelecida.

Como convém a uma abordagem justrabalhista do fenômeno, deve-se pensar no corpo como o lugar no qual são inscritas as disputas de poder e o capital cultural. Trata-se da primeira forma de identificação: homem ou mulher e por assim ser, aí reside a constatação de que se trata de um ser que será dominante ou dominado.

É “simples” assim: a partir de uma superficial observação dos órgãos externos se “profetiza” uma condição que deve valer e ser carregada como um peso para a vida toda. Ser homem ou mulher, a partir das construções culturais provenientes dessa diferença criou/cria e propagou/propaga inúmeras situações de desigualdades e hierarquias ao longo da história humana, produzindo significados e legitimando injustiças.

A partir deste binômio, indivíduo e mundo se constroem, numa escala sem fim de reprodução de estruturas subjetivas (princípios de visão) e objetivas (princípios de divisão). Este processo de aprendizagem (artificial em seu início) e (aparentemente natural em sua sequência) é longo, informal, implícito e doloroso, uma vez que é respaldado, muitas vezes, por violência física e simbólica. Tudo começa com a educação familiar (individual), e se desenvolve e propaga a partir de outras instituições, a exemplo da escola, da igreja e demais organizações (inclusive as laborais) (BOURDIEU, 2002).

Ainda de acordo com as ideias de Bourdieu (2002), o autoconceito que é responsável pelo modo de agir e sentir de homens e mulheres é gravado no corpo, e passa a ser moldado paulatinamente a partir da divisão sexual do trabalho, da produção e da reprodução biológica e da sociedade.

A partir desta percepção, se explica que os dominados se apresentam como colaboradores – por assim dizer – para sua dominação, pois aderem às relações de dominação, a partir de categorias construídas do ponto de vista dos dominantes.

Em assim sendo, o poder simbólico passa a ser exercido sem qualquer coação física, emoldurando emoções, paixões e sentimentos.

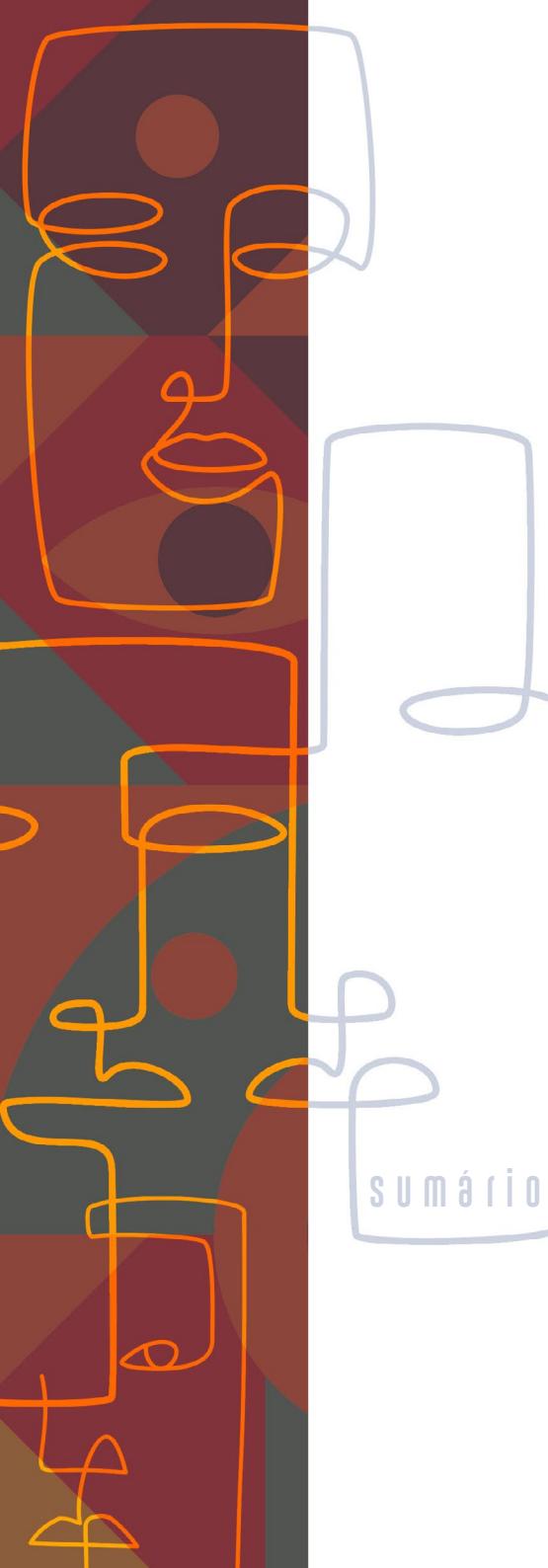
Os reflexos disso nos espaços laborais são múltiplos, um bom exemplo é a determinação social de atividades típicas femininas e típicas masculinas:

[...] o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos, 6,2 milhões, em 2018 (ou 6,8% dos ocupados). Nessa atividade verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo esta essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). Em situação inversa, a Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,5 milhões de homens e somente 235 mil mulheres, em 2018 (IBGE, 2019c, p. 25).

Sobre a mesma situação, adiante os dados de 11 anos atrás: A proporção de mulheres nessa posição no mercado de trabalho é de 6,4%, enquanto dos homens é de 3,2% (IBGE, 2009c, p. 204).

Outro exemplo, como foi referido anteriormente, é a discrepância dos salários pagos a mulheres e homens – em 2018 os homens ganharam, em média, 27,1% mais que as mulheres (IBGE, 2019a), todavia, se fizermos o recorte temporal e compararmos estes números com os de 11 anos atrás teremos que, mesmo com nível escolar superior completo, as mulheres só conseguem receber 58% do salário dos homens com igual escolaridade (IBGE, 2009c). Aqui se observou um padrão de mudança mais expressiva²².

²² Pesquisa da OIT de 2018/2019 analisou os dados de 115 países e concluiu que a diferença salarial média é de 14%. Além disso, nas profissões dominadas por homens as diferenças salariais são ainda mais altas (OIT, 2019).



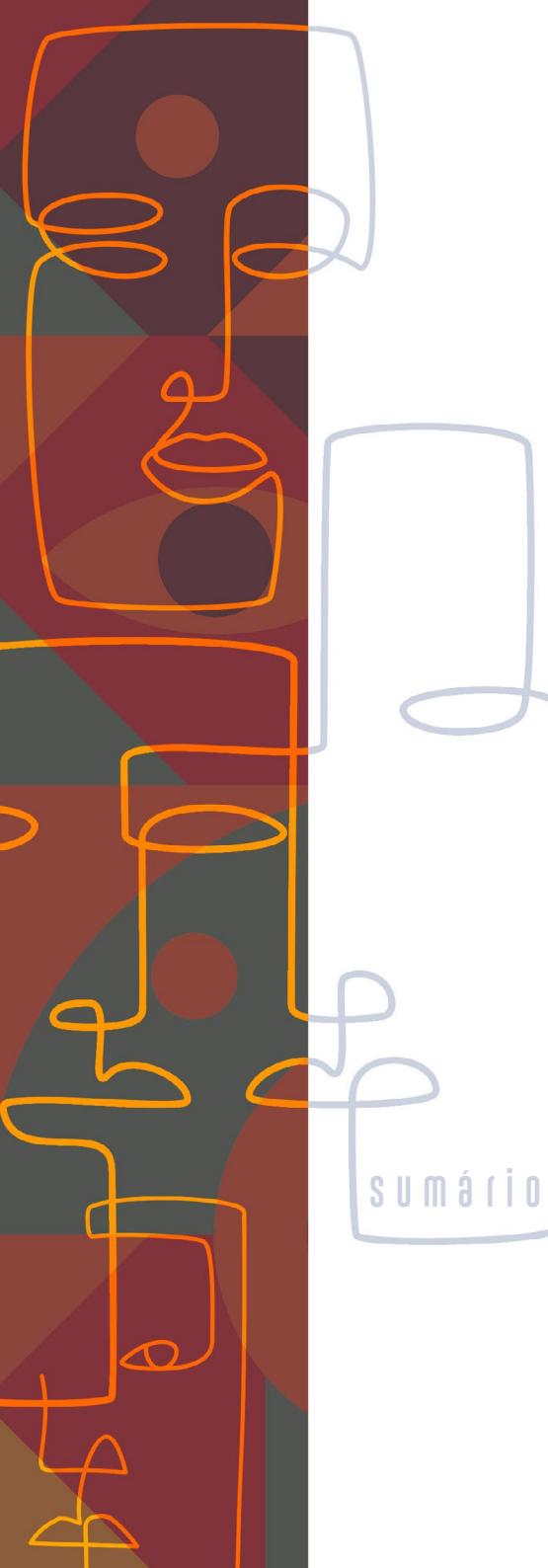
A evidência da COVID-19 trouxe um cenário laboral ainda mais adverso para as mulheres: a conciliação dos fatores lar, filhos e trabalho no mesmo tempo/espaco.

O recorte, neste caso, trata do teletrabalho, cujo conceito e promessas desde a década de 70 dos anos 1900 vem atraindo cada vez mais adeptos. Sua linha evolutiva está estreitamente relacionada a situações de catástrofes, desastres naturais, desenvolvimento e massificação das tecnologias (SMAHA, 2009).

Assim, o teletrabalho tem sido entendido, por seus defensores, como a solução para uma infinidade de questões individuais, organizacionais e sociais, o que nos traz à situação atual da pandemia, pois em face do isolamento social e quarentena o teletrabalho é imposto como única modalidade viável, quando possível.

Ao abordar (de forma teórica) o teletrabalho sob a lente labor feminino os estudiosos se dividem, há argumentos que sustentam que na ocorrência do teletrabalho em casa os papéis tradicionais relacionados ao gênero acabam por se tornarem mais evidentes, sobretudo questões relacionadas às atividades domésticas (WILSON; GREENHILL, 2004).

De acordo com os estudos de Sullivan e Smithson (2007), encontramos uma interessante pesquisa com o propósito de testar a hipótese de que “o teletrabalho seria uma ferramenta para promoção da igualdade de gêneros” no aspecto particular da divisão do trabalho entre homens e mulheres. Os resultados apontaram que mulheres e homens possuem motivações diferentes para a adesão ao regime de trabalho. As mulheres demonstraram interesse pela possibilidade de desempenhar suas atividades domésticas e cuidar dos filhos, já os homens se demonstraram movidos pelo poder de controle sobre seu próprio trabalho. Abordados sobre “o trabalho doméstico” suas respostas foram sempre no sentido de “passar mais tempo com a família e ‘ajudar’ as esposas” (SULLIVAN; SMITHSON, 2007, p. 459).



Assim, as autoras chegaram à conclusão de que as escolhas foram relacionadas às ideologias que os casais possuíam no que diz respeito ao gênero. De modo que, para elas, ficou demonstrado que a evidência do teletrabalho no ambiente familiar não afeta a ideologia existente sobre as questões de gênero, a não ser que os casais já possuam uma ideologia mais igualitária com relação ao assunto.

Duas reflexões nos acompanham ao final deste título: como se comportarão as conquistas femininas no contexto de equiparação salarial e ingresso no mercado de trabalho no cenário pós-pandemia? E ainda, quais serão as mudanças (se é que existirão) com relação à divisão dos trabalhos domésticos e de cuidado com os filhos/idosos?

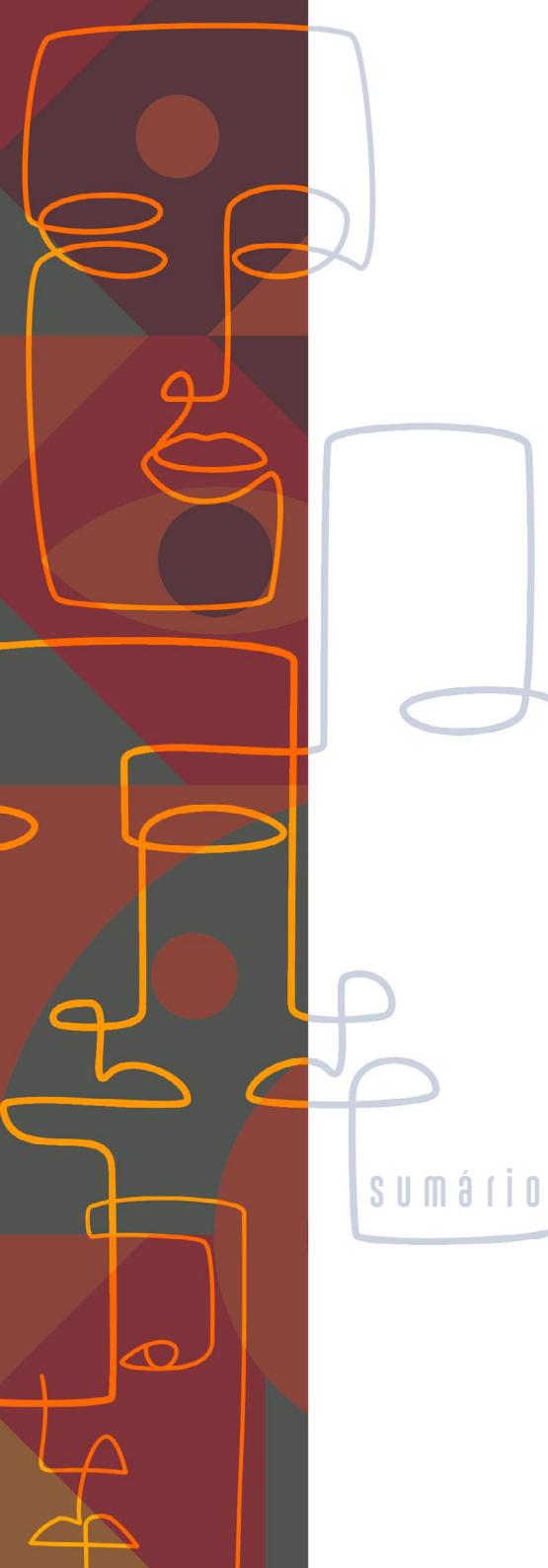
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Charles Fourier (1841), importante pensador do século XIX, escreveu que o grau de emancipação das mulheres em uma sociedade é o termômetro geral através do qual se mede à emancipação geral.

O que observamos no Brasil é que, muito embora com diversas conquistas, ao longo do tempo, inclusive normativas, nos perguntamos se elas estariam consistentes a ponto de suportar os “efeitos colaterais sociais” da covid-19.

De acordo com o estudo elaborado por Barroso e Gama:

Desigualdades de gênero, bem como de raça, território, regionalidade, renda e escolaridade, são as responsáveis por colocar mulheres pobres no centro dos grupos possivelmente mais afetados pela pandemia do coronavírus; o caminho inverso também se mostra verdadeiro, na medida em que a crise sanitária e econômica em curso tem o poder de impor profundos retrocessos na busca por justiça social e igualdade de gênero no país (2020, p. 86).



O dossiê *“Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women”*, elaborado pelas Nações Unidas: “As mulheres serão as mais atingidas por esta pandemia, mas também serão a espinha dorsal da recuperação nas comunidades. Cada resposta política que reconheça isso terá mais impacto para ela” (UN, 2020, p. 7) (tradução dos autores).

No Brasil, com relação ao sexo, as mulheres estão mais sujeitas à perda de emprego por estarem menos presentes em setores considerados essenciais, como construção e transporte, é o que consta na pesquisa recentemente realizada por Rogério Jerônimo Barbosa e Ian Prates (BARBOSA; PRATES, 2020).

Os dados acima referidos, validam as preocupações dos autores objeto do presente ensaio, no sentido de que as desigualdades profundamente enraizadas na construção social, histórica e cultural do nosso país, põe as mulheres no centro dos grupos mais potencialmente afetados pelo coronavírus.

Assim, entendem os autores que se justifica a importância da transversalização de gênero nas análises, planejamentos, pesquisas e políticas intervencionistas do Estado como medidas de combate e enfretamento da perda das conquistas históricas femininas no pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Graziele Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí/UFG*, v. 2, n. 13, p. 1-20, 2012.

BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. *Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade*. Disponível em: [http://centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/Boletim_2_Covid19__NT2v3.pdf](http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/Boletim_2_Covid19__NT2v3.pdf). Acesso em: 27 set. 2020.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia COVID 19 para as mulheres no Brasil. *Revista do Ceam*, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jul. 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John. (org.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.

D'ANGELO, Isabele Moraes; LANDO, Giurge André. As mulheres e a Covid-19: muito além da terceira jornada. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 224, p. 108-118, set./out. 2020.

ECHEVERRIA, Jasmin Gladys Melcher. *Relações entre mulheres trabalhadoras e violência doméstica: percepções de mulheres atendidas em um Centro de Atendimento à Mulher*, 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

FOURRIER, Charles. *Théorie des Quatre Mouvements*. Paris: Prodinnova, 1841.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: outras formas de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-prad-continua.html?edicao=24091&t=publicacoes>. Acesso em: 27 set. 2020.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009c*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>. Acesso em: 27 set. de 2020.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019b*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 27 set. de 2020.

LIMA, Jaíne Pereira; BRUTTI, Tiago Anderson. A cultura machista como fator condicionante da eficiência do princípio da igualdade e da persistência da violência contra a mulher na sociedade. In: *Anais da II Mostra Científica do GPJur*, Unicruz | Cruz Alta, v. 1, n. 2, p. 80-92, 2018.

OIT. Relatório Global de Salários 2018/19: *O que está por trás das disparidades salariais de gênero?* Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_650553/lang--en/index.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, p. 71-99, jul. a dez. 1995.

SMAHA, Hágata Crystie. *Trabalho e família no contexto do teletrabalho: o olhar de teletrabalhadores e seus co-residentes*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

SULLIVAN, Cath; SMITHSON, Janet. Perspectives of homeworkers and their partners on working flexibility and gender equity. *International Journal of Human Resource Management*, v. 18, n. 3, p. 448-461, mar. 2007.

UNITED NATIONS. Policy Brief: *The Impact of COVID-19 on Women*. 2020. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406>>. Acesso em: 27 set. 2020.

WILSON, Melanie; GREENHILL, Anita. Gender and Teleworking identities in the risk society: a research agenda. *New Technology, Work and Employment*, v. 19, n. 3, p.207-221, mar. 2004.



12

ROBERTA RAYZA SILVA DE MENDONÇA
ALLENE CARVALHO LAGE

MULHERES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO E OS PAPÉIS DE GÊNERO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.059.192-207

INTRODUÇÃO²³

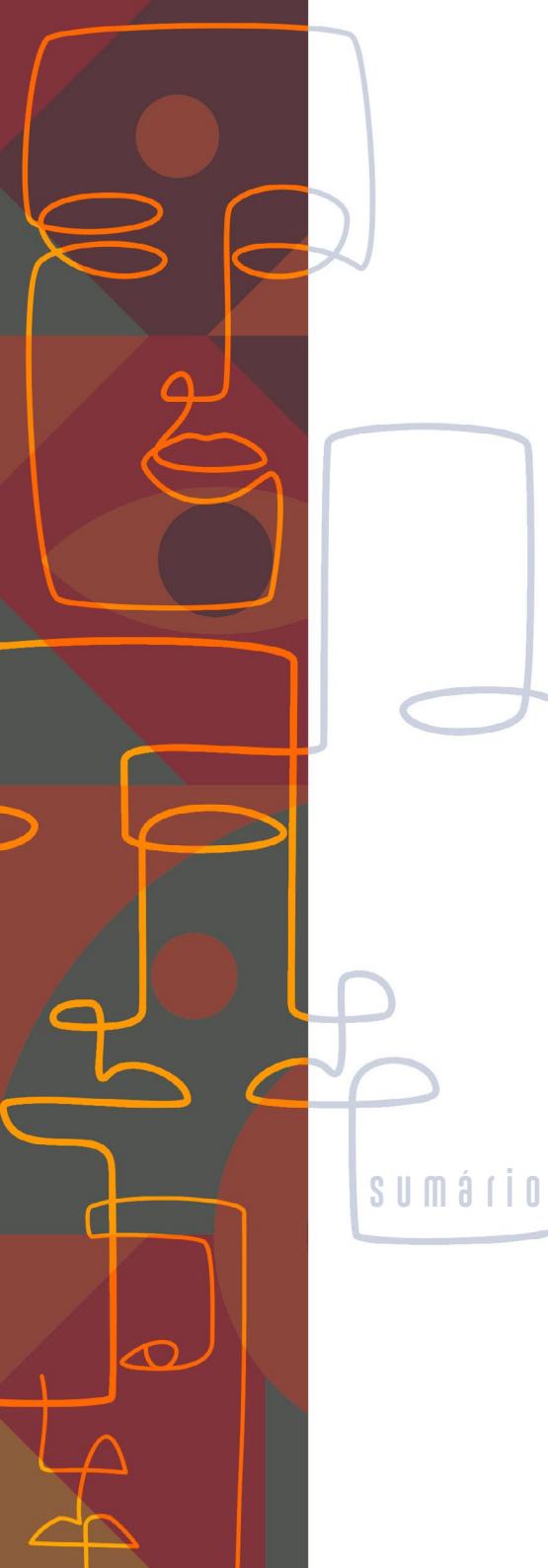
"eu nunca vou voltar a ser o que era [...] quando eu voltar para a Síria, terei que trabalhar. Eu não posso voltar a ser uma dona de casa"

Ao tratar sobre os deslocamentos forçados, em especial no que toca ao refúgio, é preciso compreendermos que esse fenômeno também é composto por mulheres. A necessidade de demarcar esse espaço como sendo ocupado, também, por mulheres se mostra importante, pois era tido apenas enquanto vivenciado por homens, fazendo emergir assim os estudos sobre "feminização das migrações".

Em se tratando dos papéis de gênero, as mulheres refugiadas desafiam a lógica patriarcal e passam a se perceber enquanto pessoas capazes e detentoras de poder, o que antes lhes era negado. Infelizmente, mudança possível apenas diante das condições que o refúgio impõe. Nesse caminho, nossa pergunta norteadora parte do seguinte questionamento: Como as mulheres em situação de refúgio vivenciam possíveis violações de direitos humanos e as mudanças nos papéis de gênero nos países de acolhimento?

O objetivo geral consiste em: Compreender como as mulheres em situação de refúgio vivenciam possíveis violações de direitos humanos e as mudanças nos papéis de gênero nos países de acolhimento. Sendo os objetivos específicos: I- Mapear o atual cenário de deslocamentos forçados a partir dos "Global Trends"; II- Discutir sobre à proteção de direitos humanos para as mulheres em situação de refúgio e III- Descrever sobre as mudanças nos papéis de gênero vivenciadas por mulheres em com status de refugiada.

²³ O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Assim, nossa metodologia se faz a partir de uma abordagem qualitativa, que nos permite perceber as mudanças nos papéis de gênero vivenciadas pelas mulheres refugiadas nos países de acolhimento. Utilizaremos ainda o método exploratório e descritivo, que nos auxiliará a explorar os materiais sobre os fluxos migratórios forçados, bem como descrever a realidade dessas mulheres. A coleta de dados será documental, através dos relatórios elaborados pelo ACNUR, para coletar informações sobre as experiências dessas mulheres (GIL, 2002). Por fim, a análise desses dados será a análise de conteúdo, para desvelar as mudanças nos papéis de gênero, apontadas em suas falas (BARDIN, 2007).

A importância de discutir sobre esse contexto aponta para a necessidade de perceber as especificidades de mulheres em situação de refúgio no que toca às violações de direitos humanos e mudanças nos papéis de gênero.

CENÁRIO DOS DESLOCAMENTOS FORÇADOS A PARTIR DOS *GLOBAL TRENS*

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, elabora, anualmente, relatórios nominados de “*Global Trends*”, que têm como objetivo dar conta dos dados sobre os deslocamentos forçados em todo o mundo, incluindo pessoas refugiadas, requerentes de asilo, pessoas deslocadas internamente – PDI –, refugiadas(os) retornadas(os), PDI retornadas(os), indivíduos sob o mandato de apatridia do ACNUR e outros grupos ou pessoas de interesse.

É preciso mencionar que nem todos os dados apresentados nesses relatórios são recolhidos pelo próprio ACNUR, alguns são provenientes dos países de acolhimento. Assim, o Alto Comissariado pontuou que em alguns casos os dados foram cedidos de maneira

sumário

desagregada, como: idade, sexo ou gênero, acabando por dificultar o traçado do perfil de quais as maiores e mais urgentes necessidades das pessoas deslocadas. Alguns dados são bem interessantes quando pensados de maneira conjunta. Assim, realizamos uma explanação das informações que mais se destacaram nos “*Global Trends*”, para que tivéssemos um apanhado desses deslocamentos forçados.

Umas das informações que chama atenção é que no ano de 2003 o números de pessoas deslocadas forçosamente caiu em 18%, no entanto, dos 17,1 milhões de pessoas, 57% eram pessoas refugiadas, e embora ainda representasse um número considerável, era o segundo ano consecutivo em que o seu total diminuía (ACNUR, 2004).

Percebendo que havia necessidade de alinhar as metodologias para a coleta de informações junto à comunidade internacional, a partir do ano de 2006 que foram realizados ajustes sobre como ocorreria essa coleta para que os números pudessem refletir melhor a realidade desses deslocamentos forçados. No ano de 2012 a Síria deixou de ser um dos países que mais recebia refugiadas(os) e se tornou o quarto país de maior origem destes. Embora a Síria estivesse crescendo no número de refugiadas(os), em 2012 ainda era o quinto país que mais hospedava refugiadas(os). No relatório de 2013 a Síria deixou de ser um dos primeiros países hospedeiros e passou a ser o segundo com maior número de refugiadas(os). Sobre as(os) refugiadas(os) sírias(os), o “*Global Trends*” apontou: “este foi o maior êxodo de um único grupo de refugiados desde o genocídio ruandês em 1994” (ACNUR, 2014a, p. 15, tradução nossa).

Se o total do número de deslocadas(os) estava aumentando, o ano de 2014 provou que a crise humanitária não tinha dado sinais de que iria diminuir, assim, este ano contabilizou um total de 59,5 milhões de pessoas, deslocadas no mundo como resultado de perseguição, conflitos, violência generalizada ou violações dos direitos humanos (ACNUR, 2015).

sumário

Em 2014 a Guerra na Síria chegou ao seu quarto ano, assim, pensando em dados mundiais, “uma em cada cinco pessoas deslocadas era da Síria [...]. A Síria fez da Turquia o país do mundo que mais refugiados hospedavam posição ocupada pelo Paquistão por mais de uma década” (ACNUR, 2015, p. 05, tradução nossa).

O último relatório, de 2019, aponta que 79,5 milhões de pessoas se deslocaram de maneira forçada, desse total, 26 milhões eram pessoas refugiadas. Nesse mesmo ano, a Venezuela passou a ocupar o segundo lugar como sendo o país de origem do maior número de pessoas refugiadas, ficando atrás apenas da Síria (ACNUR, 2020).

Os “*Global Trends*” são importantes por trazerem dados sobre como caminha o cenário de deslocamentos forçados no mundo todo. Mesmo com algumas alterações, ainda não há uma metodologia internacional para a coleta de dados, o que pode dificultar não apenas um registro que corresponda a verdade deste quadro, mas também a assistência adequada para essas pessoas.

A necessidade de fazer uma análise dos relatórios do ACNUR, “*Global Trends*”, se fez interessante para apontar que embora as mulheres representassem, ao longo dos anos, em média, 48% do número total de refugiadas, esses deslocamentos não tinham grande notoriedade, fazendo com que houvesse a necessidade de se falar, estudar e compreender a feminização das migrações.

Em especial, em se tratando das mulheres refugiadas, a falta de conhecimento sobre o perfil dessas mulheres impossibilita traçar estratégias que se adequem as suas necessidades, assim, a assistência para elas é dada de maneira uniforme, num primeiro momento, para em seguida, as particularidades que cada uma delas carrega possa ser sanada, como: se tem filhos ou não; se estão grávidas; se são portadoras de necessidades especiais, ou estão acompanhadas de alguém, entre tantas outras.

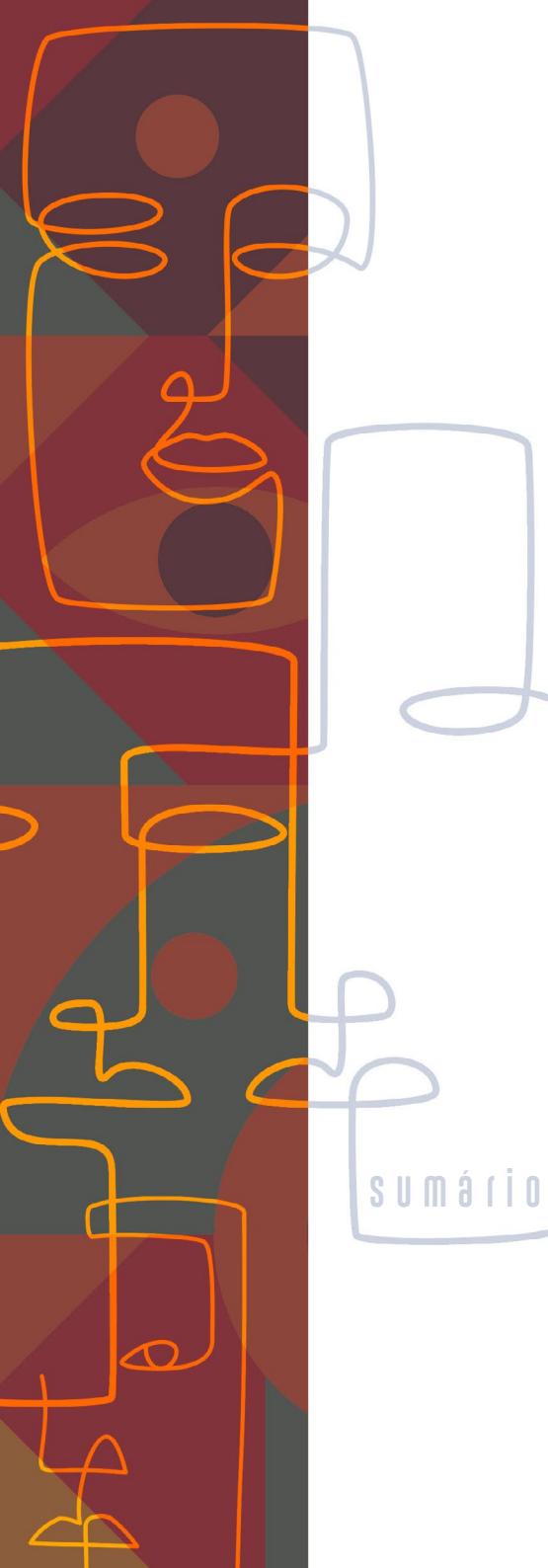
FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS

Ao longo dos séculos as mulheres sempre foram invisibilizadas e inferiorizadas, e embora existam leis que garantam seu engajamento político-social em espaços de decisão, a dicotomia público/privado ainda media o debate sobre a história de lutas das mulheres, bem como segue fortalecendo e mantendo o imaginário e as práticas sociais patriarcais que estabelecem hierarquias entre gêneros e que, via de regra, invisibilizam a atuação das mulheres nos espaços sociais para além da casa/família.

É sabido que as mulheres eram vistas como propriedade dos seus pais, e, uma vez casadas, os seus respectivos maridos passavam a ter poder sobre elas. A negação de direitos correspondia desde a negação ao divórcio a possibilidade de participação política.

Ao falar sobre direitos humanos, o caminho de lutas e conquistas não foi muito diferente, pois eram direitos pensados, inicialmente, apenas para os homens, tendo inclusive a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que foi um documento culminante da Revolução Francesa, pontuando a dificuldade da mulher conseguir seu espaço dentro de uma sociedade ocidental capitalista.

Percebemos então que as muitas violações de direitos humanos que as mulheres se deparam ao longo de suas vidas (violência de gênero, física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) estiveram ligadas a uma figura patriarcal. Com tantas formas e variações de violações, essas mulheres têm sua humanidade negada, somatizando e internalizando tais violências se sentem inferiores, sem condições, em especial psicológicas, de enfrentar seus agressores/violadores.



SUMÁRIO

sumário

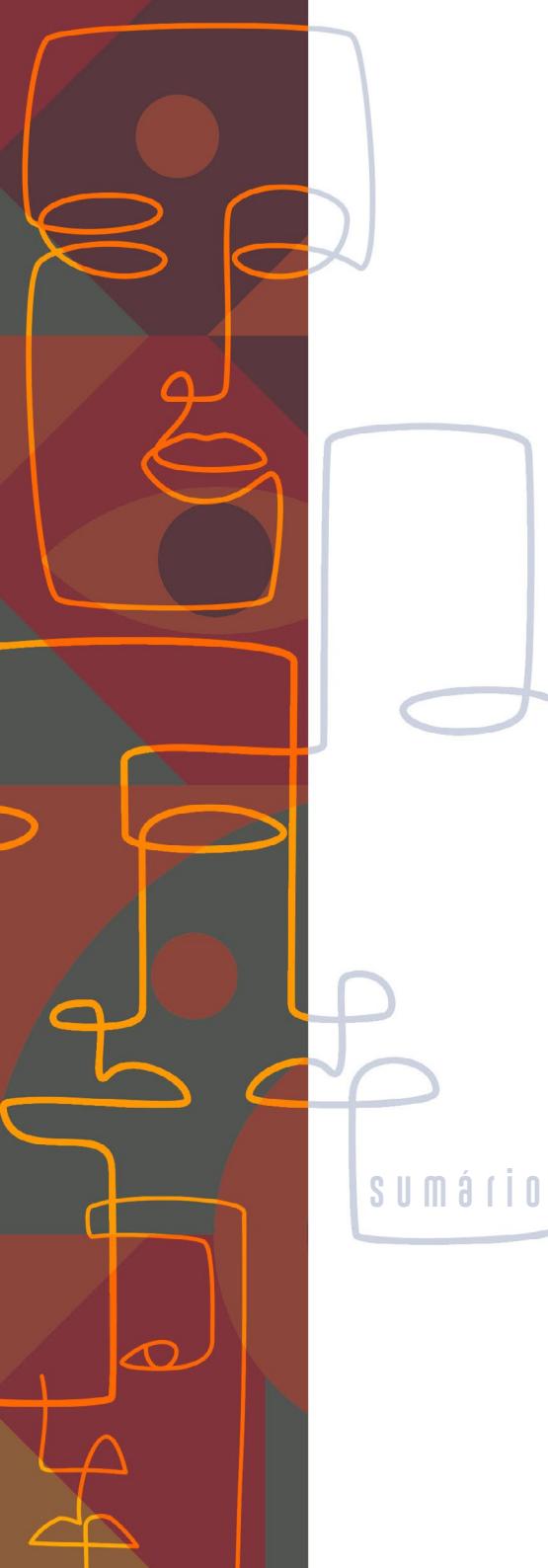
As diferenças entre os gêneros são tamanhas em uma sociedade ocidental capitalista, os espaços públicos e privados se confundem e a essas mulheres os espaços públicos são negados reiteradamente. Pensar sobre gênero, segundo Medeiros e Leitão (2011), é refletir sobre o enfrentamento das estruturas burocráticas que sustentam essas desigualdades, as quais vão além de fatores meramente biológicos, são diferenças que estão presentes e sustentam o Estado e sua perversa diferenciação em relação as minorias sociais ao longo dos tempos.

Medeiros e Leitão (2011) observam que as mulheres devem participar desses espaços políticos opinando sobre as decisões que são tomadas, como maneira de garantir seus direitos. São perceptíveis os avanços trazidos pelos movimentos feministas, mas ainda é preciso lutar pela superação das desigualdades de gênero. Essa desigualdade que é reforçada na sociedade, pela desvalorização do gênero feminino e enaltecimento do masculino.

Moulin (2011, p. 146), diz que aquele indivíduo que precisa da proteção dos direitos humanos é, quase sempre, aquele que se encontra a margem, o “excluído”, assim, é possível pensar, também, nas vítimas de deslocamento forçado, pessoas que entendem que “a cidadania possui pouco ou quase nenhum significado”.

Para além das violações de direitos humanos que marcam os fluxos migratórios, a violência de gênero também se insere como mais um fator determinante nesse processo, fazendo com que essa violência de gênero também seja causa não só para a mulher sair de seu país, como também ser considerada refugiada em outro Estado.

As violências que estas mulheres podem sofrer durante o trajeto do país de origem até o país de acolhida, e no próprio país de acolhimento, como nossa pesquisa demonstrará, são várias, além de se deparar com o iminente risco de perderem suas vidas, existem relatos de mulheres que são obrigadas a ter relações sexuais em troca de comida.



No entanto, muitas mulheres se aventuraram no difícil caminho de um deslocamento forçado na tentativa de fugir da violência de gênero.

Pena Gutierrez (2010, p. 268) corrobora com essa ideia, e fala que *“en todos los continentes, la mujer experimentaba humillación y escasa valoración”*, reforçando o entendimento de que as mulheres sempre estiveram/estão abaixo de um poder patriarcal. Pensando no contexto das migrações, Teles (2007, p. 65-66) argumenta que: “são três os fatores que provocam a migração, atualmente: a violência estrutural, a violência política e a violência de gênero [...]. São mulheres em situação de violência que buscam outros espaços para reconstruir sua cidadania. [...]”.

As violações aos direitos humanos ocorrem de maneira desenfreada, principalmente no que toca aos estudos das migrações forçadas, e em se tratando das mulheres refugiadas, objeto de estudo de nossa pesquisa, faz com essas mulheres sejam duplamente inferiorizadas, por serem mulheres, e por serem refugiadas. Um assunto que chama atenção e gera discussões.

A RELAÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO COM A MUDANÇA DOS PAPÉIS DE GÊNERO

Antes de pensar como as mulheres refugiadas lidam com essas mudanças, é preciso perceber como esses papéis de gênero se constroem e passam a definir e limitar espaços que devem ser ocupados por “x” ou “y” e até que ponto podem ou não sair dessas caixas onde estão pré-determinadas as “tarefas” de casa ser humano. A partir de binarismos, mulher x homem, coisa de menina x coisa de menino, brincadeira de menina x brincadeira de menino e tantos outros, vão se demarcando espaços e tarefas que correspondem a mulheres e aos homens.

sumário

O desenhar desses limites se faz a partir de uma cultura que se coloca enquanto sendo superior as demais, e assim o faz a partir de discursos que ditam essa cultura como sendo aquela onde as reais verdades estão contidas, assim as outras devem apenas seguir, sem muitos questionamentos e adotando suas características enquanto unâimes e orientadoras das demais, caminho este atribuído a cultura ocidental.

As falas das mulheres refugiadas que advém do relatório *“Woman alone: the fight for survival by Syria’s refugee women”*, vão apontar como elas passaram a perceber a(s) mudança(s) de papéis de gênero em seu novo cotidiano, em razão do refúgio, e de como elas superam/conseguem lidar com essas modificações em suas novas vidas.

As mulheres refugiadas colocaram que o fato de serem mulheres, seu gênero, fazia com que a dificuldade para encontrar um trabalho aumentasse, como é o caso de Dalal, que morava no Líbano, na cidade de Halba, e trabalhava com agricultura, ela disse: *“Como mulher, minha capacidade de trabalhar é mais limitada do que um homem”*, fala ainda *“Eu não posso trabalhar em todos os lugares que um homem pode, mas eu tento. Por um tempo, trabalhei em uma serraria”* (ACNUR, 2014b, p. 34, tradução nossa).

O fato de ser mulher, para elas, também contribui para que não conseguissem se inserir no mercado de trabalho, pois, para os homens, culturalmente, é dado trabalhos que exigem força, e para as mulheres funções onde o cuidado e qualquer outra atividade relacionada à maternidade esteja envolvida.

Se é a partir do gênero que as relações de poder acontecem, as mulheres, percebidas enquanto mais frágeis e seres não pensantes as possibilidades de se desenvolverem sem que ao seu lado exista uma figura masculina são praticamente inexistentes. E embora Scott (1995) observe que não é apenas o gênero que faz a manutenção dessa noção de “relações de poder” a ele é atribuído o nascedouro desta.

sumário

As mulheres refugiadas apontaram para a ruptura dessa falsa ideia de que a figura masculina se faz imprescindível em suas vidas, e mesmo em meio a tantas dificuldades, conseguiram superar os desafios impostos a suas novas vivências e assim vão dando conta de se desenvolverem nesses países de acolhimento.

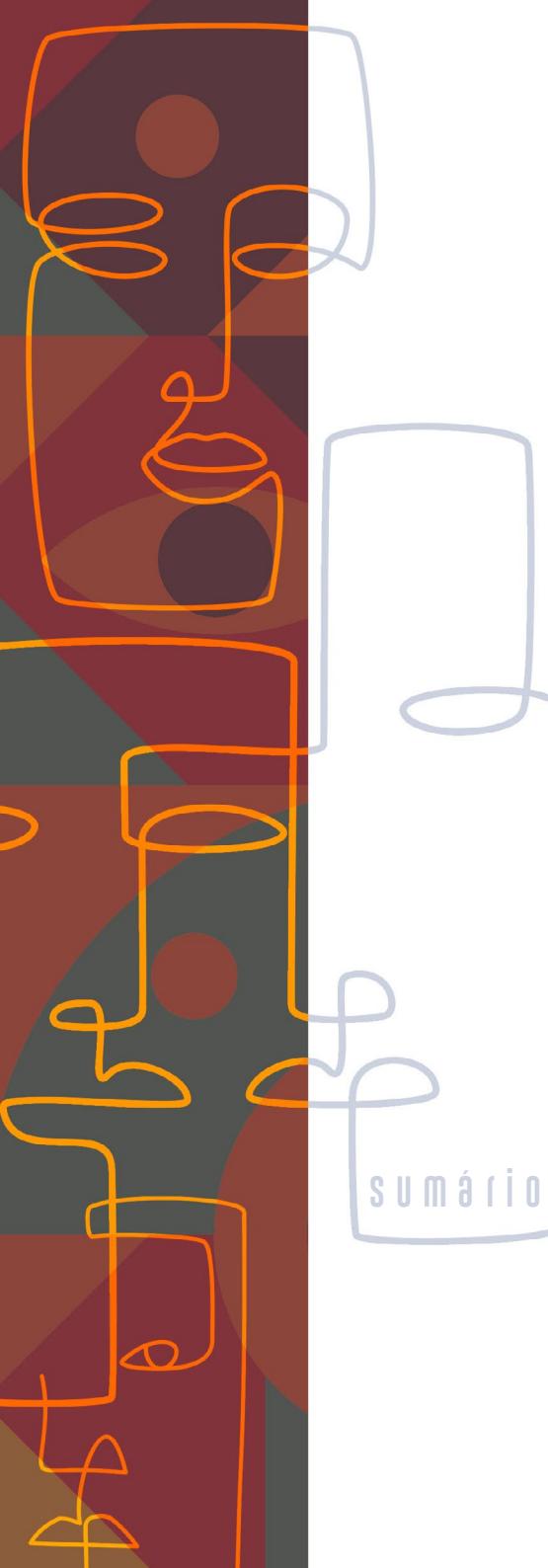
O relatório *“Woman alone: the fight for survival by Syria’s refugee women”*, apontou que 94% das mulheres refugiadas entrevistadas perceberam que as suas responsabilidades, enquanto mulheres refugiadas, havia mudado, pois agora eram chefes de família e seriam responsáveis por proverem seus lares (ACNUR, 2014b).

Por outro lado, 95% dessas mesmas mulheres contaram que essa mudança dos papéis de gênero era algo negativo em suas vidas (ACNUR, 2014b). O fato de perceberem essas mudanças enquanto negativas, no entanto, não impediu essas mulheres de se desenvolverem nos países de acolhimento.

Em relação ao fato de que agora a maioria dessas mulheres se tornaram chefes de suas famílias, e agora precisavam prover seus lares, mesmo em meio a tantas dificuldades, a pressão na mudança de papéis se sobressai em suas falas.

Dina, que cuidava de seis filhos disse: *“Eu estou preenchendo o papel de mãe e pai”, e continuou, “eu tenho que me preocupar com as finanças e a escola. Eu tenho que protegê-los, fornecer para eles e dar a eles um amor de mãe e pai ao mesmo tempo. Minha vida é exaustiva. Eu me sinto atacada”* (ACNUR, 2014b, p. 45, tradução nossa).

Na fala de Dina foi perceptível que o sustento de sua família não era de sua responsabilidade, seu marido, antes provedor, estava na Síria. A incumbência de que agora precisava buscar meios para que seus filhos pudessem estudar, bem como demais despesas, era algo novo na vida de Dina.



Por outro lado, outras mulheres refugiadas, já eram responsáveis por seus lares, e o refúgio lhes fez perceber uma outra realidade com a qual não estavam acostumadas. As mudanças que ocorreram na vida dessas mulheres são muitas, Iman de 42 anos, que morava em Aleppo contou que sua vida era muito diferente da que agora levava, ela disse: *"Meu papel como mulher mudou completamente. Eu era independente e forte na Síria"*, e completou: *"Eu estava livre. Quando cheguei aqui minha vida foi abaixo de zero"* (ACNUR, 2014b, p. 45, tradução nossa).

Como mencionado, nem todas as mulheres refugiadas tinham suas vidas limitadas aos cuidados das suas casas e de suas(eus) filhas(os). Iman tinha uma confortável vida em Aleppo antes do conflito armado obrigá-la a deixar tudo e fugir para o Egito, na tentativa de que pudesse sobreviver (ACNUR, 2014b). Muitas das mulheres que foram entrevistadas relataram o quanto estressante é a vivência do refúgio e as dificuldades de assumirem novas responsabilidades, que a elas são estranhas, uma vez que costumavam ter a figura masculina para lidar com as despesas da casa e ser o tomador de decisões, tarefas que agora cabem a elas (ACNUR, 2014b).

Hadeel, fugiu para Mafraq, na Jordânia, perdeu seu marido e seu filho de nove anos, para ela as novas responsabilidades da vida de uma mulher refugiada lhes eram penosas, ela contou: *"Um homem carrega o maior peso da responsabilidade"*, e completou: *"Este mundo foi construído de uma forma que torna mais fácil para um homem lidar. É difícil para uma mulher fazer isso"* (ACNUR, 2014b, p. 45, tradução nossa).

Na fala de Hadeel foi possível identificar que enquanto mulher, para ela, estar sozinha era ainda mais custoso, pois responsabilidades que antes não lhe cabiam agora lhe pesam os ombros. Ser uma mulher refugiada e estar sozinha, sem uma figura masculina, que para algumas é sinônimo de proteção, foi uma realidade com a qual precisaram se adaptar.

sumário

As construções sociais dos papéis de gênero acabaram impactando na vida dessas mulheres refugiadas quando se perceberam sozinhas sem uma figura masculina que tomava tomar decisões e era o provedor, além de representar segurança para elas.

Para essas mulheres refugiadas a mudança de papéis de gênero foi algo difícil, mas que buscaram superar para dar conta de sustentar seus familiares e a si mesmas. Khawla, uma mãe de 27 anos, que morava em Homs, na Síria, comentou: *“Antes da situação na Síria, a maioria das mulheres eram mimadas, tudo era entregue na casa. Sua dignidade foi preservada”* [...] *“Se o marido de uma mulher estivesse aqui, ela não teria que falar com estranhos, lutar por ajuda alimentar. Ela teria ficado em casa”* (ACNUR, 2014b, p. 46, tradução nossa).

Algumas mulheres, no entanto, perceberam a mudança de papéis como algo positivo em sua rotina. Foi o caso, por exemplo, de Maysoon, 31, que morava também em Homs, na Síria, e hoje vive em Halba, cidade do Líbano, e cuida dos quatro filhos de seu irmão. Ela disse: *“Eu costumava ser provida, e agora eu sou a provedora”* [...] *“Recebi o papel de mãe sem nunca ter dado à luz”*, contou ela. *“Eu farei qualquer coisa em meu poder para dar a eles o que eles precisam. Eu sou mais ativa agora; eu trabalho, tomo decisões e cuido da família. Isto me faz feliz”* (ACNUR, 2014, p. 64, tradução nossa).

O Instituto de Formação Psicossocial no Cairo (IFPSC), na cidade do Egito, chegou a pontuar que as mulheres refugiadas que agora eram chefes de família tinham uma maior disposição a sofrerem depressão e/ou estresse psicológico; assim, eles dispunham de serviço de aconselhamento para ajudar essas mulheres com as dificuldades do deslocamento, e outros serviços (ACNUR, 2014b).

Mesmo em meio às dificuldades impostas pelo refúgio, e apresentas aqui, Maysoon percebeu que ao mesmo tempo em que não conseguia dar conta de todas as necessidades da sua família,

sumário

Ihe foi dada uma chance de viver uma vida onde ela poderia tomar decisões e ser a provedora do seu lar, o que antes não era uma realidade possível (ACNUR, 2014b).

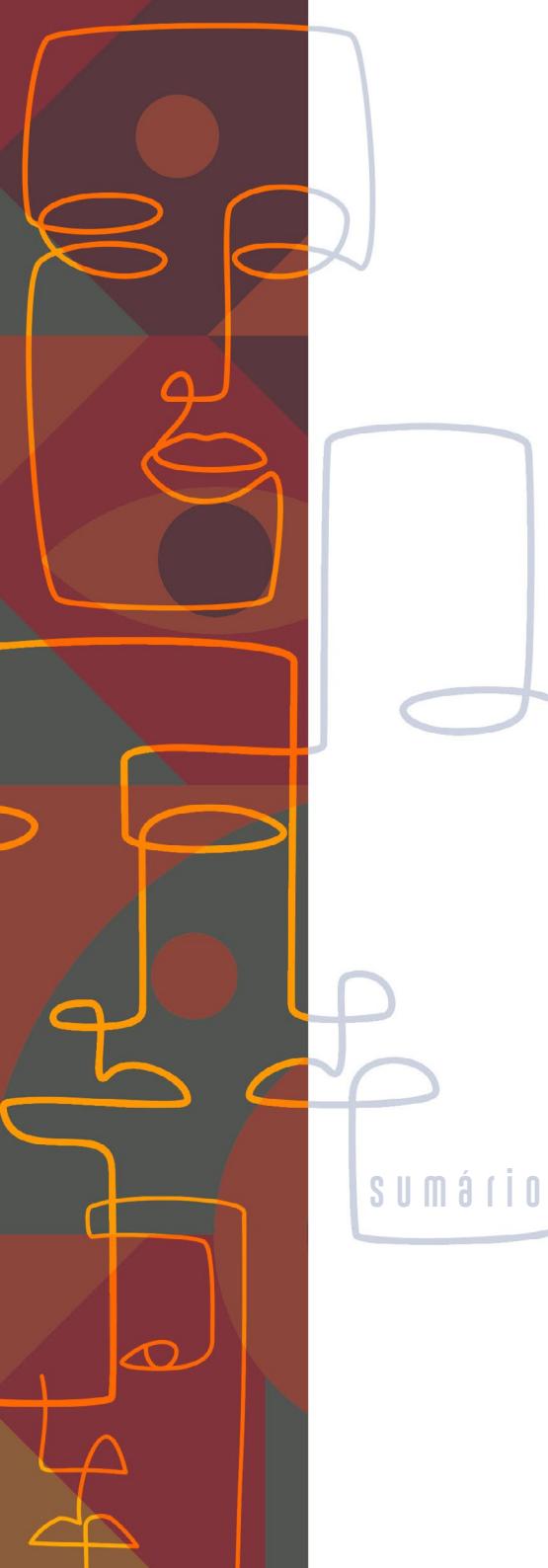
Para Maysson a mudança nos papéis de gênero foi algo significativo em sua vida, fazendo com que ela se sentisse “ativa”, podemos perceber ainda, em sua fala, que na Síria a vida que levava não lhe dava a possibilidade de trabalhar ou de tomar decisões referentes à sua família, pois a figura masculina era sua provedora.

Outra mulher refugiada que percebeu a mudança de papéis de gênero enquanto algo positivo foi Kholoud, que estava refugiada no campo de Za'atari, na Jordânia e contou que seu marido precisou ficar na Síria para cuidar de sua sogra, que era idosa (ACNUR, 2014b).

Kholoud trabalhou pela primeira vez em sua vida quando precisou se refugiar, e foi no campo de Za'atari, da ONU, que passou a ensinar para outras mulheres refugiadas o ofício da costura. O campo oferece, a partir da ONU Mulheres, um local onde elas podem deixar seus filhos e consigam trabalhar (ACNUR, 2014b).

Compreendendo que foi possível perceber uma mudança positiva em meio ao caos, trabalhando e ensinando outras mulheres a costurar, ela disse: *“Eu nunca costurei na Síria”*, [...] *“Agora eu sou uma gerente”* [...] *“Meu papel mudou para melhor”*, [...] *“Agora tenho que trabalhar e prover meus filhos. Eu sou sua mãe e provedora”* [...] *“As pessoas reconhecem que sou forte e valho o homem mais duro, na Síria, meu marido fornecia tudo. Meu dever era ser dona de casa e mãe”* (ACNUR, 2014b, p. 64-66, tradução nossa).

A fala de Kholoud foi permeada de conquistas que para ela eram recém descobertas, mas que a enchiam de um sentimento de completude e que poderia realizar algo de significativo para si e para outras mulheres refugiadas.



A mudança nos papéis de gênero, para essas mulheres refugiadas, e a partir de suas falas, desvela que também há um empoderamento dessas mulheres, que agora se sentem capazes de tomar decisões, cuidarem de suas famílias, trabalhar e seres as próprias guias de suas vidas, o que é um ponto positivo na construção da nova mulher que se redesenha em suas vidas, antes atreladas ao poder de uma figura masculina.

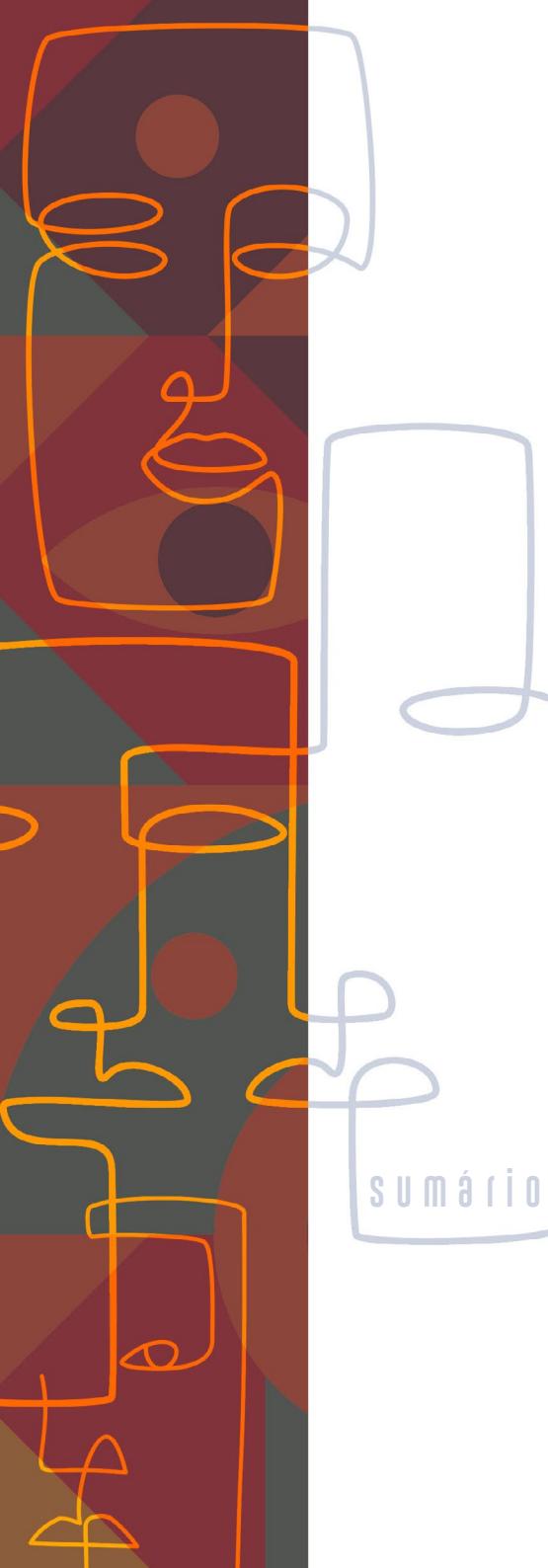
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentarmos reflexões acerca das vivencias das mulheres em situação de refúgio, no que toca as mudanças nos papéis de gênero retomaremos nossa questão de pesquisa, que foi: Como as mulheres em situação de refúgio vivenciam possíveis violações de direitos humanos e as mudanças nos papéis de gênero nos países de acolhimento?, para trazer algumas compreensões.

Os papéis de gênero que foram ensinados para as mulheres refugiadas fizeram com que a integração nos países de acolhimento fosse mais custosa. A partir da fala dessas mulheres refugiadas foi possível perceber a construção social que foi atribuída ao homem e a mulher, e que para elas se colocou como mais uma barreira que precisaram superar para que pudessem reconstruir suas vidas.

Com o refúgio seguiram obrigações e responsabilidades com as quais algumas delas não costumavam lidar, e agora, para se sustentar e sustentar a família precisaram sair de casa, o que antes era incomum, no entanto foi a partir disso que criaram estratégias para que pudessem sobreviver nos países de acolhimento.

Situação que poderia ser diferente, se, para as mulheres, fosse ensinado, desde sua infância, que a figura masculina, não é



imprescindível para que estejam ou não seguras. Se fosse culturalmente disseminada a ideia de que mulheres são pessoas completas e que podem desempenhar os mesmos papéis de gênero que aos homens sempre foi atribuído, sendo construído enquanto certo e adequado.

Se assim o fosse, os sofrimentos decorrentes dos deslocamentos forçados para essas mulheres infelizmente não seriam minimizados, no entanto, quando precisassem lidar com responsabilidades com as quais não estavam acostumadas não seria uma barreira tão palpável quanto a que se destacou em suas falas.

Por outro lado, algumas mulheres percebem essa mudança enquanto algo significativo e positivo em suas vidas, vendo assim a possibilidade de se reinventarem e mostrando assim que esses papéis de gênero não passam de uma construção social que precisa ser desconstruída para que assim se integrem aos países de acolhimento e possam se desenvolver pessoal, social e economicamente.

Para que pudessem dar conta da nova vida que lhes foi reservada, em decorrência de violações de direitos humanos ocorridas em seu país, essas mulheres precisaram se adaptar, ou readaptar-se as novas condições que os países de acolhimento lhes proporcionaram.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. *Global refugee trends: overview of refugee populations, new arrivals, durable solutions, asylum-seekers and other persons of concern to UNHCR*. Genebra: ONU, 2004. 94. p.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. *Global Trends: war's human cost*. Genebra: ONU, 2014a. 52. p.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. *Woman Alone: the fight for survival by Syria's refugee women*. Genebra: ONU, 2014b. 73. p.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. *Global Trends: world at war*. Genebra: ONU, 2015. 56. p.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. *Global Trends: forced displacement in 2019*. Genebra: ONU, 2020. 84. p.

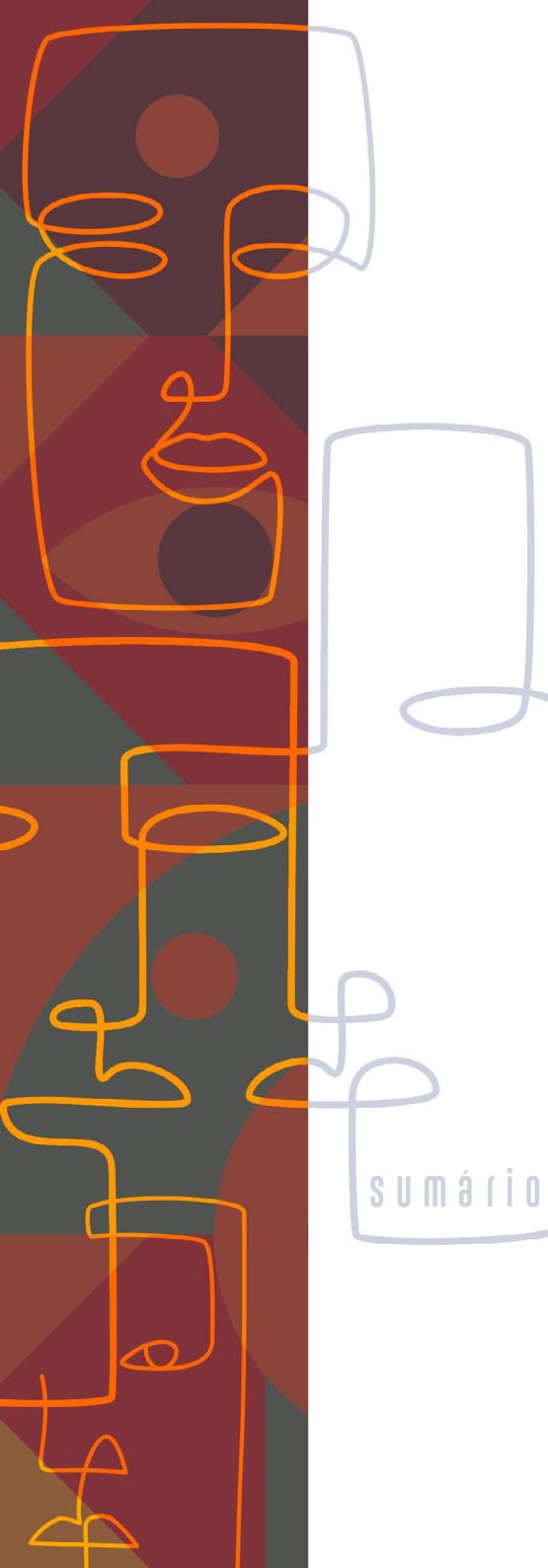
MEDEIROS, Glauce Margarida da Hora; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. A Participação Feminina na Assembleia Legislativa de Pernambuco – 16ª legislatura. In. *Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais*. Bahia, 2011.

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 26, n.º 76, p. 145-224, junho, 2011.

PENA GUTIERREZ, Aura Elena. La mujer y los derechos humanos: Una perspectiva en la sociedad venezolana. *Argumentos* (Méx.), México, v. 23, n. 64, p. 267-290, dez. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 16, n. 2, jul/dez, p.71-99. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2007.



sumário



13

Lúisa Vanessa Carneiro da Costa

SENSIBILIDADES SOBRE GÊNERO E O LUGAR DA MULHER NUMA COLÔNIA PENAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.059.208-225

INTRODUÇÃO

“ela disse que eu estava em uma cadeia e não na minha casa”

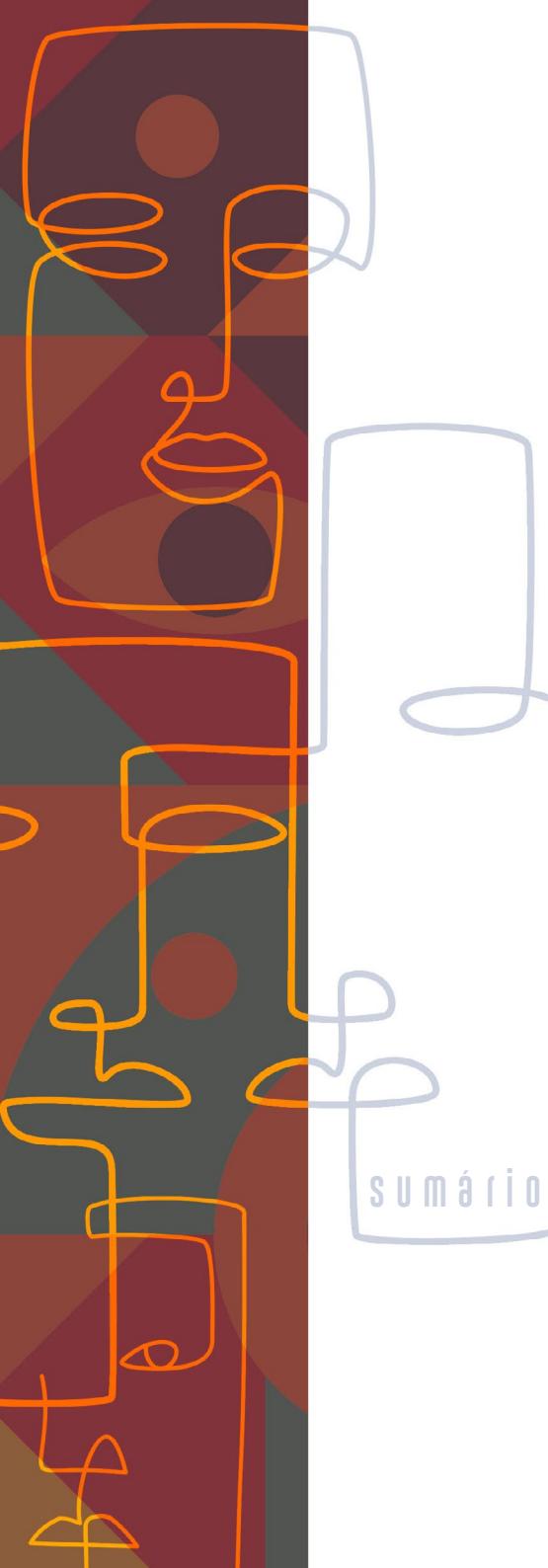
O presente trabalho foi desenvolvido a partir de entrevistas realizadas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE, tendo como tema *lócus*, as particularidades envolvendo as temáticas de gênero, cárcere e drogas a partir disso, entrevistamos mulheres mulas presas na Colônia.

Dessa forma, partimos da seguinte problemática: “de qual forma os marcadores de gênero refletem no processo de encarceramento de mulheres mulas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE?” A partir disso, surge a inquietação e a curiosidade em fortalecer esse estudo que permitiu a realização de mais um trabalho que buscar fazer um link das questões de gênero, cárcere e Direitos Humanos, portanto, um interesse em aprofundar essa temática que se mostra de grande relevância.

Nessa perspectiva, estabelecemos como objetivo geral: Analisar como os marcadores de gênero refletem no processo de encarceramento de mulheres mulas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE.

Para tanto, pretendemos os seguintes objetivos específicos: I- Estudar sobre os marcadores de gênero no processo do encarceramento de mulheres, II- Discutir perspectivas do encarceramento de mulheres mulas e III- Compreender como os marcadores de gênero (re)produzem o processo de encarceramento de mulheres mulas presas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE, a partir de suas narrativas.

Assim, o método científico utilizado na presente pesquisa foi o etnográfico, de modo que o principal foco é o estudo da cultura e comportamento de um determinado grupo social, almejando entender da forma mais adequada, humana e aprofundada, a situação das mulheres mulas, presas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE.



Utilizamos a modalidade de abordagem qualitativa, quanto aos tipos de pesquisa, utilizamos as pesquisas bibliográficas, descritivas e exploratórias. As participantes da pesquisa foram escolhidas pelo chefe de segurança prisional, logo, mulheres mulas do tráfico de drogas, maiores de 18 anos de idade, presas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE, definitiva ou provisoriamente, as quais concordaram em responder a um conjunto de questões mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE.

Às mulheres, atribuímos nomes de flores, pelo fato de transmitirem luminosidade, por serem resistentes à chuva, sol, a variações bruscas de temperatura e superarem várias instabilidades climáticas.

A coleta de dados se deu a partir de uma entrevista semiestruturada, com uso de diário de campo, utilizando a técnica da observação não participante. Para o presente estudo, utilizamos o meio da técnica de análise de dados, a Análise de Conteúdo. A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, após sua aprovação, conforme Parecer Consustanciado do CEP, número 2.925.802.

Às participantes foi garantido o respeito aos princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, com fundamento na Resolução 510/2016 do CNS, respeitando os fundamentos que lhe são garantidos.



sumário

PRESAS POR SI E POR OUTRES: PARA ALÉM DE UM ENCARCERAMENTO E SEUS (DES)DOBRAMENTOS A PARTIR DOS MARCADORES DE GÊNERO

Buscamos analisar o quanto a mulher vem sendo alvo do sistema penal, tratando do índice crescente de aprisionamento de mulheres por crimes relacionados ao tráfico de drogas, e, portanto, observar qual o lugar ocupado por mulheres mulas, frente ao cárcere e o tráfico.

É interessante notar que desde muito tempo, a formação do modelo carcerário não foi planejada para acolher mulheres, o sistema penitenciário é, na verdade, um modelo disciplinar que o Estado adotou para oprimir hierarquicamente, as pessoas que agissem contra os ditames legais.

A partir disso, Foucault (2009) entende que o cárcere é justamente a forma disciplinar, no estado mais forte e intenso, em que estão concentradas todas as tecnologias coercitivas do comportamento. O modelo prisional brasileiro é uma projeção da grande violência social que cerca parte da sociedade, ao mesmo tempo vítima do próprio sistema político-social, eurocêntrico e colonial.

Nesse sentido, Foucault (2009) entende que o claustro, a prisão, o colégio e o regimento possuem características em comum e possuem dispositivos de controles de corpos, que é justamente o ideal de sociedade disciplinar que não surtiu efeito no Brasil.

Com isso, convivemos com um cenário prisional fincado na seletividade, machismo e sexism, onde as práticas de empoderamento e sororidade quase não são vistas, fatores que colaboram para o aumento da população prisional feminina.

sumário

No que se refere às relações e mecanismos de poder como forma de controle dos corpos, concentrado nas mãos do Estado, Foucault (1998) diz que ao pensar na mecânica de poder, enxerga em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, se insere em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, seu quotidiano.

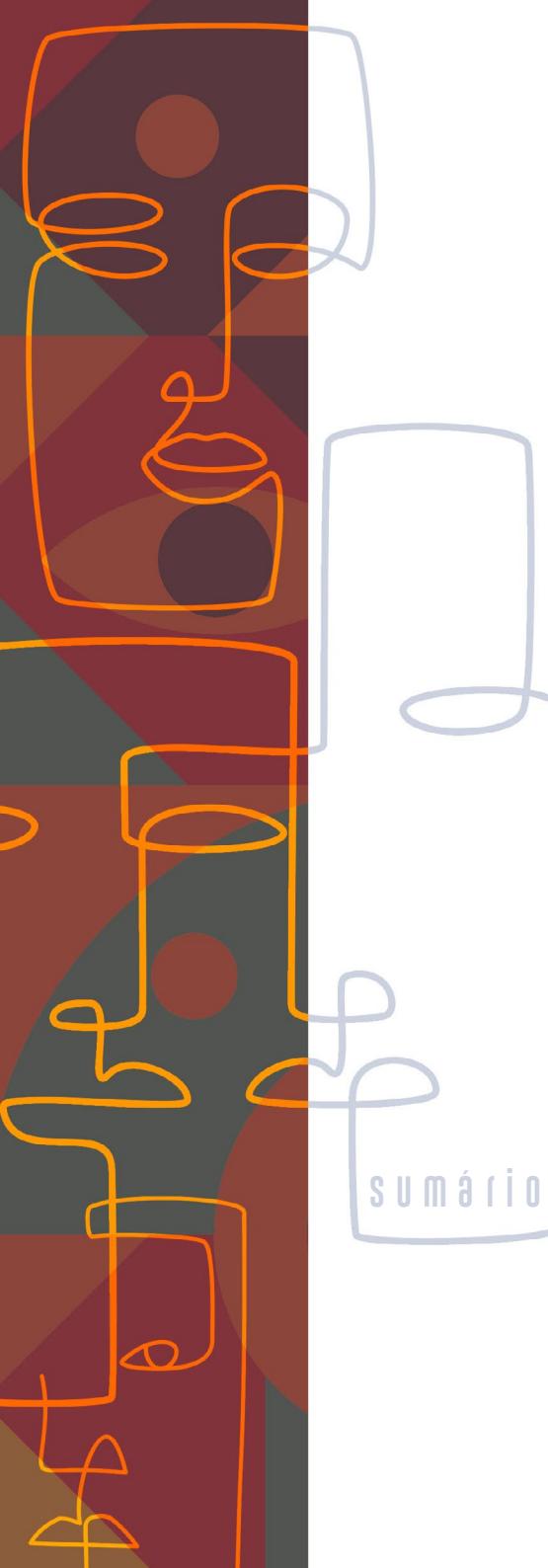
Ao mesmo tempo há de se pensar em um modelo de prisão caótico e opressor, atualmente existente que implica no grande desequilíbrio social e não, um projeto de transformação de indivíduos.

Nessa conjuntura, as questões de ordem subjetiva, vivenciadas pelas mulheres encarceradas, permanecem no campo da invisibilidade, causando a violência existente na sociedade. Percebemos assim, que a prisão tem a finalidade de repreender o sujeito encarcerado, com o intuito de produzir corpos dóceis, porém, não é o que ocorre devido a sua forma de comportar os encarcerados, causando o verdadeiro caos instalado nos tempos modernos.

O cárcere feminino tende a invisibilizar e marginalizar, cada vez mais, as condições de vida das mulheres presas por intermédio de práticas de afastamentos dos espaços de convivência. Um conjunto de fatores é típico do aprisionamento feminino e o grande desequilíbrio social, decorrente do capitalismo e de traços do colonialismo, por exemplo, são características da seletividade e opressão carcerária.

O grande desequilíbrio social está inerente ao capitalismo, de forma que a acumulação de bens em poucas mãos e a farta distribuição da miséria para muitos, habita o inimigo, ou seja, a contradição fundante deste modo de produção está inerente à injustiça e a iniquidade (SAFFIOTI, 2004, p. 14).

Os aspectos que traçam o perfil de mulheres encarceradas decorrem basicamente de sua classe social, cor, raça, etnia, grau de escolaridade e outros fatores que dialogam com as características sociopolíticas, atingindo principalmente as mulheres pobres e submissas.



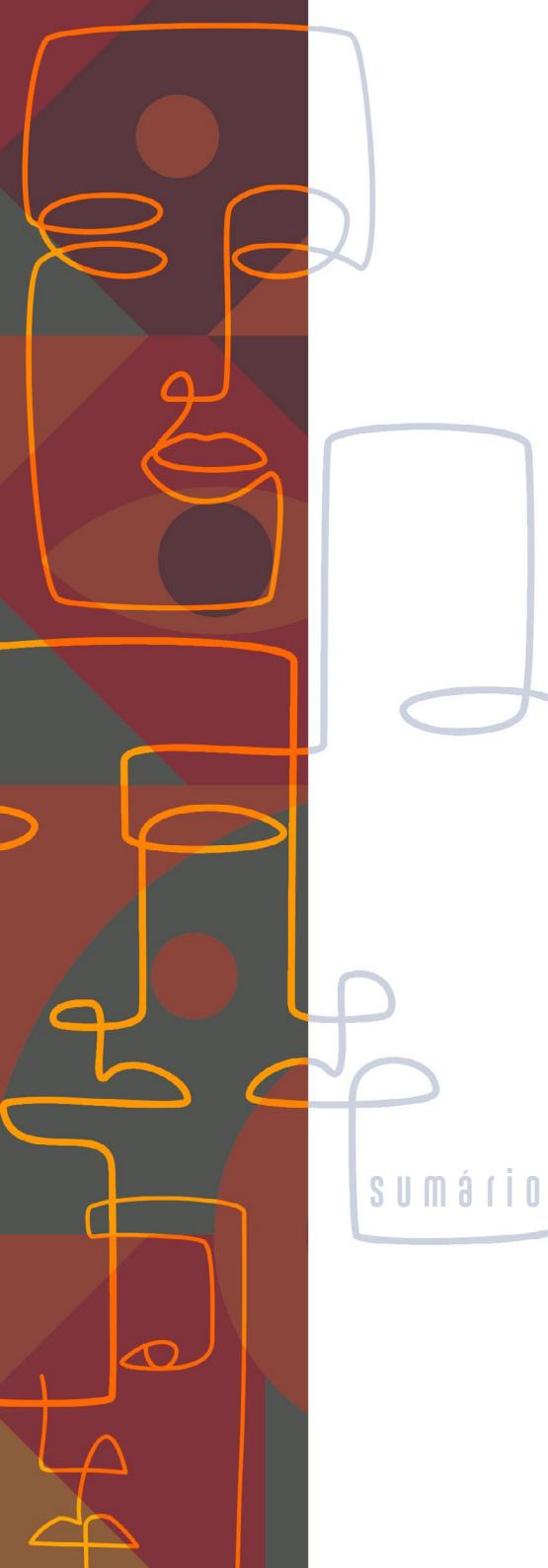
Decorrente de marcas históricas, de situações e momentos cravados pelo desamor, ódio, agressividade, violência, preconceito ao invés de práticas de resiliência, amor, fraternidade, afetividade, autonomia e liberdade, a sexualidade humana sempre foi vista e tratada com algum tipo de agressão, para entendermos melhor sobre os fatores que geram a invisibilidade da mulher presa, frente às estruturas sociais, é de grande importância conceituar sexualidade e gênero. Percebemos que as mulheres em situação prisional têm demandas e necessidades muito particulares e que seus históricos familiares colaboram para a inserção no crime, as condições de vida, educação, financeiras e relações de emprego.

É possível notar, ainda, o quanto as condições de encarceramento submetem as mulheres às situações de maior vulnerabilidade e marginalização, e as relações com drogas acabam por inferiorizar ainda mais, o “tráfico de drogas é, por sua vez, o crime de maior incidência, respondendo por 27% do total de crimes informados” (BRASIL, 2014, p. 30).

“A violência escancarada sempre foi o método por excelência de investigação policial e de punição” (OLIVEIRA, 2011, p. 323), percebemos que o legislador mais busca a repressão, à prevenção e desta forma, preocupa-as em punir, ao invés de uma política ressocializadora ou preventiva, que vise a reeducação.

Nesse aspecto, Wacquant (1999), diz que a violência rotineira das autoridades, a brutalidade cotidiana à tortura institucionalizada são condições que habitam no cenário penitenciário e serve para reforçar a instabilidade e a pobreza, pregando a cultura da desconfiança dos outros.

A prisão não deixa de ser um mecanismo conservador, de controle social que tem a função de reproduzir a ordem social capitalista um problema de graves proporções e consequências para os envolvidos. Há uma singularidade muito grande em relação ao



feminino no cárcere, há em particular uma história de vida cravada em cada uma delas, convivendo com os estigmas decorrentes da vida carcerária e, ainda, pós-cárcere, que na grande maioria das vezes, não estão preparadas para enfrentar, pois o próprio sistema limita e restringe qualquer desejo, vontade e direito dessas presas.

A propósito, os grandes dilemas da vida carcerária são frequentemente sentidos pelas mulheres presas, que sofrem os estigmas e rupturas dos laços construídos fora do cárcere, e que aos poucos, tornam-se esquecidos por não serem preservados. Assim, a fim de dialogar com essas perspectivas, na próxima seção nos propomos a discutir sobre o lugar da mulher mula no cenário prisional.

“EU SÓ FUI LEVAR A DROGA” – SOBRE O LUGAR DA MULHER MULA E AS PERSPECTIVAS CARCERÁRIAS

Na prisão, tudo gira em torno de uma frágil estrutura do sistema penal, onde o sentimento de solidão passa a acompanhar as mulheres em seu cotidiano, um verdadeiro espaço de segregação social.

Por tudo isso, o cotidiano carcerário amplia consideravelmente as vivências negativas em torno da segregação imposta pelo cárcere, implicando em forte sofrimento para as mulheres, tanto com relação ao cumprimento da pena em si, quanto na expectativa do futuro. É o que Foucault denomina de sofrimento da alma (FOUCAULT, 1987).

O ambiente carcerário, onde os direitos e deveres das/dos presas/presos, são lembrados com austeridade, é também um lugar de rompimento de laços e vínculos afetivos que caminham separadamente em mundos distantes e diferentes. Sendo assim,

sumário

percebemos o ambiente prisional, um lugar propício à objeção e dor atribuídos ao jogo das relações de poder que ressignificam os processos de criminalização e reforçam a violência de gênero.

Diferentemente do modelo de prisão pensado por Foucault (2009), que é o modelo de prisão panóptica, apesar de não funcionar, seria o mais adequado para abrigar os detentos, de forma que a prisão brasileira se inspira num modelo típico, inspirado pelo desamor, desumanidade, violência, superlotação e sujeira; uma verdadeira maldade.

Assim, a prisão é um reservatório de pessoas que cometem crimes, que vivem sob o controle e os regramentos do Estado autoritário, permitindo que os encarcerados vivam sob domínio do sistema social dominante, sob os critérios que prevalecem diante de uma sociedade de identidade criminal.

Sendo assim, as questões de gênero e drogas estão fortemente ligadas ao aumento da população carcerária feminina, que sofre estigmas dos padrões discriminatórios como se fossem depósitos de punições e segregação.

Diante dos processos de exclusão das mulheres, da solidão do corpo e da alma, mas frente à muita força e luta, no que se refere ao reconhecimento de direitos, nasce o feminismo, um movimento emancipatório e de conscientização.

Nessa perspectiva, Teles (2007), mostra que a hierarquia de gênero tem construído relações intelectuais e sociológicas entre os sexos, de forma a tornar o sexo feminino menos importante que o masculino, ou apresentá-lo com aspectos de repulsa.

Vários desafios foram enfrentados pelas feministas durante muito tempo, para esclarecer a distinção entre gênero e sexo nas relações humanas. Uma busca incessante pela liberdade e igualdade, é o que motivava essa luta em busca da natureza social do reconhecimento às diferenças.

sumário

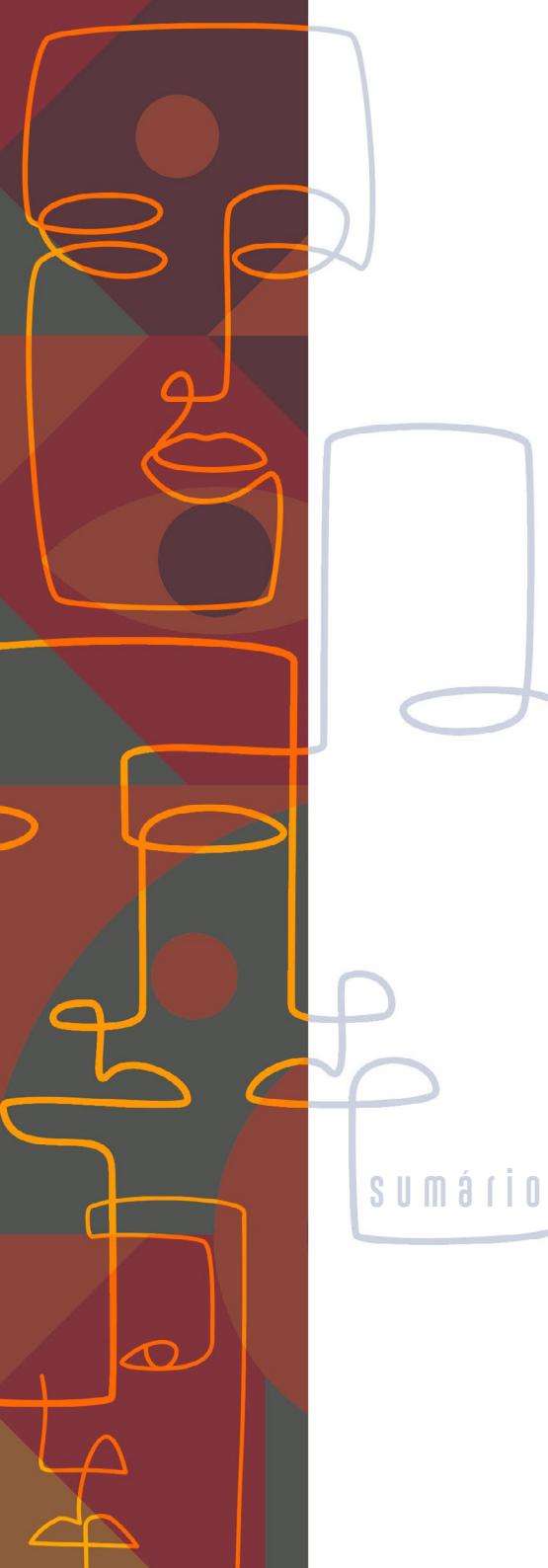
Com os estudos feministas de gênero, essas relações desiguais de poder são apresentadas como resultado de uma construção social de papéis e funções de subordinação, submissão e opressão impostas às mulheres, por meios institucionais, educacionais e sociais (TELES, 2007, p. 42).

É possível perceber o quanto costumes e culturas históricas insistem em se fazer presentes na vida das mulheres, quando se fala nas questões de gênero e sexualidade, de forma a não parecerem donas dos próprios corpos, principalmente quando se fala na mulher presa, aparentemente instrumento do próprio Estado, pelo fato de viverem isoladas, esquecidas e objetificadas pelos atos e costumes históricos.

Diante desse cenário, notamos que as questões de gênero e sexualidade refletem na mulher, uma existência ofuscada, caracterizando-a como ser passivo, femininizado e subalterno. A característica da feminilidade no século XIX, enfatizava o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, sendo consideradas praticamente anomalias (DAVIS, 2016).

“Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura” (LOURO, 2008, p. 17).

As marcas de violência de gênero, pensando o lugar do feminino nas relações de poder, possuem, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Permitem que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído ou excluído de determinados espaços; que seja, acolhido ou não por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que tenha deveres ou privilégios, que seja aprovado, rejeitado ou apenas tolerado (LOURO, 2016).



Assim, “a violência é como uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17).

Portanto, a violência contra as mulheres são de vários tipos e lhes provocam um sentimento de humilhação, insuficiência e solidão embora haja muita vontade de mudar esse quadro. Geralmente, as mulheres que são vítimas e instrumentos de agressão de seus companheiros, ou de alguma figura masculina, figuram um grau de reduzido de desenvolvimento pessoal, tornando toda a sua vida e seus atos, submissos à ele.

Então, essa hierarquia que estrutura a sociedade nas relações de poder e privilégio resulta na violência de gênero vivida por mulheres que desempenham seus papéis a partir de ordens de uma figura masculina, basicamente, administradas e manipuladas por eles.

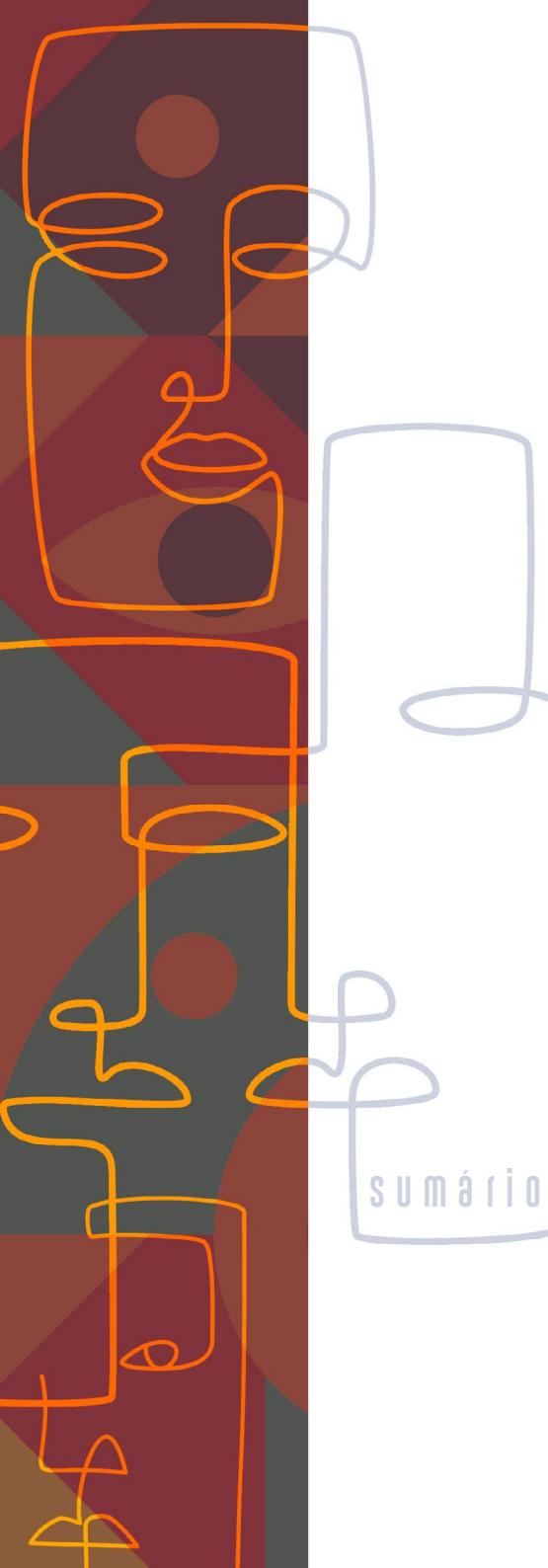
Devido aos estereótipos da padronização do corpo e dos pensamentos que impõe à mulher situações de imposição e sujeição, quando há movimentos visando o rompimento dessa hierarquia de gênero, pensamos independência e liberdade desse público por meio dos atos de resistência.

As “marcas” do conservadorismo, do patriarcado, do tradicionalismo são frequentes na vida das mulheres presas; unidas aos registros de sentimento de abandono estatal e familiar, traçam marcadores de violência psicológica e de gênero na vivência das mulheres encarceradas.

Marcas da dor e do sofrimento de uma vivência traçada pela hierarquia de gênero, numa sociedade onde a mulher é treinada para ser submissa, sendo representada como segundo gênero, onde o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão é classificado como padrão.



sumário



A partir disso, na próxima seção iremos dialogar com as narrativas das mulheres mulas presas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE, a fim de compreendermos o quanto esses marcadores de opressão, o machismo e o sexismº estão presentes no ambiente carcerário.

SENTIDOS SOBRE O ENCARCERAMENTO DE MULHERES MULAS A PARTIR DAS NARRATIVAS DE PRESAS DA COLÔNIA PENAL FEMININA DE BUÍQUE-PE

Na presente seção discutimos sobre as condições da vida carcerária, o cotidiano das mulheres mulas privadas de liberdade, e os desdobramentos do encarceramento feminino, diante de práticas prisionais opressoras. Assim, a partir das narrativas de mulheres mulas, presas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE percebemos dinâmicas de vivencias dessas mulheres que trazem consigo, marcas de sofrimento, violência e opressão.

“Em momento algum eu chorei, mas quando esse portão abriu, a ficha caiu, imaginei como minha mãe ia se sentir... para entrar é fácil, mas para sair daqui é difícil, nem tão cedo a pessoa sai (Jasmin)” (grifo nosso).

Aos choros, e inquieta, a fala acima foi narrada. Como feridas na alma dessas mulheres, é a vivência na CPFB, maus tratos que muitas vezes nem resultam em marcas físicas, mas emocionais, difíceis de cicatrizar e curar.

“Quando cheguei aqui na unidade, fui revistada e fui direto pra o castigo; fui muito mal tratada por palavras, por nomes ferozes: - filha da puta, uma agente me chamou; ela disse que eu estava em

sumário

uma cadeia e não na minha casa, se eu não quisesse ouvir isso eu não estaria presa (Violeta)” (grifos nossos).

Essas situações protagonizadas pelo domínio de uma pessoa sobre outra, nessas relações hierárquicas de poderes, podem reforçar o desprezo que essas mulheres já sentem, a grosseria e as críticas destrutivas são os principais elementos desses relacionamentos, sob a percepção das entrevistadas.

Neste sentido, Saffioti (2004), relata muito bem a respeito dessa violência sofrida pelas mulheres, considerando-se as marcas desse processo, pois muitas guardam traumas e sentimentos de culpa por quase o resto de suas vidas, decorrentes do pensamento de destruição da própria identidade.

“Aqui na Colônia, como é um presídio, a gente não tem direito a tudo, aqui é muito precário, lá fora é diferente (Acácia)” (grifos nossos). Nesse quadro, esses processos de desolação constantes, acabam por abalar o emocional das mulheres, tornando-as mais passíveis da vulnerabilidade prisional.

Somam-se, a essa percepção, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos (MIGUEL E BIROLI, 2014, p. 32).

Esses diálogos entre as narrativas das mulheres, sob a percepção da CPFB, reforçam a fragilidade das relações humanas no presídio, relatos permeados por sensações de insegurança, dificultando laços de amizade e solidariedade.

Diante das práticas de subalternidade expostas por essas mulheres, percebemos os desdobramentos de gênero e opressão, neste espaço. Fatores que agravam ainda mais, os aspectos de enclausuramento.

É necessário pensar, ainda, que com o aumento do encarceramento feminino, tornou mais visível o problema da morosidade jurídica e processual, considerando as situações das mulheres entrevistadas.

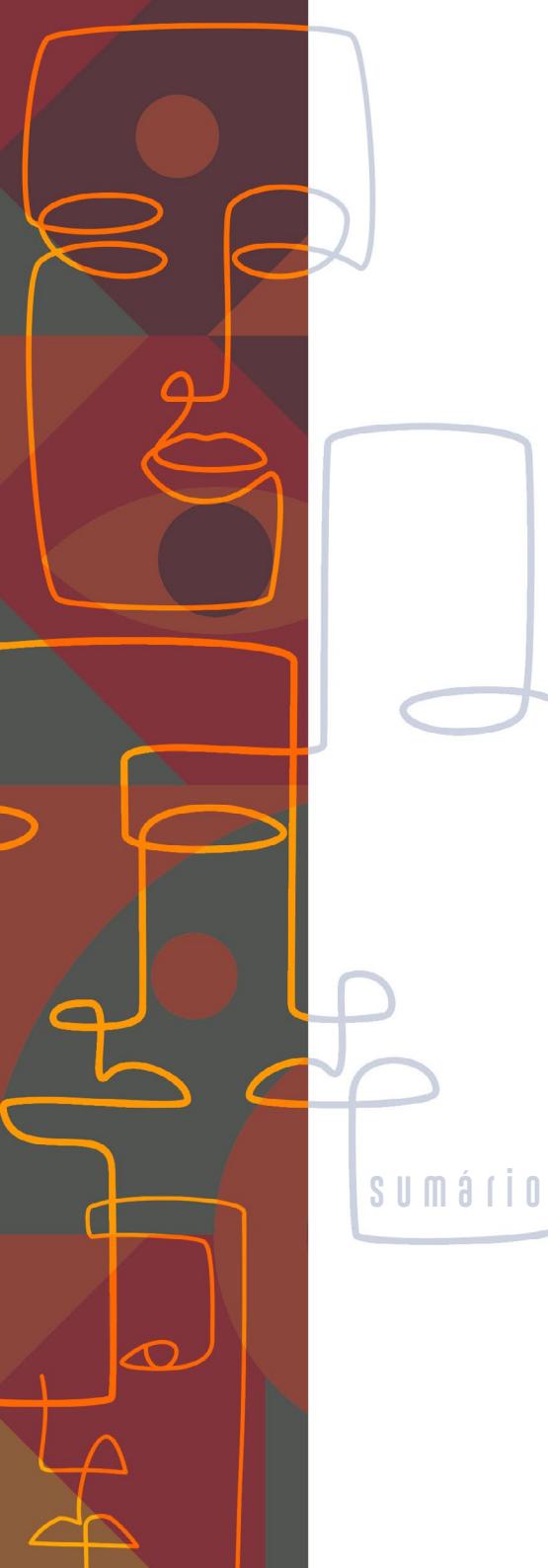
Notamos que a insegurança e a falta de esperança predominam no cotidiano dessas mulheres: “**não sei quantos anos vou pegar, o agente disse que eu ia pegar uns 15 anos, eu fale: - Nossa! Mas aí... quem decide é o juiz né?** (*Bromélia*)” (grifos nossos).

Demonstrando apreensão, com o cenário vivenciado na Colônia, ao questionar se essa mesma mulher tinha suporte jurídico, por meio de um advogado, tivemos como resposta: “*não tenho advogado, meu advogado é Jesus do céu* (*Bromélia*)”.

Durante as narrativas, era notório que essas mulheres reviviam aqui que marcou sua vida, por toda existência, ao ponto de olhares falarem mais que suas próprias palavras, olhando para aquele ambiente e percebendo que ali estavam estampadas, as marcas da punição.

As lágrimas molhando seus rostos, maquilhando o sofrimento e aflição de estarem ali, serão sempre lembradas, pois foi grande marcador nesta etapa das entrevistas, esses momentos eram determinantes das situações que ocorrem diariamente na Unidade.

Resta impossível, definir o modo pelo qual essas entrevistadas sofrem violência, devido às situações vivenciadas diariamente, detalhe que torna, cada vez mais complexa, o contexto carcerário, deixando mais intrigante, com os relatos das falas.



Narrativas predominadas pelo sentimento de injustiça, advindas de uma política judiciária e de um sistema carcerário extremamente insatisfatório, são frequentes durante a coleta dessas falas.

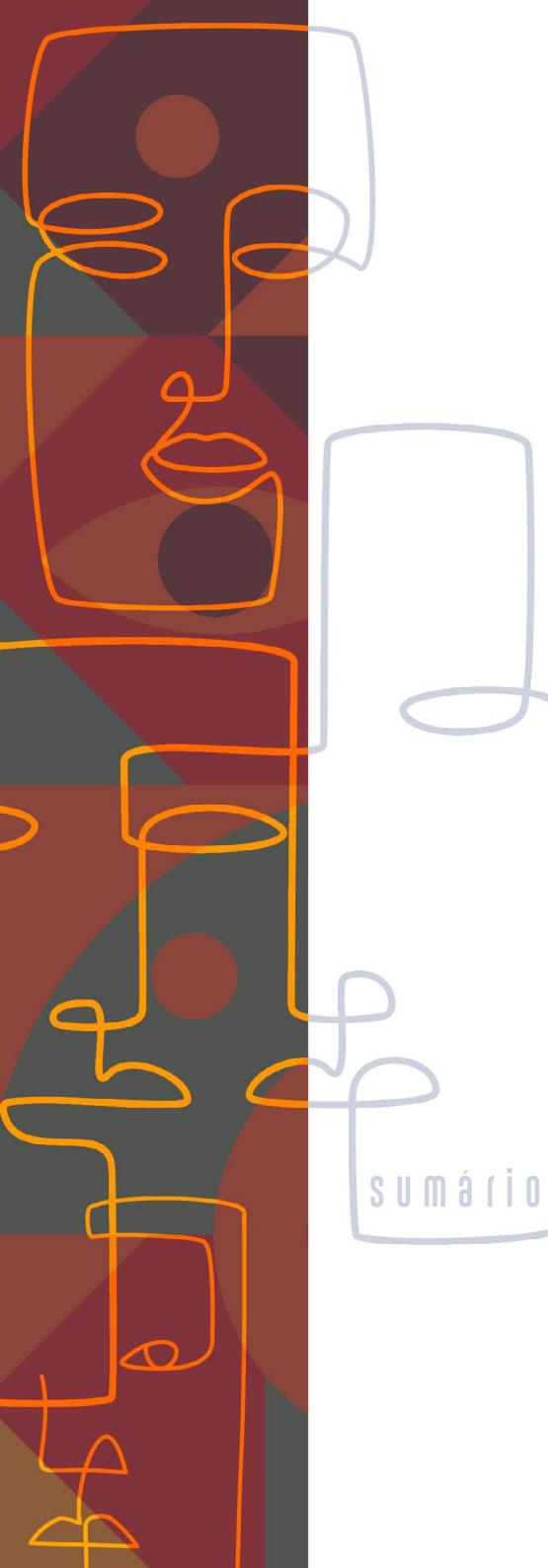
Auxiliado a isso, várias críticas negativas surgiram, tendo em vista a grande dificuldade em entender os termos jurídicos e os trâmites processuais, maneiras costumeiras e frequentes, de afastar essas mulheres do acesso à justiça, como principal interessada na demanda.

A linguagem rebuscada, o uso de expressões em latim e, até, uma construção discursiva e sintática mais apurada e elitizada afastam e dificultam tanto a capacidade de acompanhamento quanto de entendimento do processo pelos réus e seus familiares, e mesmo de outras partes interessadas. Com isso, dificulta-se o exercício pleno da defesa e de direitos. O saber como poder exercido ainda permanece. Se no século XVI havia, garantido pela lei e ordenamento jurídico, o desconhecimento do réu sobre o que era acusado, posteriormente, e nos dias atuais, o processo se torna mais sofisticado com uma série de obstáculos processuais, linguísticos, etc. (BORGES, 2018, p. 32).

Pensando nessa realidade, constatamos violações de Direitos Humanos, repetidamente vivenciadas no cárcere, presente em todos os aspectos. Neste caso, ligado diretamente ao judiciário, essa prática, infelizmente, ainda é fator recorrente em diversas unidades prisionais.

Nesse sentido, Saffiofi (2004), pontua uma condição relevante, que é a questão da implementação a serviços de apoio às mulheres, valendo-se de que o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é algo muito forte e perfaz todo o âmbito social e precisa ser enfrentado.

“Muita gente se revolta com a justiça, com a Lei, porque ela é injusta, cega... quem realmente deve, a cadeia é pouca, eu tiro pelos homens; uma mulher aqui caiu com uma pedra e deram 15 anos a ela, o homem fuga mais do que a mulher; o homem a justiça dar chance e a mulher, se fugar vai logo para o fechado (Acácia)” (grifos nossos).



Nesse sentido, Baratta (1999), afirma que as lutas pela igualdade são, ao mesmo tempo, pela diferença, e vice-versa, de forma que a igualdade e diferença não constituem uma alternativa, sendo assim, o contrário da igualdade não é a diferença, mas sim a discriminação. Dessa forma, o oposto da diferença não é a igualdade, mas a imposição de padrões e a negação da identidade.

Desse modo, basta pensarmos pelo viés de que, todas as pessoas, sem qualquer distinção, podem recorrer ao acesso à justiça, seja por recursos próprios, ou quando não gozar de condições financeiras suficientes, devem ser assistidos gratuitamente, pelo Estado.

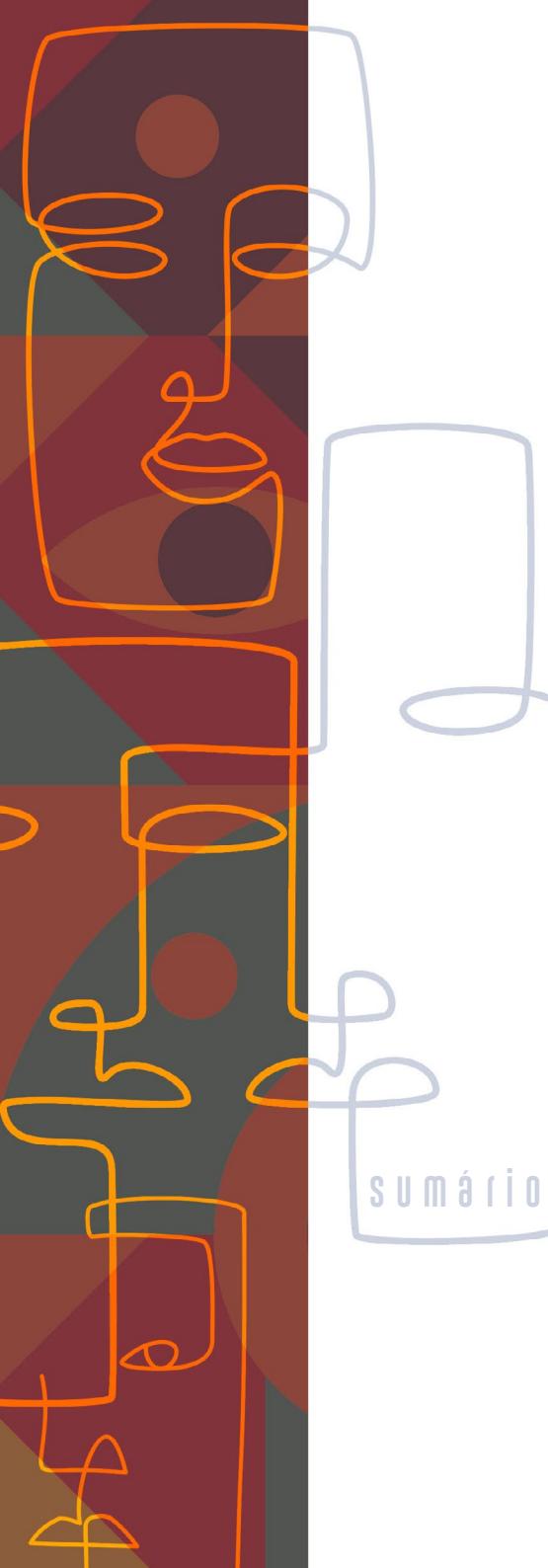
Na expectativa de construir uma sociedade mais justa e igualitária, portanto, o acesso à justiça é um direito social básico, sem ele, se torna praticamente impossível, a concretização de vários outros direitos.

É evidente que essas mulheres convivem com um imaginário de incertezas quanto ao período de cumprimento de pena, onde sua condição social ganha contornos machistas, sob uma perspectiva judiciária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais claramente notamos o quanto o patriarcado interfere nas relações de gênero, vez que o feminino é objetificado e marginalizado nos ambientes adequados a figura do macho, o cárcere, por exemplo, foi criado por homens e para homens, a estrutura dos presídios não é adequada para receber mulheres.

Nesse sentido, a fim de atender ao problema de pesquisa, que estava voltado a perceber “de qual forma os marcadores de gênero refletem no processo de encarceramento de mulheres mulas na Colônia Penal Feminina de Buíque-PE?”, buscamos dialogar



com questões sobre o lugar da mulher presa e assim, analisar suas vivencias a partir das próprias narrativas.

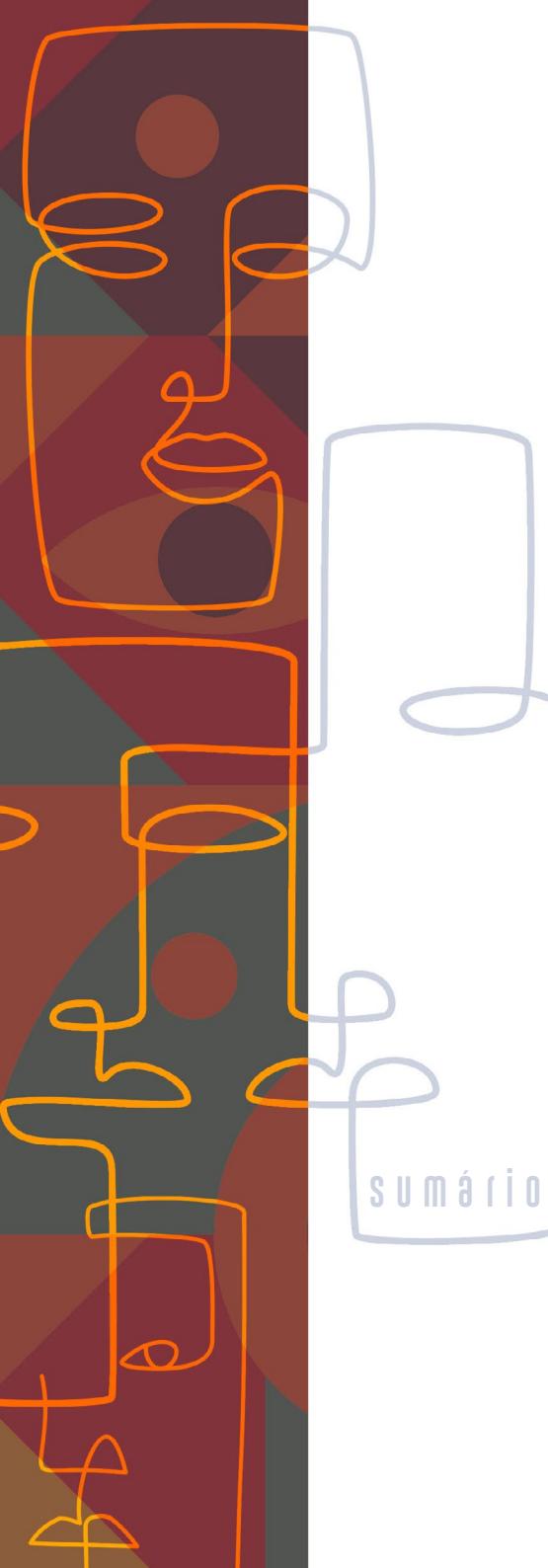
As prisões apresentam estruturas masculinas, onde pessoas de comportamento feminino não tem fácil adaptação na vivência e cumprimento da pena, sofrendo uma dupla penalidade. É importante reconhecermos o quanto a ausência de políticas direcionadas às mulheres são significativamente, caminhos para invisibilidade, violência e opressão. É de grande importância, instrumentos e mecanismos colaboradores para que as mulheres sejam protagonistas de suas próprias políticas, levando em consideração as práticas de sororidade e empoderamento.

Os espaços ocupados por mulheres ainda refletem nos marcadores de gênero, patriarcado, machismo e subalternidade derivados da estrutura social arcaica, onde o feminino ainda ocupa, em grau de privilégio, lugares seletivos e opressores.

Normalmente essas mulheres presas são as próprias vítimas da opressão do Estado e da seletividade da justiça penal, tendo em vista as condições hierárquicas e um baixo poder aquisitivo que quase sempre possuem.

Assim, o olhar sobre a realidade carcerária feminina reforça o quanto o sistema penitenciário está despreparado para lidar com as especificidades de gênero, ocorre uma grande falha do Estado, com a ausência de centros próprios para atender as necessidades das mulheres. Desse modo, percebemos o quanto a justiça brasileira apresenta controvérsias e falhas referente ao sistema criminal, entendemos por ser mais um mecanismo de marginalização de classes, um lugar de estigmatização de criminosos dos baixos estratos sociais.

O modelo de prisão estabelecido na norma penal, não é o mesmo quando vivenciado na prática, tendo em vista o tratamento discriminatório e contrário a finalidade reintegradora da pena privativa de liberdade.



O processo de encarceramento feminino vem sendo consideravelmente maior nos últimos anos, e com isso, a necessidade de que haja um olhar, dos órgãos competentes, capaz de se preocupar com um recorte de gênero, para pensar as estratégias de empoderamento, sororidade, e práticas humanísticas. A partir disso, percebemos além da negação da liberdade, essas mulheres sofrem por castigos corporais e psicológicos, decorrentes de um severo regime prisional.

REFERÊNCIAS

- BARATTA, Alessandro. *O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana*. In: Campos, Carmen Hein de (Org.). Criminologia e feminismo. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOOPEN mulheres: junho de 2014. Ministério da Justiça, Brasília- DF, 2014.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e Tradução de Roberto Machado. 1. ed. Glória RJ: graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 25 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 37. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-positões*, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

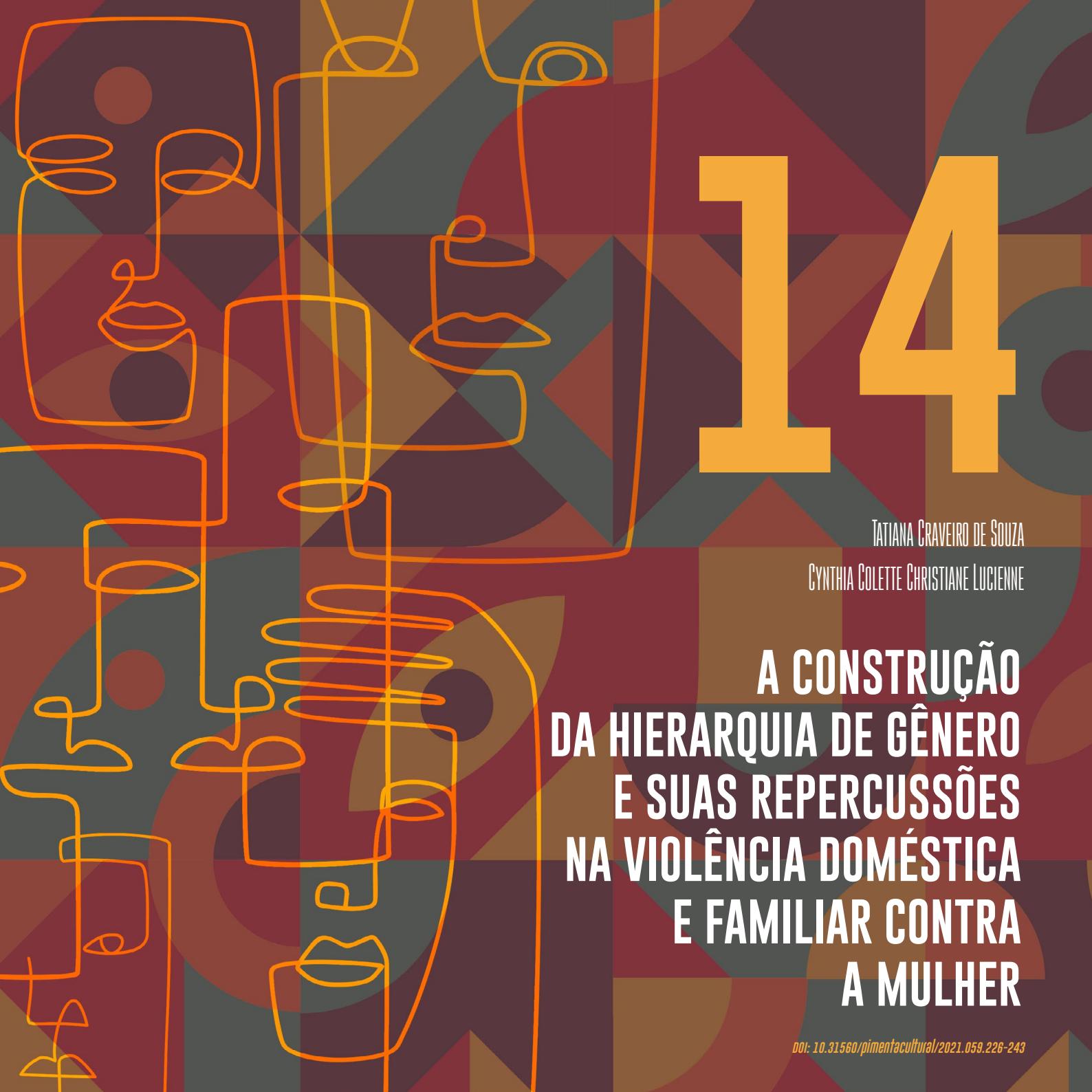
OLIVEIRA, Luciano. Relendo Vigiar e Punir. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. vol. 4, nº 2, p. 309-338, 2011.

SAFFIOTTI, Heleith Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu. Abramo, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são Direitos Humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

sumário



14

TATIANA CRAVEIRO DE SOUZA

CYNTHIA COLETTE CHRISTIANE LUCIENNE

A CONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA DE GÊNERO E SUAS REPERCUSSÕES NA VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

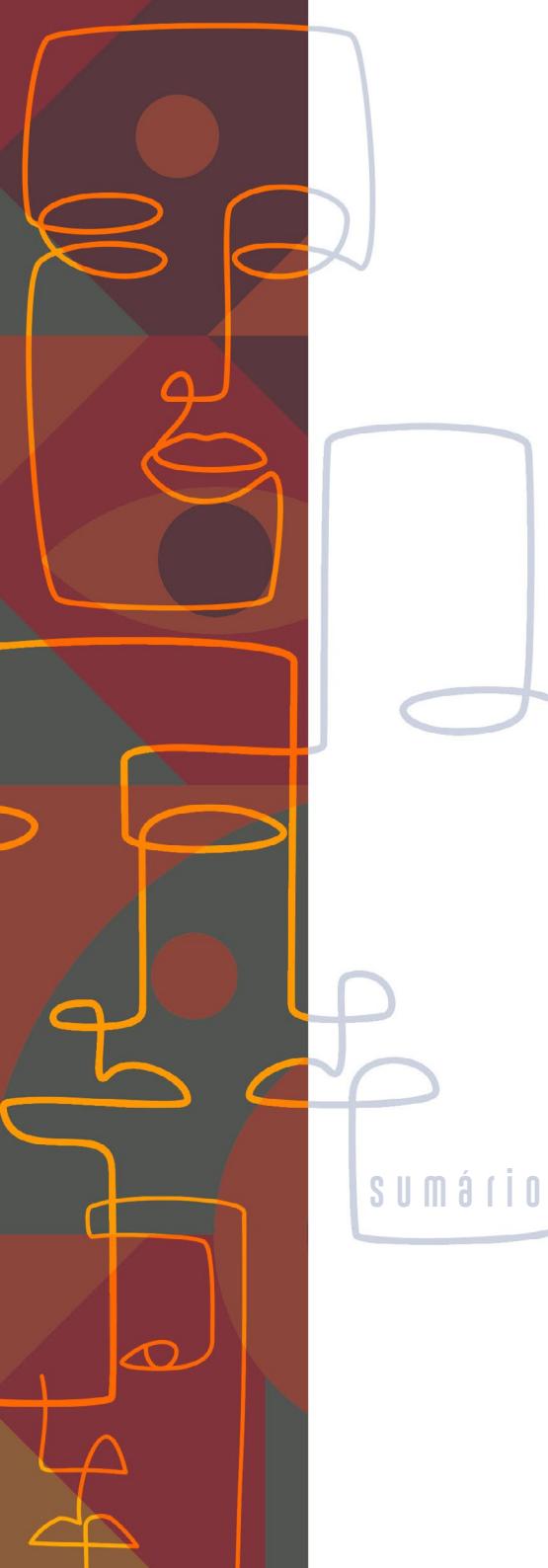
DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.059.226-243](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.059.226-243)

INTRODUÇÃO

“Que diferença da mulher o homem tem?” Nesse trecho da música “Tem pouca diferença”, de autoria de Jackson do Pandeiro, a letra traz uma questão antiga sobre as determinações das diferenças entre homens e mulheres e a construção sociocultural dos papéis de gênero e serve de mote para analisar de que forma essas diferenças, baseadas no gênero, tornaram-se em hierarquias e em práticas de dominação masculina, inclusive, com o uso de violências contra as mulheres.

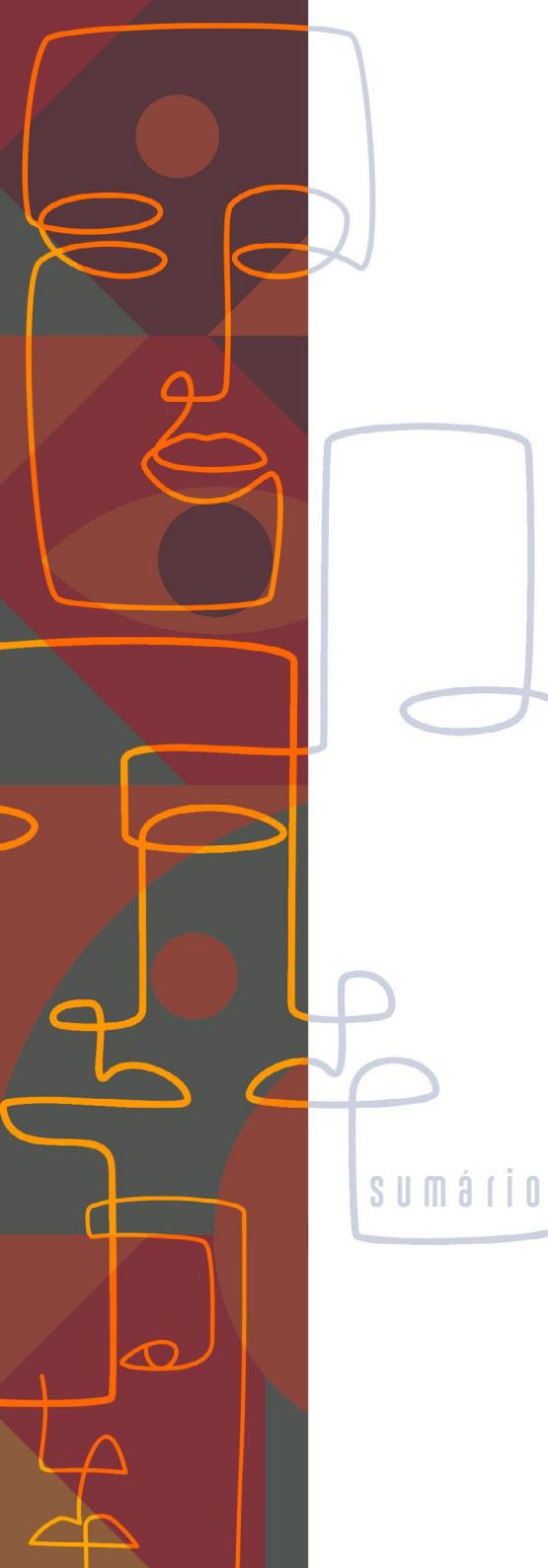
Neste trabalho, busca-se em breves passagens históricas apontar como se construiu a menos valia da mulher, reconhecer as raízes dessa problemática, as repercussões nocivas dos estereótipos de gênero na sociedade e entender como se engendrou essa teia que faz com que diversas mulheres tenham sido desconsideradas em seus direitos e tratadas como “cidadãs de segunda classe”.

Seguidamente, aponta-se algumas evoluções históricas, como legislações de reconhecimento dos direitos das mulheres e de proteção às mulheres vítimas de violências e, por fim, abordar a complexidade da questão de gênero e suas repercussões no fenômeno da violência contra a mulher, fazendo com que, apesar dos avanços das legislações e equipamentos de proteção, tenham dificuldade de ruptura com essa dinâmica violenta e de construção de uma nova ordem social onde possam viver sem violência.



sumário

DIFERENÇAS, DESIGUALDADES E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO



Os corpos de homens e mulheres apresentam diferenças biológicas específicas, a partir de seus aparelhos reprodutores e dos caracteres secundários (seios, curvas, barba e bigode etc) dentre outras, decorrentes dos hormônios, os quais diferenciam, sexualmente, machos e fêmeas. O sexo tem a ver com as funções orgânicas. Ocorre que, historicamente, foram justificadas assimetrias baseadas nas diferenças entre os sexos, ou seja, atribuiu-se valor às diferenças físicas/biológicas e estas foram interpretadas de modo simbólico em representações sociais, estabelecendo desigualdades, significados, hierarquias e relações de poder. A essa identidade socialmente construída, denominou-se gênero.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) é um primeiro modo de dar significado às relações de poder [...] campo do meio social no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1990, p. 14 - 16).



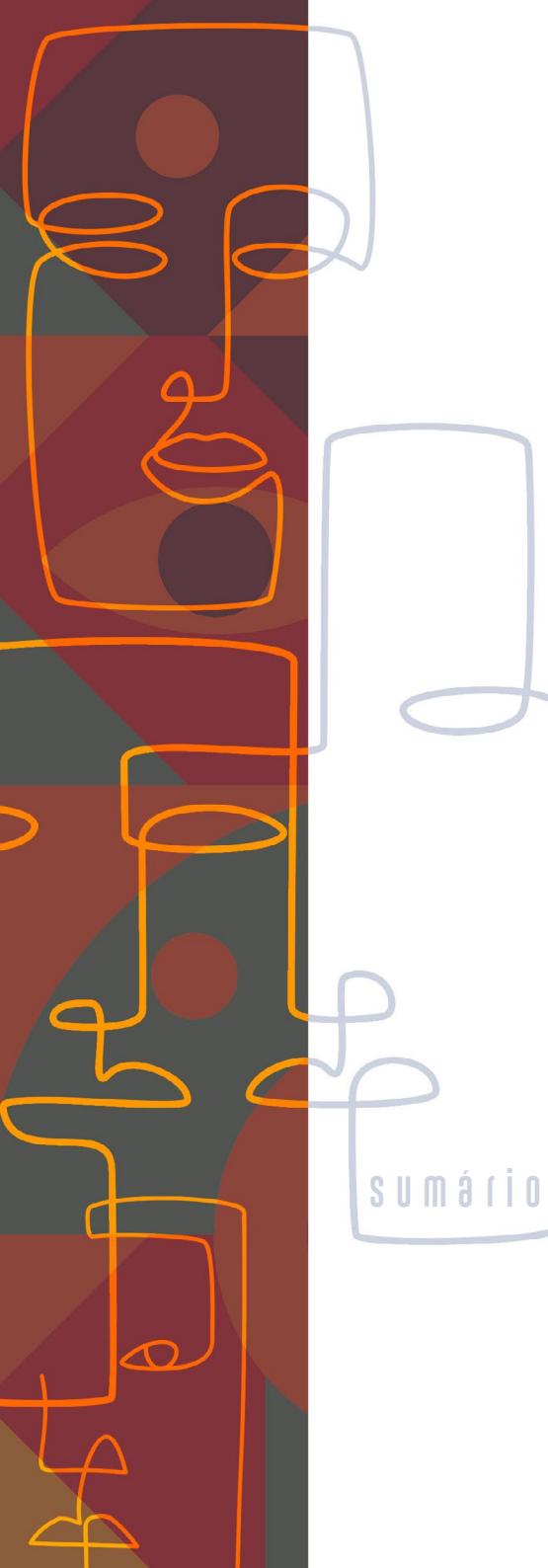
No que diz respeito aos processos que criam as identidades de gênero do sujeito, Scott coloca que “ocorrem nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança [...] pós estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação de gênero [...] [como] sistemas de significação” (SCOTT, 1990, p. 11). Retratando essa construção social baseada no gênero, pode-se observar que ela perpassa as diferentes dimensões da vida, moldando as crianças de acordo com o sexo biológico. Então, desde a concepção no ventre materno, no imaginário dos genitores, de familiares e da comunidade, vão sendo idealizados comportamentos dos meninos e meninas, geralmente, reproduzindo modelos estereotipados, inspirados na ideia (artificial) de masculino e feminino.

sumário

Podem-se citar, alguns predicados antagônicos socialmente atribuídos ao gênero, dentre as características atribuídas à masculinidade: força, coragem, insensibilidade, desorganização, rudeza, agressividade, racionalidade, seriedade, domínio do espaço público e, atributos colocados à feminilidade, dentre os quais: fragilidade, medo, sensibilidade, organização, delicadeza, docura, intuição, futilidade e domínio do espaço privado. Cedo começa o condicionamento do feminino e do masculino. A menina é “treinada” para ser dócil e obediente e para habituar-se ao ambiente doméstico e privado, educada a cuidar da casa e da prole (brincadeiras de casinha, comidinha e bonecas), já o menino, é estimulado à estratégia, aos desafios e ao mundo público (jogos grupais, bolas, carrinhos, aviões, foguetes, etc); além de armas de brinquedo e lutas, para estimular o domínio do mundo externo, a ousadia, a agressividade e a coragem.

A categoria gênero passou a ser utilizada como uma tentativa de resistência ao determinismo biológico, compreendido como uma forma de aludir-se ao arranjo social da relação entre os sexos, como socialmente construído. Scott (1990) e Rago (1998) assinalam, ainda, que gênero surge para explicar a construção social e cultural das diferenças sexuais e Lauretis (1994) afirma que gênero é produto de diferentes tecnologias sociais, tais como, rádio, televisão, cinema ou jornais, internet, ou seja, absorvidas em práticas da vida cotidiana.

Michael Foucault estudou a dinâmica do poder na sociedade e sua influência nos comportamentos dos indivíduos. Segundo Foucault, o poder se estabelece em microrrelações que ocorrem em todos os espaços (Estado, família, escola, igreja etc.) e se baseia em saberes e discursos (verdades que detém poderes específicos) que indicam a todo instante como devemos agir. Esses discursos mudam a cada época e todos nós estamos envolvidos nesses sistemas de discursos, onde as pessoas são vigiadas, adestradas, condicionadas e reproduzem comportamentos para serem aceitas socialmente (FOUCAULT, 1985).



Ressalte-se, ainda, que relações de dominação também são produzidas pela atividade empírica de uma subjetividade e constituem a autojustificação por meio da naturalização das desigualdades, numa “subjetividade instauradora de significados”, descrita por Franco (1972), citada na obra de Saffiotti (2011, p. 98-99).

Nas últimas décadas são questionados esses modelos construídos e suas repercussões. Por exemplo, as características da masculinidade reverberam em condutas de pouco cuidado pessoal, riscos e violências. Nos últimos tempos, esse modelo é nomeado como “masculinidade tóxica”, diante dos prejuízos que causam aos próprios homens e aos outros.

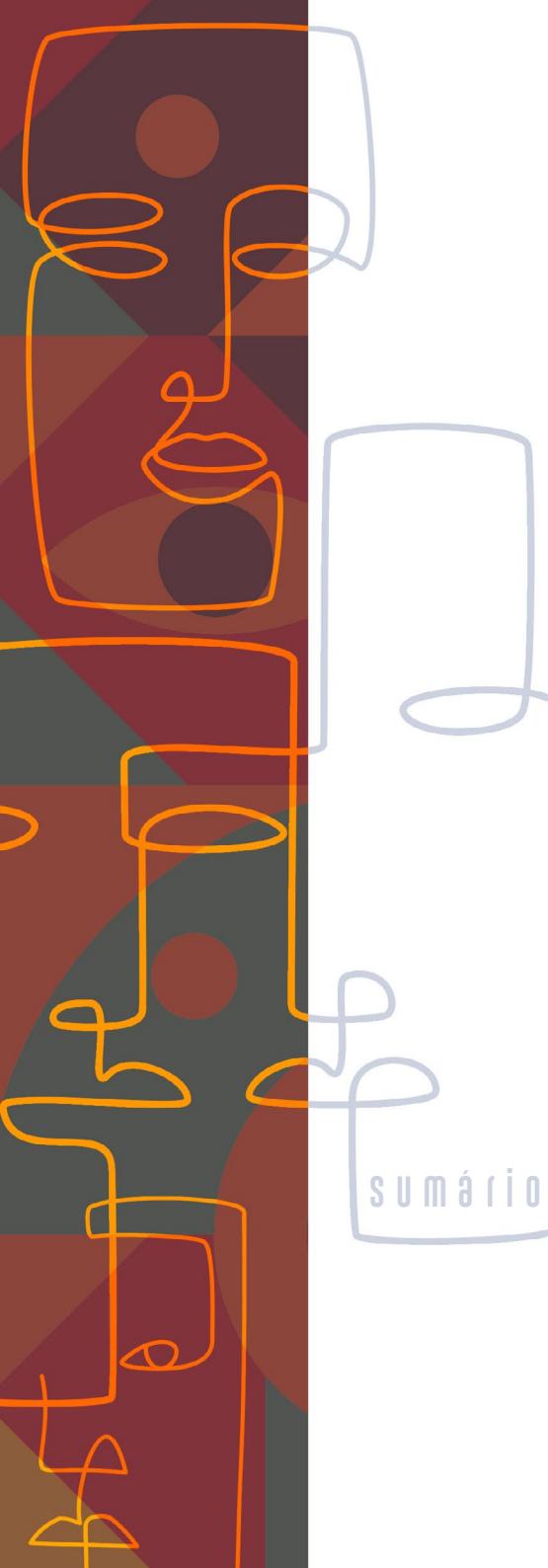
[...] a Masculinidade tóxica é uma descrição estreita e repressiva da masculinidade que a designa como definida por violência, sexo, status e agressão, é o ideal cultural da masculinidade, onde a força é tudo, enquanto as emoções são uma fraqueza; sexo e brutalidade são padrões pelos quais os homens são avaliados, enquanto traços supostamente ‘femininos’ – que podem variar de vulnerabilidade emocional a simplesmente não serem hipersexuais – são os meios pelos quais seu status como ‘homem’ pode ser removido. Alguns dos efeitos da masculinidade tóxica estão a supressão de sentimentos, encorajamento da violência, falta de incentivo em procurar ajuda, até coisas ainda mais graves, como perpetuação encorajamento de estupro, homofobia, misoginia e racismo (CONFORT, 2017).



sumário

Além disso, tem-se como repercussões dos atributos de gênero característicos da feminilidade a desvalorização da mulher, a crença desta como inábil, passiva e submissa, legitimando-se que seja dominada/domesticada, inclusive com o uso da violência. Desconstruir crenças/tradições não é tarefa fácil, mas, certamente, passa pela análise crítica destes modelos. É preciso entender o percurso que estabeleceu a dominação masculina e a submissão feminina, para que seja possível questioná-lo e construir um novo caminho.

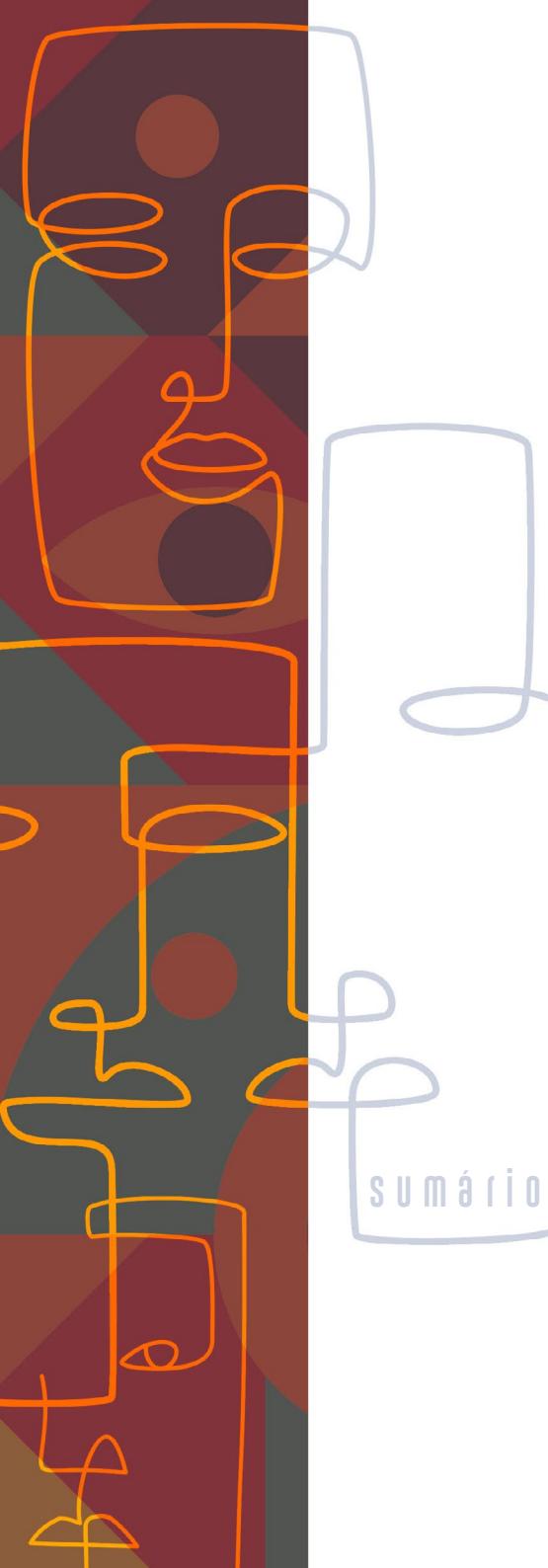
HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA MENOS VALIA FEMININA



Na história da humanidade os corpos foram separados em função do sexo e passaram a ser produtos de significações, simbologias, mitos e valores, sustentados e internalizados pelos indivíduos, os quais, a partir deles, nortearam percepções, pensamentos e ações e constituíram uma hierarquia, onde homens e mulheres são levados a crer na inferioridade feminina (TELES; MELO, 2009). Apesar dos saltos históricos, exemplificam-se a seguir alguns fatos da construção e justificação da hierarquia de gênero e da menos valia da mulher.

Na Idade Antiga, retomando a Gênesis, comprehende-se os primórdios da hierarquia baseada no gênero. De acordo com o mito judaico-cristão, o mundo foi criado por um Deus único, o qual depois criou o homem (Adão) e, de uma costela do homem, fez a primeira mulher (Eva). Assim, “justifica-se” a supremacia do homem, pois além de ter sido o primeiro da humanidade a ser criado, foi a partir dele que surgiu a primeira mulher. O mito diz ainda que a mulher teria sido a causa de todos os males que sucederam ao homem, pois Adão e Eva foram expulsos do Jardim do Éden quando comeram o fruto da árvore do conhecimento, tendo sido Eva a culpada de tal transgressão. A partir de então, eles teriam que ganhar o pão com o suor do próprio rosto e ela, ser submissa ao marido e parir na dor (MURARO, 1992). Santificou-se, assim, as relações de poder a partir do inconsciente de homens e mulheres.

Santo Ambrósio, trazido nos estudos de Teles e Melo (2009), corrobora com o mito supracitado e diz: “Adão foi levado ao pecado por Eva, e não Eva por Adão. É justo e certo, então, que a mulher aceite como amo e senhor aquele que ela encaminhou para o pecado” (TELES e MELO, 2009, p. 31). Igualmente, a ideia e a imagem da



submissão feminina são “naturalizadas” e reproduzidas historicamente no discurso da inferioridade da mulher:

Os teólogos cristãos hostilizaram as mulheres, afirmaram que elas eram “a porta do demônio”. Lamenais (1782-1854) caracterizava-as como “a estátua viva da burrice”. Nietzsche (Friedrich, 1844-1900) e Voltaire (François-Marie Arouet, 1694-1778), que se opuseram ao cristianismo, também insultavam as mulheres, com afirmações pseudo-científicas de que elas eram inferiores. Voltaire tentou mostrar a veracidade de sua proposição, dizendo que “o sangue delas é mais aquoso”, como prova de sua inferioridade (TELES; MELO, 2009, p. 32).

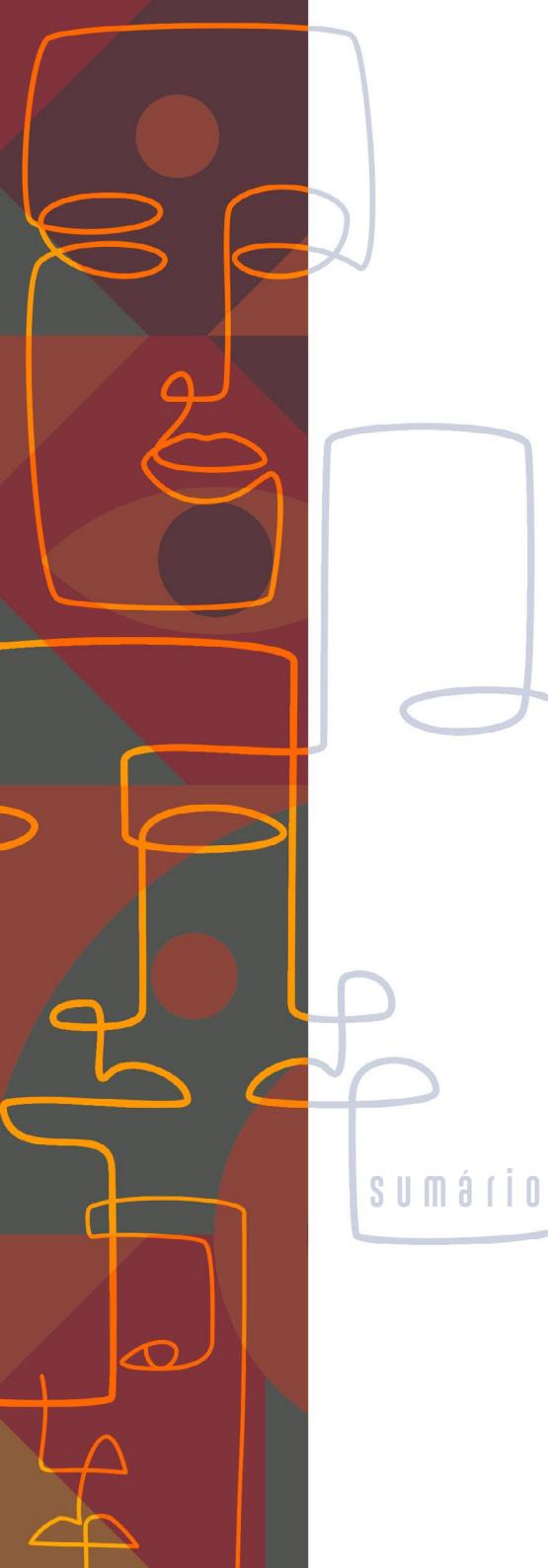
Na Idade Média, “a tradição oral foi substituída por leis escritas, onde os homens recebiam direitos e as mulheres, restrições” (MURARO, 1992, p. 105). Avulta-se a força da Igreja, dominada por homens e cada vez mais misógina. Então, a partir da reforma gregoriana, em fins do século XI, ocorre uma ambivalência em relação a figura feminina. Por um lado, reforça-se a ideia da mulher como símbolo do pecado e da tentação, “as descendentes de Eva”. Por outro lado, aumenta-se na Igreja o culto à Virgem Maria, mas, as mulheres comuns eram consideradas longe do ideal de mulher encarnado por ela (MURARO, 1992). Segundo Azevedo (1985, p. 127), “a ideologia machista incorpora dois arquétipos de ser mulher enquanto um ser para o homem: Eva, sedutora e Maria, a mãe. A primeira para encantar o homem e a segunda, para gerar os filhos do homem; ambas para servi-lo”.

Essa perspectiva do aspecto religioso/social ajuda a entender as valorações morais sobre o comportamento e o controle do corpo da mulher, uma vez que deveria assemelhar-se a uma divindade. Nesse contexto, “os pilares da nova feminilidade passam a ser: a pureza, a piedade religiosa e a submissão. Ela se torna frágil e despreparada para as atividades públicas” (MURARO, 1992, p.124). Ademais, a religião, em quase todas as suas manifestações e momentos da história, incentivou a procriação e combateu o sexo sem finalidade reprodutora, instituindo o casamento como um rito sagrado.



sumário

sumário



Disto resultou [...] a imposição das ideias de fidelidade, adultério, paternidade indiscutível ou presumida, atribuição de parentesco e direito de herança por linhagem paterna para que os bens e o poder coubessem a descendência (masculina). Mas para que o homem tivesse a certeza de que deixava nome e herança para um filho que nessa época podia chamar de seu, urgia controlar a fecundidade da mulher, por meio a imposição da fidelidade. A mulher transformou-se, então em propriedade do marido (SAAD *apud* BERTOLIN; ANDREUCCI, 2010, p. 13).

Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido e que a dominação e liberdade dos homens e a sujeição das mulheres faz parte de um pacto original, tanto social quanto sexual, criando direitos políticos dos homens sobre as mulheres Studart (1991), Saffioti (2011) e Paterman (1993).

Entre a Idade Média e Moderna, séculos XIV ao XVIII, ressalte-se um fato histórico onde o paradigma patriarcal se arraigou, centrado na sexualidade feminina e na normatização do corpo das mulheres, e passou a entender que aquelas consideradas sensuais, orgásticas ou hereges eram feiticeiras, símbolos do mal, tendo-as caçado e queimado na fogueira da “Santa inquisição” ou de “caça às bruxas” (MURARO, 1992).

A ordem inquisitorial pretendeu eliminar o espaço social público da mulher na Idade Média [...]. A imagem da mulher foi construída como sujeito fraco em corpo e em inteligência, produto de falhas genéticas [...] [e com] inclinação ao mal em face da menor resistência à tentação, além do predomínio da carnalidade em detrimento da espiritualidade (ESPINOZA, 2004, p. 55).

Então, legitimou-se que a mulher fosse socialmente considerada uma “cidadã de segunda classe”, subordinada aos homens. Rosemary Muraro (1992, p.114) refere que passa a ser “ vedado às mulheres o direito à educação, à herança, [...] o acesso ao trono quando da inexistência de um herdeiro masculino. As viúvas

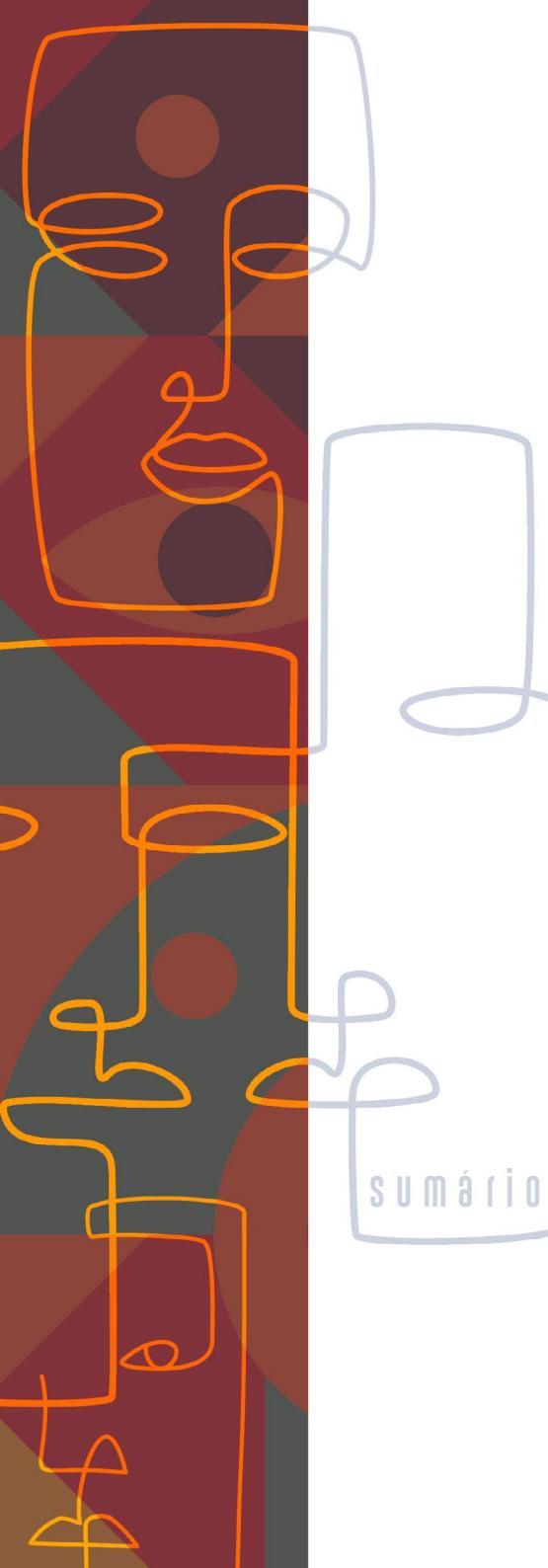
sumário

passavam a ficar sob a guarda de outro homem da família e não podiam mais gerir suas propriedades". A mulher perde espaço, direitos civis, políticos, lugares de decisão e, cada vez mais, legitima-se o domínio masculino e a submissão feminina, pois os espaços público e privado são territórios simbólicos de poder.

Seguindo o modelo da sociedade patriarcal, a mulher deve ser frágil, sensível, passiva e dependente. Além desse ideário de candura e amabilidade, incutiu-se na mulher o respeito a normas sociais associadas a aparência, reputação e pudor, tais como: virgindade, fidelidade, zelo com as tarefas domésticas e criação dos filhos, não usar alguns tipos de roupa, ser recatada, submissa ao pai e ao esposo, resiliente a sua condição de desprestígio, entre outros. Tudo para ser considerada uma "mulher virtuosa e honesta".

O patriarcado é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, [...] do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que [...] possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, à política, à legislação e à cultura (CASTELLS, 2000, p. 169).

O modelo patriarcal se perpetua na contemporaneidade, mas, o período também tem sido palco de diversas lutas das mulheres. O movimento das sufragistas surge no Reino Unido e nos EUA, compreendendo o período entre o final do século XIX até o início do século XX, nele "os direitos que as mulheres reivindicavam não ficava restritos ao voto, estendiam-se à educação, ao trabalho, à propriedade, ao divórcio" (KAMADA, 2010, p. 56). Seguidamente, o movimento feminista problematizou a hierarquia dos papéis feminino e masculino e a opressão sistêmica contra as mulheres, a violência doméstica e o estupro conjugal.

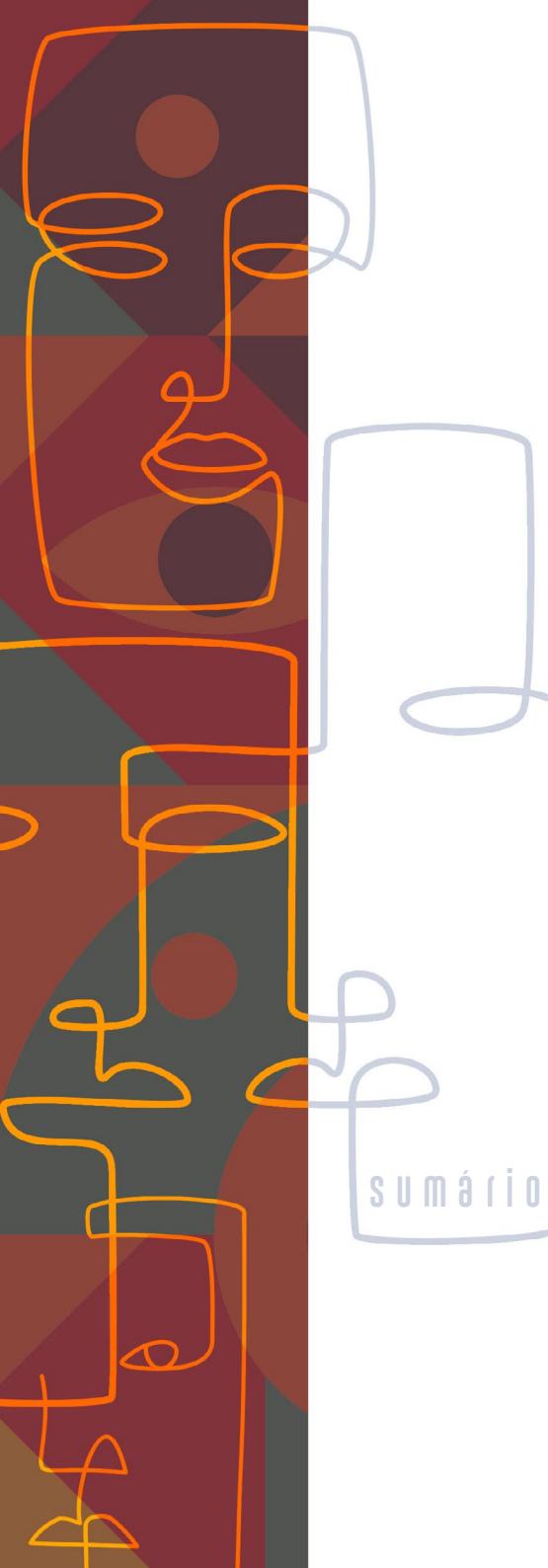


Foi assumida como bandeira de luta e como um processo social por meio do qual o movimento feminista afirmou a ilegitimidade das várias formas de agressões de homens contra mulheres. Esse processo de luta envolveu a criação de condições para que as mulheres pudessem denunciar a violência ao mesmo tempo em que se sensibilizava o Estado para que não fosse conveniente com o patriarcado que era utilizado como contexto ideológico que justificava ações violentas. Sem esse esforço político e histórico seria impensável a definição de uma agressão perpetrada por um cônjuge como um ato de violência passível de sanção penal. Na medida em que o movimento feminista demandou do Estado uma definição específica da violência contra as mulheres e ações direcionadas ao seu controle e erradicação, foram viabilizadas as condições para que mulheres, individualmente, percebessem e denunciassem a violência que sofriam (ANGELIM; DINIZ, 2006, p. 263).

Hoje, muitas mulheres já ocupam os espaços públicos e cargos de poder. Contudo, segundo Fanny Tabak (1985), estudos realizados a partir da década de 50, em países-membros da ONU, revelaram que, em fins do século XX, milhões de mulheres encontravam-se ainda em situações de profunda desigualdade, submissão e opressão (analfabetismo, desqualificação profissional, dupla jornada de trabalho, discriminação, violência, tortura e assassinato).

GÊNERO E REPERCUSSÕES NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ao longo de muitos séculos, os direitos das mulheres quase não receberam atenção. Somente na década de 60, a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização dos Estados Americanos – OEA incluíram a violência contra a mulher no rol de garantias do sistema de proteção internacional. De tal modo, por exemplo, a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher,



proclamada pela Assembleia Geral da ONU na Resolução 2263, de 7 de novembro de 1967, considera que:

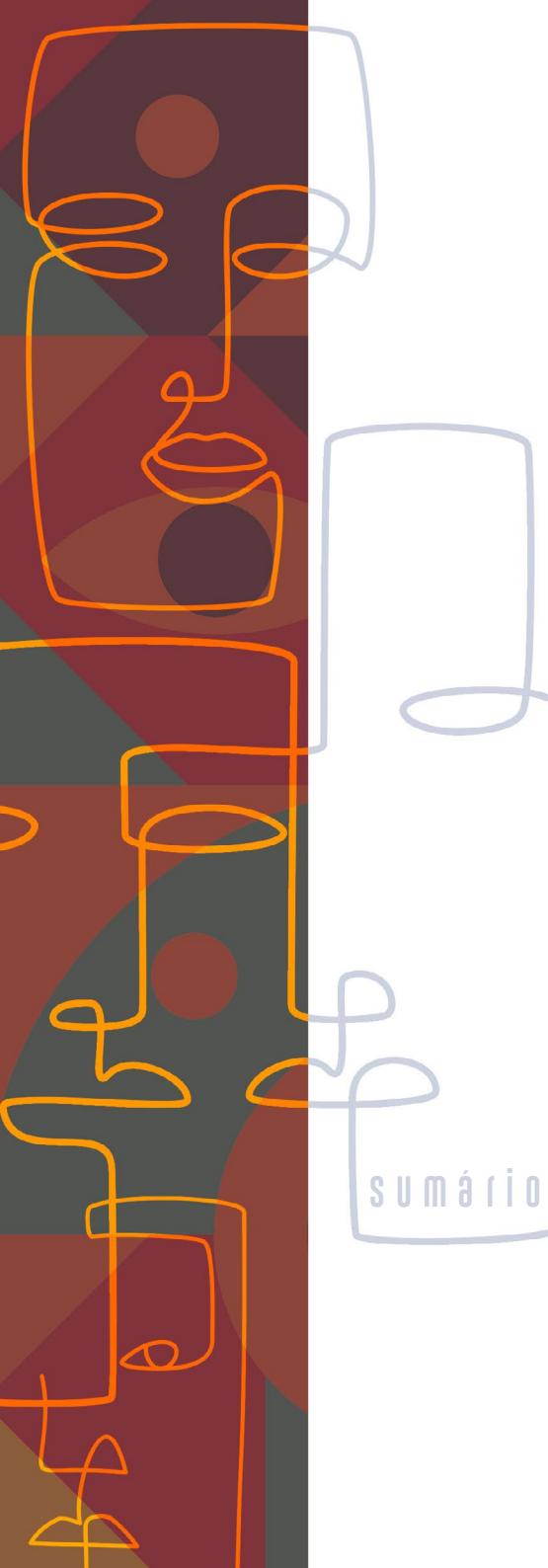
A discriminação contra a mulher é incompatível com a dignidade humana e com o bem-estar da família e da sociedade, impede sua participação na vida política, social, econômica e cultural de seus países, em condições de igualdade com os homens, e constituiu um obstáculo ao desenvolvimento completo das potencialidades da mulher no serviço aos seus países e à humanidade.

Em 1979 foi aprovado na Assembleia Geral da ONU o primeiro tratado internacional para abordar e promover amplamente os direitos humanos da mulher, denominado “Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW), visando promover os direitos, igualdade de gênero, bem como, reprimir quaisquer discriminações contra as mulheres. A CEDAW, no seu art. 1º, coloca:

A expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (CEDAW, 1979).

sumário

No final dos anos 70, em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, o termo violência contra a mulher começou a ser usado e difundiu-se rapidamente. Nos anos 80, as mobilizações se estenderam para a denúncia dos espancamentos e maus tratos conjugais, formas comuns de violência contra a mulher, passando a ser usado como sinônimo de violência doméstica, uma vez que a maior incidência ocorria no espaço doméstico e/ou familiar (Azevedo, 1985). A partir de 1990, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, alguns autores passaram a utilizar o termo violência de gênero como um conceito mais amplo,



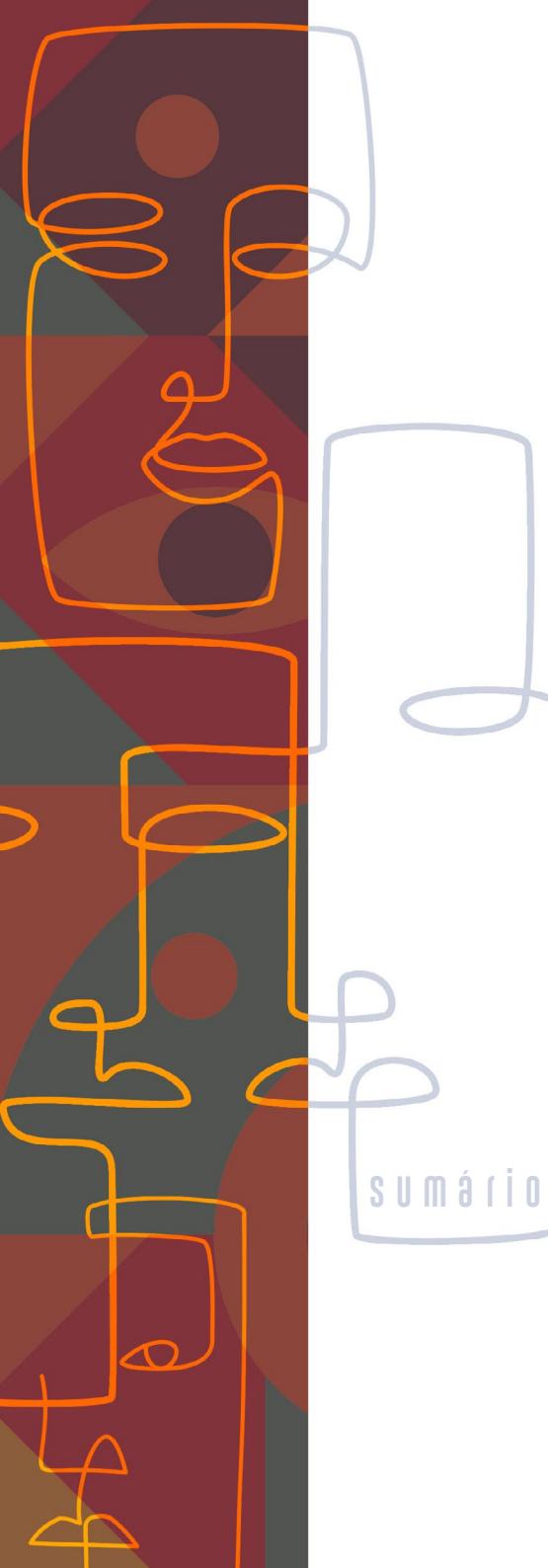
pois, abrange como vítimas mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, submetidos ao modelo de dominação patriarcal e sexista, além de outros tipos de violência, tais como, violência da mulher contra o homem, entre mulheres ou entre homens (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Entanto, constata-se que a principal violência de gênero é aquela exercida contra a mulher.

[...] uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas [...] A violência de gênero pode ser entendida como 'violência contra a mulher' [...] (MELO; TELES, 2009, p. 18).

Na II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena, no ano de 1993, a ONU afirmou que “a violência doméstica contra a mulher é um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos”.

Avançando nas questões sobre violência contra a mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA em 1994, constitui-se no marco histórico internacional na tentativa de coibir a violência contra a mulher. A violência contra a mulher passou a ser reconhecida e também definida, afirmando: “entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Convenção de Belém do Pará, 1994, art. 1º).

O Brasil, embora houvesse ratificado as convenções internacionais, permanecia negligenciando os casos de violência contra a mulher. Contudo, os movimentos de mulheres, a ampla divulgação

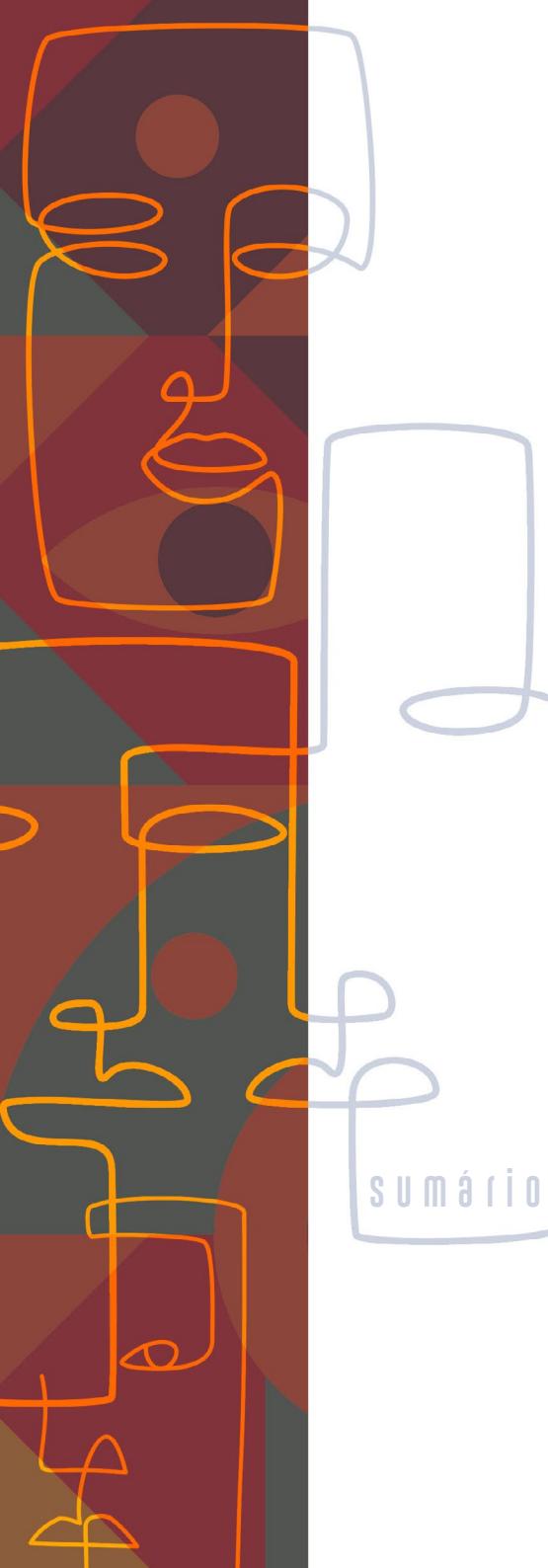


nas mídias e a denúncia internacional do caso de violência doméstica com tentativas de homicídios da farmacêutica Maria da Penha, culminaram com a publicação, no ano de 2006, da Lei 11.340/06, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha - LMP.

A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, avança em equipamentos de enfrentamento e rede de proteção à mulher que sofre violência e, entre outros dispositivos, tipifica e define diversas violências contra a mulher (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Alinhada à Convenção de Belém do Pará, em seu art. 5º a LMP expressa: “[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Todavia, há que se destacar os desafios da Lei Maria da Penha no que tange à superação da ideologia patriarcal e sexista, instituídas a partir da hierarquia de gênero.

Habituamo-nos às microviolências que estão presentes no dia a dia nas mídias sociais, nas letras das músicas, piadas, entre outras representações, as quais diminuem e objetificam a mulher, incitam e recriam o sexismo, o patriarcado e a dominação masculina, criam e marcam corpos e espaços de atuação com base em uma construção ideológica e simbólica de gênero. Dessa forma, interpela-se pelo gênero. Destaca-se que a interpelação é “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja, de fato, imaginária” (LAURETIS, 1994, p. 220).

Na obra Dominação Masculina (2016), Pierre Bourdieu apresenta o conceito de violência simbólica, entendida como uma manifestação decorrente do poder simbólico. Ele descreve a violência simbólica como uma “violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce [...] pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, [...] do desconhecimento, do



reconhecimento ou, [...], do sentimento" (BOURDIEU, 2016, p. 7-8). Sobre essa forma de violência, o autor segue, esclarecendo que " [...] em termos de dominação simbólica, a resistência é muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela" (BOURDIEU; EAGLETON, 2007, p. 270).

É importante considerar que, apesar dos avanços legais referentes ao enfrentamento da violência, não é fácil para a mulher romper com a violência, pois, como descrito anteriormente, a violência contra a mulher é um fenômeno sociocultural complexo.

A partir do estudo de vários autores, como Angelim (2009), Saffioti (2011), Schaiber (2005), Studart (1991) e Teles & Melo (2009), e de pesquisas sobre o tema, pode-se identificar alguns fatores que dificultam romper a situação de violência, tais como: 1) não se perceber como vítima de violência, diante da invisibilização da violência, de tanto ver acontecendo passa a achar natural, banaliza ou ignora os atos violentos presenciados ou sofridos, numa indiferença ou cegueira; 2) crença de que não conseguirá viver sozinha ou que deve submissão ao marido, geralmente, crenças atreladas a menos valia ou preceitos religiosos, reforçam o empenho da mulher em manter a relação, ainda que violenta; 3) vivencia o ciclo de violência, uma dinâmica repetitiva na relação conjugal, manifestada em três fases: tensão, explosão e lua-de-mel, A vítima de violência passa a justificar ou desconsiderar o ato violento sofrido, crê ter "contribuído" para o comportamento violento do outro. 4) dependência em relação ao autor de violência, a qual pode ser afetiva e/ou socioeconômica, motivada por amor, culpa ou incapacidade financeira de prover a si e aos filhos e 5) falta de rede de apoio (amigos, familiares, equipamentos do Estado), cuja ausência fragiliza a tomada de decisão para a ruptura com a violência .

Diante desse contexto, e a partir das questões abordadas até aqui, considera-se leviano responsabilizar apenas a vítima pela situação

sumário

vivida, reproduzindo falas do senso comum ao afirmar que a mulher se mantém numa relação violenta “por querer”, “por ser safada”, “por gostar de apanhar”, ou de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Ainda há muito por fazer. A recentemente publicação dos dados do Mapa da Violência 2015 revelaram que 2 milhões de mulheres sofreram violência em 2013; 13 mulheres são mortas todos os dias no Brasil; a Região Nordeste lidera o ranking de violência contra a mulher no país, e que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial das nações com mais crimes praticados contra mulheres. Além disso, constatou-se que a maior parte das violências, concentrando a metade de todos os casos registrados, tem como vítimas as jovens e as adultas (de 18 a 59 anos de idade), cujo agressor principal é o parceiro (marido, namorado, companheiro) ou ex, causando nas mulheres lesões ou agravos à saúde e, não raro, a morte.

Teles e Melo (2003) explicitam que a violência de gênero deve ser entendida como uma relação de poder, em especial, de dominação dos homens e de submissão das mulheres. Diante desse cenário, toda a sociedade deve responsabilizar-se e buscar estratégias para enfrentar a violência contra a mulher.

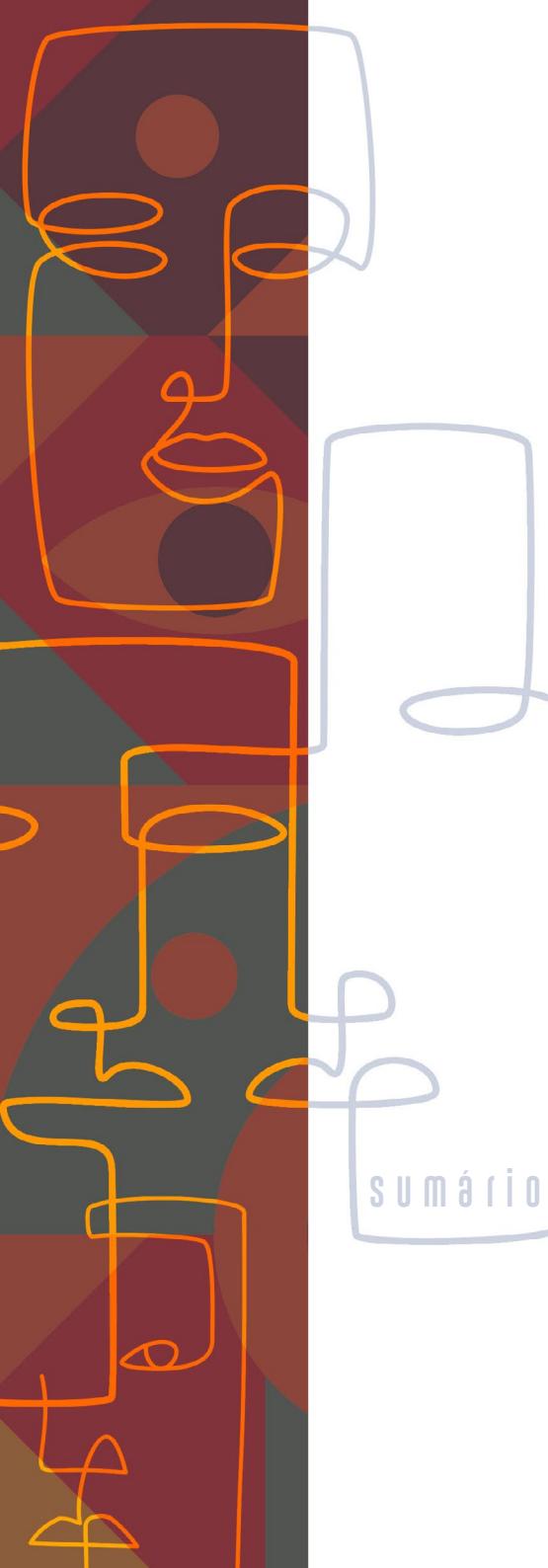
Então, ao invés de “naturalizar” os papéis atribuídos a homens e mulheres e explica-los reduzindo-os aos aspectos da anatomia e fisiologia que diferenciam os sexos, ou mesmo, “invisibilizar” a hierarquia entre homens e mulheres, considera-se imprescindível ampliar o olhar para ver a partir da perspectiva da construção do gênero, pois, “o universo feminino é muito diferente do masculino, não por determinações biológicas/fisiológicas, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente” (RAGO, 1998, p. 92- 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo não pretende esgotar essa discussão, mas contribuir trazendo alguns elementos para que se possa refletir sobre a construção sociocultural do gênero e o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, pois compreender a construção da hierarquia de gênero e a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher é fundamental para saber lidar adequadamente com esta problemática.

Nos últimos dez anos, muito se avançou no Brasil em relação a essa temática. A legislação tem procurado o reconhecimento e enfrentamento de questões referentes aos direitos da mulher, o Executivo e o Judiciário têm criado equipamentos especializados para o atendimento e proteção à mulher, todavia, a questão vai além, pois é necessário entender a construção sociocultural da mulher, os papéis sociais a ela atribuídos, a hierarquia de gênero, a educação castradora que reflete na baixa estima e na paralisação ante os desafios, entre outros fatores que contribuem para a permanência em relações violentas.

Espera-se que as informações apontadas neste estudo tenham ampliado os horizontes sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e estimulado a realização de outras pesquisas e intervenções de empoderamento da vítima, fortalecendo a rede de enfrentamento e proteção à esta. Afinal, é responsabilidade de toda a sociedade, e não só da vítima, enfrentar essa violência e contribuir para a construção de relações familiares mais saudáveis e de um mundo mais seguro para as mulheres.



sumário

REFERÊNCIAS

- ANGELIM, Fábio Pereira. A importância da intervenção multidisciplinar face à complexidade da violência doméstica. In: LIMA, Fausto Rodrigues; SANTOS, Claudine (Coord.). *Violência Doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009. Cap. 8.
- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo, Cortez, 1985.
- BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 265-278.
- BRASIL. *Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006*. (Lei Maria da Penha) Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Congresso Nacional, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CONFORT, Maria. Você sabe o que é masculinidade tóxica? GELEDES Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/voce-sabe-o-que-e-masculinidade-toxica/>. Acesso em 15 Set de 2018.
- ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- KAMADA. Fabiana Larissa. As mulheres na história: do silêncio ao grito. In: BERTOLIN, Patrícia T. M.; AUDREUCCI, Ana Cláudia P. T. *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel, 2010.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MAPA DA VIOLENCIA 2015: *Homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 10 de mai.2017.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

OEA. Organização dos Estados Americanos. *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*. “Convenção de Belém do Pará”, Brasil, 1994.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher*. Proclamada pela Assembleia Geral na Resolução 2263(XXII), de 7 de novembro de 1967. Genebra, 1967.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Terra e Paz, 1993.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, p. 89-98. Campinas: Unicamp, 1998.

SAFFIOTI, Heleith. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, Heleith. I. B. e ALMEIDA, S.S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCHAIBER, Lilia Blima [et all]. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação & Realidade*. V. 16, nº 2, jul/dez. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

TABAK, F'anny. *A década da mulher como forma de participação e pressão política: avaliação e balanço*. GT Mulher e Política, IX Reunião Anual da ANPOCS, PUC/RJ, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

ORGANIZADORES(AS)

Fernando da Silva Cardoso

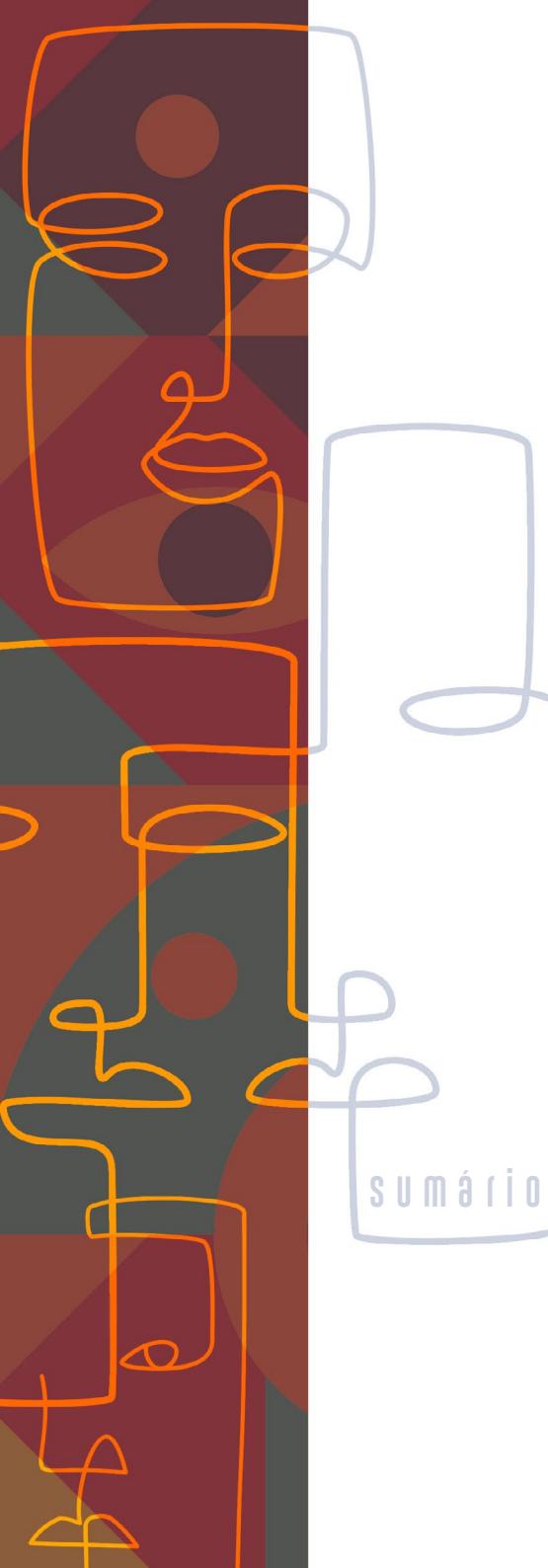
Doutor em Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto I da Universidade de Pernambuco, Bacharelado em Direito, Campus Arcosverde. Coordenador Setorial de Pesquisa e Pós-graduação e Membro do Comitê de Ética em Pesquisa – UPE Multicampi Garanhuns. Pesquisador do Grupo de Pesquisas sobre Democracia, Gênero e Direito (PUC-Rio/CNPq) e Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (UFPE/CNPq). Líder do *G-pensez!* – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq).

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Mestra em Direito – Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direitos Humanos: Educação e Ressocialização – Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito – Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio São Francisco. Coordenadora do Grupo de Estudos María Lugones (UniRios). Pesquisadora do *G-pensez!* – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq).

Roberta Rayza Silva de Mendonça

Mestra em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direitos Humanos: Educação e Ressocialização – Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito – Centro Uni-



sumário

versitário do Vale do Ipojuca. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio São Francisco. Coordenadora María Lugones (UniRios). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (UFPE/CNPq). Pesquisadora do G-pense? – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Co-editora de Seção da Revista Debates Insubmissos (UFPE/CAA).

AUTORAS(ES)

Allene Carvalho Lage

Pós-doutora em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutora em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Sociologia – Universidade de Coimbra. Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina da UFPE/CAA. Coordenadora do Grupo de Pesquisas Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (UFPE/CNPq). Co-Editora da Revista Debates Insubmissos.

Aluísio Ferreira de Lima

Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo e em Psicologia Clínica pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP/11). Professor Associado II do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Mestrado e Doutorado Profissional em Saúde da Família (UFC/FIOCRUZ/RENASF). Professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Antoniel dos Santos Gomes Filho

Mestre em Educação Brasileira – Universidade Federal do Ceará. Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade de Juazeiro do Norte. Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Kurios.

Discente do Curso de Especialização em Arqueologia Social Inclusiva – Universidade Regional do Cariri (URCA) e em Licenciatura em Sociologia (Formação Pedagógica) – Centro Universitário FAVENI. Professor do Centro Universitário Vale do Salgado e da Faculdade de Ciências Humanas de Sertão Central. Editor-chefe da Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências-RIEC e Revista Encontros Científicos FVS. Coordenador do Laboratório Interdisciplinar em Estudos Organizacionais e do Trabalho (LIEOT – UniVS).

Cynthia Colette Christiane Lucienne

Pós-Doutora em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em cotutela franco-brasileira pela Universidade François Rabelais de Tours – Ecole PolytechTours – Département Aménagement e Universidade Federal de Pernambuco, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Mestra em Urbanismo e Meio Ambiente – Universidade François Rabelais de Tours, França. Graduada em Direito Público – Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, França.

Bruno Robson de Barros Carvalho

Doutor em Psicologia Clínica – Universidade Católica de Pernambuco. Mestre em Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco. Graduado em Psicologia – Centro Universitário do Vale do Ipojuca.



SUMÁRIO

Debora Emanuelle Nascimento Lomba

Doutora em Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal. Mestra em Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Psicologia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi coordenadora da equipe de Psicologia do Instituto BEM (PRETEC IBB e PREVEST IBB). Professora da Pós-graduação em Psicopedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Santa Úrsula, Campus Botafogo e Colégio.

Fernando da Silva Cardoso

Doutor em Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto I da Universidade de Pernambuco, Bacharelado em Direito, Campus Arcoverde. Coordenador Setorial de Pesquisa e Pós-graduação e Membro do Comitê de Ética em Pesquisa – UPE Multicampi Garanhuns. Pesquisador do Grupo de Pesquisas sobre Democracia, Gênero e Direito (PUC-Rio/CNPq) e Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (UFPE/CNPq). Líder do *G-penseé!* – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq)

Filipe Antônio Ferreira da Silva

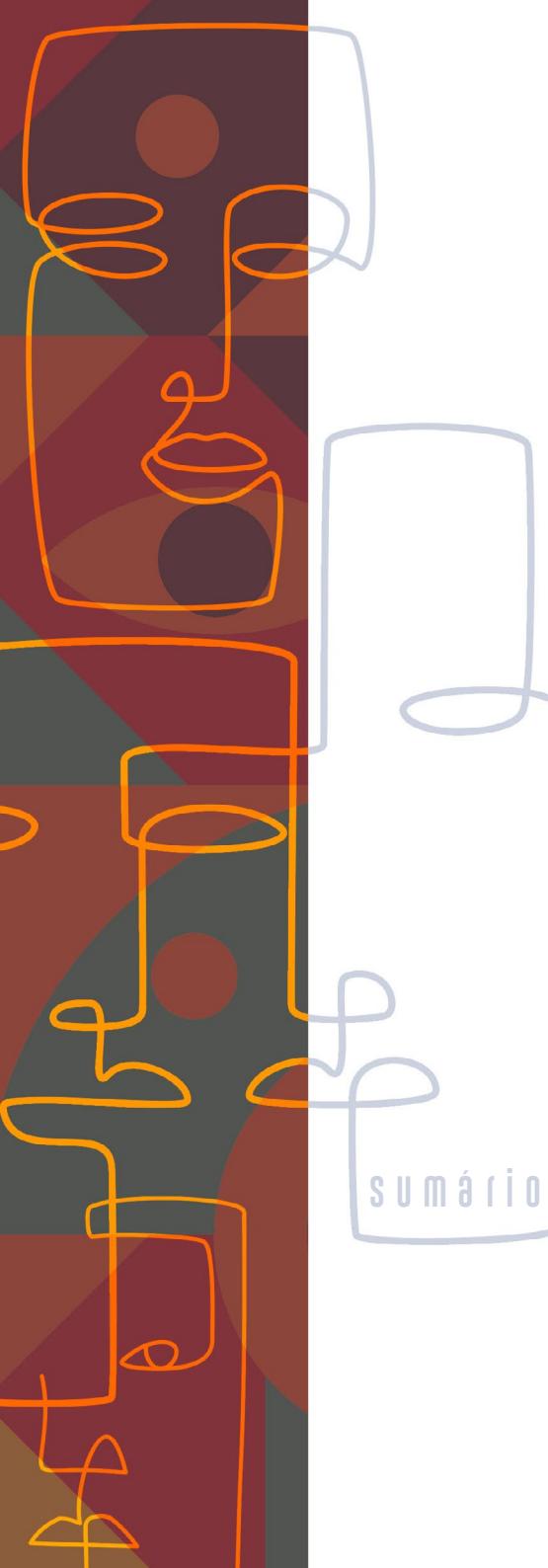
Doutorando em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Educação Contemporânea – Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste. Especialista em Filosofia e Sociologia - Universidade Cândido Mendes. Licenciado em Pedagogia – Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste. Professor da Universidade Paulista (UNIP – Polo Caruaru). Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (UFPE/CNPq). Ativista do Coletivo LGBT Lutas e Cores (Caruaru/PE).

Giurge Andre Lando

Pós Doutorado em Direito – Università degli Studi di Messina – Itália. Doutor em Direito – Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Mestre em Direito Processual e Cidadania – Universidade Paranaense. Advogado, Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco – UPE e Gerente da Divisão de Pós-Graduação da FCAP/UPE. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador Visitante Sênior da FIOCRUZ-PI.

Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo

Doutora e Mestra em Direito – Universidade Federal de Pernambuco. Investigadora de Pós-Doutoramento no Centro de Investigações Ju-



sumário

rídico Económicas da Universidade do Porto – Portugal. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Grupo de Pesquisa Direito do Trabalho e os Dilemas da Sociedade Contemporânea. É membro do GPTEC - Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo.

José Hermógenes Moura da Costa

Doutor em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco, lotado no Colegiado de Ciências Sociais. Vice-Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO/UNIVASF). Coordenador Pedagógico da Licenciatura em Ciências Sociais do PRONERA/UNIVASF. Pesquisador do Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar sobre o uso de Substâncias Psicoativas (LAPIS/UNIVASF). Coordenador do Núcleo de Iniciação ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais do PRONERA.

Kalline Flávia Silva Lira

Doutoranda em Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduada em Saúde Pública e em Gestão Pública. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Mestra em Direito – Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direitos Humanos: Educação e Ressocialização – Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito – Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio São Francisco. Coordenadora do Grupo de Estudos María Lugones (UniRios). Pesquisadora do *G-pensez!* – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq).

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Doutora em Psicologia – Universidad de Deusto. Professora Adjunta IV da Graduação em Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa ‘Família, Gênero e Interação Social’ (CNPq). Pesquisadora do CNPq – Nível PQ II.

Maria Rita Barbosa Piancó Pavão

Mestranda em Educação Contemporânea – Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduanda em Filosofia e Direitos Humanos – Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito – Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Pesquisadora d’O IMAGINÁRIO – Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE/CNPq) e do G-pensez! – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq).

Mario de Faria Carvalho

Doutor em Sciences Sociales – Université Paris V – René Descartes. Diplôme détudes Approfondies (DEA) em Sciences Sociales – Université de Caen Basse Normandie. Professor Associado Nível I do Núcleo de Design e Comunicação e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, ambos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Foi Visiting Researcher no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Líder do Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE-CAA/CNPq).

SUMÁRIO

Miguel Ângelo Silva de Melo

Doutor em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Criminologia e Direito Internacional e Europeu – Universität Hamburg, Alemanha. Mestre em Educação Intercultural e Inclusiva – Universität Hamburg, Alemanha. Professor Assistente da Universidade de Pernambuco, Campus Arcosverde. Professor do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Líder do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça,

Organizações e Sustentabilidade (NEGROS) (UPE/CNPq). Líder do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Extensão Universitária em Educação Inclusiva e Violência no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (LIEVI-UNILEÃO).

Milena Almeida Veloso

Graduanda em Direito – Universidade de Pernambuco, Campus Arcoverde. Integrante do Incertae – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Direito e Teoria Política (UPE).

Natália de Oliveira Melo

Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – Universidade Federal da Paraíba. Pós-Graduada em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais – Universidade Cândido Mendes. Graduada em Pedagogia – Universidade Federal de Pernambuco. Professora Substituta na Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste.

Ricardo Vieiralves de Castro

Doutor em Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduado em Psicologia – em Licenciatura – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador do Laboratório de Estudos Contemporâneos da UERJ – LABORE.

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

Doutora e Mestra em Filosofia – Universidade Federal da Paraíba. Especialista em História da Filosofia – Faculdade do Vale do Ipojuca. Graduada em Direito – Faculdade de Direito de Caruaru. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Bacharelado em Direito, Campus Arcoverde. Coordenadora do Incertae – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Direito e Teoria Política (UPE) e do Projeto de Pesquisa '(In)Tolerância e violência: reflexões a partir do conceito de Amor Mundi em Hannah Arendt'(UPE).



sumário

Roberta Rayza Silva de Mendonça

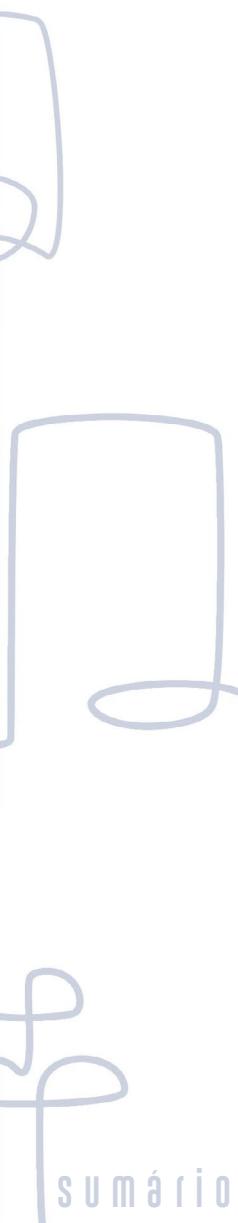
Mestra em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direitos Humanos: Educação e Ressocialização – Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito – Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio São Francisco. Coordenadora María Lugones (UniRios). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (UFPE/CNPq). Pesquisadora do G-pensez! – Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Co-editora de Seção da Revista Debates Insubmissos (UFPE/CAA).

Tatiana Craveiro de Souza

Mestra em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Famílias e Intervenções Psicossociais – Faculdade de Ciências Humanas. Especialista em Administração de Recursos Humanos – Universidade Federal do Ceará. Bacharel em Serviço Social – Universidade Estadual do Ceará. Analista do Tribunal de Justiça de Pernambuco – 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra à Mulher do Recife.

Timothy Denis Ireland

Doutor em Educação de Adultos – Universidade de Manchester. Mestre em Educação de Adultos – Universidade de Manchester. Graduado em Letras e Língua Inglesa (*English Language and Literature*) – Universidade de Edimburgo. Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e coordenador da Cátedra da UNESCO em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba.



SUMÁRIO

ÍNDICE REMISSIVO

A

- abjeção 14, 92, 99
aculturação 161, 164
adolescentes 14, 63, 70, 71, 74, 75, 237
agência 14, 33, 44, 78, 86, 88, 89
agressões 172, 235
aluna 13, 48, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59
alunas 13, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59
alunos 13, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 73
aproximações 15, 45, 66, 126, 128, 133, 134, 135
aproximações epistemológicas 15, 126, 133

B

- Bem viver 15, 126
brasileiro 14, 24, 108, 109, 121, 145, 152, 158, 164, 179, 180, 211

C

- cangaço 13, 20, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34
capitalistas 15, 127
chá revelação 14, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 122, 124
cividade 14, 96
colônia 23, 35, 208
comportamentos 14, 19, 32, 33, 63, 73, 100, 111, 144, 145, 216, 219, 228, 229
comunidade 15, 26, 31, 67, 73, 127, 137, 141, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 195, 228
contemporaneidade 12, 63, 68, 69, 75, 144, 234
coronelismo 13, 20, 23, 26, 32, 33, 34

- corpos 14, 33, 38, 42, 43, 51, 63, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 85, 93, 95, 96, 99, 104, 105, 121, 124, 163, 184, 211, 212, 216, 228, 231, 238
COVID 19 16, 177, 190
crianças 14, 63, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 102, 152, 170, 171, 184, 228, 237
cultural 15, 32, 33, 67, 76, 82, 137, 149, 152, 161, 162, 164, 166, 169, 174, 185, 189, 229, 230, 236

D

- debate 12, 14, 17, 62, 74, 75, 76, 106, 145, 153, 176, 197
desconstrução 12, 17, 80, 87, 88, 91, 98, 121, 131, 152
descontinuidades 13, 62
desejos 14, 63, 68
desigualdades 13, 20, 73, 101, 175, 185, 189, 190, 198, 228, 230
diferenças 13, 20, 22, 34, 64, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 128, 135, 163, 166, 179, 184, 186, 198, 215, 219, 227, 228, 229
dinâmica 13, 15, 16, 37, 39, 45, 80, 227, 229, 239
direitos humanos 16, 71, 90, 101, 182, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 236, 242, 243
discente 13, 49, 57
disputa 14, 26, 71, 94, 104
diversidade 12, 15, 19, 33, 34, 64, 70, 72, 74, 75, 98, 99, 106, 142
docência 13, 48, 56, 57, 59
docente 13, 49, 54, 55, 57, 59

E

- ecofeminismo 15, 126, 133, 135, 140, 141

sumário

educação 14, 56, 58, 59, 60, 62, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 139, 149, 150, 151, 152, 154, 175, 185, 213, 233, 234, 241
emancipação 16, 115, 116, 122, 143, 158, 177, 179, 180, 181, 182, 188
empoderamento 175, 205, 211, 223, 224, 241
ensaio 13, 14, 15, 16, 43, 62, 79, 89, 109, 122, 123, 124, 126, 135, 137, 138, 146, 153, 158, 178, 189
ensaios 12, 13, 46, 103
escola 13, 22, 49, 52, 56, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 123, 170, 176, 179, 185, 201, 229
escrita 13, 14, 51, 55, 67, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 123, 149
estereótipos 17, 21, 23, 28, 33, 144, 145, 153, 154, 157, 217, 219, 227, 228

F

família 22, 65, 69, 71, 97, 98, 110, 111, 117, 118, 119, 163, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 181, 187, 191, 197, 201, 203, 204, 205, 229, 234, 236
feminismo 34, 46, 66, 77, 90, 98, 132, 139, 141, 146, 162, 163, 215, 224, 242

G

Gênero 13, 14, 25, 34, 35, 36, 42, 48, 61, 62, 67, 68, 77, 78, 98, 105, 141, 156, 176, 178, 191, 207, 224, 225, 235, 243, 244, 247, 249
grupos 14, 21, 29, 66, 72, 79, 101, 135, 137, 151, 158, 165, 188, 189, 194

H

hierarquia 17, 21, 25, 33, 62, 77, 132, 215, 217, 226, 231, 234, 238, 240, 241
Humanidades 12
humanos 16, 71, 90, 95, 101, 136, 138, 141, 163, 182, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 236, 237, 242, 243

I

identidades 13, 14, 18, 20, 62, 63, 71, 72, 73, 74, 75, 88, 102, 112, 124, 147, 148, 176, 228
indivíduos 23, 56, 100, 158, 175, 180, 185, 194, 212, 229, 231
institucionalização 14, 96
interdisciplinar 12, 66

J

jovens 14, 50, 63, 69, 70, 71, 74, 75, 144, 169, 240

L

legislações 17, 227
liberdade 13, 48, 56, 58, 59, 98, 103, 104, 122, 161, 182, 213, 215, 217, 218, 223, 224, 233
linguagem 13, 33, 37, 73, 74, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 147, 221, 228
linguagem poética 13, 37

M

machismo 16, 178, 211, 218, 223
matriz cultural 15, 162
memória 13, 18, 20, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 170, 174, 176
memória social 13, 20, 32, 33
misoginia 16, 178, 230
modernidade 14, 76, 93, 96, 100, 102, 131
Mulheres 16, 34, 47, 99, 163, 176, 177, 178, 192, 204, 224, 242
mundo 14, 37, 38, 39, 42, 45, 59, 64, 76, 85, 86, 93, 94, 96, 99, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 113, 115, 117, 129, 141, 146, 151, 162, 164, 171, 185, 194, 195, 196, 202, 229, 231, 241

N

narrativas 12, 40, 42, 45, 46, 57, 58, 83, 88, 147, 156, 209, 218, 219, 220, 223
neutralização 175

nordestino 13, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34
normalizações 13, 62, 74
Notas 14, 46, 108, 123

O

opressão 66, 132, 134, 163, 165, 175, 212, 216, 218, 220, 223, 234, 235
organização 12, 68, 80, 109, 111, 166, 167, 169, 178, 229, 234
orixás 15, 142, 157

P

paradigmas 12, 79
patriarcalismo 16, 25, 178, 234
Pedagogização 13, 61, 68
penal 208, 211, 214, 223, 235
percepção 13, 23, 36, 39, 99, 136, 138, 184, 185, 186, 219
performances 13, 48, 144, 145, 148, 153, 154, 158
Performatividades 15, 142, 153, 160
poesia 13, 37, 40, 152
poética 13, 37, 39
política 13, 22, 26, 33, 34, 43, 46, 50, 51, 55, 56, 65, 67, 73, 77, 85, 88, 89, 96, 97, 101, 104, 105, 106, 148, 150, 163, 164, 166, 171, 182, 189, 197, 199, 207, 213, 221, 234, 236, 243
político 12, 33, 42, 50, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 94, 98, 101, 176, 197, 211, 235, 236
prática 13, 49, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 74, 101, 102, 103, 131, 135, 138, 139, 140, 161, 163, 184, 221, 223, 237
problematização 12, 145
professora 13, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 166
professoras 14
proteção 17, 162, 165, 174, 180, 182, 193, 198, 202, 227, 235, 238, 241

Psicologia 14, 49, 54, 59, 77, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 124, 245, 246, 248, 249, 250
psicossociais 14, 110, 114, 122

Q

questões 12, 14, 16, 21, 22, 30, 39, 53, 55, 56, 57, 64, 65, 76, 83, 100, 101, 109, 111, 113, 114, 118, 119, 122, 128, 134, 135, 141, 143, 157, 168, 172, 174, 175, 181, 187, 188, 209, 210, 212, 215, 216, 223, 237, 239, 241
questões de gênero 12, 14, 16, 30, 64, 65, 76, 109, 134, 135, 172, 174, 175, 188, 209, 215, 216
Quilombo 15, 160, 161, 166, 175
quilombola 161, 165, 166, 167

R

reconhecimento 17, 20, 29, 35, 44, 81, 87, 98, 112, 114, 115, 123, 124, 131, 154, 163, 165, 166, 167, 183, 215, 227, 236, 239, 241
reflexão 12, 55, 71, 79, 80, 86, 99, 113, 121, 123, 132, 146, 156, 176, 179
refúgio 16, 192, 193, 194, 199, 200, 202, 203, 205
representação 13, 15, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 33, 67, 88, 113, 124, 143, 228, 238
Representações 13, 18, 34
resistência 13, 51, 53, 71, 82, 85, 98, 104, 105, 133, 134, 150, 152, 154, 164, 165, 217, 229, 233, 239
revelação 14, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 119, 122, 124
rituais 14, 63, 152

S

sensibilidades 12, 38, 41
Sensibilidades 16, 37, 208
Sertão 13, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 246

si 13, 20, 33, 36, 37, 41, 42, 45, 55, 65, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 103, 104, 106, 150, 159, 169, 178, 203, 204, 211, 214, 239
silêncio 70, 175, 242
sistema escravocrata 164
sistematização 15
sociabilidade 15, 157
sociedades 15, 22, 62, 65, 66, 76, 127, 136, 138, 140, 152, 161, 234
subjetividades 12, 13, 20, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 83, 85, 88, 89, 103

T

tecido social 16, 177
teóricas 12, 66, 67, 81, 184
trabalho 16, 29, 30, 37, 52, 53, 63, 74, 83, 97, 100, 102, 103, 152, 163, 164, 170, 171, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 200, 203, 209, 227, 234, 235

V

vida 13, 19, 23, 25, 27, 28, 29, 37, 39, 41, 45, 49, 55, 56, 57, 59, 65, 67, 69, 90, 95, 99, 103, 106, 107, 111, 112, 116, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 150, 152, 163, 164, 168, 171, 176, 178, 179, 185, 190, 201, 202, 203, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 228, 229, 236, 242
vídeos 14, 109, 111, 114, 119, 124
violência 17, 20, 24, 25, 27, 28, 33, 57, 66, 71, 73, 74, 75, 77, 83, 86, 90, 95, 101, 105, 106, 130, 133, 135, 154, 155, 157, 161, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 185, 190, 195, 197, 198, 199, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 250
visibilidade 15, 31, 91, 143, 175
vulnerabilidades 175



ORGANIZADORES

Fernando da silva cardoso
Lúisa vanessa carneiro da costa
Roberta Rayza silva de Mendonça

Gênero

ENSAIOS
PARA A REFLEXÃO
DE QUESTÕES
TEÓRICAS
E EPISTÊMICAS

www.pimentacultural.com

